



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ISENÇÕES E DESCONTOS EM TAXAS DE PUBLICAÇÃO: POLÍTICAS
EVIDENTES OU INVISÍVEIS NAS REVISTAS CIENTÍFICAS
COMERCIAIS?

GRAZIELA BARROS GOMES

Brasília

2026

Graziela Barros Gomes

Isenções e descontos em taxas de publicação: políticas evidentes ou invisíveis nas revistas científicas comerciais?

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF), da Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. João de Melo Maricato.

Coorientadora: Prof^a. Dr.^a Michelli Pereira da Costa.

Linha de pesquisa: Produção, socialização e usos da informação e do conhecimento.

Brasília

2026

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Ata Nº: 109

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, instalou-se a banca examinadora de Dissertação de Mestrado da aluna **Graziela Barros Gomes**, matrícula 232103362.

A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. Fernando César Lima Leite (PPGCINF/UnB), membro titular interno; Dr. André Luiz Appel (IBICT), membro titular externo; Dr. Dalton Lopes Martins (PPGCINF/UnB), suplente; e Dr. João de Melo Maricato (PPGCINF/UnB), orientador e presidente.

A discente apresentou o trabalho intitulado **Isenções e descontos em taxas de publicação: políticas evidentes ou invisíveis nas revistas científicas comerciais?**.

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição da candidata, e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

- () Pela aprovação do trabalho;
- (X) Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;
- () Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de (Nº DE MESES) para nova versão;
- () Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, a candidata não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. João de Melo Maricato - PPGCINF/UnB
Presidente

Dr. Fernando César Lima Leite - PPGCINF/UnB
Membro Titular Interno

Dr. André Luiz Appel - IBICT
Membro Titular Externo

Dr. Dalton Lopes Martins - PPGCINF/UnB
Suplente

Graziela Barros Gomes
Mestranda



Documento assinado eletronicamente por **Joao de Melo Maricato, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 15/03/2026, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Graziela Barros Gomes, Usuário Externo**, em 16/03/2026, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Appel, Usuário Externo**, em 16/03/2026, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando César Lima Leite, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 17/03/2026, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Dalton Lopes Martins, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 18/03/2026, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13718426** e o código CRC **501349C4**.

Gomes, Graziela Barros

G633i

Isenções e descontos em taxas de publicação: políticas evidentes ou invisíveis nas revistas científicas comerciais? / Graziela Barros Gomes; orientador João de Melo Maricato; co-orientadora Michelli Pereira da Costa. -- Brasília, DF: Faculdade de Ciência da Informação, 2026.

225 p.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2026.

1. política de isenção. 2. produção científica 3. *article processing charges*. 4. transparência editorial. 5. acesso aberto. I. Maricato, João de Melo, orient. II. Costa, Michelli Pereira da. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Graziela Barros Gomes Bibliotecária - CRB1 - 3677

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Dr. João de Melo, pelo aprendizado ao longo desses anos. Agradeço igualmente a Dra. Michelli Pereira da Costa, minha co-orientadora do mestrado e orientadora de graduação, pelo incentivo e acolhimento que foram muito importantes no começo de minha trajetória na pós-graduação. Aos senhores agradeço pelo suporte, pelas proposições atenciosas de aprimoramento da pesquisa e pelo cuidado que foi fundamental durante o percurso e possibilitaram a concretização da minha pesquisa.

Aos membros da banca examinadora e de qualificação, Prof. Dr. Fernando Leite e Dr. André Appell pela disponibilidade e pelas valiosas colaborações e sugestões, as quais foram e serão muito úteis para meu desenvolvimento profissional.

Um agradecimento especial ao João Carlos Silva de Oliveira Matos e ao Dr. Alysson Fernandes Mazoni pela disponibilidade, apoio, orientações e auxílio no processo de coleta de dados que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa qualitativa.

Aos participantes desta pesquisa que colaboraram generosamente com este estudo, tornando-o possível. Agradeço a cada uma pela disponibilidade, pelo tempo, olhares e experiências compartilhadas.

A todas(os) as(os) professoras(es) e funcionárias(os) da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília por contribuírem, desde a graduação, com minha formação.

Aos colegas e docentes da graduação em Arquivologia, pelas trocas, aprendizados e partilhas. Agradeço, especialmente, aos professores Rogério Henrique de Araújo Júnior e Renato Tarciso Barbosa de Sousa com os quais tive a honra de ser discente na graduação e na pós-graduação, obrigada pelo apoio e trocas. Agradeço também à minha orientadora de iniciação científica nessa nova jornada arquivística, Dra. Cynthia Roncaglio.

À minha família, em especial, minha mãe Valcioneide Barros de Souza, por cultivar em mim, desde cedo, o valor da educação. Durante toda a trajetória de escrita e construção dessa pesquisa, seu afeto, cuidado, apoio, muitas vezes, rede de apoio, foram

fundamentais para que eu conseguisse concluir. Sou grata por me acolher e me motivar sempre a buscar os meus sonhos, obrigada por ter me ensinado que posso desejar, independentemente e justamente, por ser quem eu sou e por ser mãe também. Agradeço à minha irmã, logo mais a primeira doutora da família, Lilian Barros Gomes, por ser a minha maior incentivadora, minha melhor amiga e a minha pessoa favorita no mundo. Obrigada por ser inspiração e porto seguro em todos os momentos. Agradeço também ao meu irmão mais velho e ao primeiro mestre de nossa família, Willian Barros Gomes. Sou grata por cada sábio e verdadeiro conselho sobre o mundo da pós-graduação e da carreira acadêmica, ciente que agora tenho maturidade para compreender cada palavra, irmão. Ao pai do meu amor, Felipe Matheus dos Santos Silva, pelo apoio na construção das figuras e por melhorar cada uma delas. Você é um excelente designer! Ao meu maior amor de todo esse Universo, Akin Gomes dos Santos, meu filho. Obrigada por ser você do jeitinho que você é, por todo carinho e cuidado de todas as horas, que tornaram meus dias e essa jornada mais divertida. Preciso sonhar para que torne seus sonhos possíveis também, filho. Agradeço a toda a minha família por compreender minhas ausências e sempre me apoiar. Amo vocês!

Agradeço também às pesquisadoras e aos pesquisadores do Ibict, em particular, aos membros do Núcleo Estratégico e de Projetos Institucionais, nosso sempre NEPI: Larissa Alves, Tainá Assis, Cristiane Henrique, Samara Silva, Frederico Oliveira e Raíssa Meneses. Agradeço por terem me apoiado durante todo processo de construção dessa pesquisa, nas minhas ausências e nas partilhas. Vocês são sensacionais e tornam os meus dias mais leves, além de contribuírem muito para minha formação como pesquisadora e como pessoa. Agradeço também às pessoas queridas da direção do Ibict, ao nosso diretor e meu chefe, Tiago Braga, por toda compreensão e incentivo. Nomeadamente, agradeço a Valéria Paiva, Valéria Vieira, Mirian, Marilete, Priscila, Nathaly, Denise, Gustavo, Fernanda, Fernando, Jessica Santos, Jessica Andrade e Cris Felix. O Ibict é uma instituição muito acolhedora e agradeço por dividir a maior parte dos meus dias com pessoas tão competentes e de coração tão bom.

Por fim, agradeço aos meus colegas de graduação do bacharelado de arquivologia, em especial a Cleuzilene, e de pós-graduação, particularmente, Douglas Paiva, Raquel Viana, Layó Pereira e Phillippe Campos.

RESUMO

A comunicação científica tem enfrentado a barreira econômica representada pelas taxas de processamento de artigos (APC), especialmente para pesquisadores de países de baixa e média renda. Este estudo analisou as políticas de isenção e desconto de APC anunciadas pelas editoras *Elsevier*, *Sage*, *Springer Nature*, *Taylor & Francis* e *Wiley*, com o objetivo de investigar seus efeitos sobre a produção científica de países elegíveis no período de 2020 a 2024. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, que combinou análise documental, levantamento de dados bibliométricos nas bases *Scopus* e *OpenAlex*, e aplicação de um questionário a autores da área de genética. A pesquisa identificou as políticas editoriais e mapeou os artigos publicados para avaliar a efetividade dessas medidas. Os resultados indicam que a produção científica dos países elegíveis ocorre majoritariamente no contexto de colaborações internacionais, enquanto a produção sem colaboração permanece baixa. Adicionalmente, evidenciam a ausência de transparência das editoras quanto ao número real de beneficiários, o que limita a avaliação do alcance das políticas. Conclui-se que as isenções atuam de forma paliativa, atenuando desigualdades pontuais sem alterar a lógica estrutural da mercantilização da ciência. Os achados apontam para a necessidade de estudos complementares que examinem o processo de solicitação e concessão das isenções e seus impactos em diferentes áreas do conhecimento.

Palavras-chave: política de isenção; produção científica; *article processing charges*; transparência editorial; acesso aberto.

ABSTRACT

Scientific communication faces the economic barrier represented by Article Processing Charges (APCs), especially for researchers in low- and middle-income countries. This study analyzed the APC waiver and discount policies announced by the publishers Elsevier, Sage, Springer Nature, Taylor & Francis, and Wiley, aiming to investigate their effects on the scientific output of eligible countries from 2020 to 2024. This is a qualitative-quantitative study that combined documentary analysis, bibliometric data collection from the Scopus and OpenAlex databases, and a questionnaire administered to authors in the field of genetics. The research identified editorial policies and mapped published articles to assess the effectiveness of these measures. The results indicate that the scientific output from eligible countries occurs predominantly in the context of international collaborations, while output without collaboration remains low. Additionally, they reveal a lack of transparency from publishers regarding the actual number of beneficiaries, which limits the assessment of the policies' reach. It is concluded that waivers act as a palliative measure, mitigating specific inequalities without altering the structural logic of the commodification of science. The findings point to the need for further studies examining the application and granting process of waivers and their impacts across different fields of knowledge.

Keywords: waiver policies; scientific output; article processing charges; editorial transparency; open access.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução cronológica da adoção de taxas de processamento de artigos (APC) e da implementação de acordos transformativos por editoras científicas

Figura 2 - Fluxograma de classificação dos acordos de publicação científica: critérios para diferenciação de acordos de assinatura e publicação em acesso aberto segundo o nível de transição

Figura 3 - O custo invisível da gratuidade: paralelos entre a defesa da privatização da saúde e a demanda por financiamento estatal para subsidiar as taxas de publicação em acesso aberto dourado (APCs)

Figura 4 - O paradoxo da publicação científica: o custo do prestígio vs. a viabilidade do modelo diamante. Adaptação da parábola de Bergstrom (2001) para o contexto das alternativas de publicação soberanas.

Figura 5 - Programas da *Research4Life*

Figura 6 - Responsabilidade social e inclusão: retóricas de um mesmo mercado

Figura 7 - Quatro principais problemas dos programas de isenção e desconto de APC

Figura 8 - 'Welfare queen' de Amy Sberald

Figura 9 - A justiça como equidade aplicada ao sistema editorial: o reequilíbrio das APCs sob a ótica rawlsiana

Figura 10 - Modelo conceitual eclético de análise: integração dos níveis macroestrutural, das políticas/mediações e dos resultados para avaliação de isenções de APC sob as lentes de Santos (globalização perversa), Mill (utilitarismo) e Rawls (justiça distributiva)

- Objetivos da pesquisa

Figura 11 - Estratégia e fontes para coleta de dados quantitativos sobre artigos publicados em acesso aberto dourado e diamante

Figura 12 - Estrutura relacional de dados (OpenAlex-Insyspo) para identificação de autores, artigos e periódicos no campo da genética (2020-2024)

Figura 13 - Estratégia e fontes para coleta de dados qualitativo sobre artigos publicados na genética em acesso aberto dourado

Figura 14 - Elsevier: critérios para elegibilidade de isenção ou desconto do Research4Life

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Diferença entre a estimativa inferior e superior da receita total de APC (em USD) por editora com base em informações de APC diferentes para 933 combinações de periódicos-anos para AA dourado.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Iniciativas e acordos transformativos para publicação em acesso aberto: abrangência, editoras cobertas e características operacionais

Quadro 2 - Países elegíveis para isenção total (Grupo A) e desconto parcial (Grupo B) no programa Research4Life

Quadro 3 - Justiça distributiva e corretiva: fundamentos e aplicações no contexto da comunicação científica

Quadro 4 - Desenho da pesquisa: abrangência dos dados e codificação

Quadro 5 - Descrição das etapas do método de trabalho incluindo as fontes e métodos para análise dos dados

Quadro 6 - Categorias propostas para análise dos dados qualitativos

Quadro 7 - Desenvolvimento da pesquisa: eixos, etapas metodológicas e ações desenvolvidas

Quadro 8 - Elsevier: modalidades de concessão de descontos e isenção de taxas de processamento de artigos para revistas de acesso dourado

Quadro 9 - Sage: modalidades de concessão de descontos e isenção de taxas de processamento de artigos para revistas de acesso dourado

Quadro 10 - Springer Nature: modalidades de concessão de descontos e isenção de taxas de processamento de artigos para revistas de acesso dourado

Quadro 11 - Taylor and Francis: modalidades de concessão de descontos e isenção de taxas de processamento de artigos para revistas de acesso dourado

Quadro 12 - Wiley: modalidades de concessão de descontos e isenção de taxas de processamento de artigos para revistas de acesso dourado

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de artigos publicados com autores afiliados unicamente a países do Norte e do Sul Global antes (2014-2018) e depois da cobrança de APC (2019-2023)

Gráfico 2 - Elsevier: quantidade de artigos em acesso aberto dourado publicados com e sem colaboração internacional por países elegíveis a isenção de taxas de APC (2020-2024)

Gráfico 3 - Elsevier: produção científica em diferentes modelos de descontos e isenção de APC da Elsevier (2017-2024)

Gráfico 4 - Sage: quantidade de artigos em acesso aberto dourado publicados com e sem colaboração internacional por países elegíveis a isenção de taxas de APC (2020-2024)

Gráfico 5 - Springer Nature: quantidade de artigos em acesso aberto dourado publicados com e sem colaboração internacional por países elegíveis a isenção de taxas de APC (2020-2024)

Gráfico 6 - Taylor & Francis: quantidade de artigos em acesso aberto dourado publicados com e sem colaboração internacional por países elegíveis a isenção de taxas de APC (2020-2024)

Gráfico 7 - Wiley: quantidade de artigos em acesso aberto dourado publicados com e sem colaboração internacional por países elegíveis a isenção de taxas de APC (2020-2024)

Gráfico 8 - Diamante: quantidade de artigos em acesso aberto diamante publicados com e sem colaboração internacional por países elegíveis a isenção de taxas de APC (2020-2024)

Gráfico 9 - Quantitativo de artigos publicados por países elegíveis a isenção de taxas de APC em acesso aberto dourado e acesso aberto diamante* entre 2020-2024

LISTA DE SIGLAS

AA	<i>Acesso Aberto</i>
ACS	<i>American Chemical Society</i>
AGORA	<i>Access to Global Online Research in Agriculture</i>
APC	<i>Article Processing Charge</i>
ARDI	Access to Research for Development and Innovation
AT	<i>Acordos Transformativos</i>
BMC	BioMed Central
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CERN	<i>Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire</i>
DOAJ	Directory of Open Access Journals
EIFL	Electronic Information for Libraries
FAO	Food and Agriculture Organization
FI	<i>Fator de Impacto</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
GOALI	Global Online Access to Legal Information
GPOA	Geographical Pricing for Open Access
Hinari	Health InterNetwork Access to Research Initiative
IEEE	Instituto de Engenheiros Elétricos e Eletrônicos
Insyspo	Innovation Systems, Strategies and Policy
IPC	Índice de Poder de Compra
ISI	Institute for Scientific Information
ISSN	International Standard Serial Number
JCR	Journal Citation Reports
Jisc	Joint Information Systems Committee
Justice	Japan Alliance of University Library Consortia for E-Resources
MDPI	Multidisciplinary Digital Publishing Institute
MIT	Massachusetts Institute of Technology
NNIs	Nulos, Negativos ou Inconclusivos

OAPPP	Open Access Pricing Power Parity Pilot
OARE	<i>Online Access to Research in the Environment</i>
OMS	<i>Organização Mundial da Saúde</i>
ONOS	<i>One Nation One Subscription</i>
OSTP	<i>Office of Science and Technology Policy</i>
PADICT	<i>Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica</i>
PGH	<i>Projeto Genoma Humano</i>
PIB	<i>Produto Interno Bruto</i>
PLOS	<i>Public Library of Science</i>
PNUMA	<i>Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente</i>
PPC	<i>Paridade de Poder de Compra</i>
RNB	<i>Rendimento Nacional Bruto</i>
SCOAP	<i>Sponsoring Consortium for Open Access Publishing in Particle Physics</i>
Unicamp	<i>Universidade Estadual de Campinas</i>
VNSU	<i>Vereniging van Samenwerkende Nederlandse Universiteiten</i>
VoR	<i>Version of Record</i>
WOS	<i>Web of Science</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	20
3 OBJETIVOS.....	25
3.1 Objetivo geral.....	25
3.2 Objetivos específicos.....	25
4 JUSTIFICATIVA.....	25
5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	29
5.1 Acesso aberto: breves notas sobre as expectativas e a transição para o modelo..	31
5.2 Rota de acesso e exclusão: APC e o dilema dos acordos transformativos.....	37
5.3 Opacidade e desigualdade: críticas estruturais às políticas de isenção de APC na publicação científica.....	74
5.4 Ciência, globalização e justiça distributiva: reflexões sobre a mercantilização da ciência e da produção científica.....	98
5.5 Modelo conceitual.....	117
5.5.1 Articulação teórica do modelo.....	119
5.5.2 A lógica integradora e o potencial transformador.....	120
5.5.3 Os três níveis integrados do modelo conceitual.....	121
6 METODOLOGIA.....	124
6.1 Caracterização da pesquisa.....	124
6.2 Procedimentos metodológicos.....	126
6.2.1 Universo e coleta de dados.....	126
6.2.3 Levantamento de políticas de isenção.....	126
6.2.4 Coletas quantitativa (produções científicas - artigos científicos publicados pelos autores de países elegíveis).....	127
6.2.5 Coleta qualitativa (percepção de autores).....	130
6.2.6 Tratamento e análise dos dados.....	137
6.2.7 Procedimentos complementares.....	138
7 RESULTADOS.....	144
7.1 Modelos adotados pelas editoras e quantitativos de publicações de artigos.....	145
7.1.1 Elsevier.....	145
7.1.2 Sage.....	156
7.1.3 Springer Nature.....	161
7.1.4 Taylor & Francis.....	166
7.1.5 Wiley.....	170
7.1.6 Diamante.....	174
7.2 Resultados da análise qualitativa: isenções de APC, não transparência institucional e evidências empíricas de dados inconclusivos na pesquisa genética.....	180

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
ANEXOS.....	191
Anexo I - Strings de busca (Scopus).....	191
Elsevier.....	191
Sage.....	194
Springer Nature.....	195
Taylor and Francis.....	197
Wiley.....	199
Anexo II - Títulos das revistas elegíveis a descontos e isenções.....	201
Todas as áreas de conhecimento.....	201
Genética.....	202
Anexo III – Código em SQL.....	202
Anexo IV - Questionário encaminhado via e-mail para autores elegíveis da genética.....	205
Anexo V - Pedido de informação encaminhado para as editoras em 2024.....	206
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207

1 INTRODUÇÃO

Na ciência, a comunicação científica é o meio pelo qual os pesquisadores difundem e compartilham descobertas e informações com seus pares. Tal processo abrange todas as etapas do ciclo da pesquisa: da concepção da ideia à publicação de resultados. É por intermédio da comunicação dos resultados das pesquisas científicas que outros pesquisadores avançarão, em especial, na realização de novas pesquisas. Atuando como parte do processo comunicacional da ciência, as publicações impactam todo o processo científico e possuem como moeda simbólica e financeira a visibilidade de instituições e cientistas, definindo, dessa forma, os atores e as entidades que possuem mais prestígio e que devem, por isso, receber maiores investimentos financeiros.

Nesse contexto, as revistas científicas, e respectivos artigos publicados, atuam como principal meio de disseminação das pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento (Aleixandre-Benavent *et al.*, [2019](#)). No decorrer da história, os artigos científicos centralizaram a comunicação entre pesquisadores, representando um valor transitório entre os interesses da comunidade científica e os interesses do mercado editorial. Nesse contexto, a lógica do lucro sobre as publicações científicas resulta na sua mercantilização por meio de periódicos de acesso fechado. Essa prática cria uma barreira econômica que segrega o alcance do conhecimento, tornando-o um privilégio acessível apenas àqueles capazes de custear as elevadas taxas de assinatura.

Em contrapartida, surge o movimento de Acesso Aberto (AA)¹ com o objetivo de ampliar o acesso às publicações científicas de forma livre e sem custos para leitores e usuários. A principal premissa do AA é que o conhecimento financiado com recursos públicos deve conceder acesso livre, sem restrições de acesso ou barreiras financeiras para a sociedade. Posteriormente, o movimento se expande para outras perspectivas que abrangem desde a disponibilização gratuita dos resultados da pesquisa (AA), até a valorização e a participação direta de não cientistas e não especialistas no fazer ciência,

¹ Para Costa (2017), o movimento é “uma articulação internacional de pesquisadores e outros atores da comunicação científica que, insatisfeitos com o modelo tradicional de comunicação por meio de periódicos de editoras comerciais, propuseram alternativas para a comunicação científica.”

tais como “leigos” e “amadores”, ou seja, a ciência cidadã (Albagli; Clinio; Raychtock, [2014](#), p. 435).

As iniciativas de Ciência Aberta modificaram o mercado editorial e a forma de divulgação da ciência (Castilhos *et al.*, [2022](#)). Em particular, o AA surgiu sob a expectativa de democratizar o acesso ao conhecimento e reestruturar os fluxos comunicacionais. O objetivo é permitir uma participação equitativa entre pesquisadores na produção e na circulação do saber, independentemente de sua origem geográfica ou condição financeira, promovendo um modelo de ciência que seja, em última análise, socialmente justo e economicamente sustentável (Chan *et al.*, [2002](#)). Nesse cenário, esse tipo de acesso seria uma aparente ameaça para os modelos de lucros de grandes editoras acadêmicas, como a Elsevier. Em sentido contrário, as editoras adaptaram seus modelos de negócios e tornaram-se atores-chave na agenda do AA. Dessa forma, atualizaram suas estratégias de domínio e exploração do conhecimento, garantindo a manutenção de seus monopólios sobre a comunicação científica (Mirowski, [2018](#); Posada; Chen, [2018](#)).

A transição para o modelo de AA trouxe o desafio da sustentabilidade econômica: para garantir que leitores e pesquisadores acessem as publicações gratuitamente, é necessário estruturar formas de financiamento que sustentem a infraestrutura editorial sem depender de assinaturas. Considerando isso, surge a taxa de processamento de artigo - do inglês *Article Processing Charge* (APC) - como uma resposta alternativa a essa necessidade. A APC é cobrada de autores ou de suas instituições e/ou financiadores no momento de submissão ou aceitação de artigo para publicação. A prática de aplicação dessas taxas seria, segundo indicado pelos editores, destinada a cobrir os custos envolvidos no processo de publicação dos artigos que incluiriam edição, revisão por pares, publicação, armazenamento e manutenção de infraestrutura das revistas científicas em AA.

Nessa perspectiva, o modelo de APC impõe novos obstáculos, particularmente, para pesquisadores e instituições do Sul Global (Posada; Chen, [2018](#)). Ao transferir o custo para o autor, essa prática aprofunda as desigualdades acadêmicas, uma vez que a limitação de recursos financeiros se torna um fator de exclusão na produção científica internacional. Essa taxa pode variar dependendo da revista, da disciplina e do país de origem do autor, afetando aspectos como a diversidade geográfica dos autores que

publicam em periódicos de AA (Smith *et al.*, [2021](#)). As taxas de APC, na maior parte dos casos, variam de algumas centenas a vários milhares de dólares por artigo (Morrison, [2019](#); Poynder, [2019](#)). Em algumas áreas de conhecimento, como a Medicina e a Biologia, tais taxas tendem a ser mais altas, enquanto em outras áreas, como as Humanidades e as Ciências Sociais, elas tendem a ser mais baixas (Björk; Solomon, [2015](#); Eve, [2014](#); Solomon; Björk, [2012](#)).

Alguns estudos acadêmicos (Gheorghiu; Dave, [2023](#); Karlstrom; Asknes; Piro, [2024](#); Singh; Prasad; Shankar, [2021](#); Smith *et al.*, [2021](#)) teceram críticas quanto às barreiras impostas pelo APC para pesquisadores de países de baixa e média renda que não poderiam custeá-lo. Nesse decurso, as editoras científicas iniciam a implementação das chamadas políticas de descontos e isenções de taxas de APC destinadas a subsidiar o acesso para esses pesquisadores.

Tais políticas, em tese, promoveriam equidade no acesso às publicações científicas realizadas via periódicos. Entretanto, observa-se uma acentuada falta de transparência na aplicação desses mecanismos, o que levanta dúvidas sobre sua eficácia. Sem dados públicos auditáveis sobre o volume de isenções efetivamente concedidas, tais medidas correm o risco de configurar apenas um recurso retórico de *marketing* institucional, destinado a mitigar críticas sem, contudo, desestruturar as barreiras financeiras que segregam a produção científica global. Isso posto, esse estudo analisou as práticas adotadas para concessão de isenções e descontos pelas editoras científicas *Elsevier*, *Wiley*, *Springer Nature*, *Taylor & Francis* e *Sage*.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

A transição para o AA é frequentemente justificada pela expectativa de ampliar o alcance da produção intelectual. Pesquisas empíricas têm buscado mensurar como a disponibilidade irrestrita de artigos influencia as métricas de impacto, partindo da premissa de que a democratização do acesso facilita a descoberta e a incorporação de novos achados em investigações subsequentes (Piowar *et al.*, [2018](#); Wang *et al.*, [2015](#)). As citações simbolizam uma matriz das colaborações entre grupos de autores e do

crescimento em uma área de conhecimento, atuando também como um indicador objetivo na comunicação científica que revela o processo de desenvolvimento da ciência por meio das conexões estabelecidas entre os documentos e os autores (Grácio, [2020](#), p. 8). Para além de um meio de comunicação científica, a publicação em periódicos opera como uma moeda de troca nos processos de avaliação de autores e instituições. A relevância atribuída às revistas na qual se publica e a produtividade quantitativa são critérios decisivos na hierarquização institucional e na concessão de auxílios financeiros, consolidando uma métrica de valor que influencia diretamente o financiamento da ciência.

Nesse contexto, AA pode ser considerado um sucesso (Kiley, [2023, p. 26](#)) levando em conta o quantitativo de artigos publicados e revistas existentes nessa tipologia. Todavia, a contradição está na barreira imposta pelo pagamento de APC (Kiley, [2023, p. 26](#)). A APC tem uma relação direta com a comunicação científica, pois afeta a forma como a pesquisa é publicada, acessada e compartilhada. A publicação de artigos científicos abertos em revistas de tipologia aberta ou híbridas² pressupõe a ampliação da difusão e da visibilidade da pesquisa, permitindo seu acesso por qualquer pessoa, em qualquer lugar, sem a necessidade de pagar uma assinatura ou estar associado a uma instituição específica.

Como consequência, o modelo de AA viabilizaria a consulta e a utilização de estudos por cientistas de países com recursos limitados, que não podem custear assinaturas de periódicos restritos. No entanto, ao considerar a perspectiva do pesquisador que necessita comunicar seus resultados, observa-se que se substitui um obstáculo por outro: retira-se o ônus do leitor e transfere-se o custo para o autor (Fontúrbel; Vizentin-Bugoni, [2020](#)).

Em um cenário de expansão do AA e da adoção desse modelo pelas grandes editoras acadêmicas que utilizam APC, as políticas de desconto e isenção de taxas, supostamente, buscam subsidiar a promoção de equidade entre autores de países com maiores rendimentos financeiros e países de baixa e média renda, especialmente, daqueles autores de países em extrema pobreza. Nesse sentido, a desigualdade no

² Exigem o pagamento de APC pelos autores para abertura do artigo. Existe uma discussão quanto às revistas híbridas serem consideradas acesso aberto e, nesse sentido, o DOAJ mudou a sua política, excluindo de seu portfólio revistas híbridas por não serem entendidas como de AA.

acesso ao financiamento para publicação científica reflete uma divisão global historicamente estabelecida entre o centro e a periferia, conceitos que agrupam e diferenciam as lógicas sociais que influenciam os processos científicos em cada região (Neves, [2009](#)).

Nesse contexto, no Norte Global, onde estão concentrados os países hegemônicos, as nações do Sul Global são frequentemente relegadas à periferia da produção científica (Jorge, [2016](#)). Essa divisão se reflete nas políticas de AA, como as propostas pelo [Plano S](#) que fortalecem o modelo de pagamento para o acesso aberto e, embora prevejam descontos totais e parciais nas taxas de APC para autores de países de baixa e média renda, demandam que os pesquisadores solicitem esses descontos, resultando em um trâmite demorado e incerto (Oliveira; Kowaltowski; Silber, [2022](#)). Além disso, alguns periódicos concedem isenções e descontos automáticos (Lawson, [2015](#)), embora o quantitativo de artigos isentos e com descontos aplicados não seja um dado de fácil acesso. Isso ocorre devido aos desafios e impossibilidades impostas ao acesso aos dados sob custódia das editoras sobre o quantitativo de artigos isentos e com descontos nos periódicos elegíveis aos modelos.

Além disso, o Plano S, em consonância com as diretrizes do Banco Mundial, não contempla a concessão de descontos para países de renda média-alta, como o Brasil. Recentemente, em 2025, certas editoras atualizaram suas agendas de AA com modelos de desconto baseados em indicadores macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), especificamente direcionados a regiões como a América Latina. Todavia, a ausência de relatórios de impacto ou dados transparentes impede a avaliação dos resultados dessa iniciativa. Não se sabe, portanto, se esse modelo de categorias efetivamente amplia a participação de pesquisadores dessas regiões ou se permanece como uma reconfiguração meramente administrativa das taxas.

Complementarmente, Smith *et al.* ([2021](#)), em um estudo sobre os periódicos da Elsevier, apontaram que autores em países elegíveis para isenções de APC publicaram quase nenhum artigo AA em periódicos *mirror*³ e que praticamente todos os seus artigos

³ Periódicos espelho (*mirror*) são versões em acesso aberto de periódicos tradicionais (*parent journals*), criadas por editoras comerciais como a Elsevier. Compartilham com o periódico original o mesmo escopo editorial e corpo de revisores, mas funcionam como periódicos independentes, cobrando APC para publicação

em periódicos *parent* foram publicados sob o modelo de assinatura. Os resultados dessa pesquisa sugerem que a APC é uma barreira para a publicação em AA por cientistas de países de baixa renda do Sul Global.

Por fim, é fundamental destacar que, embora essas políticas pareçam ter um caráter inclusivo, elas são desenvolvidas por editoras que operam com objetivos comerciais e buscam maximizar lucros. Nesse cenário, é razoável questionar até que ponto essas ações são motivadas por uma verdadeira preocupação com a inclusão científica, a diversidade global e a promoção de equidade, ou se trata de estratégias para aumentar o alcance e a visibilidade das publicações, em particular daquelas em periódicos com menor Fator de Impacto (FI) como aponta o estudo de Larose e Mittal (2023), garantindo benefícios financeiros e reputacionais para a empresa.

Como alternativa ao modelo de taxas, o AA diamante (*diamond open access*) configura-se como uma via de publicação isenta de custos para autores e leitores, sustentado por subsídios institucionais, bolsas de fomento ou sociedades científicas (Ancion *et al.*, 2022; Rooryck; Castro; Llorente, 2024). Esse modelo busca romper com a lógica mercantilizada da comunicação científica e, de acordo com Pilatti (2025), seu núcleo operacional reside no financiamento de processos editoriais sem APC, permitindo a gratuidade integral na submissão e no acesso. Conforme Ghane, Niazmand e Sarvestani (2019), no campo das Ciências, o modelo diamante apresentou vantagens de citação para periódicos em fisiologia, zoologia, microbiologia e geologia, seguidas por botânica, astronomia e biologia geral.

Ancorado em uma estratégia teórico-metodológica, este estudo articula os conceitos de justiça distributiva (Mill, 2005; Rawls, 2003), globalização perversa (Santos, 2022) e relações centro-periferia para compreensão do contexto do acesso à publicação científica a partir da concessão de desconto e isenção de APC. Além disso, utiliza-se dos estudos métricos, os quais emergiram da necessidade de avaliar sistematicamente a produção e comunicação científica (Noronha; Maricato, 2008). Esses estudos foram mobilizados aqui para explorar os resultados das políticas sob a perspectiva dos interesses editoriais. Considera-se que em um mercado dominado por empresas com fins

em acesso aberto. Já os periódicos *parent* são os periódicos tradicionais, geralmente baseados em assinatura, dos quais os *mirror's* derivam.

lucrativos, as decisões estratégicas frequentemente priorizam o retorno financeiro em detrimento de compromissos acadêmicos ou sociais. Nessa perspectiva, a análise da produção científica dos países elegíveis a políticas de isenção e descontos visa testar três pressupostos centrais:

- i. Primeiro, se as taxas de processamento de artigos (APCs) constituem, de fato, uma barreira à publicação, mediante a análise do comportamento da produção científica nessas nações;
- ii. Segundo, se ocorre uma migração significativa desses autores para periódicos do modelo diamante, que não impõem custos a autores nem a leitores;
- iii. Terceiro, se a gratuidade foi efetivamente aplicada a pesquisadores de países elegíveis em periódicos específicos do campo da genética.

Especificamente, apresenta-se as seguintes questões a serem respondidas por esta investigação:

- Como as políticas de desconto e isenção influenciam a produção científica comunicada via periódicos? Os países elegíveis a descontos e isenções têm publicado mais? Os países elegíveis publicam mais em revistas de acesso diamante? As isenções foram efetivamente concedidas a autores nos periódicos elegíveis do campo de pesquisa genética?

Esta pesquisa investiga o acesso à publicação científica, definido aqui como a capacidade de os autores difundirem seus resultados frente às barreiras financeiras das taxas de APCs. Questiona-se se as políticas de isenção e de descontos realmente promovem equidade ou se, conforme a crítica de Santos (2022) sobre a globalização, funcionam como uma “fábula” que mascara a exclusão. Nessa perspectiva, busca-se entender se tais ações democratizam a ciência ou apenas reforçam a hegemonia dos grandes centros, condicionando a visibilidade do autor à sua capacidade orçamentária.

3 OBJETIVOS

3.1 *Objetivo geral*

Analisar os limites e as contradições das políticas de desconto e isenção de taxas de processamento (APC) em editoras comerciais como instrumentos de equidade, a partir da produção científica de países elegíveis do Sul Global.

3.2 *Objetivos específicos*

OE1 Caracterizar as políticas de isenção adotadas pelas editoras selecionadas, identificando os critérios macroeconômicos e geográficos de elegibilidade.

OE2 Quantificar a produção científica de autores de países elegíveis em periódicos dessas editoras

OE3 Mapear a migração de pesquisadores desses países para o modelo de acesso aberto diamante, verificando se a gratuidade integral atua como uma estratégia de alternativa às barreiras financeiras das vias comerciais.

OE4 Verificar a aplicação das isenções no campo da genética, analisando se as diretrizes de gratuidade resultaram na publicação efetiva de manuscritos liderados por pesquisadores das nações beneficiárias nas editoras selecionadas.

OE5 Discutir a transparência e aplicação dos modelos utilizados para disponibilizar isenções e descontos

4 JUSTIFICATIVA

Historicamente, a ciência e o conhecimento sempre constituíram um campo de disputa de poder, marcado por estruturas sociais assimétricas entre zonas centrais dominantes e periféricas (Mueller; Oliveira, [2007](#); Mazetti *et al.*, [2019](#)). Com a mudança de paradigmas científicos e a consolidação do periódico como principal veículo de comunicação da pesquisa, assiste-se à mercantilização da produção acadêmica. Esse

processo, por sua vez, reconfigura as estruturas de poder vigentes mediante a formação de oligopólios editoriais que concentram a publicação científica.

Essa concentração do mercado editorial acadêmico é evidenciada pelo estudo de Lavrière, Haustein e Mongeon (2015) que revela o domínio crescente de cinco editoras: Elsevier, Wiley, Springer, Taylor & Francis e Sage. Conforme os autores apresentam, no ano de 2013, essas editoras foram responsáveis por mais de 50% de todos os artigos publicados, tanto nas Ciências Naturais quanto nas Ciências Sociais. Esse controle desproporcional tem impactos profundos sobre a circulação do conhecimento, colocando em risco a diversidade na produção acadêmica e reforçando a divisão entre centros e periferias na ciência global.

Dois anos depois, outro estudo (Björk, 2017), especificamente sobre os periódicos híbridos, demonstrou que 73% dos periódicos das principais editoras acadêmicas⁴ eram dessa tipologia. Os periódicos híbridos operam sob um mecanismo de dupla tributação pública: instituições pagam assinaturas para conteúdo restrito e financiam APCs para AA opcional (Mittermaier, 2015), prática que consome recursos públicos, particularmente em países como o Brasil. Embora as editoras neguem veemente que a duplicidade de acesso ocorra, o estudo de Mittermaier (2015) concluiu que não há editora que nunca faça *double dipping*, logo acumulam, como consequência, um duplo benefício. Por outro lado, as editoras defendem ainda que esse é um modelo que atua no processo de transição para o AA, embora as evidências revelem seu caráter essencialmente mercantil.

Essa dinâmica gera assimetrias estruturais: artigos em AA recebem até 18% mais citações do que o esperado (Piwowar *et al.*, 2018), o que pode favorecer o acesso de autores com capacidade financeira para pagar a APC. O modelo híbrido, para o qual não existem concessões de descontos e isenções de taxas de APC, consolida a estratificação acadêmica, visto que quem pode pagar tem maior visibilidade; maximiza lucros editoriais pela captura simultânea de receitas de assinaturas e taxas; e instrumentaliza políticas públicas ao desviar verbas que poderiam sustentar modelos não comerciais. Portanto, sua expansão representa menos uma democratização do conhecimento e mais uma estratégia de concentração de mercado e poder editorial.

⁴ Elsevier, Springer Nature Group, Wiley-Blackwell, Taylor & Francis e Sage.

O trabalho de Posada e Chen (2018) complementa essa análise ao destacar como as grandes editoras acadêmicas, como *Elsevier* e *Wiley*, mantiveram e até expandiram suas margens de lucro, mesmo com o advento da era digital e o crescimento do movimento de AA. Os autores apontam que essas editoras conseguiram adaptar-se a mudanças tecnológicas ao consolidar o uso de *paywalls*⁵ e transformar o conhecimento acadêmico em um “bem de clube”, acessível apenas a quem pudesse pagar. A ascensão do AA, longe de ameaçar seus modelos de negócios, foi incorporada às suas estratégias de geração de lucro, resultando em margens estáveis ou crescentes.

A *Springer*, *Taylor & Francis* e a *Sage* também vêm realizando movimentos similares, o que justifica uma análise mais aprofundada sobre as implicações dessas expansões para a diversidade e acesso ao conhecimento. A criação de monopólios ou oligopólios nesse setor apresenta sérios desafios para pesquisadores situados em países do Sul Global que já enfrentam barreiras significativas no acesso a publicações científicas de “qualidade”. A dinâmica de fusões, aquisições e diversificação das editoras revela um cenário de crescente concentração e controle dessas editoras sobre a infraestrutura acadêmica que podem ter impactos diretos no acesso ao conhecimento. Dessa forma, a expansão dessas empresas e sua relação com adoção de políticas de isenção de taxas exigem uma análise mais profunda para compreensão de suas dinâmicas de concessão de acesso para as instituições e pesquisadores localizados nas periferias do Sul Global.

Nesse sentido, é fundamental considerar as receitas geradas pelos modelos de AA, como o AA dourado e o impacto econômico sobre o mercado editorial acadêmico. Como ilustrado no estudo de Butler *et al.* (2023), observa-se uma variação significativa nas receitas obtidas entre editoras, como a *Springer Nature*, cuja estimativa superior de receita alcança um aumento de 10%, correspondendo a um acréscimo de aproximadamente \$58 milhões de dólares estadunidenses, enquanto a *Taylor & Francis* apresentou uma variação de 10,9% entre as faixas estimadas de receita anual.

Na mesma direção, Appel (2019) aponta que modelos de AA conduzidos por editoras comerciais tendem a preservar formas de controle e concentração: essas

⁵ *Paywall* é uma barreira de acesso imposta por editoras que restringe a leitura de artigos apenas a quem paga por eles, seja por assinatura, compra individual ou por meio da instituição. No contexto do acesso aberto, o *paywall* representa o modelo oposto, pois impede que o conteúdo científico seja livremente consultado por qualquer pessoa.

editoras implementam estratégias de integração vertical de plataformas e infraestrutura, promovem captura de dados das plataformas integradas, mobilizam trabalho não remunerado de pesquisadores e adotam processos automatizados de apoio à tomada de decisões, o que potencializa riscos de vigilância informacional e conflitos de interesse na validação e certificação da produção científica.

A política de isenção de APC das grandes editoras configura-se como um importante objeto analítico e convém avaliar seus critérios e mecanismos de implementação para verificar em que medida ampliam efetivamente o acesso ou reproduzem dependências e desigualdades estruturais no sistema de publicação. O tema articula dimensões centrais da Ciência da Informação, como a circulação e o acesso à informação científica e as estruturas de poder que orientam a comunicação científica global.

A pesquisa teve como foco a análise da isenção concedida para pesquisadores elegíveis na área de pesquisa genética. Na área, um exemplo marcante foi o trabalho das pesquisadoras brasileiras que sequenciaram o genoma do coronavírus em apenas 48 horas, evidenciando uma contribuição significativa dos países do Sul Global, apesar das desigualdades estruturais (Silva, 2023, p. 83). Adicionalmente, a genética também possui práticas de abertura de dados consolidadas como no caso do [Projeto Genoma Humano](#) (PGH) que aconteceu entre 1990 e 2003 (Nicol; Nielsen; Archer, 2024) e envolveu um esforço de cientistas que compartilharam abertamente dados e informações para sequenciamento do DNA humano. Tal projeto resultou no [GenBank](#), um repositório de acesso público das informações de sequência produzidas pelo PGH, e nos Princípios da Bermudas⁶ (Contreras, 2011).

Outro aspecto é que trata-se de uma área de pesquisa intensiva em recursos, que exige infraestrutura laboratorial e computacional de alto custo, como plataformas de sequenciamento, biobancos (OECD, 2021, p. 16-18) e sistemas de armazenamento e

⁶ Entre 1996 e 1998, os líderes do Projeto Genoma Humano (PGH) estabeleceram os Princípios de Bermuda. Estes princípios foram criados com o propósito de coordenar o projeto e garantir que os dados fossem rapidamente compartilhados eletronicamente, beneficiando tanto a ciência quanto a sociedade. A principal exigência era que todas as sequências de DNA financiadas pelo PGH fossem disponibilizadas online em, no máximo, 24 horas após sua geração. Desde sua criação, os Princípios de Bermuda se tornaram um modelo para outras políticas que incentivam o compartilhamento rápido de dados em diversos campos de pesquisa, notadamente em genômica e proteômica.

processamento de grandes volumes de dados genômicos (Stephens *et al.*, [2015](#)). Essa dependência tecnológica e financeira torna a capacidade de produção e disseminação do conhecimento fortemente associada aos recursos institucionais e nacionais disponíveis, o que pode implicar na disponibilidade de recursos direcionados ao pagamento de APC. Adicionalmente, a genética é marcada por ampla colaboração internacional, frequentemente envolvendo coautorias entre pesquisadores do Sul e Norte Global, o que pode afetar a visibilidade e o reconhecimento das contribuições locais. Considerando esse histórico, a escolha da genética como campo de análise mostra-se pertinente por reunir características adoção a prática abertas e pelo interesse de observar como a área se comporta no que diz respeito ao acesso à publicação científica via concessão de isenção para pesquisadores de países elegíveis.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apoiando-nos no problema de pesquisa e nos objetivos delineados, esse tópico consolida o arcabouço teórico que sustenta a investigação. Partimos de uma análise crítica das origens e do desenvolvimento do movimento pelo AA, examinando como suas promessas iniciais de democratização do conhecimento foram gradualmente reconfiguradas pela adoção das taxas de processamento de artigo (APCs). Este primeiro tópico estabelece o cenário da transição para um modelo que, ao transferir o ônus financeiro do leitor para o autor, instituiu uma nova barreira econômica. Discutimos como essa mudança, longe de desmontar estruturas de mercado, foi apropriada pelas grandes editoras comerciais, adaptando seus modelos de negócio e mantendo o controle oligopolístico sobre a comunicação científica.

Em seguida, aprofundamos a crítica a esse modelo econômico no tópico “Rota de acesso e exclusão: APC e o dilema dos acordos transformativos”. Aqui, analisamos a emergência e a consolidação desses acordos como a principal estratégia de transição financiada. Argumentamos que, apesar de sua retórica inovadora, esses acordos frequentemente perpetuam a dependência institucional, consomem recursos públicos de forma pouco transparente e podem mascarar a prática de duplo pagamento. A análise demonstra que esses mecanismos, concentrados no Norte Global e também definidos por

suas prioridades e lógicas, perpetuam a exclusão de países de baixa e média renda. Ao invés de corrigir assimetrias, eles podem intensificá-las ao consolidar um fluxo de recursos que segue os termos e direções estabelecidos pelas nações mais desenvolvidas, reforçando assim os oligopólios editoriais..

O terceiro tópico, “Opacidade e desigualdade: críticas estruturais às políticas de isenção de APC”, dirige o foco analítico para o objeto central desta dissertação. Revisamos a literatura que expõe a ausência sistêmica de transparência na operação dessas políticas. Demonstramos que a falta de dados públicos auditáveis sobre solicitações e concessões de isenção inviabiliza uma avaliação rigorosa de sua efetividade. Este tópico sintetiza as evidências de que os processos são frequentemente burocráticos e estigmatizantes, e que a mera elegibilidade formal não se traduz em acesso real e equitativo, levantando sérias dúvidas sobre se tais políticas cumprem uma função substantiva de inclusão ou operam principalmente como instrumentos de legitimação para as editoras.

Por fim, no tópico “Ciência, globalização e justiça distributiva: reflexões sobre a mercantilização da ciência e da produção científica”, construímos o quadro teórico-normativo que permite julgar o fenômeno estudado. Articulamos teorias da justiça distributiva, do utilitarismo de Mill à justiça como equidade de Rawls, para avaliar a moralidade de um sistema que condiciona a divulgação científica à capacidade de pagamento. Contextualizamos essa análise na geografia crítica de Milton Santos (2022), compreendendo a mercantilização do conhecimento como uma expressão da globalização perversa, e também articula-se a crítica da razão instrumental de Adorno e Horkheimer (1989). Este conjunto teórico permite concluir que as políticas de isenção, atuando dentro desta lógica global assimétrica, funcionam como paliativos que gerenciam a exclusão sem confrontar as estruturas que a produzem. A fundamentação, portanto, prepara o terreno para o modelo conceitual que guiará a análise subsequente, orientando a investigação sobre se e como tais políticas afetam a produção científica dos países elegíveis.

5.1 Acesso aberto: breves notas sobre as expectativas e a transição para o modelo

A academia global ainda é profundamente desigual: o Norte domina a autoria e as colaborações científicas, relegando o Sul Global a uma posição periférica (Ross-Hellauer *et al.* [2022](#)). Mesmo em regiões mais ricas, a busca por “excelência” tende a concentrar ainda mais os recursos nas instituições já privilegiadas, ampliando as desigualdades de acesso e representação. Nesse contexto, a Ciência Aberta emerge como uma resposta potencial a esses desafios e essa pesquisa se concentrou em um de seus aspectos – o AA.

O AA surge com uma expectativa de se apresentar com uma estratégia viável e necessária para corrigir desigualdades estruturais na ciência global, visando promover um fluxo de conhecimento mais inclusivo e colaborativo. Dessa forma, os artigos de acesso livre são mais lidos, compartilhados e citados (Vervoort; Ma; Bookholane, [2021](#); Hitchcock, [2016](#)).

A iniciativa [Open Access 2020](#)⁷ afirma que a transição do sistema *paywall* para o sistema de AA reduz disparidades e permite a universalização e gratuidade do acesso a novos conhecimentos para pesquisadores em todos os lugares. Para Chan, Kirsop e Arunachalam ([2011](#)), reconhecessem esse potencial democratizante, em particular, para pesquisadores do Sul Global ao eliminar barreiras financeiras diretas. No entanto, os autores (Chan; Kirsop; Arunachalam, [2011](#)) alertam que a gratuidade do acesso, isolada, é insuficiente. Eles criticam modelos filantrópicos de assinatura (como *Research4Life*) controlados por editoras comerciais, por serem insustentáveis e perpetuarem a dependência, servindo mais como ferramentas de mercado do que como soluções estruturais (Chan; Kirsop; Arunachalam, [2011](#)). Para Chan, Kirsop e Arunachalam ([2011](#)) a verdadeira democratização exige um redesenho do sistema que questione os critérios de valor e visibilidade do conhecimento, ainda dominados por métrica do Norte.

⁷ Disponível em: <https://oa2020.org/be-informed/equity/>

Chan, Kirsop e Arunachalam (2011) destacam que o AA é um importante para a disseminação de pesquisas aplicadas a problemas locais do Sul Global, como saúde e segurança alimentar, elementos críticos para o progresso social. Ele também viabiliza tecnicamente uma rede de comunicação Sul-Sul, promovendo o compartilhamento de conhecimentos regionalmente relevantes (Chan; Kirsop; Arunachalam, 2011). Ainda assim, os autores (Chan; Kirsop; Arunachalam, 2011) apresentam crítica que a infraestrutura técnica do AA não supera, por si só, a desigualdade estrutural nos sistemas de avaliação e recompensa acadêmicos. O conhecimento produzido no Sul, mesmo em periódicos de AA, permanece marginalizado por métricas de impacto controladas por conglomerados do Norte (como o FI de Revista da *Thomson Reuters*⁸), que ignoram seu valor para o desenvolvimento local (Chan; Kirsop; Arunachalam, 2011). Portanto, a “integração ao conhecimento global” permanece condicionada a padrões de validação externos, que frequentemente desprezam a relevância regional.

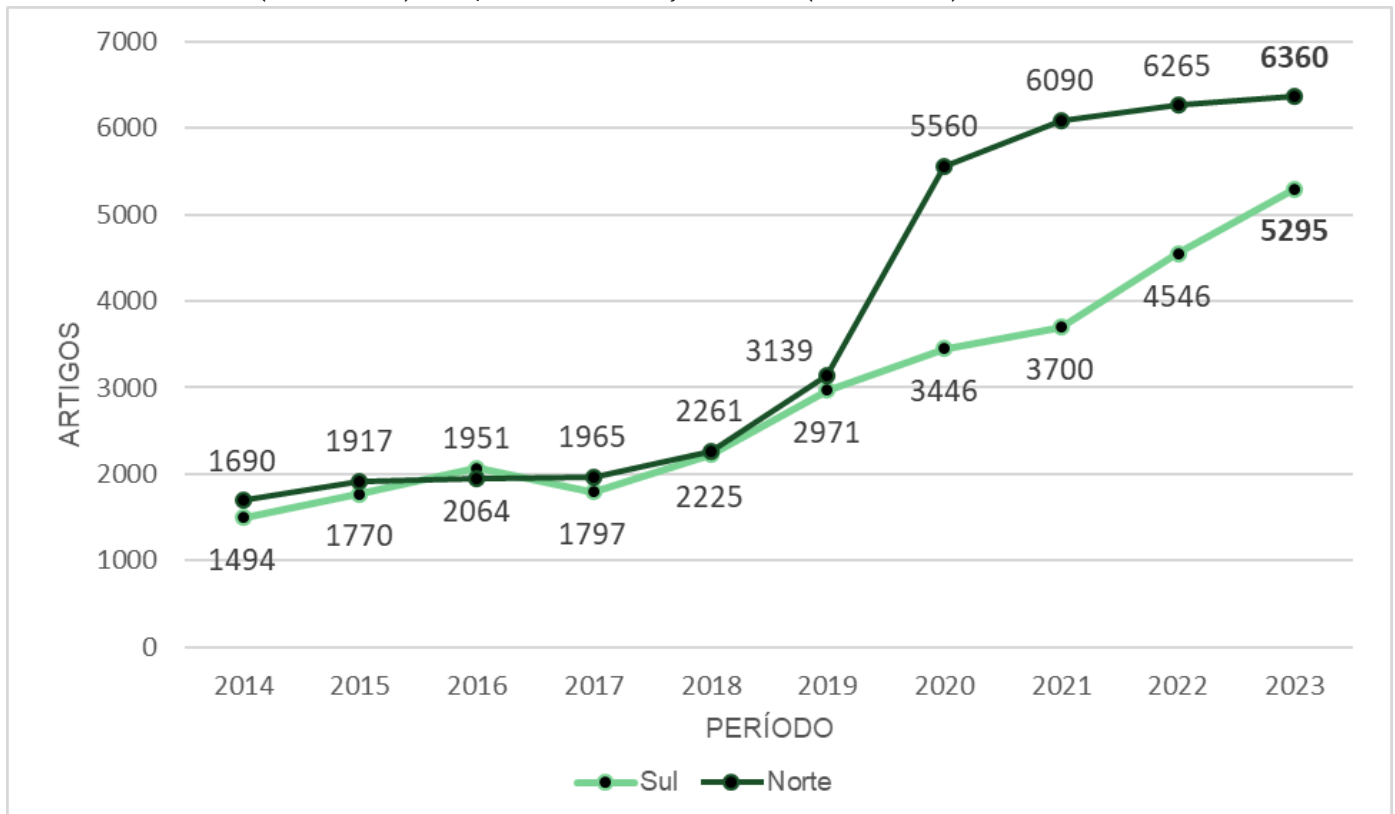
Diante dessa crítica, Chan, Kirsop e Arunachalam (2011) citam o exemplo do periódico *African Health Sciences* como um caso de sucesso que ganha visibilidade internacional via AA. No entanto, o tom dos autores é de cautela, não de afirmação de uma solução plena. Eles (Chan; Kirsop; Arunachalam, 2011) enfatizam que essas iniciativas são um primeiro passo para contestar a dependência, mas que sua efetividade está ligada a adoção de novas métricas de impacto que valorizem a relevância para o desenvolvimento local e o deslocamento do conhecimento para um entendimento de bem público global, desvinculado de lógicas de propriedade e mercado. Sem essa transformação paralela, periódicos do Sul arriscam-se a permanecer em uma posição subalterna no ecossistema global.

No processo de transição para o modelo de AA, havia as expectativas de mudança do fluxo de comunicação dominado pelo Norte Global em aspectos como autoria e na definição de temas prioritários no desenvolvimento de pesquisas. Em paralelo, um estudo sobre a transição para o modelo de AA revela que, apesar das publicações do Sul Global terem se expandido com o adoção do modelo aberto, a produção ainda é

⁸ A *Thomson Reuters* teve uma influência histórica fundamental, sendo criadora e responsável pelo cálculo do FI através do *Institute for Scientific Information* (ISI) por décadas. No entanto, atualmente, a *Thomson Reuters* não tem influência direta sobre o FI após a venda, em 2016, de sua divisão de Propriedade Intelectual e Ciência (que incluía a base de dados *Web of Science* e o *Journal Citation Reports - JCR*) para a *Clarivate Analytics*.

significativamente inferior à produção científica do Norte Global na comunicação via artigos de periódicos (**Gráfico 1**).

Gráfico 1 - Quantidade de artigos publicados com autores afiliados unicamente a países do Norte e do Sul Global antes (2014-2018) e depois da cobrança de APC (2019-2023)



Fonte: Adaptado de Gomes, Maricato e Costa (2024).

Nesse contexto, muitos periódicos adotam o modelo híbrido, no qual coexistem artigos de acesso restrito, disponibilizados por meio de assinatura, e artigos em AA dourado, cuja publicação ocorre, comumente, mediante o pagamento de taxas de APC (Vervoo; Ma; Bookbolane, 2021) ampliando o quantitativo de revistas nesses modelos (Crawford, 2019). No caso desses periódicos, que condicionam a publicação ao custeio de APC, os valores podem variar de US\$ 1.371 (mil trezentos e setenta um dólares) a US\$ 2.000 (dois mil dólares) e que se convertidos para o real brasileiro podem chegar a cerca

de R\$ 11.880 (onze mil oitocentos e oitenta reais)⁹ (Crawford, [2022](#); Jahn; Tullney, [2016](#); Solomon; Björk, [2016](#)).

A transição para o AA nos modelos que condicionam a publicação ao pagamento de taxas de APC, implica custos financeiros consideráveis e demanda infraestruturas institucionais, apoios locais e formação técnica adequados, os quais variam significativamente entre países e instituições (Chan *et al.*, 2022). Em cenários marcados por restrições orçamentárias, como os países do Sul Global, essas exigências tendem a acentuar desigualdades no acesso à publicação científica.

Em consonância com esse debate, Posada e Chen ([2018](#)) argumentam que os avanços em direção ao AA têm ocorrido de forma articulada a um controle crescente da infraestrutura acadêmica por parte dos grandes editores comerciais. Segundo os autores, esse movimento permite a ampliação das estratégias de geração de receita, que deixam de se restringir ao acesso aos conteúdos e passam a incluir a oferta de plataformas, serviços analíticos e sistemas de gestão que acompanham todo o ciclo de vida da pesquisa científica. Esse modelo tende a reforçar o poder econômico e informacional dos editores e a ampliar a vulnerabilidade de pesquisadores e instituições marginalizadas.

Em seu trabalho, os autores examinaram a consolidação de controle pelas grandes editoras no processo de transição para o AA a partir da análise sistemática das várias empresas/serviços adquiridos e lançados pela *Wiley*, *Elsevier* e *Taylor & Francis*. No trabalho, que identificou as informações financeiras (dados de fusões, aquisições e receitas), descobriu-se que, ao longo de 20 anos, a *Elsevier* realizou mais de 340 fusões e aquisições, seguida pela *Taylor & Francis*, com 240, e *Wiley*, com 80 (Posada; Chen, [2018](#)).

Parte das críticas dirigidas à Ciência Aberta não se refere aos seus princípios normativos, mas ao desvirtuamento de sua implementação por parte das grandes editoras científicas. Tais críticas apontam que a Ciência Aberta pode fortalecer estruturas neoliberais, transformando a pesquisa científica em uma plataforma governada por corporações, o que poderia, paradoxalmente, consolidar ainda mais as desigualdades existentes (Ross-Hellauer *et al.*, [2022](#)).

⁹ No momento de realização dessa estimativa e conversão, 1 dólar estadunidense estava custando o equivalente a 5,9407999 Real/BRL. A fonte utilizada para o delineamento da estimativa de conversão foi o Google Finance. Disponível em: <https://www.google.com/finance/markets/currencies?hl=pt> Acesso em: 12 mar. 2026.

Nesse cenário, Posada e Chen (2018) argumentam que os sistemas métricos de avaliação científica, como indicadores bibliométricos e bases de indexação controlados por grandes oligopólios editoriais, tendem a favorecer periódicos do Norte Global, por incorporarem padrões editoriais e recortes geográficos historicamente alinhados a esses contextos. Os autores interpretam esse processo como uma forma de neocolonialismo acadêmico, na medida em que políticas editoriais e critérios de reconhecimento científico passam a ser condicionados por dinâmicas de avaliação controladas por corporações estrangeiras.

Embora o modelo de AA promovido por grandes editoras, como *Elsevier* e *Wiley*, pareça benéfico, ele pode ocultar mecanismos que reforçam a dependência de instituições e pesquisadores em relação aos seus produtos, infraestruturas e serviços analíticos, produzindo efeitos excludentes, especialmente, para pesquisadores e instituições do Sul Global. Alejandro Posada e George Chen (2018) demonstraram que a *Elsevier* concentra-se na produção acadêmica, oferecendo ferramentas analíticas que influenciam decisões institucionais, enquanto a *Wiley* direciona sua estratégia para o setor educacional, moldando políticas acadêmicas por meio de consultorias. Os autores defendem que essa diferenciação de estratégias evita concorrências diretas entre as editoras, consolidando seu poder monopolista e agravando desigualdades.

Além disso, a promoção de métricas de impacto e citação, nas bases de dados comerciais, favorece periódicos do Norte Global, contribuindo para a marginalização de pesquisadores e instituições situadas em contextos com menor acesso a esses circuitos de visibilidade científica. Dessa forma, a transição para o AA realizado por essas editoras, em vez de democratizar o conhecimento, adiciona novas barreiras e perpetua desigualdades estruturais na produção acadêmica (Posada; Chen, 2018).

Nesse cenário, as expectativas originalmente depositadas no AA foram progressivamente redirecionadas e apropriadas por grandes atores do mercado editorial, passando a sustentar estratégias de mercantilização da comunicação científica realizada via periódicos. Assim, as promessas de democratização da ciência, de ampliação do reconhecimento por meio da citação e do acesso livre, de maior equidade e de transformações nos fluxos de comunicação científica tendem a permanecer, em grande medida, restritas ao plano teórico. Na prática, as editoras acadêmicas, partindo de seus

lugares de empresas com receitas e lucros, apropriam-se dessas expectativas para estruturar estratégias de mercantilização da publicação científica, tratando os artigos como produtos passíveis de padronização e personalização em larga escala..

Como um dos “motores” da transição para o AA, o Plano S, lançado em 2018, é uma iniciativa de grande alcance liderada por agências de fomento e organizações de pesquisa europeias, com o objetivo central de garantir que pesquisas financiadas com recursos públicos sejam divulgadas em periódicos de AA. Para alcançar esse fim, o Plano S propõe uma série de diretrizes, como a publicação imediata dos artigos sem períodos de embargo e o AA aos dados de pesquisa a partir de 2021. Todavia, é importante pontuar que o Plano foi uma estratégia organizada por instituições estadunidenses e europeias com interesses políticos delineados (Poynder, [2019](#)). Alguns autores apontaram os impactos do Plano S na pesquisa global, argumentando que sua implementação pode ter contribuído para uma “divisão da produção da ciência entre aqueles que podem pagar para publicar (países de alta renda) daqueles que não podem (todos os outros países)” (Oliveira; Kowaltowski; Silber, [2022](#)).

Simultaneamente, o *Office of Science and Technology Policy* (OSTP), nos Estados Unidos, teve um papel importante na promoção do AA para pesquisas financiadas pelo governo federal. Em agosto de 2022, o OSTP emitiu uma orientação para que os departamentos e agências federais de ciência e tecnologia atualizem suas políticas de AA até dezembro de 2025 (Pesquisa FAPESP, [2022](#)).

Por outro lado, a proposta não foi isenta de críticas que fizeram com que em 2019 surgisse uma nova versão de seu guia de implementação. Entre os críticos esteve a estadunidense Wiley que defendeu que a imposição de restrições severas é desnecessária, visto que o ecossistema editorial já oferece múltiplas vias para o AA (Pesquisa FAPESP, [2019](#)). Entre os vários pontos dispostos no Plan S, está a proposta de que as taxas de APC sejam cobertas pelas agências financiadoras e universidades e não pelos pesquisadores, individualmente (Pesquisa FAPESP, [2019](#)) e outra proposta envolvendo as taxas seria a padronização de um valor máximo.

No entanto, a implementação do Plano S enfrenta desafios significativos em países de baixa e renda média, onde a pesquisa já opera sob diversas limitações financeiras.

Esses países frequentemente priorizam pesquisas aplicadas de curto prazo, devido à escassez de recursos, em detrimento da pesquisa básica, que é essencial para a inovação de longo prazo. Karlstrom, Asknes e Piro (2024) declaram que uma das principais expectativas sobre o movimento de AA é a sua utilidade para pesquisadores de países de baixa renda. Segundo os autores no contexto do debate sobre os benefícios do AA, os países de renda mais baixa têm sido vistos tipicamente como ilustradores das vantagens (e desvantagens) do AA. Além disso, a falta de políticas para subsidiar taxas de publicação em periódicos AA de qualidade agrava as desigualdades no acesso à comunicação científica global (Singh; Prasad; Shankar, 2021).

5.2 Rota de acesso e exclusão: APC e o dilema dos acordos transformativos

"[...] realize that open-access is at its core (until publishing papers is free) a debate about who pays, not how much gets paid and who profits. And follow the money!"

Brian McGill (2013)

Conforme discutido no tópico anterior, nos debates iniciais sobre o AA, havia a expectativa de que sua adoção pudesse tensionar os modelos tradicionais de publicação científica. No entanto, a introdução de taxas de APC que passaram a se integrar ao modelo de AA e o consequente aumento desses valores não inibiram os autores de submeterem seus trabalhos a esses periódicos, de acordo com o compilado de estudos sobre a temática realizado por Spinak (2019). Pelo contrário, os dados apresentados por Spinak (2019) indicam que os autores, ao optarem por periódicos que cobram APC, estão dispostos a arcar com os custos, independentemente do montante exigido. Segundo pontua o autor (Spinak, 2019), a consequência desse comportamento dos autores é a permissão para que as editoras definam os valores de APC com base no prestígio de seus periódicos, frequentemente medido pelo FI e nos recursos financeiros disponíveis em diferentes mercados.

A taxa de APC, exigida por parte dos periódicos de AA dourado, é apresentada como um mecanismo para cobrir custos editoriais, como edição de texto, diagramação,

hospedagem *online* e arquivamento digital. Contudo, na prática, esses encargos são majoritariamente transferidos aos autores, às agências de fomento ou às instituições às quais estão vinculados. Conforme discutido por Lawson (2015) a multiplicidade de taxas diferentes complexifica a narrativa comumente usada pelos críticos do AA que utilizam como argumento que os autores têm de “pagar para publicar”. Por outro lado, o autor afirma que as revistas que cobram APC normalmente o fazem em uma taxa única, potencialmente sujeita a isenções e descontos, que cobre todos os encargos envolvidos na publicação. Lawson (2015) apresenta que algumas revistas podem até cobrar taxas adicionais para página, cor ou licenças mais liberais como *Creative Commons*¹⁰ e informa que a taxa única é a forma dominante de APC, mas não é a única.

Outra problemática é que os membros dos conselhos editoriais e revisores de revistas de AA que cobram taxas de APC, geralmente não são remunerados pelo seu trabalho (Amina, 2023). À medida que periódicos de AA com cobrança de APC consolidam sua posição no ecossistema da comunicação científica, cresce a preocupação entre financiadores e instituições, na medida em que esse modelo pode contribuir para processos de hiperinflação no mercado de publicações científicas. Caso essas instituições não utilizem seu poder de barganha para limitar os custos, o modelo de APC pode perpetuar as mesmas dinâmicas que originaram a crise dos periódicos há 20 anos, transformando o AA em uma extensão dos problemas já enfrentados anteriormente (Spinak, 2019).

A síntese de estudos (Else, 2018; Khoo, 2019; Pollock; Michael, 2019; Guzik; Ahluwalia, 2019; Purton; Michelangeli; Fésüs, 2019) realizada no artigo de Spinak (2019) indica que um pesquisador pode inicialmente estar satisfeito em publicar em um periódico de AA que não cobra taxas de APC, mas se possuir recursos financeiros, provavelmente, escolherá um periódico considerado de maior prestígio. Isso ocorre porque quando as publicações são essenciais para o avanço na carreira acadêmica, a sensibilidade às variações de preço das APC é reduzida, de maneira similar à forma como os consumidores continuam adquirindo alimentos básicos, mesmo diante de aumentos nos preços (Spinak, 2019).

¹⁰ Segundo o autor, algumas editoras como a *Copernicus* e a *F1000Research* cobram uma APC variável dependente do comprimento ou tipo de artigo.

Em seguida, Spinak (2019) argumenta que as editoras estão cientes dessa dinâmica e ajustam seus preços sem que isso afete significativamente sua posição no mercado¹¹ e ressalta que elas admitem que o preço não é definido com base no custo de produção, mas sim no valor econômico percebido de seus periódicos. Assim, o custo é, portanto, atribuído a partir de um valor simbólico ditado pelo mercado (Appel; Albagli, 2019) considerando que há valores diferentes para revistas de uma mesma editora. Um alto FI associado a uma revista aumenta seu prestígio e valor e, conseqüentemente, acaba permitindo que as *publishers*¹² imponham taxas de APC mais elevadas (Spinak, 2019).

Para que essa lógica de precificação se sustente, é necessário compreender por que os pesquisadores estão dispostos a arcar com esses custos. A resposta reside em um sistema de avaliação e recompensa acadêmica que, como criticam Chan, Kirsop e Arunachalam (2011), foi globalmente consolidado sob a hegemonia de métricas como o FI, controlado por conglomerados do Norte, tornando-se a principal moeda de capital simbólico e profissional. Sob pressão crescente por produtividade, visibilidade rápida e progressão na carreira, pesquisadores, em particular aqueles que estão em início de carreira ou em contextos periféricos, veem na publicação em periódicos de alto FI uma estratégia quase obrigatória. O AA dourado (que comumente exige o pagamento de APC) se apresenta, assim, como a porta de entrada tarifada para esse circuito de prestígio. Essa dinâmica pode, ainda, ampliar deformações do sistema, como o surgimento de periódicos predatórios que se aproveitam dessa mesma pressão, prometendo agilidade e indexação a um custo, porém sem oferecer o rigor ou o reconhecimento almejado. Desse modo, a disposição para pagar é uma resposta a um ambiente acadêmico que confunde a qualidade da pesquisa com o *status* do veículo que a publica, em um ciclo que reforça tanto o poder de precificação das editoras quanto a dependência dos pesquisadores.

Em sintonia com essa análise, Björk e Solomon (2015) e Pollock e Michael (2019) realizaram estudos que demonstraram que os custos das APC estão correlacionados ao prestígio do periódico, medido pelo impacto normalizado por artigo. Nicholas *et al.* (2017) destacaram que o prestígio e indicadores, como o FI, e a indexação em bases de dados,

¹¹ O autor cita como exemplos a *Frontiers* e a MDPI, que apresentaram o maior crescimento no volume de artigos publicados por periódico e, também, elevaram seus valores de APC para as faixas mais altas do mercado (Spinak, 2019).

¹² Termo em inglês para editoras.

como a *Web Of Science* (WOS), são fatores considerados pelos autores na escolha de onde publicar. Esses achados sugerem que o custo da publicação tende a ser relativizado pelos autores, uma vez que a possibilidade de veicular seus trabalhos em periódicos percebidos como de maior “prestígio” constitui um elemento central de suas estratégias editoriais. A utilização de bases de dados e de outros artefatos analíticos, como indicadores, métricas e sistemas de visualização que mensuram a produção científica, constitui também um fator relevante nesse processo, em razão de sua centralidade nas dinâmicas de avaliação e posicionamento por meio de *rankings* acadêmicos. Tais instrumentos de mensuração da produção científica global são, em sua maioria, desenvolvidos e controlados por atores situados nos centros do Norte Global.

Essa compreensão é reforçada no estudo de Koong *et al.* (2023), que concluiu que, em periódicos de oncologia, os custos de publicação em AA são mais elevados e concentram maior volume de artigos citáveis, adotam o modelo híbrido de AA, apresentam FI mais alto e estão sediados na América do Norte ou na Europa. Além de evidenciar processos de ocidentalização e centralização do conhecimento científico veiculado em periódicos, o estudo indica, no contexto da pesquisa em câncer, que o FI constitui um dos critérios utilizados na precificação das taxas de publicação. A persistência do modelo de periódicos híbridos exemplifica a complexidade financeira desse cenário. Neles, as editoras lucram em duas frentes: recebem das instituições pelas assinaturas (para garantir o acesso à leitura) e, simultaneamente, cobram APCs dos autores que optam pela publicação em AA. Esses periódicos lucram com as assinaturas e APCs, muitas vezes, pagos pelas mesmas instituições (Bakker, 2017). Essa dinâmica resulta no chamado *double dipping*, uma situação em que uma mesma instituição acaba financiando duplamente a mesma editora: uma vez via orçamento da biblioteca (assinatura) e outra via verbas de fomento à pesquisa¹³ (APC).

Em um contexto de transição para o AA no qual tem-se o Plano S e as taxas de APC, surgem os Acordos Transformativos (AT). Trata-se de contratos firmados entre bibliotecas, consórcios ou instituições de pesquisa e grandes editoras científicas que

¹³ Além de editais de incentivo e fomento a pesquisa - os quais comumente incluem participação em eventos ou publicações de artigos - os fundos institucionais, como orçamentos de bibliotecas, também são usados para pagar APC, o que cria uma situação em que uma instituição está pagando taxas de assinatura, bem como APC, geralmente para as mesmas editoras (Willinsky; Rusk, 2019).

visam reorganizar os fluxos financeiros da publicação acadêmica, combinando custos de acesso e de publicação, com o objetivo declarado de ampliar a disponibilidade de conteúdos em AA. Conforme definição de Alonso-Álvarez, Sastrón-Toledo e Mañana-Rodrigues (2024) os ATs são “contratos entre editoras e instituições nos quais estas últimas pagam uma quantia em dinheiro para cobrir as taxas de publicação em AA para um número limitado de artigos”. Nesse contexto, pode-se entender que esses acordos como uma conversão de investimentos anteriormente destinados a assinaturas para a inclusão do pagamento de APC. Assim, os ATs permitem que as instituições paguem uma taxa global, que combina a assinatura dos periódicos com a cobertura das taxas de APC para seus pesquisadores (Martins *et al.*, 2024).

Tais acordos surgem como uma solução intermediária entre o modelo tradicional de publicação e o AA, buscando garantir que o acesso ao conhecimento científico seja ampliado sem comprometer a sustentabilidade das editoras comerciais. Os ATs surgiram como uma tentativa de equilibrar os interesses das editoras e das agências governamentais, promovendo uma transição mais sustentável para o AA (Martins *et al.*, 2024).

Não obstante a retórica conciliadora que apresenta os ATs como uma via de transição entre o modelo baseado em *paywalls* e o AA, é preciso problematizar sua efetiva transformação. A autora Trinca (2025) demonstra que, ao incorporar taxas de APC e serviços de inteligência em pesquisa num mesmo pacote contratual, os ATs tendem a reproduzir, e em alguns casos a aprofundar, a lógica de captura e monetização por parte das grandes editoras, promovendo formas de neoextrativismo de dados acadêmicos, reforçando dependências infraestruturais e criando efeitos de *vendor lock-in*¹⁴ que dificultam a emergência de infraestruturas públicas e interoperáveis. Em vez de dissolver a assimetria entre interesses públicos e privados no ecossistema da comunicação científica, os ATs podem funcionar como um mecanismo de apropriação do discurso do

¹⁴ *Vendor lock-in* refere-se a uma situação de dependência tecnológica e contratual na qual uma organização encontra barreiras técnicas, financeiras ou operacionais para migrar para outro fornecedor. No contexto da comunicação científica, esse fenômeno ocorre quando universidades e centros de pesquisa passam a estruturar seus fluxos de trabalho, armazenamento de dados, métricas e sistemas de avaliação em plataformas proprietárias integradas, o que eleva os custos de substituição e reforça a concentração de poder nas grandes corporações de informação científica.

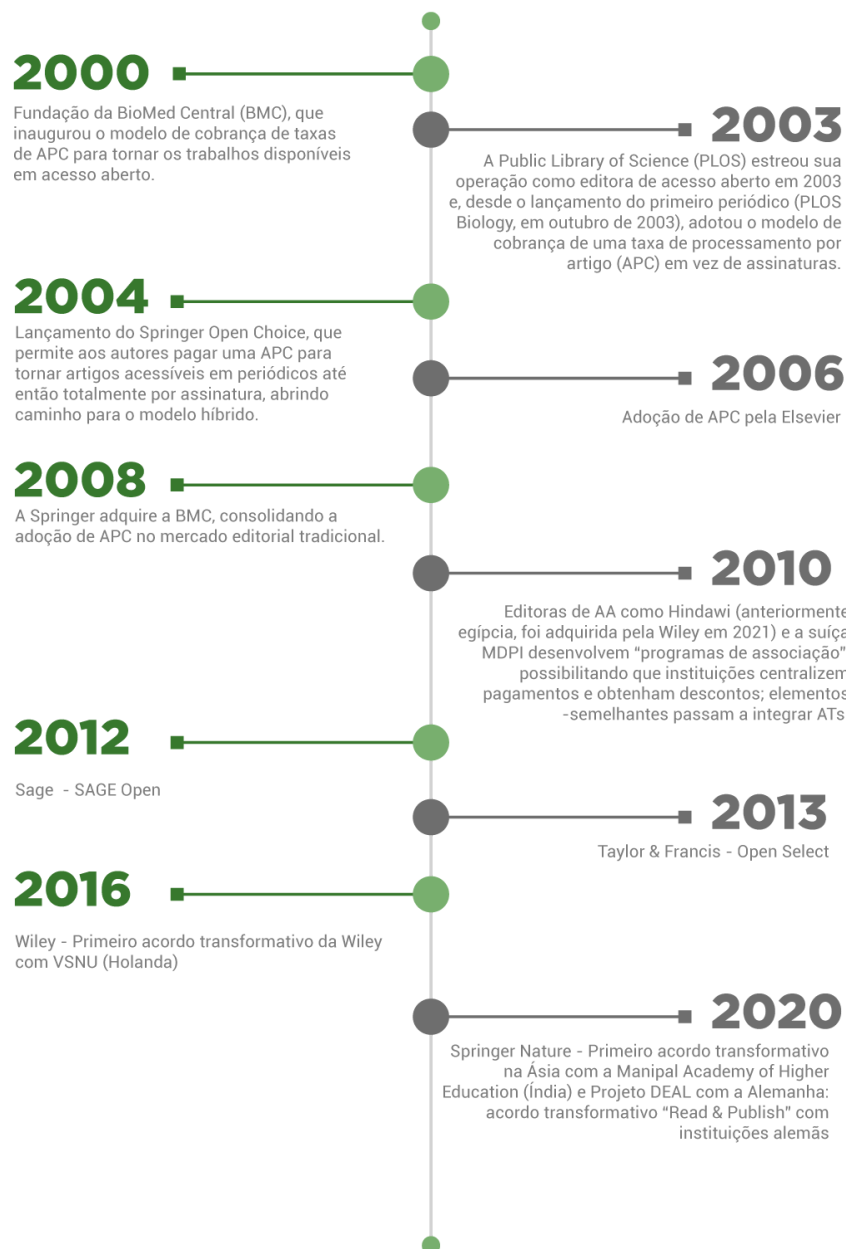
aberto, convertendo a abertura em novas modalidades de extração de valor e manutenção de oligopólios editoriais.

Em relação ao modelo de negócio baseado em APC, a *BioMed Central* (BMC), fundada em 2000 e de propriedade da *Springer* (agora *Springer Nature*) desde 2008, foi pioneira na introdução de taxas de APC¹⁵ (Borrego; Anglada; Abadal, 2021). Para facilitar a administração dos pagamentos, editoras de AA, como Hindawi (adquirida pela Wiley) e *Multidisciplinary Digital Publishing Institute* (MDPI), criaram "programas de associação" que permitem às instituições centralizar os pagamentos e obter descontos, dois recursos também presentes nos ATs discutidos. Essas estratégias de gestão - a centralização financeira e a redução de custos por volume - assemelha-se à estrutura operacional dos ATs, os quais também priorizam a consolidação de pagamentos e a negociação de taxas institucionais. Com a introdução do *Springer Open Choice* em 2004, editoras tradicionais cujo modelo de negócios era baseado na venda de assinaturas também implementaram APC. Seus periódicos migraram para um modelo "híbrido" que combina conteúdo de assinatura paga com a opção de abertura para artigos cujos autores custeiam a APC.

A **Figura 1** apresenta uma linha do tempo das rotas realizadas pelas editoras na adoção do modelo de APC e dos ATs.

¹⁵ Taxas cobradas dos autores para disponibilizar seus trabalhos por meio do acesso aberto.

Figura 1 - Evolução cronológica da adoção de taxas de processamento de artigos (APC) e da implementação de acordos transformativos por editoras científicas



Fonte: Elaborado pela autora (2025) com diagramação por Santos (2025).

* Os dados sobre Acordos de AA da Springer Nature podem ser consultados em:

<https://www.springernature.com/gp/open-science/oa-agreements>

** Solomon; Bjork (2012).

***A Springer Nature firma seu primeiro acordo transformador na Ásia Springer (2020).

**** A Springer Nature e o Projekt DEAL da Alemanha finalizam o maior acordo transformador de acesso aberto do mundo. Max Planck Digital Library (2020).

***** Sotudeh; Ghasempour (2018).

*****Fontes de dados sobre a PLOS:

<https://www.scidev.net/global/features/who-will-pay-for-open-access-to-science/#~:text=in%20practice,PLoS e>

<https://access.okfn.org/2015/05/18/apcs-timeline/index.html#~:text=the%20Journal%20of%20Translational%20Medicine>

Ainda no contexto do mundo minoritário¹⁶, um estudo publicado em [2024](#) demonstra que entre 2013 e 2019, ao menos €45,87 milhões de euros foram pagos em APC por projetos de editais de uma chamada espanhola¹⁷. Esse montante, que equivale ao financiamento público total destinado a projetos de pesquisa na área de Psicologia na Espanha durante o período analisado, levanta questões sobre o uso alternativo desses recursos, que poderiam ter sido destinados a compra de equipamentos ou destinados a outros modelos de publicação (Alonso-Álvarez; Sastrón-Toledo; Mañana-Rodríguez, [2024](#)). Essa pesquisa investigou também a relação entre APC e orçamentos dos projetos concluindo que, em média, os custos de publicação representam entre 3% e 8% do financiamento total, com casos extremos em que mais da metade dos recursos foi consumida pelos pagamentos a editoras. Isso evidencia tensões entre cumprir os mandatos de AA e manter o financiamento de atividades diretamente científicas.

Outro ponto importante é a desigualdade gerada pelo modelo APC: projetos com maior aporte financeiro possuem maior capacidade de absorver os custos de publicação, enquanto grupos ou áreas menos favorecidos enfrentam uma pressão orçamentária severa que compromete o desenvolvimento da própria pesquisa (Alonso-Álvarez; Sastrón-Toledo; Mañana-Rodríguez, [2024](#)). Pesquisadores sem acesso a projetos ou financiamento institucional, o que inclui jovens pesquisadores originários de países do Sul Global, ficam em desvantagem, o que aprofunda as desigualdades no sistema científico. A pesquisa indica que áreas de alta produtividade por projeto, por exemplo, Física e Matemática, que apresentam médias de 9 e 13 artigos por projeto, respectivamente,

¹⁶ Em contraponto ao conceito de mundo majoritário, o termo mundo minoritário refere-se a populações e países que, em escala global, constituem uma parcela demograficamente menor da população mundial, mas que historicamente têm concentrado o poder político, econômico e cultural no sistema internacional. Embora frequentemente associado a países do Norte Global (Europa, América do Norte, Austrália/Nova Zelândia e partes do Leste Asiático), o conceito também abrange grupos étnicos, raciais e culturais que são minoritários demograficamente no mundo, mas majoritários em termos de representação, influência e controle sobre as estruturas globais. A expressão busca desnaturalizar a noção de que essas populações representam um padrão universal ou centro normativo, destacando que, numericamente, elas são uma minoria da humanidade, ainda que detenham uma posição hegemônica. Esse termo é utilizado em discussões críticas sobre colonialidade, desigualdade global e justiça cognitiva, visando deslocar o foco analítico das narrativas dominantes para as estruturas de poder que perpetuam a assimetria entre minorias privilegiadas e maiorias marginalizadas.

¹⁷ Conforme apontado pelos autores ([2024](#)) a organização central de financiamento da pesquisa que aloca recursos da *Secretaría de Estado de Investigación* é a *Agencia Estatal de Investigación* (AEI) da Espanha. Os dois principais editais da AEI para financiamento de pesquisa básica são *Proyectos de I+D+i en el marco de los Retos de la Sociedad* e *Proyectos de Generación de Conocimiento*, que compreendem entre 37% e 56% do orçamento total da AEI. Ambos os editais são concedidos a grupos de pesquisa, em vez de pesquisadores individuais, e incluem as APCs como custos elegíveis em seus planos orçamentários.

tendem a concentrar um volume absoluto maior de gastos com APCs, devido ao maior número de publicações e, em alguns casos, a orçamentos médios mais elevados.

No entanto, quando se considera o peso relativo dos APCs sobre o orçamento do projeto, disciplinas das Ciências Sociais e Humanidades frequentemente exibem percentuais maiores, em função de orçamentos médios inferiores, em outras palavras, o impacto financeiro dos APCs varia entre campos segundo duas dimensões distintas: valor absoluto transferido e parcela do orçamento comprometida. Nessa direção, Alonso-Álvarez, Sastrón-Toledo e Mañana-Rodríguez (2024) fundamentados em Frantsvag e Stromme (2019) reforçam que áreas como Humanidades e Ciências Sociais apresentam menor intensidade de publicação e maior uso de periódicos diamante (sem cobrança de APC), o que reduz o impacto financeiro nessas disciplinas. Em contrapartida, em áreas de ciência dura¹⁸ (*hard sciences*), onde há forte pressão para publicar em periódicos de alto FI, a dependência do pagamento de APC é mais significativa e onerosa.

Em síntese, em campos como as Humanidades e as Ciências Sociais observa-se menor intensidade de publicação e maior presença de periódicos de pequeno porte que frequentemente não cobram APCs (diamante), padrão apontado na literatura e corroborado na amostra de Alonso-Álvarez, Sastrón-Toledo e Mañana-Rodríguez (2024). Em contraste, áreas marcadas por forte pressão para publicar em periódicos de alto FI tendem a depender mais de modelos baseados em APC. A análise de Alonso-Álvarez, Sastrón-Toledo e Mañana-Rodríguez (2024) mostra que, na amostra espanhola, os APCs associados às publicações vinculadas a projetos corresponderam em média a 3-8% do orçamento do projeto, havendo *outliers*¹⁹ em que essa parcela ultrapassou 50%, evidência que justifica a preocupação com o custo de oportunidade no financiamento científico. Os autores, porém, ressaltam que não podem confirmar contabilmente que esses APCs

¹⁸ O termo *hard sciences* (ciências "duras") refere-se geralmente às ciências naturais, exatas e biológicas (como Física, Química e Biologia), caracterizadas por metodologias experimentais rigorosas e quantitativas. Em contraste, as *soft sciences* (ciências "moles" ou "suaves") referem-se às Ciências Humanas e Sociais. No contexto desta discussão, a distinção é relevante pois as *hard sciences* costumam apresentar maior dependência de insumos laboratoriais e taxas de publicação em periódicos internacionais de alto impacto, onde o modelo de APC é mais prevalente.

¹⁹ *Outliers* são valores atípicos que se distanciam significativamente do padrão observado em um conjunto de dados. Em análises estatísticas, esses casos podem indicar situações excepcionais que não representam o comportamento médio da amostra, mas que ainda assim são relevantes para compreender variações e possíveis desigualdades no fenômeno investigado. Em termos simples, imagine que quase todos os projetos de pesquisa gastam entre 3% e 8% do orçamento com taxas de publicação. Se um projeto gastar 50%, esse caso é considerado um *outlier*, pois foge do comportamento típico do grupo.

foram pagos diretamente com os recursos dos projetos (podendo ter sido cobertos por acordos institucionais, fundos centrais ou recursos pessoais), portanto, a hipótese de desvio de verbas de reagentes ou equipamentos permanece plausível, mas não comprovada de forma direta pelos dados disponíveis.

A disponibilidade de periódicos de AA alternativos, como o modelo diamante, pode estar associada a menores gastos com APC, o que sugere que o fortalecimento e o fomento a esses modelos têm potencial para aliviar a pressão financeira sobre pesquisadores e instituições. Para estabelecer tal hipótese é necessário o desenvolvimento de estudos que analisem essa causalidade. O estudo do caso espanhol conduzido por Alonso-Álvarez, Sastrón-Toledo e Mañana-Rodríguez (2024) enfatiza, ainda, a necessidade de maior transparência no uso de recursos públicos. Os autores (Alonso-Álvarez; Sastrón-Toledo; Mañana-Rodríguez, 2024) questionam se o pagamento de taxas de APC por meio de auxílios à pesquisa está sempre vinculado a publicações que derivam diretamente dos objetivos científicos do projeto financiado, ou se esses recursos estão sendo desviados para custear artigos de outras frentes de trabalho (Alonso-Álvarez; Sastrón-Toledo; Mañana-Rodríguez, 2024). Ademais, a pesquisa reconhece limitações metodológicas decorrentes da dependência de dados da WoS, essa dependência limita o alcance do estudo, pois a WoS sub-representa áreas como as Humanidades e periódicos de circulação regional, os quais costumam adotar modelos sem cobrança de taxas, o que pode resultar em uma estimativa parcial dos custos totais de publicação.

Os acordos pré-transformativos, estratégias iniciais de negociação que buscam converter gradualmente os gastos de assinaturas em fundos para publicação, mantêm a lógica de assinatura tradicional, mas incorporam mecanismos de publicação em AA, sobretudo, via descontos de APC ou concessão de *vouchers* para um número restrito de artigos. Embora iniciativas como [Heal-link](#) (Grécia) e [Biblioteca do Conhecimento Online](#) (b-on) (Portugal) ofereçam reduções formais nos custos de publicação para seus pesquisadores em editoras internacionais específicas, a maioria dos exemplos observados no conjunto documental de iniciativas e ATs consultados nesta pesquisa (comunicados oficiais, páginas institucionais de consórcios nacionais e portais de acordos) é limitado. O contrato da holandesa *Vereniging van Samenwerkende Nederlandse*

Universiteiten (VNSU)²⁰, por exemplo, concede *vouchers* a algumas instituições e desconto a outras, com elegibilidade restrita ao autor correspondente das universidades signatárias. Além desses arranjos formais, programas institucionais e práticas direcionadas a autores individuais, como descontos de APC para revisores ou participantes de associações, são relativamente comuns, mas nem sempre registrados em contratos, pois muitas vezes não são reconhecidos como “transformadores” (Borrego; Anglada; Abadal, 2020). O **Quadro 1** apresenta um panorama comparativo das principais iniciativas e ATs, destacando sua abrangência geográfica, editoras cobertas e características operacionais.

Quadro 1 - Iniciativas e acordos transformativos para publicação em acesso aberto: abrangência, editoras cobertas e características operacionais

Iniciativa	País/abrangência	Tipo	Características principais / cobertura	Editoras cobertas
HEAL-Link	Grécia (consórcio nacional)	Consórcio/acordo transformativo	Acordos leitura e publicação (<i>read & publish</i>) que cobrem publicação em acesso aberto em títulos elegíveis e acesso de leitura para instituições membros.	Springer Nature, Elsevier, outros acordos anunciados com outras editoras.
Biblioteca do Conhecimento Online (b-on)	Portugal (consórcio nacional)	Plataforma consorcial/acordos transformativos	Negocia acordos de publicação e leitura permitindo publicação em acesso aberto sem APCs adicionais para autores afiliados com lista de editores com fluxos de acesso aberto atualizados periodicamente.	Wiley (ex.: acordo 2025–2027) e outros editores com <i>workflows</i> negociados.

²⁰ A *Universiteiten van Nederland* (UNL), anteriormente conhecida como VSNU, é a associação das universidades públicas de pesquisa da Holanda. Em conjunto com outras organizações acadêmicas, a UNL negociava acordos de acesso aberto com editoras como Elsevier e Wiley, permitindo que pesquisadores afiliados publiquem artigos em periódicos científicos sem custos de APC.

Iniciativa	País/abrangência	Tipo	Características principais / cobertura	Editoras cobertas
Projekt DEAL (DEAL Konsortium)	Alemanha (nacional)	Acordo nacional de publicação e leitura	Contratos nacionais negociados para leitura e publicação em acesso aberto através de entidade representante.	Springer Nature, Wiley, Elsevier.
Jisc (agregação/UK)	Reino Unido (setorial/nacional)	Negociação setorial/acordos transformativos	Coordena acordos de leitura e publicação para universidades britânicas.	A cobertura varia por contrato (ex.: Wiley, Springer Nature, Elsevier, Taylor & Francis).
Bibsam Consortium	Suécia (nacional)	Consórcio/acordos transformativos	Negocia em nome de instituições suecas com elegibilidade por afiliação.	A cobertura varia por contrato (ex.: Springer, Wiley, Elsevier).
CAUL/ Austrália	Austrália Nova Zelândia (setorial)	Comunidade/consórcio/acordos	Negociações de leitura e publicação.	Springer Nature, Wiley (acordos em princípio e implementações locais).
SCOAP ³ Internacional	Consórcio disciplinar (foco: física de partículas, do inglês, <i>High-Energy Physics - HEP</i>)	Modelo consorciado que converte periódicos HEP para acesso aberto pagando custos coletivamente.	Consórcio disciplinar	Diversas editoras que publicam periódicos de HEP (ex.: IOP, Springer, outras na lista SCOAP ³)
cOAlition S	Internacional	Política/diretriz	Conjunto de princípios e exigências para fundos de pesquisa que influenciaram acordos e práticas de financiamento em acesso aberto. Não é um consórcio comprador, mas pressionou e direcionou editoras.	Aplica-se a publicações financiadas por signatários.

Iniciativa	País/abrangência	Tipo	Características principais / cobertura	Editores cobertos
ESAC (guia/portal)	Internacional	Repositório/guia	Ferramenta de referência para comparar cláusulas, modelos e métricas de Acordos Transformativos.	Não se aplica (guia comparativo/lista de contratos públicos).
CAPES / Portal de Periódicos da CAPES (Padict)	Brasil (consórcio nacional; instituições participantes do Portal de Periódicos)	Acordos transformativos / negociação consorcial de leitura e publicação	Permite leitura e publicação em acesso aberto; a CAPES passou a estruturar de forma mais ampla o pagamento de APCs a partir de 2024, com expansão dos acordos em 2025–2026; a cobertura varia conforme contratos firmados com cada editora.	American Chemical Society (ACS); Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE); Wiley; Royal Society Publishing; Elsevier; Springer Nature.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações sistematizadas dos sites institucionais (2025).

Observa-se que tais iniciativas são majoritariamente conduzidas por consórcios e instituições do Norte Global e, em grande medida, estabelecidas com editoras igualmente sediadas nessas regiões, o que tende a reforçar uma dinâmica de circulação de recursos do centro para o centro. Ainda que esses arranjos sejam frequentemente apresentados como mecanismos de transição para o AA e de mitigação dos custos de APC, sua configuração concentrada de negociações em países com maior capacidade financeira sugere uma ampliação das vantagens competitivas dessas instituições e também contribui para a consolidação do poder econômico e informacional das grandes corporações editoriais.

Nesses acordos, as editoras oferecem, por exemplo, descontos nas taxas de APC ou *vouchers* - vales que possibilitam a publicação gratuita de um número limitado de artigos em AA. Esses instrumentos funcionam como incentivos à publicação, mas não representam uma transição completa para o modelo de publicação aberta. O

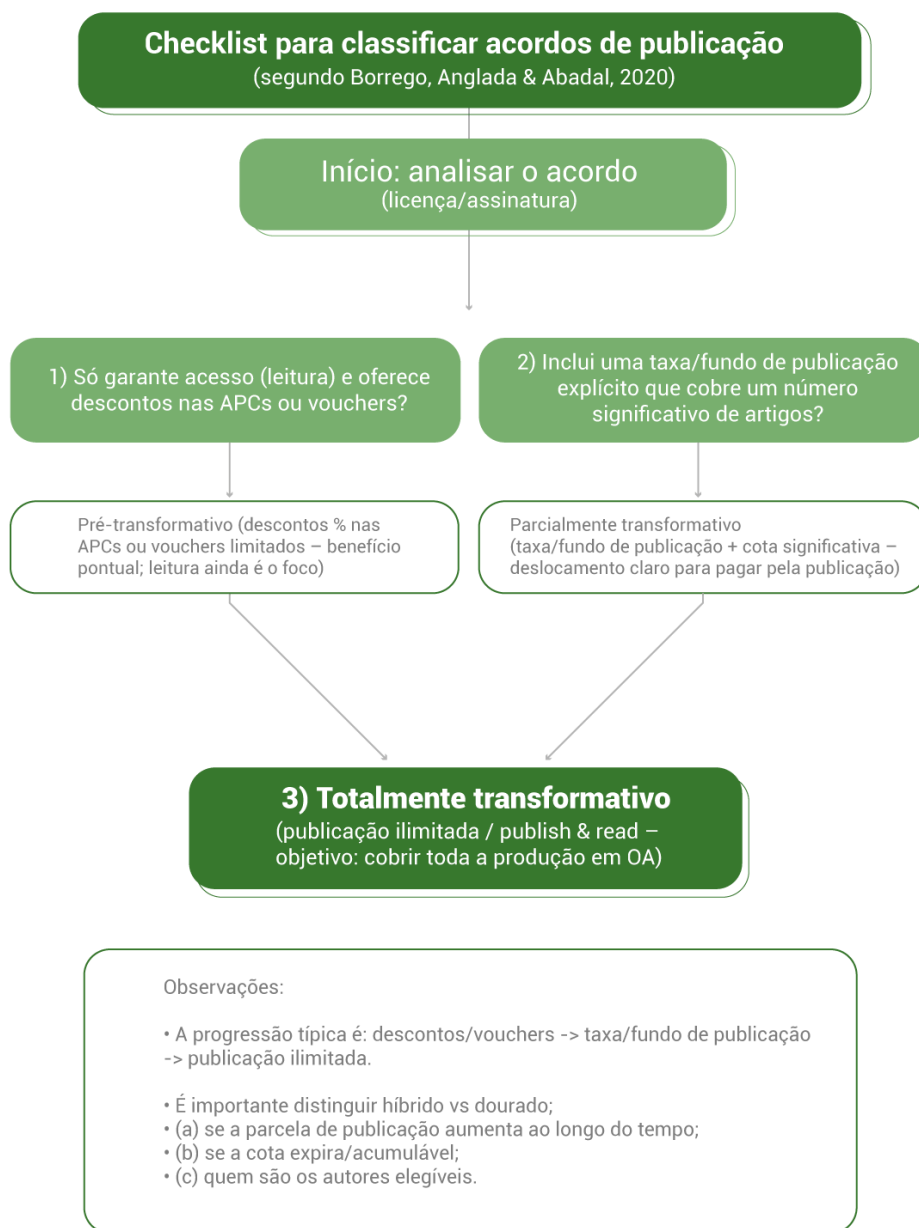
funcionamento desses incentivos varia: os descontos incidem sobre a porcentagem das taxas, enquanto os *vouchers* garantem a gratuidade integral para um número determinado de artigos. Apesar de essas cotas serem geralmente reduzidas, alguns acordos conseguem cobrir fatias importantes da produção acadêmica nacional, a exemplo das parcerias firmadas pela EISZ na Hungria²¹ com a *American Chemical Society* ([ACS](#)) e da VSNU Holanda com editoras como Emerald e Karger. Nesse contexto de expansão, universidades japonesas²² como *Tohoku University* e *Tokyo Institute of Technology* firmaram um AT com a Wiley em 2022, enquanto o consórcio *Justice*, representando 563 bibliotecas, estabeleceu um acordo semelhante com a Elsevier em 2023.

Diferente dos modelos anteriores, os acordos totalmente transformativos consolidam a transição para o AA ao garantirem a publicação ilimitada, como observado nos contratos da *DEAL* [Alemanha] com a *Springer Nature* e a *Wiley*. Segundo a classificação de Borrego, Anglada e Abadal ([2020](#)), existe uma progressão pedagógica entre as categorias: partindo do modelo pré-transformativo (focado em descontos pontuais), avança-se para o parcialmente transformativo (onde o pagamento se desloca para a publicação) até atingir o estágio totalmente transformativo, que visa cobrir a totalidade da produção científica institucional. Contudo, essa migração do modelo de assinaturas para o de taxas de publicação não representa necessariamente um avanço que contemple equitativamente todas as áreas do conhecimento. A **Figura 2**, elaborada com base no estudo de Borrego, Anglada e Abadal ([2020](#)), ilustra que os acordos pré-transformativos correspondem a contratos de assinatura tradicionais que, além de garantir o acesso aos periódicos, incorporam mecanismos de apoio à publicação em AA.

²¹ “Este acordo permite que autores afiliados a instituições membros publiquem suas pesquisas em acesso aberto em periódicos da Elsevier sem a necessidade de pagar uma taxa de publicação (APC). O custo da publicação em acesso aberto está coberto pelos termos do acordo. Observe que o número de APCs incluídas no acordo é fixo e será alocado com base na data de aceitação.” ELSEVIER. **Hungarian Consortium EISZ**. Disponível em: <https://agreements.journals.elsevier.com/eisz-consortium-agreement> Acesso em: 31 out. 2025.

²² Entre as quais: *Tohoku University*, *Tokyo Institute of Technology*, *Sokendai* e *Tokyo University of Science*, fizeram um AT com a editora Wiley em 2022. No ano seguinte [2023] a *Japan Alliance of University Library Consortia for E-Resources* ([Justice](#)), que constitui um consórcio de 563 bibliotecas universitárias, realizou um [AT com a Elsevier](#).

Figura 2 - Fluxograma de classificação dos acordos de publicação científica: critérios para diferenciação de acordos de assinatura e publicação em acesso aberto segundo o nível de transição



Fonte: Adaptado de Borrego; Anglada; Abadal, [2020](#).

Conforme destacado, esses ATs consistem em uma transição de contratos de assinatura de periódicos para o AA completo, prevendo subsídios que permitem às instituições cobrir custos de publicação e, assim, viabilizar a publicação de artigos sem ônus direto aos autores (Acesso Aberto USP, [2024](#)). No entanto, a implementação desses

acordos, a exemplo da iniciativa alemã [DEAL](#)²³ e das parcerias no Japão, enfrenta desafios quanto à transparência dos custos e das cláusulas contratuais, o que pode dificultar a avaliação de um dos problemas centrais que os ATs se propõem a solucionar: o *double dipping*. Essa prática ocorre quando as instituições pagam simultaneamente pela assinatura (acesso à leitura) e pelas taxas de APC (publicação) em periódicos híbridos.

Embora os ATs tenham sido concebidos para unificar esses custos em um modelo único de ler e publicar (*read and publish*), a falta de clareza nos contratos gera o receio de que as editoras mantenham margens de lucro elevadas sem uma redução real nos gastos institucionais. Muitas vezes, tais contratos são protegidos por acordos de confidencialidade que impedem o escrutínio público sobre o valor real pago por artigo e dificultam a compreensão de como os valores de assinatura são convertidos em taxas de publicação, o que compromete a avaliação do custo-benefício para as instituições. Esse cenário é particularmente preocupante para nações do Sul Global, onde o desequilíbrio financeiro e as dificuldades econômicas do sistema de publicação global são mais acentuados. Assim, o que deveria ser uma estratégia de facilitação para o AA é frequentemente alvo de críticas por não resolver as desigualdades estruturais da comunicação científica.

A problemática do *double dipping*, complexifica a transição para o AA (Alencar; Barbosa, [2022](#)). Essencialmente, os ATs permitem que recursos anteriormente destinados às assinaturas de periódicos sejam redirecionados para o pagamento APC, ampliando a publicação de artigos em AA. No entanto, Martins *et al.* ([2024](#)) destacam que no Brasil ainda há a necessidade de uma política nacional e institucional de financiamento para APC. Os autores também ressaltam que enquanto países desenvolvidos já possuem políticas estabelecidas para o financiamento de APC através de ATs, o Brasil ainda está em fase de estudo e implementação dessas medidas (Martins *et al.*, [2024](#)).

Nesse sentido, os autores mencionam a atuação da Capes na prospecção e estudo de viabilidade de uma política nacional que permita centralizar e distribuir os custos de

²³ Conforme consta no site institucional, o consórcio "negocia acordos transformadores nacionais *Publish and Read* com as maiores editoras comerciais de periódicos acadêmicos em nome de instituições de pesquisa alemãs".

APC entre as instituições brasileiras²⁴, possivelmente, por meio de negociações consorciadas (Martins *et al.*, [2024](#)). A argumentação central é que a adoção de ATs, se bem estruturada, pode servir como um mecanismo eficiente para incentivar a publicação em revistas de alto impacto e em AA, sem onerar individualmente os pesquisadores.

Nessa direção, a experiência indiana seguiu caminho semelhante ao brasileiro. O governo da Índia implementou o programa *One Nation One Subscription (ONOS)*, uma política centralizada que visava ampliar o acesso nacional à literatura científica por meio da negociação de acordos coletivos de assinatura com grandes editoras - em sua maioria, ATs, que buscam combinar acesso à leitura com a publicação em AA. Tal qual observado no modelo do Portal de Periódicos da Capes, a política indiana, além de resultar em aumento expressivo dos gastos públicos, desconsidera o baixo uso efetivo das assinaturas adquiridas, isto é, a subutilização dos periódicos contratados pelas instituições beneficiárias. Madhan ([2024](#)) aponta que uma parcela crescente da literatura já está disponível em AA (cerca de 50% dos artigos indexados na WoS em [2024](#)), o que levanta um questionamento adicional: a pertinência de se pagar por assinaturas de conteúdo que, em grande parte, já é acessível gratuitamente.

Esse problema remete à crítica anterior sobre a prática de *double dipping*. A experiência internacional recente tem sido de cancelamento de ATs em universidades de países como Estados Unidos (Madhan, [2024](#)), justamente por reconhecerem essa sobreposição de custos e a insustentabilidade do modelo. A decisão da Índia de manter e expandir tais contratos, portanto, contrasta com essa tendência global e pode ser interpretada como um desalinhamento entre a formulação de políticas públicas e as transformações em curso no ecossistema da comunicação científica.

No entanto, conforme argumenta Muthu Madhan ([2024](#)), o programa resultou em um aumento substancial dos custos públicos, estimados em cerca de \$241 milhões em dólares estadunidenses, sem que se obtivessem ganhos proporcionais nem em ampliação real do acesso nem em qualidade das condições negociadas, como limites aos

²⁴ Quando Martins *et al.* ([2024](#)) falam da Capes, eles geralmente se referem ao papel mediador do Portal de Periódicos, que já paga as assinaturas e agora estuda como transformar esses contratos para incluir a publicação (o modelo *Read & Publish*). A publicação do artigo foi anterior à [Portaria nº 120, de 26 de Abril de 2024](#) da Capes e a assinatura de contratos com a Elsevier

preços das APCs ou cláusulas favoráveis à soberania digital (Madhan, [2024](#)). Esperava-se que a negociação centralizada, via consórcio, gerasse poder de barganha capaz de conter custos e promover o AA, todavia, essa expectativa não se concretizou. O caso evidencia, assim, as limitações estruturais do poder de negociação de sistemas periféricos frente aos oligopólios editoriais, mesmo quando adotam estratégias aparentemente desenvolvidas de ação coletiva. Mais do que isso, mostra que a centralização da compra de acesso, sem metas claras de controle de custos e de transição para modelos abertos, pode terminar por reproduzir e até ampliar a transferência de recursos públicos para as mesmas editoras, sem alcançar a pretendida limitação (controle/regulação) das taxas de publicação em AA.

Além de resultar em aumento dos gastos, a política indiana desconsidera o baixo uso efetivo das assinaturas adquiridas, isto é, a subutilização dos periódicos assinados pelas instituições beneficiárias. Madhan ([2024](#)) aponta que uma parcela crescente da literatura já está disponível em AA (cerca de 50% dos artigos indexados na WOS em [2024](#)), o que levanta um questionamento adicional: a pertinência de se pagar por assinaturas de conteúdo que, em grande parte, já é acessível gratuitamente.

Esse problema remete à crítica anterior sobre a prática de *double dipping*. A experiência internacional recente tem sido de cancelamento de ATs em universidades de países como Estados Unidos (Madhan, [2024](#)), justamente por reconhecerem essa sobreposição de custos e a insustentabilidade do modelo. A decisão da Índia de manter e expandir tais contratos, portanto, contrasta com essa tendência global e pode ser interpretada como um desalinhamento entre a formulação de políticas públicas e as transformações em curso no ecossistema da comunicação científica.

No contexto do Norte Global, o artigo de Alison Mudditt ([2024](#)) explora a trajetória dos ATs no Reino Unido, com foco no impacto desses acordos na transição para o AA. Ela ressalta que o *Joint Information Systems Committee* (Jisc), desde 2014, tem negociado uma série de acordos com editoras, totalizando 75 acordos até o momento, como parte de uma tentativa de acelerar a transição para o AA. O estudo aponta que embora tenha havido avanços significativos, como o aumento da proporção de artigos AA no Reino Unido, alguns desafios persistem. O relatório de Jisc indica um dado similar ao da experiência indiana revelando que 50% dos artigos do Reino Unido em 2022 eram AA, um

aumento expressivo em relação aos 21% de 2014, mas questiona se os ATs realmente têm sido transformadores como se prometia inicialmente.

Apesar dos avanços, Mudditt (2024) destaca problemas relacionados ao modelo híbrido de publicações, onde artigos pagos coexistem com conteúdo AA. O Reino Unido, por exemplo, tem uma taxa de publicações híbridas muito superior à média global e o crescimento do AA não reduziu significativamente a quantidade de conteúdo fechado. Além disso, há críticas sobre a sustentabilidade de longo prazo dos ATs, principalmente, devido aos custos crescentes associados às taxas de APC.

Outro ponto importante abordado por Mudditt (2024) é a ausência da mudança esperada nos comportamentos dos autores e nas práticas de publicação científica. A autora questiona a efetividade dos ATs, pois, embora tenham facilitado tecnicamente a adesão às exigências de AA, não promoveram a transformação almejada. Pelo contrário, ao serem negociados predominantemente com as grandes editoras comerciais, os ATs consolidaram seu domínio, eliminando o “atrito” dos custos individuais e, assim, isentando os autores de refletir sobre questões críticas como custo, equidade e inovação. Dessa forma, o sistema manteve-se estagnado, sem espaço para a diversificação de modelos de publicação. Mudditt (2024) também critica o impacto limitado dos ATs na democratização do conhecimento, uma vez que o modelo de APC, longe de ser desafiado, amplia as barreiras para pesquisadores de regiões menos privilegiadas e reforça as desigualdades no acesso.

Mudditt (2024) propõe que as bibliotecas e consórcios acadêmicos repensem suas estratégias de engajamento com as editoras e explorem novos modelos que promovam maior equidade e acessibilidade no sistema de publicação acadêmica. Ela também enfatiza a necessidade de um alinhamento mais claro entre investimentos em publicações e valores institucionais, sugerindo que a Ciência Aberta e a acessibilidade global devem orientar as decisões futuras sobre acordos de transição e modelos de AA. Nesse quadro, sua análise se desdobra para uma discussão mais específica sobre a natureza desses valores: refere-se a valores filosóficos e de missão institucional, isto é, aos princípios fundamentais que orientam universidades e centros de pesquisa. A autora centraliza as bibliotecas como atores “fundamentais na defesa de uma mudança do controle comercial da comunicação acadêmica para modelos mais alinhados com os

valores essenciais da ciência”, argumentando que esses princípios devem se sobrepôr à lógica estritamente financeira na formulação de estratégias de contratação e de apoio à publicação.

Nesse contexto, cita-se o caso das bibliotecas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) que estão sem contratos com a Elsevier há quatro anos (Bourg, [2020](#); Mudditt, [2024](#)) e se preparam para reinvestir a ‘economia’ obtida de acordo com os objetivos do *MIT Framework*²⁵ (MIT, [2020](#)). Tomando essa experiência como referência, defende-se que os recursos economizados em renegociações contratuais ou em acordos de transição devem, além de ser financeiramente sustentáveis, promover ativamente a acessibilidade global e a democratização do conhecimento, alinhando-se ao propósito público das instituições acadêmicas e não a critérios de custo-benefício imediatos.

Para além da questão ética da dupla cobrança, a magnitude dos valores transferidos para as editoras revela a escala comercial desse mercado. Com o intuito de dimensionar o impacto financeiro das taxas de publicação, a **Tabela 1** apresenta as estimativas de receita global gerada exclusivamente por APCs. Os dados, calculados por Butler *et al.* ([2023](#)), consideram a variação entre valores mínimos e máximos de cobrança em 933 combinações de “periódico × ano” relativas à rota de AA dourado, isto é, pares do tipo “periódico x, ano y” considerados separadamente, uma vez que tanto as tarifas de APC quanto a produção de artigos podem variar ano a ano. Não se trata, portanto, de 933 periódicos distintos nem da soma de anos.

Tabela 1 - Diferença entre a estimativa mínima e máxima da receita total de APC (em USD) por editora com base em informações de APC diferentes para 933 combinações de periódicos-anos para AA dourado.

EDITOR	ESTIMATIVA MAIS BAIXA	ESTIMATIVA SUPERIOR	DIFERENÇA	DIFERENÇA %
Elsevier	\$ 221.441.616	\$ 230.750.669	\$ 9.309.054	4.2
Sage	\$ 31.576.202	\$ 32.660.019	\$ 1.083.817	3.4

²⁵ *MIT Framework* refere-se a vários modelos distintos e influentes desenvolvidos pelo MIT. As principais estruturas incluem o modelo de planejamento do campus MIT 2030, *MIT License (software)*, a [Estrutura de contrato de editora para AA](#) e a estrutura de Inteligência artificial [sAlpien](#). Essas estruturas são projetadas para orientar o desenvolvimento estratégico, a inovação e os padrões éticos.

EDITOR	ESTIMATIVA MAIS BAIXA	ESTIMATIVA SUPERIOR	DIFERENÇA	DIFERENÇA %
Springer Nature	\$ 589.674.3808	\$ 648.463.842	\$ 58.789.463	10.0
Taylor & Francis	\$ 76.765.557	\$ 85.135.828	\$ 8.370.271	10.9
Wiley	\$ 141.316.332	\$ 141.460.621	\$ 144.289	0.1
Todas as editoras	\$ 1.060.774.086	\$ 1.138.470.980	\$ 77.696.894	7.3

Fonte: Traduzido e adaptado de Butler *et al.* (2023).

A diferença entre as estimativas mínima e máxima de receita por editora evidencia a volatilidade do mercado editorial e as implicações financeiras associadas a esse modelo de publicação. Diante desse cenário, o AA deveria priorizar princípios de inclusão, de modo a permitir que autores e leitores provenientes de distintos contextos econômicos participem da produção e da circulação do conhecimento científico de forma mais equitativa.

Nesse âmbito, há uma preocupação crescente em relação ao custo elevado das taxas de publicação, que muitas vezes são transferidas para os autores, comprometendo seus orçamentos de pesquisa. Em resposta a isso, algumas iniciativas, como a da União Europeia e de universidades japonesas, buscam alocar fundos específicos para cobrir esses custos, mas esses recursos são, frequentemente, insuficientes para cobrir as taxas das revistas de maior prestígio (Acesso Aberto USP, 2024; Arita 2024).

O AA dourado, que foi desvirtuado e tornou-se sinônimo da exigência de pagamento de taxas de publicação, beneficia principalmente cientistas seniores, bem financiados e de instituições privilegiadas, enquanto desfavorece pesquisadores em início de carreira, em instituições subfinanciadas ou disciplinas como Matemática e Ciências Sociais (Parikh, Malcom; Moran, 2022). Apesar de ampliar o acesso dos leitores, as desigualdades associadas a esse modelo não derivam do princípio do AA, mas da racionalidade econômica que permeia parte do mercado editorial científico e dos sistemas de avaliação nele ancorados. Nesse contexto, a dependência de receitas

provenientes de APC pode reforçar incentivos voltados ao aumento do volume de publicações, com possíveis efeitos sobre os padrões de qualidade da literatura científica (Parikh; Malcom; Moran, [2022](#)).

Assim, a busca por um equilíbrio entre custo, acessibilidade e qualidade permanece uma questão central nas discussões sobre o futuro dos ATs. Uma abordagem alternativa envolve a via verde (Arita *et al.*, [2024](#)) do AA, na qual os manuscritos revisados são disponibilizados em repositórios públicos sem custos adicionais aos autores. Embora esse modelo amplie as possibilidades de disseminação do conhecimento, Arita *et al.* ([2024](#)) apontam algumas limitações, como a possível confusão para leitores decorrente da coexistência de diferentes versões do artigo, a ineficiência econômica associada à manutenção de múltiplos repositórios institucionais sem padrões comuns e o risco de instabilidade dessas infraestruturas no longo prazo. Para além desses aspectos, destacam-se ainda desafios de natureza operacional e política, tais como:

- i) políticas mandatórias que regulamentem e exijam o depósito institucional;
- ii) carga extra de trabalho para pesquisadores, gestores e equipe envolvida na atualização e manutenção desses sistemas;
- iii) embargo para depósito de artigos em repositórios que favorece os modelos editoriais, na medida em que garante o acesso a versão publicada²⁶ seja restrita aos assinantes da revista.
- iv) inclusão do depósito do manuscrito em repositório institucional como um indicador considerado para progressão de carreira, acesso a bolsas e financiamentos;
- v) inclusão de tais políticas como indicadores nacionais de avaliação de pesquisadores, cursos e instituições.

Embora o *Plan S Annual Review 2023* (Coalition, [2023](#)) não indique um declínio da via verde do AA, ele destaca desafios associados a essa via, como a possibilidade de confusão para os leitores devido à existência de múltiplas versões de um mesmo artigo e a necessidade de padronização e sustentabilidade dos repositórios institucionais que coaduna com a visão anterior de Arita *et al.* ([2024](#)). Além disso, iniciativas autônomas, como os periódicos diamante, enfrentam obstáculos relacionados às políticas de avaliação que favorecem periódicos internacionais indexados em bases comerciais

²⁶ Conhecida pela sigla em inglês VoR (*Version of Record*).

estrangeiras. Além disso, reconhece-se que nenhum modelo de AA é universalmente aplicável, destacando a importância de explorar soluções que conciliem equidade de acesso para leitores e autores (Parikh; Malcom; Moran, [2022](#)).

Ross-Hellauer e colegas ([2022](#)) recorrem à afirmação de Fitzpatrick²⁷ a qual associa o eixo de democratização do AA a um “desejo ético” que busca remediar um desequilíbrio entre “os que têm e os que não têm”. A diversidade de modelos de AA e o desenvolvimento de estratégias apresentadas como transformadoras, a exemplo dos ATs, reforçam o argumento de Ross-Hellauer *et al.* ([2022](#)) de que o AA não configura um movimento com base ideológica homogênea, mas um campo atravessado por distintas “prioridades éticas, políticas e econômicas” que se “apresentam uma gama de possíveis caminhos para a implementação do AA” (Ross-Hellauer *et al.*, [2022](#)) que se inserem as políticas editoriais para descontos e isenções de APC.

Conforme discutido pelos autores, o AA pode ser viabilizado por diferentes estratégias. Enquanto o AA dourado é frequentemente associado ao pagamento de taxas de APC, o AA diamante consolida-se como uma estratégia distinta, sustentada por financiamento consorciado, subsídios institucionais ou trabalho voluntário. Neste sentido, Ross-Hellauer *et al.* ([2022](#)) apontam que “a extensão em que a política de AA foi impulsionada por nações mais ricas do Norte Global corre o risco de remodelar as comunicações acadêmicas para permitir o acesso, mas ainda promover a exclusão.” Os autores apontam ainda as iniciativas como [OA2020](#)²⁸ e *Plan S*, lideradas por atores do mundo minoritário, que foram “acusados de ignorar experiências e interesses de nações em desenvolvimento” e de não conceder apoio a iniciativas de AA sem fins lucrativos.

Para Ross-Hellauer *et al.* ([2022](#)), a oferta de isenções de taxas e descontos a autores que não podem pagar possuem termos restritivos e também um componente social problemático que é colocar “os autores na posição de pedir caridade” (Ross-Hellauer *et al.*, [2022](#)). Essa percepção de barreira financeira, contudo, não se

²⁷ FITZPATRICK, Kathleen. **Planned obsolescence**: publishing, technology, and the future of the academy. New York: NYU Press, 2011.

²⁸ Conforme informações do site institucional, a iniciativa OA2020 foi lançada durante a 12ª Conferência de Acesso Aberto de Berlim, em 2015. A coordenação da OA2020 é realizada pela Biblioteca Digital Max Planck, em nome da Sociedade Max Planck, instituição sediada na Alemanha, país do Norte Global. Embora a proposta represente um avanço significativo nas discussões sobre AA, observa-se que sua formulação e liderança refletem perspectivas e interesses predominantemente localizados nesse contexto geopolítico.

distribui de forma equânime entre os pesquisadores, incidindo com mais força sobre grupos historicamente vulnerabilizados. Nesse sentido, Niles *et al.* (2020) demonstram que “as mulheres tendem a levar o custo em consideração significativamente mais do que os homens ao decidir onde publicar”. E essa assimetria revela um paradoxo: ao mesmo tempo que o AA oferece vantagens de visibilidade e citação, ele impõe barreiras que contradizem o princípio da equidade, uma vez que o acesso ao prestígio científico passa a ser mediado pela capacidade financeira, privilegiando atores que não precisam ponderar custos antes de submeter seus trabalhos.

Ainda em 2015, Lawson apontou para a iniciativa da *Jisc Collections* voltada ao processo de coleta de dados sobre os gastos das universidades com APC. Segundo o autor, os principais desafios do processo de coleta, padronização e disponibilização aberta desses dados residem em dois fatores: a padronização do registro e a abrangência dos dados que precisam de disponibilização aberta, transparência e adoção do padrão por diferentes atores (bibliotecas, editoras, financiadores de pesquisa e intermediários). O enfrentamento desses desafios é fundamental para ampliar o conhecimento sobre o mercado de APC e para estimar, com maior precisão, os efeitos de mecanismos de compensação adotados no contexto do AA.

No contexto brasileiro, os ATs firmados com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (*Capes*) foram estabelecidos com sociedades científicas e editoras internacionais por meio do Portal de Periódicos combinando o acesso para leitura com a cobertura para taxas de APC²⁹. A *Royal Society Publishing* (*Capes*, 2025)³⁰ e a *ACS* oferecem cobertura total de APC em seus títulos. No caso da *Wiley*³¹, o financiamento contempla 1.296 periódicos híbridos, porém não abrange publicações em periódicos que operam exclusivamente na via dourada. Em contrapartida, o acordo com o Instituto de Engenheiros Elétricos e Eletrônicos (*IEEE*) apresenta maior abrangência, permitindo que

²⁹ É importante destacar que a dispensa do pagamento de APC em periódicos da Wiley não pode ser considerada uma isenção ou um desconto visto que está prevista no escopo de um acordo comercial.

³⁰ O acordo inclui dez periódicos, que são: *Philosophical Transactions A*, *Philosophical Transactions B*, *Proceedings A*, *Proceedings B*, *Biology Letters*, *Interface*, *Interface Focus*, *Open Biology*, *Royal Society Open Science*, *Notes and Records*.

³¹ WILEY. *Open access agreement for authors at eligible CAPES institutions in Brazil*. Disponível em: <https://authorservices.wiley.com/author-resources/Journal-Authors/open-access/affiliation-policies-payments/capes-agreement.html#1>

pesquisadores publiquem sem custos em todos os periódicos elegíveis, sejam eles de natureza híbrida ou pertencentes à via dourada.

A proposta desse modelo é possibilitar a publicação em AA sem custos diretos para os autores, mediante autenticação de vínculo institucional, com todos os custos sendo centralizados pela Capes. Tal procedimento está previsto na Portaria n. 275³², publicada em 4 de dezembro de 2023, que estabelece o Regulamento do Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica (PADICT) e do Portal de Periódicos, especificando que:

Art. 5º O PADICT poderá realizar o pagamento de Taxa de Processamento de Artigo - Article Processing Charges (APCs) - para publicações de trabalhos, em acesso aberto, de autores vinculados às instituições participantes do Programa, conforme regulamentação específica.

Embora essa estratégia elimine barreiras financeiras imediatas, ela centraliza custos e decisões no modelo instituído, conseqüentemente, mantendo a dependência de critérios de avaliação, métricas e estruturas editoriais definidos pelos centros do Norte Global. Contudo, essa estratégia consolida uma profunda contradição ao reforçar a dependência de critérios de avaliação e métricas criados pelos centros do Norte Global.

Essa configuração revela uma contradição particularmente relevante no caso brasileiro. Historicamente reconhecido como referência na democratização do conhecimento e na busca por soberania tecnológica, o país construiu esse prestígio por meio de políticas de incentivo ao *software livre* e à adoção de padrões abertos. Nos anos 2000, ganhou destaque internacional ao implementar sistemas como o *Linux* em órgãos do Governo Federal e em laboratórios de escolas públicas (SEME, 2024; Dias, 1998), com o objetivo de reduzir a dependência de licenças proprietárias de empresas proprietárias estrangeiras. Essa trajetória também se manifestou na comunicação científica, especialmente com o [SciELO](#), que se tornou uma iniciativa pioneira na promoção do AA e na valorização de periódicos brasileiros.

³² Documento disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=13682>

Atualmente, porém, observa-se a convivência de modelos distintos: de um lado, a consolidação histórica de iniciativas nacionais voltadas à autonomia e ao AA, de outro, o crescente financiamento público de estruturas editoriais comerciais baseadas em APC e acordos com grandes conglomerados. Essa coexistência é marcada por assimetrias, já que as políticas recentes acabam priorizando periódicos avaliados por indicadores como o FI e *rankings* internacionais, o que marginaliza iniciativas brasileiras de AA, inclusive o próprio SciELO. Ao reforçar critérios alinhados às demandas do Norte Global, esse movimento reduz o espaço para modelos mais contextualizados às necessidades locais e compromete o avanço contínuo da soberania científica e tecnológica que o país vinha construindo.

A centralização desses pagamentos por agências de fomento, embora necessária para o autor, introduz distorções de mercado descritas por Shieber (2009) por meio de uma analogia com os sistemas de assistência médica [Figura 3]. O autor evidencia que, em modelos nos quais o consumidor final (neste caso, o pesquisador) não arca diretamente com os custos do serviço, perde-se o incentivo individual para o controle de gastos e para a busca por alternativas economicamente mais eficientes. Transposta ao contexto das APCs, essa dinâmica de subsídio integral pode perpetuar estruturas oligopolísticas, pois elimina a sensibilidade dos autores aos preços praticados pelas editoras. Sem a pressão concorrencial sobre as tarifas, as grandes editoras mantêm o poder de fixar preços elevados, uma vez que as instituições financiadoras acabam absorvendo custos inflacionados para garantir que seus pesquisadores publiquem em periódicos de prestígio, retroalimentando o ciclo de dependência financeira e a falta de transparência nos gastos públicos.

Figura 3 - O custo invisível da gratuidade: paralelos entre a defesa da privatização da saúde e a demanda por financiamento estatal para subsidiar as taxas de publicação em acesso aberto dourado (APCs)



Fonte: Ilustração própria em parceria com Silva (2025), inspirada em Shieber (2009).

Nesse sentido, é possível argumentar que os autores podem ser orientados pela busca de ganhos simbólicos ao priorizarem periódicos com elevado FI. Tal lógica, em alguma medida, interfere negativamente na implantação efetiva do AA, na medida em que reforça hierarquias e incentivos associados a modelos tradicionais de avaliação científica.

É possível argumentar que, o *habitus*³³ expressa a maneira pela qual esses agentes [os pesquisadores] internalizam, reproduzem e, em determinados contextos, tensionam as lógicas do capital e do campo científico (Bourdieu, 1983; 2004). Contudo, essa internalização não opera no vazio sendo ativamente orientada e sancionada pelas políticas formais de avaliação da ciência. São essas políticas, materializadas em *rankings*, índices de impacto, distribuição de bolsas, financiamento e progressão na carreira, que formulam o senso prático do pesquisador, definindo o que é percebido como estratégico, legítimo ou mesmo possível. Desde a condução da pesquisa como, por exemplo, nas escolhas relativas à coautoria e às estratégias de colaboração até a definição do periódico ao qual os resultados serão submetidos e eventualmente publicados, os pesquisadores tendem a incorporar disposições e práticas que privilegiam veículos capazes de assegurar ou reforçar suas posições na hierarquia científica.

Nesse processo, a maximização do capital simbólico frequentemente se sobrepõe a uma avaliação direta dos custos monetários, naturalizando a incorrência em despesas como as APCs como um preço necessário para a legitimação. Não raramente, essas escolhas implicam a incorrência em custos elevados de publicação, como no caso das APCs. Nesse sentido, o *habitus* orienta tanto as práticas individuais quanto as dinâmicas coletivas dos grupos de pesquisa, contribuindo para a reprodução das estruturas, das hierarquias e dos mecanismos de legitimação do campo científico.

Essa operação do *habitus*, que traduz a lógica do campo em escolhas práticas, é vivida concretamente pelos pesquisadores. Essa busca por capital simbólico ajuda a explicar a dinâmica apontada por Ceolin (2017), ao observar que:

“[...] quase não existe dinheiro que não seja público (isto é, bancado por impostos e/ou emissão de dívida) na pesquisa brasileira. Quando eu peço dinheiro a uma agência de fomento para realizar um projeto e discrimino no meu orçamento que uma parte do montante vai ser usada para pagar as taxas de uma publicação em *Open Access*, estou igualmente gastando dinheiro público para fazer isso (porque

³³ O conceito de *habitus*, formulado por Pierre Bourdieu, refere-se a um conjunto de disposições incorporadas pelos indivíduos ao longo de sua trajetória em um grupo social ou campo específico (como o acadêmico). Em termos leigos, funciona como uma espécie de "senso prático" ou uma "gramática interna" que orienta as escolhas e comportamentos de forma quase automática. Na ciência, o *habitus* faz com que o pesquisador perceba a publicação em periódicos de alto prestígio para além de uma opção: é a única via natural e legítima para obter reconhecimento e progressão na carreira, reproduzindo as regras do sistema sem necessariamente questionar seus custos financeiros.

CNPq, CAPES e FAPESP, só para ficar nas mais conhecidas, são bancadas via impostos). E mesmo que eu diga para o meu filho de três anos: “Sem festa de aniversário este ano, vou precisar gastar milhares de reais para publicar um artigo em um periódico pago, mas que será lido por todos, porque a ciência precisa ser livre”, ainda assim, o dinheiro é público, porque sou professor federal cujo salário é bancado via impostos. Ou seja, **a fonte é a mesma, só muda a rubrica**. E pela regra da teoria econômica que diz que seres humanos respondem a incentivos, os pesquisadores colocam na balança tudo isso e preferem não pagar diretamente, já que na equação custo/benefício, a vantagem está em colocar seu artigo no periódico com maior visibilidade possível com o menor custo possível. E aí se explica o volume absurdo de gente querendo entrar na Nature ou na Science.”

(Ceolin, [2017](#))

Embora o AA amplie a circulação do conhecimento, a lógica econômica que o sustenta ainda depende fortemente de recursos públicos, o que levanta questionamentos sobre a real distribuição dos custos e benefícios no atual modelo de comunicação científica. Essa reflexão complementa e amplia o argumento de Ceolin ([2017](#)). Sua crítica, no entanto, está ancorada na premissa que associa o modelo de AA predominantemente ao pagamento de APCs. Ceolin ([2017](#)) afirma que a defesa acrítica desse modelo por atores que não suportam diretamente seus custos, como bolsistas, pode corresponder a uma espécie de “bolha” de vivência distinta daquela do pesquisador que efetivamente administra recursos e remunerações públicas. Em outras palavras, para o autor, é diferente advogar pela publicação exclusiva em periódicos com APC quando quem paga a conta é uma agência de fomento ou o próprio erário (Ceolin, [2017](#)).

Cabe ainda um contraponto relevante. O AA não se restringe ao modelo baseado em APCs e países como o Brasil consolidaram-se como referências internacionais na adoção de formatos não comerciais, em particular, o AA diamante. Iniciativas como o SciELO exemplificam essa trajetória ao estruturar um ecossistema sustentado majoritariamente por investimento público e cooperação institucional, orientado pela democratização do conhecimento e pelo fortalecimento da comunicação científica local. Esse histórico indica que as tensões apontadas por Ceolin ([2017](#)) dizem menos respeito ao princípio do AA e mais às formas pelas quais determinados modelos vêm sendo operacionalizados em um ambiente editorial mercantilizado.

Além disso, Ceolin ([2017](#)) observa que a divulgação efetiva da ciência para o público amplo depende de estratégias comunicacionais alternativas, baseadas em canais digitais acessíveis e populares e não da simples disponibilização do texto técnico em AA.

Essa crítica é relevante para o debate sobre os custos e os sentidos do AA e também para compreender a forma como a própria ciência tem sido estruturada, orientada por modelos de avaliação e por padrões estrangeiros que moldam de maneira homogênea a produção e a circulação do conhecimento em contextos nacionais e locais.

Todavia, é necessário tensionar essa perspectiva para evitar um deslocamento normativo que recaia na responsabilização individual do pesquisador. Embora a reflexão de Ceolin (2017)³⁴ sobre a origem dos recursos seja pertinente, a crítica que condiciona a legitimidade da defesa do AA a quem arca diretamente com os custos aproxima-se de uma lógica de racionalismo econômico liberal. Esse raciocínio, no entanto, pode não levar em conta diferentes compreensões sobre o que constitui o público e a gratuidade no financiamento da ciência. Para muitos pesquisadores, especialmente em sistemas como o brasileiro onde a ciência é majoritariamente financiada por recursos públicos coletivos, o AA é entendido não como um custo individual, mas como a destinação final e necessária de um investimento social já realizado. O estranhamento em relação ao modelo de APC (que individualiza o custo) reflete, portanto, menos uma incompreensão sobre quem paga e mais um conflito entre modelos de financiamento: um baseado na lógica de mercado e outro ancorado na concepção de ciência como bem público, financiada coletivamente para benefício coletivo. No contexto singular brasileiro, essa tensão revela a disputa entre uma visão da ciência como bem comercial e uma visão da ciência como infraestrutura pública.

É precisamente nesse ponto que a crítica deve ser deslocada: do cálculo individual, condicionado pelo *habitus*, para a análise do sistema que captura esse cálculo. Portanto, o foco da crítica não deve residir na escolha individual do pesquisador, que opera sob as pressões de um *habitus* institucionalizado, mas sim no controle dos fluxos financeiros e na captura do financiamento público por oligopólios editoriais. Como demonstrou Bergstrom (2001), essa estrutura permite que editoras comerciais cobrem valores até dez vezes superiores aos de sociedades científicas sem que haja uma vantagem proporcional na qualidade do impacto mensurada pelas citações, revelando que o problema central é a extração de renda pública para lucros privados, e não a gestão orçamentária do cientista.

³⁴ [Portal Deviante](#).

A despeito das ressalvas ao viés individualista, a dinâmica de tragédia dos comuns' descrita por Shieber (2009) ajuda a ilustrar o mecanismo de mercado subjacente: assim como na saúde, quando o custo direto é retirado do consumidor, reduz-se o incentivo ao controle de gastos e à busca por soluções sustentáveis, reforçando estruturas de dependência e concentração. Em tese, ao pagar a APC, os autores garantem que seus artigos sejam disponibilizados publicamente, sem custos de acesso para os leitores. No entanto, essa gratuidade na ponta do consumo oculta a privatização do financiamento público na origem. Os recursos utilizados no pagamento de APCs, ou nos acordos institucionais que as subsidiam, são, em grande medida, provenientes de fundos públicos. O que se tem, portanto, não é a eliminação do custo, mas seu deslocamento e falta de transparência: o leitor não paga, mas o contribuinte sim. Dessa forma, o conhecimento é aberto enquanto os lucros permanecem privados. A aparente gratuidade escamoteia uma dinâmica na qual a sociedade financia a produção da pesquisa e, novamente, sua disponibilização comercial, ao mesmo tempo que desobriga as editoras de qualquer prestação de contas sobre os valores.

A longevidade dessa problemática é confirmada pelos dados de Bergstrom (2001), que há mais de duas décadas, publicou o artigo intitulado "*Free labour for costly journals?*" questionando a lógica econômica por trás das assinaturas de periódicos acadêmicos. O autor apresenta uma evidência empírica contundente: não há correlação direta entre o preço cobrado pelas editoras e a qualidade científica ou o impacto do periódico. Ao analisar dados do *Social Science Citation Index*, Bergstrom demonstrou que, enquanto os periódicos mais citados na economia pertenciam a sociedades sem fins lucrativos e custavam em média \$180 dólares anuais, os periódicos comerciais de elite chegavam a custar \$1.660 dólares, uma diferença de quase dez vezes no preço de assinatura para bibliotecas (Bergstrom, 2001).

Nesse sentido, convém distinguir periódico mais citado de periódico de elite, aqui entendido como periódico de alto prestígio e seletividade editorial, e não necessariamente aquele com maior volume de citações, distinção sustentada pela literatura bibliométrica que separa popularidade de prestígio (Franceschet, 2010). Além disso, embora Bergstrom (2001) tenha evidenciado a assimetria entre preço e impacto no sistema de assinaturas, a

dinâmica contemporânea dos APCs é mais complexa e não se reduz a uma relação linear com o volume de citações (Budzinski *et al.*, [2020](#)).

Mais alarmante ainda é a disparidade na eficiência do gasto institucional. No contexto das revistas impressas em papel, o autor aponta que o preço por página em editoras comerciais era seis vezes superior ao das organizações sem fins lucrativos, enquanto o preço por citação chegava a ser 16 vezes maior (Bergstrom, [2001](#)). Essa assimetria revela que o trabalho gratuito (o *free labour* do título) fornecido pelos acadêmicos como autores, revisores e editores é capturado por editoras comerciais para gerar lucros extraordinários, sem que isso signifique um serviço proporcionalmente superior.

Para explicar por que a comunidade científica aceita esse sistema aparentemente irracional, Bergstrom ([2001](#)) recorre a uma metáfora que se tornou clássica no debate sobre a comunicação científica: a parábola da reunião anual dos anarquistas (**Figura 4**), parábola essa que metaforiza a dificuldade de coordenação coletiva para romper com um sistema arraigado. Essa inércia coletiva é, ela mesma, um produto do *habitus* de campo: a disposição internalizada de jogar pelas regras existentes, mesmo quando estas são reconhecidas como prejudiciais ao conjunto, isto é, apesar de serem onerosas para a própria comunidade que a sustenta.

Figura 4 - O paradoxo da publicação científica: o custo do prestígio vs. a viabilidade do modelo diamante. Adaptação da parábola de Bergstrom (2001) para o contexto das alternativas de publicação soberanas.



Fonte: Ilustração própria (2025) adaptado de Bergstrom (2001).

A inclusão do Hotel diamante na parábola adaptada (**Figura 4**) demonstra que a persistência do modelo comercial não decorre da ausência de infraestruturas técnicas ou éticas, mas de um *déficit* de coordenação institucional. Usando a lente de Bourdieu (1983; 2004) sobre a motivação das práticas, é possível interpretar a hesitação do pesquisador em migrar para o modelo diamante não é uma escolha individual: trata-se de uma resposta racional às estruturas de recompensa do campo científico. Essa hesitação

reflete o cálculo tácito do *habitus* científico, que prioriza a acumulação de capital simbólico³⁵ garantida pelos veículos comerciais consagrados.

Enquanto os sistemas de avaliação consagrarem revistas de editoras comerciais como referência máxima de prestígio³⁶, migrar para alternativas ainda pouco reconhecidas representa um risco à acumulação desse capital e, portanto, à própria trajetória no campo científico, figurando como um risco à progressão e ao reconhecimento dos pares. Logo, a transição para modelos de AA diamante depende da revalidação institucional dessas revistas, conferindo ao AA diamante o mesmo peso de legitimidade e prestígio hoje usufruído pelas revistas comerciais.

A charge, nesse contexto, aprofunda o dilema de coordenação descrito por Bergstrom (2001), no qual o prestígio atua como uma força centrípeta que impede a migração para modelos de publicação com mais equidade. Nessa direção, a analogia proposta por Bergstrom (2001) revela que o mercado de periódicos acadêmicos opera sob a lógica dos jogos de coordenação, nos quais o valor de um serviço não reside em suas propriedades intrínsecas, mas na expectativa de adesão coletiva. Assim como os anarquistas da parábola permanecem vinculados a um hotel dispendioso pela incapacidade de coordenar uma migração simultânea para um local mais barato, a comunidade científica mantém-se fiel a periódicos de alto custo e prestígio. Esse fenômeno ocorre porque o benefício individual de publicar em um veículo renomado depende da presença maciça de seus pares enquanto uma mudança isolada para um periódico de AA, com menor visibilidade, resultaria em perda de capital simbólico, mesmo que essa nova opção fosse tecnicamente superior ou financeiramente mais justa.

Nesse cenário, as grandes editoras comerciais atuam como proprietárias do hotel, extraíndo rendas de posição que excedem amplamente os custos de produção e

³⁵ Capital simbólico, na teoria de Pierre Bourdieu, refere-se às formas de reconhecimento, prestígio, autoridade e legitimidade que um agente (indivíduo ou instituição) acumula em um campo social específico. Trata-se de um capital "invisível", porém eficaz, que resulta da conversão e do reconhecimento social de outras formas de capital (econômico, cultural e social). No campo científico, manifesta-se, por exemplo, no prestígio associado à publicação em periódicos de alto impacto, na obtenção de prêmios ou em posições de influência acadêmica, funcionando como mecanismo central de legitimação e hierarquização das práticas e dos agentes. Para uma exposição detalhada, ver: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989; e BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

³⁶ No contexto brasileiro, a publicação de um artigo em periódicos de alto prestígio internacional, como a *Nature*, confere ao pesquisador um elevado capital simbólico, independentemente da quantidade total de artigos publicados, funcionando como um marcador de reconhecimento e distinção acadêmica.

editoração. O prestígio de uma revista funciona, portanto, como um ponto focal histórico que aprisiona bibliotecas e pesquisadores em um equilíbrio ineficiente. A discussão destaca que a persistência de taxas elevadas de APC e assinaturas não reflete uma superioridade nos serviços prestados, mas sim uma falha de ação coletiva da academia, que, apesar de deter o conteúdo e o trabalho de revisão, falha em romper com o monopólio estabelecido por falta de uma governança centralizada que coordene a transição para modelos economicamente mais equitativos.

Assim, pode-se depreender que mesmo que o texto de Bergstrom (2001) revele certo ceticismo diante da adesão irrefletida a essas dinâmicas, podemos também extrair um pouco de esperança: a de que possamos construir nossas próprias rotas de produção, avaliação e divulgação científica, mesmo que isso signifique nos excluirmos das rotas hegemônicas nas quais todos transitam. É imperativo que sejam repensadas e remodeladas as rotas de acesso e exclusão que as editoras comerciais têm ofertado, abrindo espaço para caminhos mais equânimes e autônomas na circulação do conhecimento científico.

Peterson, Emmett e Greenberg (2013) alertam que à medida que acadêmicos disputam a abertura do AA globalmente, faz-se necessária cautela para que não se incorra na “armadilha de presumir que todos os autores competentes terão recursos para pagar taxas de publicação (ou a coragem de solicitar isenções de taxas)”, podendo resultar na exclusão de contribuições relevantes por parte de pesquisadores que não contam com apoio financeiro.

Numa tentativa de tornar o sistema de APC menos disfuncional, Shieber (2009), propõe calibrar os subsídios destinados ao pagamento dessas taxas de modo a preservar a elasticidade-preço da demanda. Preservar essa elasticidade implica garantir que autores e instituições permaneçam sensíveis aos custos de publicação, de forma que aumentos nas APCs influenciem suas escolhas e contribuam para conter a inflação de preços no mercado editorial. Para isso, o autor (Shieber, 2009) sugere mecanismos como limites de financiamento, tetos de reembolso ou restrições orçamentárias por autor, capazes de reintroduzir sinais econômicos nas decisões de publicação e reduzir o risco moral associado ao pagamento integral das taxas por terceiros.

A operacionalização dessa proposta requer a definição prévia dos periódicos elegíveis ao financiamento, o que envolve a adoção de critérios institucionais de qualidade. Shieber (2009) reconhece essa necessidade, mas não examina os possíveis desdobramentos institucionais desse processo. Nesse sentido, cabe uma problematização: caso a seleção dos veículos se baseie predominantemente em *rankings* ou métricas influenciadas por grandes editoras sendo implementada sem estruturas transparentes de governança, a medida pode gerar efeitos não intencionais. Entre eles, destacam-se a ampliação de exigências administrativas nos processos de avaliação e o risco de reforço da dependência dos sistemas nacionais de pesquisa em relação a parâmetros externos e comerciais, consolidando a centralidade dos mesmos atores que a política pretende disciplinar. Dessa forma, a calibração proposta por Shieber (2009) depende do desenho do subsídio e das condições institucionais que orientam sua aplicação. A definição de critérios claros e públicos contribui para situar o papel desses instrumentos financeiros e seus limites na promoção de maior equidade no sistema de comunicação científica.

Ao apresentar sua proposta de financiamento institucional para taxas de APC, Shieber (2009) também faz referência às políticas de isenção como parte das condições que os periódicos deveriam cumprir para receber esse apoio. O autor indica que as revistas elegíveis precisariam manter mecanismos consistentes de dispensa de taxas em situações de dificuldade econômica, de modo a evitar a exclusão de pesquisadores sem recursos. Esclarece ainda que essas isenções não seriam destinadas a autores vinculados a instituições participantes do *Compact*,³⁷ já que, nesses casos, os custos seriam cobertos pelos próprios fundos institucionais (Shieber, 2009). A exigência, portanto, busca impedir que recursos públicos ou institucionais sejam direcionados a periódicos que possam restringir a participação de pesquisadores com menor capacidade financeira. Shieber (2009) observa, por fim, que políticas dessa natureza já são relativamente comuns entre revistas de AA.

³⁷ O *Compact for Open-Access Publishing Equity* foi lançado em 2009 como um compromisso de universidades e agências de fomento para criar mecanismos duráveis de financiamento de taxas razoáveis de publicação em acesso aberto. No site do próprio *Compact*, as primeiras instituições signatárias aparecem com data de 14 de setembro de 2009. Assim, quando Shieber (2009) menciona "instituições participantes do *Compact*", ele está se referindo às instituições signatárias desse compromisso, isto é, aquelas que assumiam institucionalmente o custeio das APCs. Informação disponível para acesso em: http://www.oacompact.org/faq/?utm_source=chatgpt.com

Embora Shieber (2009) não trate diretamente das políticas de isenção e desconto como objeto central de sua análise, sua proposta parte do mesmo problema distributivo que sustenta tais mecanismos que é a existência de barreiras econômicas à publicação científica. As isenções operam no nível editorial, geralmente como medidas compensatórias, enquanto o modelo de financiamento institucional desloca o debate para o plano sistêmico. No argumento de Shieber (2009), o financiamento institucional constitui o eixo principal da proposta, ao passo que as isenções aparecem como uma salvaguarda mínima para evitar a exclusão de pesquisadores sem vínculo com instituições capazes de custear APCs.

No entanto, essas medidas são paliativas, pois, embora mitiguem desigualdades pontuais, não questionam a lógica mercantil subjacente ao modelo. Em sistemas dependentes de financiamento público, como o brasileiro, subsidiar APCs de forma isolada, sem um redesenho institucional mais amplo, pode acabar por naturalizar e perpetuar a transferência de recursos públicos para grandes grupos editoriais. Dessa forma, o que era uma crítica estrutural ao modelo se converte em mera gestão dos custos de um sistema intrinsecamente injusto.

Portanto, a discussão sobre os limites estruturais do modelo de APC e de seus mecanismos criados para atenuar seus efeitos leva a um exame direto das políticas de isenção e desconto de taxas. Se, por um lado, tais políticas surgem como resposta prática à exclusão financeira denunciada por Peterson, Emmett e Greenberg (2013) e como forma de viabilizar, ainda que parcialmente, propostas de racionalização como a de Shieber (2009), por outro, sua implementação ocorre dentro do mesmo marco problemático: um sistema de comunicação científica globalmente oligopolizado e dependente de recursos públicos.

O próximo tópico dedica-se, assim, a analisar como as políticas de isenção e desconto de taxas têm sido configuradas, a quais grupos de pesquisadores se propõem a beneficiar, e se tais mecanismos questionam efetivamente a lógica mercantil subjacente ao sistema de publicação científica ou gerenciam formas de inclusão periférica sem alterar as assimetrias centrais desse mesmo sistema oligopolizado. Essa análise é fundamental para avaliar se tais políticas representam um avanço substantivo rumo à equidade ou se consolidam, na prática, novas barreiras filtradas pela capacidade

institucional de pagamento (capital econômico) e pelo prestígio hierarquizado (capital simbólico).

5.3 Opacidade e desigualdade: críticas estruturais às políticas de isenção de APC na publicação científica

As políticas de isenção de taxas de APC são mecanismos adotados por editoras para dispensar, total ou parcialmente, o pagamento das taxas de publicação provenientes de países de baixa e média renda. Em geral, essas políticas buscam mitigar a exclusão de pesquisadores vinculados a universidades sem acesso por assinatura ou oriundos de países de rendimento baixo a médio (Gheorghiu; Dave, 2023). Adicionalmente, as isenções são oferecidas justamente em contextos onde o financiamento à pesquisa é escasso e a distribuição de bolsas é insuficiente, revelando sua natureza paliativa diante de um problema estrutural (Gardner Jr. *et al.*, 2021). Nesse sentido, pode-se inferir que as políticas de isenção emergem como uma proposta das editoras para responder às barreiras impostas pelos APCs ao acesso à publicação científica por pesquisadores de países de baixa e média renda, conforme amplamente apontado na literatura acadêmica.

A política vem sendo oferecida por diversas revistas a partir de critérios específicos. Entre os mais recorrentes, destacam-se a origem dos autores, com favorecimento daqueles provenientes de países em desenvolvimento, bem como circunstâncias financeiras individuais e a avaliação da qualidade do manuscrito submetido. Em geral, a solicitação de isenção - quando não automática - deve ser realizada no momento da submissão do manuscrito, por meio de formulários específicos ou de cartas que justifiquem a necessidade do benefício. Além disso, alguns financiadores de pesquisa e universidades dispõem de iniciativas voltadas à cobertura dos custos de APCs, seja por meio de fundos dedicados ou de acordos institucionais firmados com editoras. Contudo, as condições para a obtenção da isenção podem variar substancialmente conforme a editora, o que exige atenção redobrada quanto às regras de cada editora em relação às isenções por parte dos autores ao longo do processo de submissão.

Nesse panorama, as políticas de isenção implementadas pelas editoras apresentam variações em seus modelos³⁸, mas convergem em um critério central: a renda dos países de origem dos autores. Editoras como PLOS, *Springer Nature* e *Elsevier*, por exemplo, utilizam a classificação econômica dos países como referência para a concessão de isenções ou descontos nas APCs. Enquanto a PLOS prevê isenção total ou parcial para autores de países classificados como de baixa e média renda, as demais editoras comerciais também utilizam esse mesmo critério territorial, ainda que apresentem diferenças significativas tanto no percentual de isenção oferecido quanto no tipo e na magnitude dos descontos aplicados.

Nesse âmbito institucional, diversas editoras acadêmicas oferecem isenções ou descontos de APC por meio de acordos firmados e negociados pela *Electronic Information for Libraries (EIFL)*, uma organização sem fins lucrativos que trabalha por meio de consórcios de bibliotecas para ampliar o acesso ao conhecimento em países em desenvolvimento e em transição econômica. A EIFL articula negociações, capacitação e parcerias com bibliotecas e consórcios em dezenas de países (representando mais de 3.000 bibliotecas), atuando na África, Ásia-Pacífico, Europa e América Latina para reduzir barreiras financeiras e legais ao acesso à informação. Por meio desse trabalho consorcial, diversas editoras acadêmicas passaram a oferecer isenções ou descontos de APC negociados especificamente para autores filiados às instituições beneficiárias da EIFL. Entre as editoras participantes, destacam-se *Sage Publications Ltd.*, *Oxford University Press*, *Taylor & Francis*, entre outras, as quais disponibilizam essas facilidades tanto em periódicos híbridos, que combinam artigos em AA e conteúdo por assinatura, quanto em periódicos de AA dourado. Esses acordos viabilizam que autores de países em desenvolvimento, tais como Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, China, Congo, Etiópia, Quênia, Uganda, Zimbábue, entre muitos outros, publiquem seus trabalhos acadêmicos com custos reduzidos ou, em alguns casos, de forma gratuita.

Ao aprofundar a análise por meio da consulta ao [sistema da EIFL](#), torna-se possível identificar acordos específicos estabelecidos entre países e editoras. A título de exemplo, na China, observa-se a existência de um acordo com a *Edward Elgar Publishing* voltado à

³⁸ Em determinadas situações, o subsídio pode ser integral, ao passo que, em outras, só uma parcela das APCs é coberta, de acordo com a política específica de cada editora.

publicação em periódicos híbridos. Já a Estônia apresenta uma gama mais ampla de acordos, englobando editoras como *Brill*, *Cambridge University Press*, *Edward Elgar Publishing*, *European Respiratory Society*, *Sage Publications*, *Taylor & Francis* e *World Scientific*, as quais oferecem isenções ou descontos tanto para periódicos híbridos quanto para aqueles de acesso totalmente aberto, aqui compreendido como AA dourado.

Ampliando esse quadro, além das editoras *Elsevier*, *Wiley*, *Sage* e *Springer Nature*, a *Taylor & Francis* também se destaca por sua atuação ativa nas iniciativas da *Research4Life*. Conforme descrito em seu site institucional, a "*Taylor & Francis Group* é parceira fundadora da *Research4Life* e membro fundador da *Publishers for Development*, figurando entre as principais editoras globais de periódicos acadêmicos, livros, e-books e obras de referência". As editoras mencionadas, de modo geral, adotam os critérios de elegibilidade para isenção e desconto de APC definidos pela *Research4Life* para a concessão de isenção ou redução de taxas em seus periódicos, contribuindo para a ampliação do acesso à publicação científica em países em desenvolvimento e economias em transição.

Nesse contexto mais amplo, [Research4Life](https://www.research4life.org) configura-se como uma iniciativa global importante, voltada a garantir o acesso para pesquisadores a publicações acadêmicas e científicas de forma gratuita ou a baixo custo para países em desenvolvimento. De acordo com as informações disponibilizadas em seu site³⁹, desde seu lançamento, em 2002, a iniciativa articula diversos organismos internacionais, entre os quais a Organização Mundial da Saúde (OMS), a *Food and Agriculture Organization* (FAO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), além de editoras científicas e universidades. A *Research4Life* autodeclara como objetivo central mitigar a lacuna de conhecimento existente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, assegurando que pesquisadores e instituições localizados em contextos vulneráveis tenham possam acessar, via isenção ou desconto, à informação científica essencial para o avanço da saúde pública, da segurança alimentar e da sustentabilidade ambiental.

Como desdobramento dessas iniciativas de isenção de taxas para países em desenvolvimento, em dezembro de 2023, a *American Physical Society* anunciou uma

³⁹ Disponível em: <https://www.research4life.org/pt-br/sobre/>

parceria com a organização sem fins lucrativos *Research4Life* com o objetivo de cobrir APCs de submissões de artigos realizadas por cientistas de aproximadamente 100 países de baixa e média renda. Conforme discute o trabalho de Forrester (2024), a atuação da *Research4Life* junto a pesquisadores desses países é multidimensional. Desde 2002, a organização viabiliza o acesso à leitura de artigos revisados por pares em uma ampla variedade de periódicos e livros (Forrester, 2024). No entanto, sua função tem se expandido para mitigar barreiras na produção científica, atuando como ponte para que editoras ofereçam isenções de APC a autores que não podem arcar com os custos de publicação.

Forrester (2024) também destaca outras parcerias e programas governamentais, a exemplo do *Open Research Europe*, da *Comissão Europeia*, e da parceria de bibliotecas *Sponsoring Consortium for Open Access Publishing in Particle Physics (SCOAP)*⁴⁰, nas quais as taxas de publicação de artigos em revistas de AA são pagas diretamente aos editores, com o propósito de evitar que esses custos sejam repassados aos autores (Forrester, 2024). Contrastando com os modelos de financiamento universal como o *Open Research Europe* e o SCOAP, anteriormente citados, a iniciativa *Research4Life* estrutura-se no âmbito do desenvolvimento socioeconômico. Seu modelo opera tanto no acesso à informação científica (para leitura) quanto no financiamento da publicação em AA (isenção e desconto de APC).

Primeiramente, desde a sua fundação, a iniciativa fornece acesso institucional gratuito ou de baixo custo a um extenso acervo de periódicos, livros e bases de dados para estabelecimentos de ensino, pesquisa e saúde em países elegíveis. Este pilar, fundamental, visava superar a barreira da assinatura e assegurar que pesquisadores e profissionais pudessem consumir o conhecimento científico global necessário para seu trabalho.

⁴⁰ O *Sponsoring Consortium for Open Access Publishing in Particle Physics (SCOAP3)* é uma parceria internacional que reúne milhares de bibliotecas, organizações de pesquisa e agências de fomento. Sob a coordenação do *Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire (CERN)*, o consórcio financia o acesso aberto na área de Física de altas energias por meio de um modelo de redirecionamento de fundos: em vez de os autores pagarem APCs individualmente, as instituições redirecionam o orçamento que antes seria usado em assinaturas para pagar centralizadamente às editoras. Com isso, os artigos são publicados sob licenças abertas (CC-BY) sem custos diretos para os pesquisadores.

Em uma evolução significativa de seu escopo, o *Research4Life* incorporou um segundo pilar direcionado ao financiamento da publicação. Por meio de parcerias com editores científicos, a iniciativa implementou um esquema de isenção total ou desconto parcial das APCs para autores filiados a instituições elegíveis. O nível do benefício (100% ou 50% de desconto) é determinado por um critério de classificação de países, baseado em indicadores de renda e desenvolvimento humano. Para organizar sua atuação nessas duas frentes, o *Research4Life* está estruturado em cinco programas temáticos, cada um voltado a uma área estratégica do conhecimento e com seu próprio conjunto de editores e publicações parceiras. A **Figura 5**, apresentada a seguir, reúne informações sintéticas sobre esses programas.

Figura 5 - Programas da *Research4Life*



Fonte: Adaptado de *Research4Life*.

Conforme sistematiza a **Figura 5**, o **Hinari** proporciona amplo acesso a publicações científicas na área da saúde, incluindo suporte a múltiplos idiomas e integração com bases de dados como o **PubMed**. O programa *Access to Global Online Research in Agriculture (AGORA)*, por sua vez, disponibiliza conteúdo acadêmico voltado à agricultura, à nutrição e às ciências ambientais. Outro programa destacado é o *Online Access to Research in the Environment (OARE)* cujo foco recai sobre pesquisas relacionadas ao meio ambiente, oferecendo recursos que contribuem para a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais.

Em sequência cronológica, três anos depois foi lançado o *Access to Research for Development and Innovation (ARDI)* com o objetivo de fornecer acesso gratuito a periódicos científicos e técnicos, fortalecendo a capacidade dos países em desenvolvimento de se integrarem à economia global do conhecimento. Por fim, o programa mais recente, o *Global Online Access to Legal Information (GOALI)* disponibiliza acesso a periódicos e *e-books* da área jurídica, apoiando a promoção da justiça global em países em desenvolvimento e oferecendo treinamento especializado no campo do direito.

De modo geral, cada programa é concebido para atender a demandas específicas de pesquisa e de produção de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento local e global em distintos setores. O **Quadro 2** apresenta, a seguir, os países elegíveis à isenção e ao desconto de APC nos agrupamentos definidos pela *Research4Life*:

Quadro 2 - Países elegíveis para isenção total (Grupo A) e desconto parcial (Grupo B) no programa *Research4Life*

GRUPO A (acesso livre) Isenção	GRUPO B (acesso de baixo custo) Desconto
Afeganistão, Angola, Bangladesh, Belize, Benim, Butão, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camboja, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, Congo, Ilhas Cook, Costa do Marfim, República Popular Democrática da Coreia, República Democrática do Congo, Djibuti, Domínica, Guiné Equatorial, Eritreia, Essuatíni, Etiópia, Gâmbia, Gana, Granada, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Quênia, Quiribáti, Quirguistão, República Democrática Popular do Laos, Líbano, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Maldivas, Mali, Ilhas Marshall, Mauritânia, Estados Federados da Micronésia, Moçambique, Mianmar, Nauru, Nepal, Nicarágua, Níger, Niue, Território palestino ocupado (incluindo Jerusalém Oriental), Palau, Papua Nova Guiné, Ruanda, Santa Helena, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Samoa, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Ilhas Salomão, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Suriname, República Árabe Síria, Tajiquistão, Timor-Leste, Togo, Toquelau, Tonga, Tuvalu, Uganda, Ucrânia, República Unida da Tanzânia, Vanuatu, Iêmen, Zâmbia, Zimbábue.	Albânia, Argélia, Antígua e Barbuda, Armênia, Azerbaijão, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Botsuana, Colômbia, Cuba, Equador, Egito, El Salvador, Fiji, Gabão, Geórgia, Guatemala, Guiana, Honduras, Iraque, Jamaica, Jordânia, Kosovo (em conformidade com a resolução 1244 (1999) do Conselho de Segurança da ONU), Líbia, Maurício, Mongólia, Montenegro, Marrocos, Namíbia, Nigéria, Macedônia do Norte, Paquistão, Paraguai, Peru, República da Moldávia, São Cristóvão e Nevis, Seychelles, Sri Lanka, Tunísia, Uzbequistão, Venezuela, Vietnã.

Fonte: Adaptado de *Research4Life* (2025).

A análise do **Quadro 2** evidencia que o programa *Research4Life* se estrutura a partir de um modelo binário sustentado por critérios econômicos, no qual países são distribuídos entre dois grupos que definem o nível de apoio concedido para publicação. No Grupo A, a isenção total de APC funciona como medida central para permitir a participação de autores com menor capacidade institucional de financiamento, enquanto o Grupo B, ao oferecer um desconto de 50%, amplia o acesso, mas ainda preserva barreiras relevantes. A proposta desse modelo, contudo, não se configura como um recurso técnico neutro, uma vez que não atua somente como ferramenta de gestão das isenções e descontos pelas editoras que o adotam. Ao contrário, ela articula o sistema de publicação científica à matriz político-econômica que define e mantém as hierarquias globais, fazendo com que a própria ciência reproduza, em seu funcionamento, as divisões de riqueza que busca superar.

Dessa maneira, ao utilizar as classificações do Fundo Monetário Internacional (FMI) como critério para determinar a elegibilidade de países em programas de isenção de

taxas de APC, as editoras comerciais que adotam modelos com critérios econômicos acabam por reproduzir, no campo científico, a mesma lógica de dependência que historicamente caracterizou as relações econômicas globais. Como analisa Ruy Braga (2001), os programas de ajuste estrutural implementados pelo FMI resultaram na compressão salarial, na privatização de bens públicos e na perda de autonomia fiscal, processos que conduziram à subordinação dos países periféricos às diretrizes econômicas das potências centrais.

De modo análogo, a adoção de critérios econômicos externos, baseados nas classificações do próprio FMI, para definir quem “merece” isenção de taxas de publicação subordina a produção científica dos países do Sul Global a parâmetros alheios às suas dinâmicas locais de pesquisa. Essa relação assimétrica entre ciência e economia mundial evidencia que a chamada “isenção” não se configura como uma política de redistribuição de oportunidades científicas, mas sim como um mecanismo de gestão da desigualdade inscrito nos marcos da economia global, materializado, por exemplo, na concessão de isenções restritas a periódicos da via dourada e a uma listagem específica, selecionada e sujeita a alterações anuais.

Nesse sentido, a concessão de descontos e isenções pode ser analisada para além de uma visão estritamente reducionista voltada à busca por acesso equitativo à publicação científica. Em analogia a empresas que exibem selos verdes de sustentabilidade ou que afirmam não realizar testes em animais, a adoção dessas políticas pelas organizações envolvidas nos ciclos de produção da pesquisa científica funciona como um selo de transparência ou um selo de diversidade. Essa operacionalização revela como essas práticas transcendem sua função declarada de inclusão, configurando-se fundamentalmente como estratégias de *marketing* institucional. Ao funcionarem como marcadores simbólicos de inclusão, elas produzem um efeito de legitimação que mascara a permanência de estruturas excludentes, permitindo que as organizações se posicionem como agentes de mudança sem necessariamente alterar os mecanismos que perpetuam as assimetrias.

A prática de utilizar políticas de isenção de taxas como marcadores simbólicos de inclusão, sem alterar as estruturas de poder subjacentes, encontra respaldo teórico no conceito de *openwashing*. Para Thibeault (2023), o *openwashing* é uma transposição direta

das táticas de *greenwashing*, configurando-se como uma prática enganosa onde organizações utilizam o rótulo de aberto para projetar uma imagem de transparência que mascara a complexidade e as restrições reais de seus modelos de negócios. Essa visão é aprofundada por Heimstädt (2017), que define o fenômeno sob a ótica do desacoplamento institucional definido como um processo em que a organização separa sua estrutura formal (no contexto dessa pesquisa, as políticas de abertura e isenção) de suas atividades operacionais essenciais (o controle sobre a informação e a manutenção do sigilo), visando garantir legitimidade externa sem comprometer seus interesses comerciais. Reforçando essa análise, Waugh e Carlisle-Johnston (2023) identificam, por meio de uma análise de conteúdo de websites de grandes editoras, que a linguagem utilizada para descrever o AA é frequentemente ambígua, o que dificulta a distinção entre práticas genuínas de abertura e estratégias de *openwashing* voltadas somente para o fortalecimento da marca corporativa.

Nesse contexto de legitimação do mercado editorial, Silhol, Dillaerts e Boukacem-Zeghmouri (2025) analisam como o movimento pela Ciência Aberta é subvertido pelas grandes editoras para consolidar sua posição dominante. Os autores argumentam que o *openwashing* atua como uma ferramenta de legitimação que permite ao oligopólio acadêmico capturar o discurso da abertura para justificar novas formas de extrativismo e controle. Conforme apresentado, a **Figura 6** apresenta visualmente esse paralelismo, expondo como as retóricas de responsabilidade socioambiental (*greenwashing*) e de justiça epistêmica (*openwashing*) operam de forma análoga: ambas utilizam selos de diversidade e transparência como fachadas cosméticas que desviam o olhar das chaminés industriais ou das montanhas de burocracia e exclusão financeira que permanecem ativas ao fundo.

Figura 6 - Responsabilidade social e inclusão: retóricas de um mesmo mercado

Fonte: Imagem gerada por inteligência artificial (Copilot e Gemini, 2025).

Todavia, as empresas frequentemente citadas como exemplos de *greenwashing*⁴¹ ou detentoras de selos verdes⁴² costumam adotar [ou ao menos afirmam adotar] estratégias de manejo, conservação e restauração ambiental. Tais práticas, ainda que impulsionadas por exigências de mercado ou pressão social, podem produzir impactos positivos na sociedade. De modo semelhante a essas iniciativas, as políticas de isenção

⁴¹ Prática conhecida como a divulgação de produtos como ambientalmente sustentáveis, mas que na verdade não o são.

⁴² Certificação concedida a empresas, produtos ou serviços que demonstram práticas sustentáveis e de responsabilidade ambiental que buscam diminuir o impacto negativo no meio ambiente.

de taxas mantidas por editoras comerciais, ao menos em seu discurso, desempenham um papel relevante ao viabilizar o acesso à publicação científica para autores de países de baixa e média renda que não dispõem de recursos para custear APCs. Por outro lado, impõe-se a questão: não estariam essas políticas operando também como estratégias de mercado?

Outra questão complexa envolvendo as editoras reside na contradição entre o discurso de ampliação do acesso à publicação científica e a opacidade que caracteriza a implementação dessas políticas. Embora as páginas institucionais apresentem critérios e listas vigentes de países elegíveis a descontos e isenções, a ausência de arquivos históricos sistematizados impede o monitoramento longitudinal das iniciativas. Essa lacuna manifesta-se na falta de registros anuais sobre as políticas adotadas, os periódicos participantes e os países efetivamente beneficiados, bem como na inexistência de dados que documentem as alterações históricas nas listagens de elegibilidade e o ano de implementação dessas políticas por periódico. Coletivamente, essas falhas configuram uma arquitetura de opacidade que dificulta a avaliação crítica da efetividade real desses mecanismos ao longo do tempo.

Apesar das páginas institucionais das editoras apresentarem critérios e listas vigentes de países elegíveis a descontos e isenções, a ausência de arquivos históricos sistematizados impede o monitoramento longitudinal das iniciativas. Essa lacuna manifesta-se na falta de registros anuais sobre as políticas adotadas, os periódicos participantes e os países efetivamente beneficiados, bem como na inexistência de dados que documentem as alterações históricas nas listagens de elegibilidade e o ano de implementação dessas políticas por periódico em cada editora. Coletivamente, essas falhas configuram uma arquitetura de opacidade⁴³ a que dificulta a avaliação crítica da efetividade real desses mecanismos ao longo do tempo.

⁴³ Arquitetura da opacidade: no âmbito da dissertação, essa expressão é compreendida como um mecanismo estrutural. No contexto das políticas editoriais de isenção de taxas, esse mecanismo permite que as editoras afirmem publicamente seu compromisso com a inclusão, mas ao mesmo tempo não disponibilizem dados quantitativos que permitam verificar a amplitude, a eficácia e a distribuição geográfica real desse compromisso. Essa falta de transparência sistemática [a falta de divulgação de números sobre artigos isentos, descontos concedidos e procedência dos autores beneficiados] impossibilita uma avaliação independente e crítica, transformando a transparência em mera declaração de intenções. Tal configuração não parece acidental sendo uma característica operacional que sustenta o discurso de equidade enquanto protege o modelo de negócios de um escrutínio baseado em evidências.

Nesse contexto, a justificativa frequentemente mobilizada pelas editoras - a de que a divulgação desses dados comprometeria a proteção de informações pessoais - perde consistência quando se consideram alternativas metodológicas de anonimização e divulgação agregada dos dados. Com efeito, não há, na prática, mecanismos públicos e acessíveis que permitam identificar os montantes totais arrecadados em APC, o número efetivo de autores beneficiados por isenções ou descontos e, por consequência, o impacto concreto dessas políticas sobre a produção científica global. Essas lacunas informacionais configuram limitações substantivas que não parecem fortuitas. Ao contrário, elas sugerem um desenho estratégico voltado a obstaculizar análises independentes e sistemáticas acerca dos efeitos reais das políticas de acesso à publicação científica de autores elegíveis que são provenientes de países de baixa e média renda do Sul Global e, em 2025, da América Latina.

A inexistência do que a Arquivologia denomina “linha de auditoria” (*audit trail*), entendida como o rastro documental público, contínuo e consultável relativo a pagamentos, isenções e alterações de políticas editoriais, opera como um mecanismo de consolidação e preservação das margens de lucro, mesmo diante de reiteradas reivindicações por maior equidade no sistema de comunicação científica.

A criação de um registro público e rastreável (*audit trail*)⁴⁴ aplicado às políticas de isenção e desconto de APC configuraria, portanto, uma medida concreta e operacional para a promoção da transparência e da prestação de contas nesse sistema. Ao ampliar a lógica tradicional do *audit trail* (originalmente um instrumento de controle interno para verificação de procedimentos) para o domínio da informação pública, esse mecanismo possibilitaria o registro contínuo e padronizado de dados agregados, como o número de artigos contemplados, os países efetivamente beneficiados, os valores médios das taxas e as alterações nas políticas editoriais.

Além disso, a disponibilização desses dados em formatos abertos e devidamente anonimizados transformaria esse registro técnico em um dispositivo de ação política. Permitiria conciliar a proteção da confidencialidade com a criação de condições efetivas

⁴⁴ *Audit trail* (trilha de auditoria) trata-se de um registro cronológico e imutável que documenta todas as operações realizadas em um documento ou sistema de gestão. Ele rastreia ações (quem, o quê e quando), funcionando como prova documental para garantir a autenticidade, a integridade e a rastreabilidade das informações ao longo de seu ciclo de vida.

para que a comunidade científica, bibliotecas e agências de fomento realizem seu próprio escrutínio. Desse modo, a trilha de auditoria não se limitaria a provar a regularidade interna de um processo sem transparência e se constituiria como um mecanismo que, ao dar rastreabilidade pública às decisões, tensionaria práticas pouco transparentes e contribuiria para reconfigurar as assimetrias estruturais que marcam o atual modelo de publicação científica em AA.

A falta de transparência de informações de concessões de isenções e descontos de APC contraria diretamente os princípios enunciados pelo Plano S no trecho em que se afirma que:

“[...] o periódico/plataforma deve oferecer isenções de APC para autores de economias de baixa renda e descontos para autores de economias de renda média-baixa, bem como isenções e descontos para outros autores com necessidades comprovadas. As políticas de isenções devem ser descritas claramente no site/plataforma do periódico e **estatísticas sobre as isenções solicitadas e concedidas devem ser fornecidas.**”

Coalition S (2020), grifo próprio.

Nesse contexto, observa-se uma contradição estrutural: as mesmas editoras que evocam o Plano S como legitimador normativo para a cobrança de APCs descumprem princípios centrais do próprio plano, em particular, no que se refere à publicidade de dados e à prestação de contas sobre isenções concedidas. Assim, os compromissos públicos com a equidade e a inclusão na comunicação científica tendem a operar menos como instrumentos efetivos de transformação do sistema e mais como prerrogativas discursivas, mobilizadas para preservar a estrutura concentrada de poder econômico e informacional que caracteriza o mercado editorial científico contemporâneo.

Embora o Plano S preveja o fornecimento de estatísticas sobre isenções solicitadas e concedidas de APCs, tais detalhes operacionais centrais permanecem ausentes do debate público, incluindo as formas aceitáveis de comprovação para obtenção de descontos ou isenções e os mecanismos concretos pelos quais os periódicos de AA poderiam cumprir tais critérios (Kowaltowski; Oliveira, [2019](#)). Assim, torna-se evidente que a ausência de transparência não decorre de uma limitação técnica ou jurídica, mas de uma opção deliberada por não tornar auditável a aplicação dessas políticas.

Em sintonia com essa discussão, Smith *et al.* (2021) demonstram que a elegibilidade formal para programas de isenção não se traduz em acesso efetivo ao modelo de AA. Pesquisadores de países de baixa e média renda publicam proporcionalmente menos artigos em AA do que aqueles de nações de alta renda. Além disso, observou-se que a maioria das publicações em AA concentra autores principais sediados em países desenvolvidos. O estudo destaca que, enquanto autores de renda média publicam uma parcela reduzida de seus trabalhos nesse formato, pesquisadores de países de baixa renda recorrem quase exclusivamente a periódicos por assinatura de instituições locais (Smith *et al.*, 2021). Em conjunto, esses resultados reforçam que as APCs representam uma barreira à publicação em AA para cientistas de países de baixa renda do Sul Global, mesmo quando elegíveis a isenção ou descontos. Um potencial fator para isso, segundo Smith e colegas (2021), deve-se à rigidez das regras para concessão do benefício por algumas editoras, que podem exigir que todos os coautores estejam em países elegíveis, à falta de informação sobre as isenções e à insuficiência dos descontos oferecidos.

Embora parte das receitas de lucro estejam vinculadas à publicação em AA, práticas de isenção e descontos em APC não estão incluídas na maioria dos estudos de rentabilidade das editoras, o que pode gerar uma superestimativa do impacto financeiro dessas publicações, pois não há transparência quanto ao quantitativo de isenções e descontos que são concedidos (Butler *et al.*, 2023). Assim, os autores observam que “as informações sobre isenções e descontos permanecem com a instituição e o editor que faz o faturamento” (Butler *et al.*, 2023). Ademais, os autores recorrem a Zhang *et al.* (2022) que, em consonância, também identificaram que as informações sobre isenções e descontos são retidas pela instituição e pela editora responsável pelas concessões. Tais lacunas de transparência reforçam a necessidade de estudos mais abrangentes que analisem o modelo de negócios das editoras e as práticas de descontos e isenção de taxas.

Para mais, os achados da pesquisa de Momeni *et al.* (2023) indicam que autores elegíveis à isenção total de APC tendem a publicar, em maior proporção, em periódicos AA de maior prestígio do que outros grupos, ao passo que aqueles que só têm acesso a descontos apresentam menor participação nesses periódicos. Esse resultado sugere que

descontos parciais não constituem um incentivo suficiente para direcionar submissões a periódicos AA de alto nível (Momeni *et al.*, [2023](#)). Contudo, o estudo baseia-se na elegibilidade por país e não dispõe de dados que permitam quantificar até que ponto a produção observada decorre efetivamente da concessão de isenções ou de descontos.

Na mesma direção, Lawson ([2015](#)) mapeou as editoras que concedem descontos e isenções para APCs em periódicos de AA demonstrando que a maior parte das editoras acadêmicas os concede e, à época, isso se aplicava tanto em editoras de acesso restrito quanto AA. A pesquisa mediu a frequência com que as editoras oferecem isenções, no entanto, também não incluiu uma análise sobre o alcance efetivo do uso dessas isenções. Esse estudo de Stuart Lawson é um dos primeiros na discussão sobre políticas de isenção de taxas. Em seu artigo, ele identifica, a partir da declaração nos sites das editoras de acesso pago e aberto, quais fornecem isenções automáticas e quais possuem políticas de descontos e isenção (Lawson, [2015](#)).

O estudo de Lawson ([2015](#)) descobriu que a maior parte das editoras (68,8%) oferece isenções de taxas comumente disponibilizadas para países de baixa e média renda. Essa ausência de mensuração impede avaliar quem de fato acessa esses mecanismos e em que proporção, mas não quantifica o número de isenções efetivamente concedidas nem caracteriza os beneficiários, o que restringe inferências sobre o alcance real e os efeitos distributivos dessas práticas. Um outro achado do estudo de Lawson ([2015](#)) é que as editoras concedem isenção, majoritariamente, em periódicos de acesso totalmente aberto e não oferecem em revistas de tipologia híbrida. O autor declara que “as isenções de taxas podem ser vistas de forma semelhante a um mecanismo que produz distinções de *status* entre os autores, em função do país em que estão sediados” (Lawson, [2015](#)).

O estudo de Burchardt ([2014](#)) examina as políticas de isenção de APC a partir de dois vieses: o das editoras e o dos pesquisadores. Ao analisar as políticas de 27 editoras, o autor constatou que nenhuma delas oferecia isenção automática para perfis específicos de pesquisadores sem financiamento institucional, como desempregados ou aposentados. Ao cruzar esse dado com o perfil de pesquisadores dinamarqueses, Burchardt estimou que até 30% deles - incluindo justamente aqueles em situações fora do circuito tradicional de financiamento - teriam dificuldades para publicar em periódicos

APC devido à falta de um patrocinador institucional para a taxa. Da mesma maneira que os estudos mais recentes discutem, Burchardt (2014) afirma que não há transparência quanto ao número de isenções e que a política da editora pode ser alterada sem o conhecimento público.

Além disso, a análise de Burchardt (2014) mostra que a falta de transparência e a natureza comercial subjacente às decisões editoriais limitam o alcance efetivo das isenções, uma vez que editoras podem vincular descontos à “qualidade do artigo” ou ao perfil acadêmico do autor, critério que tende a privilegiar pesquisadores de países ricos e a reforçar desigualdades no acesso à publicação. Como ilustra resposta a questionário citado no estudo (Burchardt, 2014), uma editora declarou oferecer “descontos de acordo com a qualidade do artigo e a formação acadêmica do autor, e não com o país do autor”. Essa afirmação evidencia a racionalidade mercantil dessas práticas: nessa lógica, descontos podem ser concedidos a artigos de menor qualidade de países ricos, enquanto textos equivalentes, oriundos de países de baixa renda, acabam sendo preteridos (Burchardt, 2014).

Nesse sentido, a falta de transparência sobre a administração das isenções persiste e impede a avaliação precisa da extensão real das dispensas concedidas. Para dimensionar esse problema, Burchardt (2014) recorre a Ware e Mabe (2012) e a Solomon e Björk (2012), apresentando estimativas segundo as quais a parcela de isenções é bastante reduzida, situando-se na ordem de 10 a 13% nos casos reportados. Tais evidências corroboram, assim, a limitação estrutural já identificada pelo autor.

Além disso, o estudo aprofunda essa constatação ao indicar que a maioria das editoras não concede isenção automática a pesquisadores de países de baixa renda, do mesmo modo que nenhuma editora oferece isenção automática a autores em situação de dificuldade financeira (Burchardt, 2014). Mais grave ainda, a maioria nem sequer disponibiliza a possibilidade de submissão de um pedido formal. Nesse cenário restritivo, onze editoras oferecem essa alternativa, e, dessas, duas o fazem de forma excepcional ou muito raramente (Burchardt, 2014).

Nesse contexto, um dos estudos mapeados, conduzido por Larose e Mittal (2023), aprofunda a análise ao investigar as correlações entre APC, FI e a produção de

publicações de autores oriundos de países de renda baixa elegíveis a descontos e isenções. Porém, é relevante esclarecer que autoras examinam as políticas de isenção nesses países, restringindo-as a análise a periódicos de Quartil 1, o que delimita o escopo do estudo (Larose; Mittal, [2023](#)).

No que se refere ao perfil editorial, os resultados indicam que poucos dos periódicos analisados possuía editores-chefe provenientes de países elegíveis e que apenas 28% dos editores eram mulheres, com maior presença feminina na área de biologia (Larose; Mittal, [2023](#)). Adicionalmente, a pesquisa apresenta dados sobre a participação e publicação em periódicos científicos por pesquisadores dos países elegíveis [em periódicos de Q1] por áreas do conhecimento, evidenciando que a presença de autores de países classificados como A e B [baixa renda e média renda, respectivamente] foi muito reduzida em biologia e física, sendo relativamente maior em humanidades e ciências sociais (Larose; Mittal, [2023](#)).

Outro aspecto relevante destacado é que os dois periódicos com maior participação desses autores são de caráter regional, o que sugere que a dimensão regional pode constituir um fator de atração para pesquisadores de países de baixa renda (Larose; Mittal, [2023](#)). Por fim, observam que a produção científica tende a diminuir à medida que a APC aumenta, especialmente nas áreas de biologia e física, enquanto a correlação com o FI se mostra mais fraca nas ciências sociais (Larose; Mittal, [2023](#)). Diante desse conjunto de evidências, as autoras concluem que os mecanismos atuais de isenção e desconto de taxas de APC são insuficientes para apoiar de forma efetiva pesquisadores de países de baixa e média renda (Larose; Mittal, [2023](#)).

Na mesma direção, o estudo de Ulysses G. Gardner Jr. *et al.* ([2023](#)), explorou as políticas de isenção de APC em periódicos da área de oncologia, com foco em autores de países de baixa e média renda. A análise abrangeu 272 periódicos identificados a partir do banco de dados [SCImago](#), selecionados com base na disponibilidade de opções de publicação em AA e divulgação pública de dados sobre APC. Os resultados indicam que 51,5% dos periódicos ofereciam isenções de APC para autores de países elegíveis. Além disso, os periódicos de maior impacto (Q1) e os de maior custo, mostraram-se menos propensos a conceder isenções (Gardner Jr. *et al.*, [2023](#)). Os pesquisadores descobriram, ainda, que a média dos valores dos APCs nos periódicos Q1 foi significativamente

superior à observada nos demais quartis, o que reforça a existência de uma barreira adicional para pesquisadores de países com menor poder aquisitivo acessarem periódicos de alta visibilidade (Gardner Jr. *et al.*, [2023](#)). Além disso, o estudo evidencia que periódicos sediados nos Estados Unidos e aqueles com *status* híbrido apresentaram menor propensão a oferecer isenções quando comparados a periódicos europeus (Gardner Jr. *et al.*, [2023](#)). Essa diferença sugere que práticas e critérios editoriais variam significativamente entre as principais regiões produtoras de ciência, indicando a complexidade do tema e a necessidade de se analisar as políticas de AA além de uma simples dicotomia Norte-Sul.

Apesar de sua contribuição para compreensão das barreiras econômicas à publicação em AA no campo da oncologia, o estudo apresenta limitações significativas. Em primeiro lugar, Gardner Jr. *et al.* ([2023](#)) restringem a análise aos periódicos que oferecem isenções de APC para autores de países de baixa e média renda, sem examinar o quantitativo de isenções e descontos concedidos em cada modalidade disponível (isenção ou desconto). Adicionalmente, observa-se que houve a exclusão de periódicos publicados em idiomas distintos do inglês, o que impõe à generalização dos resultados ao contexto global. Ainda assim, o estudo reforça a necessidade de se ampliar iniciativas voltadas à equidade no processo de publicação científica.

Ainda sobre isso, o estudo de John L. Kilgallon *et al.* ([2023](#)), aponta limitações adicionais relevantes. Os próprios autores ressaltam que sua análise não pôde incluir uma avaliação das políticas de isenção de APC. Isso ocorreu porque tais políticas, quando existem, carecem de diretrizes padronizadas e seu conhecimento público é limitado, como ilustrado pelo fato de que mesmo os periódicos que declaram aceitar solicitações de isenção para autores de países de baixa e média renda frequentemente não divulgam seus critérios (Kilgallon *et al.*, [2023](#)). No entanto, a ausência de transparência e de definição clara dos critérios adotados para isenções de APC constituiu um limite significativo do estudo, na medida em que dificulta compreender como as decisões editoriais foram tomadas e quais efeitos concretos produziram.

Além disso, Kilgallon e colegas ([2023](#)) identificam como outra questão relevante as frequentes alterações nos custos de APCs e de assinaturas, bem como a dependência, por parte de muitas revistas, da lista de países elegíveis do programa *Health InterNetwork*

Access to Research Initiative ([Hinari](#)) como principal parâmetro para definir suas próprias políticas de isenção de APC. Essa dependência limita a consistência e a comparabilidade dos resultados. Tais aspectos também representam limitações significativas, uma vez que nem todas as instituições utilizam o Hinari e outras iniciativas potencialmente relevantes podem ter sido desconsideradas. Por fim, os autores ([Kilgallon et al., 2023](#)) ressaltam que esse critério, baseado na categorização de renda em nível nacional, não considera o *status* socioeconômico em nível individual ou institucional do pesquisador. Isso reforça as limitações de abordagens agregadas para a promoção da equidade na publicação científica, pois pode negar apoio a pesquisadores com menos recursos em países não elegíveis e concedê-lo àqueles bem financiados em países da lista ([Kilgallon et al., 2023](#)).

A esse debate soma-se uma pesquisa publicada por Rouhi, Beard e Brundy ([2022](#)) a qual incorpora as perspectivas de editores, de países em desenvolvimento e de bibliotecas acerca dos problemas associados aos programas de isenção e desconto. Nesse estudo, Romy Beard ([Rouhi; Beard; Brundy, 2022](#)), identifica quatro principais problemas, ilustrados na **Figura 7**:

Figura 7 - Quatro principais problemas dos programas de isenção e desconto de APC



Fonte: Adaptado de Rouhi; Beard; Brundy ([2022](#))

Romy Beard (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)) argumenta que o modelo de “pague para publicar” desloca as barreiras financeiras dos leitores para os autores, criando uma nova camada de exclusão. Segundo a autora, mesmo quando há descontos, muitos autores não conseguem arcar com as taxas remanescentes (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)). Outro ponto destacado é que as isenções costumam ser oferecidas somente para revistas de AA dourado, excluindo as revistas híbridas, o que, segundo a autora, compromete a equidade da publicação em AA. Diante disso, Beard defende que os periódicos híbridos sejam incluídos nesses programas (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)).

Na sequência desse debate, Sara Rouhi (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)) apresenta uma perspectiva interna sobre as limitações do modelo de APCs a partir do ponto de vista das editoras. Rouhi (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)) relata que os editores da *Public Library of Science* (PLOS) partiram da suposição inicial de que a cobrança de APCs seria viável em razão do financiamento disponível aos autores, contudo, essa premissa mostrou-se equivocada. Além disso, a popularização do modelo de APCs, em particular, em sua versão híbrida [em que as instituições pagam simultaneamente por assinaturas e por taxas de publicação aberta] contribuiu para a elevação dos custos totais de publicação, inclusive para acessar conteúdos abertos (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)). O fenômeno também atraiu a proliferação de editoras predatórias que se aproveitam da lógica de cobrança por APC sem oferecer os serviços editoriais adequados.

Aprofundando essa crítica, Rouhi sustenta que os programas de isenção não respondem às demandas do estágio atual da ciência aberta, na medida em que não enfrentam as estruturas sistêmicas que levam os autores a depender dessas isenções (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)). De acordo com a autora, os modelos baseados em APCs tornaram-se predominantes por simplificarem os processos de cobrança e de gestão financeira para editores e financiadores; entretanto, não incorporam uma perspectiva verdadeiramente inclusiva. Nessa linha, Rouhi questiona as razões pelas quais os APCs se consolidaram como norma e argumenta que, embora favoreçam editoras de grande porte, não solucionam o problema da equidade e ainda instauram uma dependência financeira dos autores (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)).

Complementando essas perspectivas, Curtis Brundy (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)), critica a falta de avanços concretos na promoção da equidade para autores em modelos baseados em APCs. Segundo Brundy (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)), embora a biblioteca da *Iowa State University* busque uma transição equitativa para o AA, os acordos de APC ancorados em modelos de assinatura, aqui compreendidos como ATs, não enfrentam adequadamente o problema da inclusão. Nesse sentido, Brundy (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)) defende que as bibliotecas explorem alternativas ao modelo de APC e atuem diretamente junto às editoras no desenvolvimento de modelos de negócio que dispensem a cobrança de taxas aos autores. Por fim, o autor argumenta que, nos casos em que acordos baseados em APC forem mantidos, as questões relativas às isenções e aos descontos devem ser tratadas de maneira explícita, de modo a viabilizar aprimoramentos efetivos nesse modelo (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)).

Nesse contexto crítico, Rouhi (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)) questiona o excesso de confiança dos editores nas isenções como solução para a inclusão e chama atenção para a crescente demanda por esses mecanismos, a qual, segundo a autora, não é financeiramente sustentável para as próprias editoras, que arcam com custos operacionais sem a receita correspondente. Para a autora, essa dinâmica expõe a fragilidade do mecanismo, que atua mais como um paliativo do que como uma solução estrutural. Diante disso, Rouhi defende a necessidade de uma revisão abrangente tanto das políticas de isenção quanto dos modelos de negócios das editoras (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)).

Dando continuidade a essa argumentação, a autora (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)) identifica três problemas centrais que tornam os programas de financiamento por isenção insustentáveis: (i) a complexidade dos fluxos de trabalho digitais, (ii) o aumento contínuo da demanda por suporte financeiro e (iii) a inadequação de uma abordagem baseada na necessidade para a construção de uma comunidade científica verdadeiramente inclusiva. Nesse sentido, Rouhi (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)) critica o fato de que a solicitação de uma isenção envolve um processo burocrático excessivamente oneroso e, muitas vezes, humilhante para os autores, o que contribui para a perpetuação de preconceitos e estigmas.

No artigo, Rouhi retoma o conceito de “rainhas do bem-estar” como referência a um estereótipo racial e classista que ganhou projeção nos Estados Unidos na década de 1980 (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)). A expressão “*welfare queens*” foi amplamente difundida durante a campanha presidencial⁴⁵ de Ronald Reagan para caracterizar supostos abusos do sistema de assistência social por mulheres de baixa renda, frequentemente retratadas como negras. Esse estereótipo sugeria que tais mulheres explorariam deliberadamente o sistema para obter benefícios governamentais, reforçando preconceitos raciais e de classe. A **Figura 8** apresenta a pintura de Amy Sherald intitulada “*Welfare Queen*”, utilizada como recurso visual para problematizar essa lógica estigmatizante.

Figura 8 - 'Welfare queen' de Amy Sherald



Fonte: Amy Sherald, *Welfare Queens* (2012). Foto cortesia de Phillips.

⁴⁵ Leia mais em:

<https://wp.nyu.edu/compass/2018/11/13/the-non-consensual-identity-politics-of-the-welfare-queen/>

A partir dessa referência, Rouhi emprega o conceito para criticar diretamente o modelo de isenções de APCs e o próprio processo de solicitação de apoio financeiro no âmbito das publicações científicas (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)). Segundo a autora (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)), exigir que autores sem financiamento comprovem sua necessidade os coloca em uma posição constrangedora e humilhante, como se estivessem pedindo esmola ou solicitando um favor. Além disso, essa abordagem de assistência baseada na necessidade reforça a percepção de que pesquisadores de baixa renda estariam “em busca do que podem obter”, reproduzindo preconceitos análogos ao estereótipo das *welfare's queens* (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)).

Em outras palavras, perpetua-se um preconceito implícito segundo o qual esses pesquisadores estariam tentando “tirar vantagem” dos recursos disponíveis, em vez de serem reconhecidos como merecedores de apoio de maneira justa e digna. Assim, o aumento contínuo dos custos associados às isenções, especialmente em regiões sub-representadas, obriga as editoras a reduzirem esses apoios, comprometendo a inclusão e limitando o alcance global do AA.

Diante desse diagnóstico crítico, Rouhi, Beard e Brundy ([2022](#)) apresentam sugestões para que as editoras reavaliem seus programas de isenção e adotem práticas mais inclusivas, tais como a otimização dos processos para torná-los mais transparentes e menos burocráticos, o compartilhamento mais claro de suas estratégias de inclusão e a busca por parcerias que reduzam ou eliminem a necessidade de APCs. Entre outros aspectos, os autores enfatizam a importância de que as editoras assumam um compromisso efetivo com a inclusão, aperfeiçoando a comunicação sobre as isenções e desenvolvendo mecanismos que avaliem o impacto desses programas na promoção da equidade acadêmica (Rouhi; Beard; Brundy, [2022](#)).

Em síntese, o sistema atual, estruturado em torno das APCs, mostra-se insuficiente para garantir a equidade na publicação científica. Nesse sentido, os autores questionam se os editores estão, de fato, comprometidos com a inclusão ao se apoiarem predominantemente em mecanismos de isenção. Diante desse cenário, eles defendem que todos os atores do ecossistema acadêmico (editores, bibliotecas, financiadores e autores) engajem-se em um debate amplo e colaborativo para formular soluções

verdadeiramente transformadoras, capazes de considerar as realidades econômicas e regionais dos autores em escala global (Rouhi; Barba; Brundy, [2022](#)).

5.4 Ciência, globalização e justiça distributiva: reflexões sobre a mercantilização da ciência e da produção científica

Todo justo é uma forma de igual.

Na contemporaneidade, a ciência, enquanto atividade histórica e social, tem sido profundamente impactada pelo avanço do neoliberalismo, que transforma o conhecimento em mercadoria. Inserida em uma lógica global, essa ciência passa a operar no interior do que Milton Santos ([2022](#)) denomina de “globalização perversa”, na qual as dinâmicas econômicas, políticas e sociais são organizadas prioritariamente em função dos interesses do mercado, e não do bem-estar coletivo.

Nesse contexto, a mercantilização da ciência e da publicação científica tem se consolidado como um dos principais fatores de exclusão e marginalização de pesquisadores com recursos limitados. Mesmo diante da existência de políticas de isenção e desconto APCs, o processo permanece estruturado de modo a colocar autores em posição de inferiorização, na medida em que exige a necessidade de justificar pedidos de isenção e descontos de APCs e de comprovar a capacidade financeira a partir de sua origem geográfica. Esse cenário revela como o conhecimento, em vez de ser tratado como um bem comum, é convertido em mercadoria e em instrumento de poder. Essa lógica se intensifica ao considerarmos o montante de recursos públicos empregados na construção do conhecimento científico.

Aristóteles é considerado o primeiro grande formulador da justiça distributiva, cujo trabalho pode ser útil para discutir o contexto de mercantilização da ciência. Em sua obra “Ética a Nicômaco” ([1991](#)), ele distingue entre justiça distributiva e justiça corretiva. A primeira refere-se à repartição proporcional de bens e honras entre os membros da comunidade, de acordo com o mérito ou a necessidade. Conforme Borges Júnior ([2024](#)) a justiça corretiva consiste na reparação de uma injustiça e no consequente ressarcimento

do dano cometido contra alguém. Para Aristóteles, a justiça não é uma igualdade absoluta, mas uma proporcionalidade: cada indivíduo deve receber segundo sua contribuição ou condição (PolSci Institute, [2025](#)). Essa concepção revela-se fundamental para pensar políticas acadêmicas, pois a distribuição de recursos e oportunidades deve considerar as desigualdades estruturais existentes entre pesquisadores de diferentes regiões e instituições.

Complementando a reflexão aristotélica, Montesquieu ([2000](#)) ampliou o debate sobre a justiça distributiva no contexto do pensamento político moderno, ao relacioná-la à organização e à estabilidade das formas de governo. Em “Do espírito das leis” (Montesquieu, [2000](#)), defendeu que a justiça se expressa na manutenção de uma igualdade relativa, necessária para a conservação das repúblicas. Assim, a justiça distributiva não se limita à repartição material, mas configura-se também como a garantia de participação equitativa na vida social e política.

Avançando no debate sobre justiça distributiva, no século XIX, John Stuart Mill ([2005](#))⁴⁶ trouxe a perspectiva utilitarista para a justiça distributiva. Para Mill ([2005](#)), a justiça distributiva é um ramo da moralidade pública e política, cujas funções incluem assegurar que os benefícios sociais sejam distribuídos de modo a maximizar o bem-estar coletivo. O autor argumenta que a humanidade tem direito a todo bem que possamos proporcionar-lhe e que a justiça distributiva deve ser entendida como uma obrigação moral compulsória, além de legal. Essa perspectiva pode ser útil para se estabelecer uma conexão com as políticas de isenção de APC, uma vez que tais medidas se apresentam como tentativas de reduzir barreiras econômicas ao acesso à publicação científica, buscando ampliar o benefício coletivo da produção e circulação do conhecimento.

Autores modernos, como André Franco Montoro ([2014](#), p. 156-184), destacam que a justiça distributiva regula a aplicação dos recursos da coletividade em diferentes

⁴⁶ Embora Mill ([2005](#)) não formule a justiça distributiva como uma categoria conceitual autônoma nem utilize sistematicamente essa expressão, suas reflexões sobre justiça, igualdade e distribuição de benefícios sociais encontram-se sobretudo em *Utilitarismo* (publicado originalmente em 1861), especialmente nos capítulos IV (*De que tipo de prova a doutrina da utilidade é suscetível*) e V (*Da conexão entre justiça e utilidade*). Nesses trechos, Mill sustenta que os princípios de justiça devem ser compreendidos como parte integrante da utilidade social, na medida em que a distribuição de direitos, deveres e benefícios é considerada justa quando contribui para a maximização da felicidade geral. Assim, ainda que não empregue a terminologia posteriormente consagrada pela teoria da justiça distributiva, sua argumentação fornece fundamentos normativos amplamente mobilizados por abordagens distributivas contemporâneas.

setores sociais, incluindo impostos, participação nos lucros e acesso a serviços públicos. Aplicando esse raciocínio ao campo científico, as políticas de desconto e isenção de taxas de APC podem ser vistas como instrumentos de justiça distributiva, na medida em que buscam corrigir desigualdades entre pesquisadores de países centrais e periféricos, permitindo a participação de autorias diversas na produção e publicação do conhecimento. Dessa forma, a justiça distributiva oferece a base teórica para compreender tais políticas como medidas de equidade que buscam mitigar desigualdades no acesso à publicação científica, ainda que funcionem de modo paliativo diante da mercantilização crescente da ciência.

Sintetizando as contribuições teóricas, Aristóteles (1991) estabeleceu o princípio da proporcionalidade geométrica, que viria a constituir o núcleo do conceito moderno de justiça distributiva. Montesquieu (2000), por sua vez, enfatizou a igualdade perante a lei como um pilar das estruturas políticas republicanas, Mill (2005) vinculou a justiça à moralidade pública e ao bem-estar coletivo e Montoro (2014) operacionalizou o conceito no âmbito das políticas sociais contemporâneas. Todos esses autores oferecem fundamentos que podem ser mobilizados para se interpretar as isenções de APC como práticas de justiça distributiva, voltadas a reduzir desigualdades no acesso à publicação científica, ainda que sua eficácia seja limitada diante das assimetrias estruturais que caracterizam o sistema editorial contemporâneo. Nesse contexto, as editoras científicas comerciais já adotam políticas de isenção e desconto de APC para pesquisadores de países de menor renda, mas essas iniciativas continuam a operar de modo limitado e seletivo, oferecendo apenas uma mitigação parcial das desigualdades estruturais que marcam o acesso à publicação científica.

Muitas vezes, a concessão de isenções carece de transparência. Nesse cenário, a justiça corretiva torna-se necessária para lidar com abusos ou exclusões concretas, enquanto a justiça distributiva deve orientar mudanças estruturais capazes de garantir que o acesso à publicação não dependa de concessões pontuais, mas de uma redistribuição efetiva de recursos e oportunidades no sistema editorial global.

O **Quadro 3** cumpre a função de distinguir de forma sintética justiça distributiva e justiça corretiva no contexto da comunicação científica, articulando finalidades, critérios e exemplos que dialogam diretamente com o problema das APCs.

Quadro 3 - Justiça distributiva e corretiva: fundamentos e aplicações no contexto da comunicação científica

Aspecto	Justiça distributiva	Justiça corretiva
Finalidade	Regular a distribuição de bens e oportunidades de forma proporcional ou equitativa.	Restaurar a igualdade após um prejuízo ou desequilíbrio causado por uma ação.
Critério central	Proporcionalidade (mérito, necessidade, igualdade relativa).	Compensação e reparação (devolução, restituição, correção de abusos).
Exemplo clássico	Repartição de recursos públicos, impostos, benefícios sociais.	Correção de contratos injustos, devolução de valores pagos indevidamente.
Aplicação no contexto da comunicação científica	Políticas de isenção de APC, financiamento público equitativo, métricas contextualizadas.	Reparação de abusos editoriais, devolução de taxas excessivas, compensação por exclusão.
Escopo	Estrutural e coletivo.	Pontual e relacional.

Fonte: Elaborado pela autora.

Embora o princípio de justiça proposto por Mill (2005) possa ser útil para justificar as políticas de isenção de APC das editoras comerciais como um esforço para maximizar a utilidade social, assegurando que talentos e pesquisas importantes não sejam excluídos do sistema global de conhecimento, o problema reside no cálculo efetivo dessa utilidade⁴⁷. As ações individuais de editoras comerciais, frequentemente movidas pela maximização do lucro, oferecem isenções de forma parcial e limitada. Essas medidas, mesmo quando invocam o princípio utilitarista de buscar um bem maior (o acesso expandido), podem não alcançar a justiça plena no acesso à publicação. Isso ocorre porque o saldo de utilidade, nesse modelo, ainda beneficia desproporcionalmente os lucros e a legitimidade da editora. Muitos autores podem desconhecer as políticas existentes ou não se sentirem confortáveis em solicitar uma isenção, particularmente, quando ela não é automática e exige uma declaração de dificuldade financeira. Essa

⁴⁷ Refiro-me ao princípio ético utilitarista de John Stuart Mill, exposto principalmente em Utilitarismo (1863). Para Mill, uma ação é moralmente correta na medida em que tende a promover a maior felicidade (ou bem-estar) para o maior número de pessoas. Essa é a "justiça" a que o texto alude: a justificação de que uma política (como a isenção de APC) é correta porque produz um bem social líquido (não excluir talentos). Minha crítica reside no fato de que, na prática, a aplicação parcial, limitada e opaca desse princípio pelas editoras, cujo fim último é a maximização do lucro, impede o cálculo real desse "saldo de utilidade" e compromete a consecução da justiça plena que o próprio utilitarismo prega.

barreira psicológica e informacional significa que o 'bem maior' prometido pela teoria utilitarista não se materializa plenamente na prática, perpetuando a exclusão.

Outro fator relacionado surge na colaboração internacional. Muitas políticas de isenção vinculam a elegibilidade ao autor correspondente ou à afiliação primária, excluindo coautores de países de baixa e média renda que não se enquadrem nesses critérios restritos. O resultado é a exclusão de um contingente significativo de cientistas com recursos limitados, mesmo quando suas pesquisas são aceitas para publicação. Como consequência, um contingente significativo de cientistas com recursos limitados acaba sendo impedido de publicar, o que gera um prejuízo líquido ao bem-estar da comunidade científica e compromete a maximização efetiva da utilidade, pois o benefício potencial de ampliar o acesso é anulado pela barreira imposta à parte dos colaboradores. Dessa forma, a aplicação restritiva e fragmentada das isenções pelas editoras desvirtua o princípio que poderia justificá-las eticamente, falhando em cumprir o propósito de promover o maior acesso para o maior número.

Em contraste direto com a abordagem utilitarista⁴⁸ de Mill (2005), que subordina a justiça à maximização do bem-estar agregado (a maior felicidade para o maior número), a perspectiva da justiça como equidade de John Rawls (2003) permite uma crítica mais radical e estrutural ao sistema de APCs. Rawls (2003) argumenta que os princípios de justiça devem ser escolhidos a partir da posição original, sob um véu da ignorância, onde ninguém conhece sua posição social, riqueza ou habilidades. Nessa situação hipotética, a racionalidade levaria à escolha de dois princípios de justiça, sendo o mais relevante para esta análise o segundo princípio, que exige que as desigualdades socioeconômicas (como a cobrança de APCs) satisfaçam tanto a igualdade equitativa de oportunidades quanto o princípio da diferença.

Articulado sob a ótica rawlsiana, no contexto da discussão deste estudo, um sistema de publicação é considerado injusto se falha em garantir a igualdade equitativa de oportunidades, impedindo que pesquisadores talentosos de baixa e média renda

⁴⁸ O utilitarismo de John Stuart Mill (1806–1873) é uma teoria ética que defende que a ação moralmente correta é aquela que maximiza a felicidade ou o bem-estar geral, definida como prazer e ausência de dor. Mill refinou a teoria, introduzindo a distinção entre prazeres superiores (intelectuais, morais) e prazeres inferiores (sensoriais), argumentando que os primeiros possuem maior valor intrínseco. No contexto da justiça, Mill considera-a um tipo de utilidade que protege as seguranças vitais e essenciais do bem-estar humano, mas sua validade e interpretação permanecem subordinadas ao princípio da maior felicidade.

tenham a mesma chance de publicar e avançar na carreira. A isenção de APCs, portanto, não deve ser vista como mera conveniência para aumentar a utilidade (como propõe Mill), mas sim como um imperativo de justiça fundamental: o sistema de publicação só seria moralmente permissível se estruturado para maximizar o maior benefício possível para os autores e pesquisadores mais pobres (o princípio da diferença), o que implica um dever de isenção total e transparente, garantido pela estrutura básica da sociedade e não deixado à discricção das políticas mercantis e parciais das editoras.

Imagine que o princípio da maior felicidade funcione como uma balança gigante, na qual, de um lado, colocamos toda a felicidade e os benefícios que uma ação pode gerar, e, do outro, toda a tristeza e os prejuízos. A ideia é que a ação certa seja aquela que faz o lado da felicidade pesar mais. Agora, apliquemos essa lógica às taxas de APC que as editoras científicas cobram para publicar artigos em AA. Quando uma editora decide cobrar APCs, ela realiza, ainda que implicitamente, um cálculo utilitarista. De um lado da balança, estão os benefícios: os recursos arrecadados podem ser usados para manter a infraestrutura editorial, garantir processos de avaliação por pares, melhorar a qualidade da edição e remunerar equipes técnicas. Esses fatores tendem a beneficiar tanto o sistema editorial quanto os leitores, que passam a ter acesso a artigos revisados e bem produzidos.

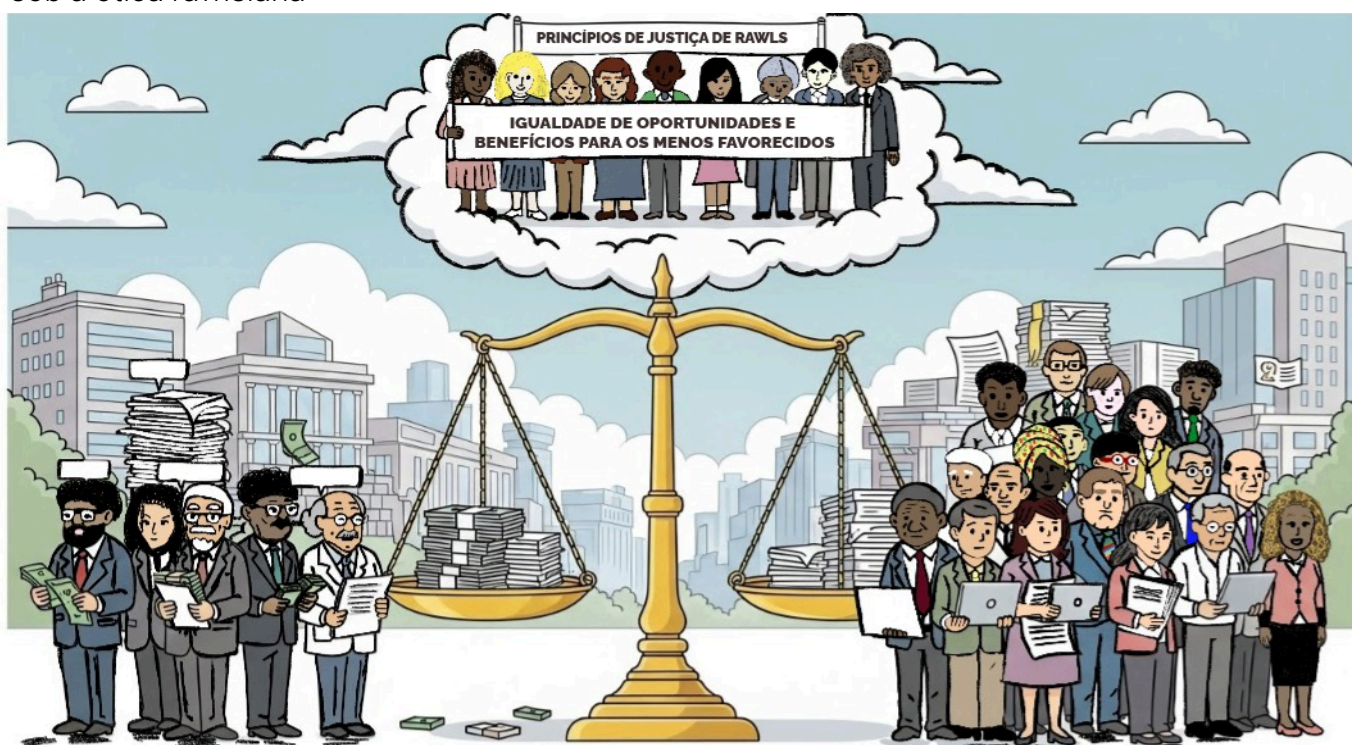
No entanto, o problema surge quando observamos o outro lado da balança. Para muitos pesquisadores, particularmente aqueles de países com menos recursos, pagar essas taxas é inviável. Isso significa que suas descobertas importantes não são publicadas, suas carreiras não avançam, e o conhecimento que poderiam compartilhar com o mundo fica guardado ou é publicado em uma revista que não exige APC. Essa exclusão gera infelicidade e prejuízo para a ciência global. Se a balança da felicidade pende mais para o lado dos lucros das editoras e da exclusão de muitos pesquisadores, o princípio da maior felicidade seria violado. A decisão de cobrar APCs só seria justificada se a felicidade gerada para o sistema de pesquisa como um todo (todos os atores envolvidos) fosse claramente maior que a infelicidade causada pela exclusão. É por isso que é pertinente questionar se o sistema atual de APCs realmente atende a esse princípio.

A filosofia de John Rawls, com sua justiça como equidade, pode ser útil para observar um potencial reequilíbrio da balança das APCs. Diferentemente de Mill, que

busca a “maior felicidade agregada”, Rawls (2003) nos pede para imaginar uma sociedade em que ninguém sabe qual será sua posição social. Trazendo para o contexto desta pesquisa: você pode ser um pesquisador rico ou um de baixa renda. O autor denomina essa situação como “véu da ignorância”. Sob esse véu, argumenta Rawls (2003), as pessoas escolheriam princípios de justiça que garantam que as desigualdades (como o sistema de APCs) funcionem para o maior benefício dos menos favorecidos e assegurem oportunidades iguais para todos. Aplicado às APCs, isso significa que não bastaria que o sistema gerasse alguma felicidade para alguns, ele precisaria ser estruturado de modo que pesquisadores de baixa renda tivessem a mesma oportunidade equitativa de publicar suas pesquisas em revistas de AA bem avaliadas.

Isso se traduziria em isenções de APCs completas e incondicionais para aqueles que não podem pagar, financiadas, possivelmente, por subsídios públicos ou por ajustes nos lucros das editoras. Dessa forma, a balança não buscaria só um saldo positivo de felicidade, mas garantiria que a base de oportunidades fosse justa para todos, eliminando a barreira econômica que impede a participação na publicação científica de muitos cientistas valiosos. A **Figura 9** ilustra a aplicação desses princípios no ecossistema de publicação científica.

Figura 9 - A justiça como equidade aplicada ao sistema editorial: o reequilíbrio das APCs sob a ótica rawlsiana



Fonte: Ilustrado pela autora com base em Rawls (2003).

Do ponto de vista da crítica marxista, políticas redistributivas que não questionam as relações estruturais de produção tendem a operar de forma compensatória, aliviando desigualdades imediatas sem modificar os fundamentos que as produzem (Marx, 2012). Essa perspectiva permite compreender os limites de iniciativas que atuam apenas sobre os efeitos da exclusão, sem incidir sobre os mecanismos que a geram. Abordagens contemporâneas, como a de Nancy Fraser, aprofundam esse diagnóstico ao conceber a justiça como um problema multidimensional, que envolve simultaneamente a redistribuição de recursos econômicos, o reconhecimento institucional de grupos sociais e a garantia de participação política em condições de paridade (Fraser, 1997; 2009).

Nesse cenário, as políticas de isenção e desconto de APC podem ser compreendidas como instrumentos predominantemente redistributivos, voltados a reduzir barreiras financeiras imediatas ao acesso à publicação, sem, contudo, questionar a estrutura concentrada e mercantilizada que organiza a comunicação científica. Ao permanecerem subordinadas às regras definidas por grandes editoras comerciais, tais

políticas tendem a reproduzir assimetrias de poder institucional, sem alterar seus critérios, modelos de negócio ou mecanismos de decisão centralizados, tais políticas não desafiam as assimetrias de poder institucional vigentes. Dessa forma, seu potencial de promover uma inclusão substantiva e uma equidade duradoura na produção e circulação do conhecimento científico permanece limitado.

Diante disso, a mercantilização da comunicação científica evidencia tanto os mecanismos que reproduzem desigualdades no sistema editorial acadêmico quanto os próprios limites do modelo vigente, abrindo espaço para arranjos possíveis de resistência. Espaços editoriais alternativos como periódicos em acesso diamante, redes regionais de editoração científica e consórcios públicos voltados ao financiamento e à sustentação da publicação acadêmica, surgem como formas de contestação, ao ressignificar práticas editoriais e os territórios de produção e circulação do conhecimento, promovendo publicações sem cobrança de APC e o fortalecimento da capacidade local de edição e indexação de periódicos. Esses espaços não eliminam, por si só, os entraves estruturais do sistema, mas contribuem para a construção de caminhos possíveis de transformação do sistema editorial científico em escala global.

O pensamento de Guédon (2011) analisa criticamente a estratificação geopolítica do conhecimento ao argumentar que o atual sistema de comunicação científica não opera como uma meritocracia neutra. Trata-se, antes, de uma estrutura de competição segmentada, projetada para favorecer a ciência *mainstream* - produzida majoritariamente no Norte Global, veiculada em inglês e publicada em revistas comerciais de alto impacto - em detrimento da produção científica oriunda de contextos periféricos. Para o autor, a utilização acrítica de indicadores bibliométricos e o domínio de grandes editoras comerciais cria uma visão monocromática da ciência, na qual temas locais e regionais relevantes são marginalizados. Nesse contexto, a noção de "excelência" passa a operar como um critério excludente, convertendo a produção científica em mercadoria e em instrumento de poder, ao mesmo tempo em que dificulta a realização de uma justiça cognitiva global.

Em consonância, Samir Amin (1989), reforça que a periferia é compelida a consumir produtos e serviços dos centros, incluindo espaços editoriais hegemônicos. Nessa perspectiva, Amin (1989) destaca que a hegemonia das potências centrais sobre

as nações periféricas é perpetuada pelo controle estratégico do que denomina “monopólio da mídia e da comunicação”. Tal estrutura de poder manifesta-se, principalmente, no domínio exercido pelas grandes corporações editoriais globais, que detêm a prerrogativa de ditar quais agendas de pesquisa são consideradas “relevantes” ou legítimas no cenário internacional. Aliado a esse controle temático, a imposição das línguas centrais - com ênfase particular no inglês como veículo obrigatório de prestígio para a circulação de ideias - aprofunda a marginalização das produções intelectuais locais, limitando o alcance de saberes produzidos por pesquisadores que não se submetem aos padrões normatizados pelo centro.

Para abordar esse tema, mobiliza-se o conceito analítico de “globalização perversa” proposto por Milton Santos (2022) que problematiza a forma como o processo de globalização, frequentemente apresentado como uma oportunidade universal de integração e desenvolvimento para todos, na realidade tende a reforçar desigualdades. Santos (2022) define essa globalização como centralizadora do poder e da produção, hegemonizada pelos fluxos econômicos, culturais e científicos. Com base na visão de Santos (2022), pode-se argumentar que a globalização não promove a liberdade, mas subordina os países periféricos, tornando-os mais dependentes e excluídos em múltiplas esferas, em particular no acesso ao conhecimento e à publicação científica, foco deste estudo. Nesse sentido, as categorias propostas por Santos (2022), que descrevem a globalização como um processo sustentado por três mecanismos centrais - as fábulas e ideologias, o território do dinheiro e as técnicas da informação - são mobilizadas nessa pesquisa como ferramentas analíticas. Tais categorias ajudam a explicar por que práticas editoriais, que se legitimam pela retórica da democratização, podem na verdade reproduzir desigualdades estruturais no acesso à publicação científica.

O primeiro mecanismo proposto por Santos (2022), a fabulação e a ideologia, refere-se aos discursos que naturalizam determinadas práticas como inevitáveis ou benéficas. Aplicado no campo editorial, essa retórica manifesta-se na promoção do AA como solução universal, frequentemente dissociada das condições materiais que definem quem pode arcar com as taxas de publicação e quem permanece excluído. A análise dessa retórica evidencia os dispositivos ideológicos que legitimam modelos comerciais e atenuam a percepção das assimetrias entre centros e periferias do sistema científico.

O segundo mecanismo proposto por Santos (2022) - o território do dinheiro - refere-se, em termos gerais, à geografia das decisões econômicas e à forma como elas se concentram em determinados espaços de poder. No campo da comunicação científica, esse mecanismo ajuda a compreender como a concentração editorial, materializada na dominância de mercado e no volume de receita das grandes editoras, estrutura ativamente os fluxos de publicação, define critérios de indexação e condiciona a visibilidade da pesquisa. Essa geografia do poder econômico impõe barreiras territoriais à circulação do conhecimento, pois condiciona onde e como os recursos para publicar são alocados. No contexto das políticas de isenção e desconto de APC's, o próprio território do dinheiro explica por que certas concessões ocorrem de forma seletiva e frequentemente pouco transparente, revelando como a distribuição econômica assimétrica do poder econômico molda desigualdades no acesso à publicação científica.

O terceiro mecanismo identificado por Santos (2022), as técnicas da informação, refere-se, em termos gerais, ao controle da infraestrutura tecnológica e das competências necessárias para operá-la. Plataformas proprietárias, sistemas de submissão, práticas de indexação e a existência de periódicos espelho⁴⁹ representam formas tecnológicas de controle que ampliam as assimetrias entre atores centrais e periféricos. A concentração desse controle nas mãos de atores centrais cria barreiras tecnológicas e operacionais que restringem a capacidade de autores e instituições periféricas de participar em condições equitativas, tornando muitas políticas de inclusão meramente formais, pois não alteram a distribuição subjacente do poder tecnológico. Assim, a análise dos três mecanismos propostos por Santos (2022) - fabulação e ideologia, território do dinheiro e técnicas da informação - pode ser utilizada para compreender como práticas editoriais legitimadas pela retórica da democratização podem reproduzir desigualdades estruturais no acesso à publicação científica.

A teoria crítica de Adorno e Horkheimer, em "Dialética do esclarecimento" (1985), trazem elementos adicionais para se aprofundar essa reflexão ao demonstrar como o progresso técnico, embora potencialmente emancipador, tende a concentrar poder e alienar o indivíduo. A razão instrumental transforma a multiplicidade em grandezas mensuráveis, reduzindo práticas culturais e saberes locais a dados manipuláveis. Essa

⁴⁹ Vide nota de rodapé 3.

lógica se manifesta novamente na ciência contemporânea, marcada pela força normativa das métricas: FI, citações e *rankings*. Nesse contexto, a pesquisa passa a ser valorizada sobretudo na medida em que pode ser convertida em números comparáveis, o que tende a penalizar pesquisadores e instituições que não dispõem de recursos financeiros ou capital institucional suficientes para atender às exigências da lógica dominante.

Na Dialética do esclarecimento (1985), Adorno e Horkheimer formulam uma crítica segundo a qual o progresso técnico e o aumento da produtividade não podem ser compreendidos como forças neutras ou exclusivamente emancipatórias. Inseridos em uma racionalidade instrumental orientada pela dominação, esses processos tendem a reforçar a concentração de poder nas estruturas econômicas e sociais que organizam e controlam a técnica. O resultado é uma forma de alienação na qual o indivíduo é subordinado a sistemas abstratos de cálculo e eficiência, ao mesmo tempo em que passa a depender deles para sua própria reprodução material. Adorno e Horkheimer (1985) argumentam que:

O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele (Adorno, 1985).

Essa crítica oferece um aporte para analisar a economia política da comunicação científica contemporânea. O sistema de publicação por APC pode ser compreendido como um desdobramento dessa racionalidade instrumental: o conhecimento, convertido em *commodity*, é gerido por um “aparelho técnico” (as grandes editoras e suas plataformas) que concentra poder econômico e define os termos de acesso. Nessa lógica, a “superioridade imensa” de que fala Adorno se traduz no controle editorial sobre os canais de legitimação e visibilidade científica. Consequentemente, políticas de isenção de APC, embora pretendam mitigar barreiras, frequentemente operam dentro dessa mesma estrutura de dominação, funcionando como mecanismos paliativos que não questionam a mercantilização subjacente do saber. Elas podem, assim, prover o pesquisador individual

com um alívio pontual, ao mesmo tempo em que reforçam sua dependência e a anulação coletiva diante de um sistema que transforma a disseminação do conhecimento em um privilégio tarifado.

No escopo das dinâmicas contemporâneas da comunicação científica, essa crítica feita por Adorno e Horkheimer (1985) permite interpretar a mercantilização do saber, como a adoção de APCs e a concentração editorial, como uma extensão do aparelho técnico, que organiza e valoriza a produção de conhecimento segundo critérios quantificáveis e comercializáveis. Quando práticas científicas diversas são reduzidas a métricas e valores monetários, suas diferenças históricas, linguísticas e sociais são apagadas. A análise de Milton Santos (2022) sobre a globalização perversa complementa essa perspectiva: a integração global, organizada por fluxos econômicos e informacionais, produz inserções desiguais e assimetrias estruturais, de modo que a lógica mercantil da publicação reflète, replica e amplifica as injustiças distributivas entre regiões, instituições e comunidades científicas.

Ao examinarem o esclarecimento como um processo histórico de racionalização, Adorno e Horkheimer (1985) mostram como a busca por controlar a natureza por meio da razão leva à redução do mundo ao que pode ser calculado e mensurado. No processo histórico em que o mito se transfigura em esclarecimento e este, por sua vez, se reverte em dominação, o número torna-se o cânone da verdade e o critério último do real: tudo o que escapa à quantificação é relegado à ilusão. Essa mesma dinâmica, que desloca o sentido para o cálculo e subordina a experiência ao parâmetro único da unidade e da equivalência, reaparece na organização contemporânea da ciência, marcada pela força normativa das métricas.

A pressão por publicar e o predomínio de ranqueamentos, FI, contagens de citações e outros indicadores quantificáveis reproduzem exatamente o movimento diagnosticado por Adorno e Horkheimer (1985): a pesquisa, os sujeitos e até os objetos de estudo passam a valer preponderantemente na medida em que podem ser convertidos em quantidades comparáveis. Assim como o esclarecimento trata o mundo à semelhança do ditador, conhecendo só aquilo que pode manipular, o regime métrico atual conhece e recompensa apenas o que é passível de contagem, padronização e equivalência global. Esse enquadramento orienta comportamentos, estratégias de submissão, escolhas

temáticas e linguísticas, e aprofunda assimetrias, penalizando aqueles com menor capacidade financeira ou institucional de converter sua produção nos termos exigidos pela lógica dominante.

Articulados, portanto, o diagnóstico adorniano da razão instrumental e a crítica contemporânea à mercantilização da comunicação científica sustentam a necessidade de políticas de justiça distributiva e de modelos alternativos de avaliação e publicação, como a construção de indicadores nacionais e locais, periódicos AA diamante, financiamento público equitativo e métricas contextualizadas, que tenham a capacidade de conter a tendência à reificação e à exclusão que emerge quando a produção de conhecimento é subordinada à equivalência abstrata e à quantificação totalizante.

Kwame Nkrumah (1965) pode ser utilizado neste contexto de modo a acrescentar a perspectiva do neocolonialismo, mostrando como Estados formalmente independentes permanecem submetidos a relações econômicas e institucionais dominadas por atores externos. No campo científico, essa subordinação se manifesta pela dependência de editoras transnacionais, instrumentos financeiros e elites locais que reproduzem interesses estrangeiros. Nesse cenário, o controle da produção e circulação do conhecimento científico não se limita à ausência de estruturas soberanas; ele se estende a formas sutis de dominação econômica e simbólica, cuja consequência é a perpetuação de desigualdades e a limitação da autonomia científica dos países periféricos.

Essa estrutura de dependência neocolonial manifesta-se empiricamente nos padrões contemporâneos de publicação. Evidências recentes (Gomes, Costa e Maricato, 2025) ilustram como, mesmo com o recurso a isenções de APC, a produção científica em AA de países africanos frequentemente reproduz circuitos assimétricos: caracteriza-se por uma forte dependência de colaborações internacionais que seguem agendas externas, pela concentração em periódicos de baixo impacto e por uma visibilidade limitada no sistema global. Nesse arranjo, as editoras multinacionais atuam como agentes transnacionais que preservam fluxos de conhecimento e valor orientados para o Norte Global. Autores e instituições periféricas, por sua vez, desempenham um papel funcional análogo ao da “elite de compradores⁵⁰” descrita por Nkrumah (1965), atuando

⁵⁰ Kwame Nkrumah (1965) utiliza a expressão “elite dos compradores” para designar um grupo social intermediário nos países pós-coloniais que, embora formalmente nacional, atua em alinhamento com

como intermediários locais que facilitam a integração subordinada ao sistema central, mediando a inserção de conhecimento periférico nos circuitos internacionais sem, contudo, alterar as assimetrias de poder que estruturam esses circuitos.

A persistência desse cenário, todavia, não representa uma fatalidade. A teoria das revoluções científicas de Thomas Kuhn (2009) oferece uma base para compreender que as estruturas hegemônicas, uma vez estabelecidas, podem gerar resistência institucional à mudança de paradigma. Isso ajuda a explicar a dificuldade em romper com o ciclo de dependência neocolonial na comunicação científica. No entanto, como apresentado nos argumentos de Bergstrom (2001) essa assimetria é sustentada por uma condição econômica na qual os periódicos comerciais capturam uma parcela significativa do orçamento das bibliotecas, embora representem somente uma fração das citações na área, operem com custos reais muito inferiores aos preços cobrados e dependem estruturalmente do trabalho não remunerado de autores, revisores e editores. O próprio Bergstrom (2001) já destacava que tal assimetria não é inevitável. Um paradigma mais justo e soberano seria possível se a comunidade acadêmica, que produz, avalia e edita todo o conteúdo intelectual, reconhecesse seu próprio poder e coordenasse ações coletivas. É nesse espaço de possibilidades que iniciativas como as revistas em AA diamante, revistas latinoamericanas e as redes regionais, citadas por Gudynas (2017) como importantes para a retomada de autonomia na construção contra-paradigmática de novas estruturas de publicação.

Nesse sentido, entre as estratégias propostas por Bergstrom (2001), estavam o boicote a periódicos com preços abusivos, a pressão para que bibliotecas cancelassem assinaturas economicamente injustificáveis e o redirecionamento de recursos para alternativas mais sustentáveis. Mais de duas décadas depois, a persistência desses mesmos problemas indica que tais propostas continuam relevantes e também evidencia a necessidade de renovar e ampliar o repertório de estratégias, diante da consolidação de modelos baseados em APC e do crescente poder das grandes editoras. Nesse contexto, a

interesses econômicos e políticos externos. Essa elite opera como mediadora local do capital e do poder estrangeiro, contribuindo para a reprodução de relações de dependência e de desigualdades estruturais, característica central do neocolonialismo descrito pelo autor. Ver mais em: NKURUMAH, Kwame. **Neocolonialismo último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967. Disponível em: <https://afreekasite.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/neocolonialismo-kwame-nkrumah-iloivepdf-compressed-1.pdf> Acesso em: 23 jan. 2026.

reflexão atual reforça a importância de retomar as recomendações de Bergstrom (2001) e, sobretudo, de explorar novas formas de organização e negociação, incluindo as atuais palavras de ordem, governança e soberania, que possam reconfigurar o sistema de comunicação científica em direção a práticas mais equitativas e financeiramente sustentáveis.

Demeter e Istratii (2020) mostram que as APCs estão distribuídas de forma desigual entre disciplinas e regiões, e que há uma correlação positiva estatisticamente significativa entre APCs e FI⁵¹ em estudos de área e antropologia, embora não em ciência da computação. Utilizando o PIB *per capita* em Paridade de Poder de Compra (PPC) dividido pela APC média, os autores calcularam um número teórico de artigos em AA por ano por país e demonstraram que a maioria dos países não teria condições de financiar muitas publicações em AA. Os resultados indicam que poucos países poderiam, teoricamente, publicar dezenas de artigos por ano, enquanto a maioria permaneceria abaixo de 20, e muitos abaixo de dez.

Além disso, a análise da distribuição editorial revela um domínio do Norte Global, com 96-97% de participação nas publicações de alto impacto nas áreas estudadas, e evidencia que editoras consolidadas, como *Oxford, Cambridge, Sage, Springer* e *Taylor & Francis*, cobram APCs elevadas, o que, quando combinado com o domínio geográfico, agrava ainda mais as assimetrias entre Norte e Sul (Demeter; Istratii, 2020). Em contrapartida, os autores destacam o papel moderador de associações profissionais em ciência da computação, como a IEEE e a ACM, que mantêm APCs relativamente menores, assim como a presença relativamente maior de revistas diamante ibero-americanas, que funcionam como alternativas descentralizadoras (Demeter; Istratii, 2020).

O artigo de Dewatripont *et al.* (2007) analisa a estrutura de preços dos periódicos científicos e revela que há pouca substituição entre eles, o que permite às editoras exercer considerável poder de precificação. Embora a produção de periódicos seja tecnologicamente acessível e os custos com autores, revisores e editores relativamente

⁵¹ Além disso, as análises são correlacionais: os autores (Demeter; Istratii, 2020) não reivindicam uma relação de causalidade entre FI e APC, e reconhecem que seriam necessárias análises de regressão com variáveis contínuas para estabelecer a direção causal. Por fim, embora reposicionamentos pontuais de países não alterem os padrões regionais observados, a dependência de bases como a WoS e a possível sub-representação de modelos alternativos de publicação (como periódicos diamante fora da amostra) constituem fontes adicionais de limitação.

baixos ou nulos, as grandes variações de preços entre disciplinas não se explicam por diferenças de custo (Dewatripont *et al.*, [2007](#)). Em vez disso, os autores identificam que a concentração de mercado está positivamente associada a preços mais altos, especialmente entre editoras comerciais, que cobram significativamente mais do que editoras sem fins lucrativos, mesmo ao controlar fatores como número de citações, idioma e área de atuação.

Ademais, os resultados da pesquisa indicam que os preços dos periódicos estão mais alinhados com o valor percebido, medido pelo número de citações, do que com os custos de produção (Dewatripont *et al.*, [2007](#)). Essa precificação baseada em valor é particularmente evidente entre editoras comerciais, que tendem a cobrar mais por periódicos de maior impacto, justificando os preços como forma de recuperar investimentos iniciais e financiar novos lançamentos (Dewatripont *et al.*, [2007](#)). Para os autores, embora editoras sem fins lucrativos priorizem a qualidade e pratiquem preços mais baixos, as editoras comerciais têm impulsionado a expansão da publicação científica ao lançar novos periódicos em diversas áreas.

Assim, Dewatripont e colegas ([2007](#)) destacam que o papel do poder de mercado e da estratégia editorial na formação dos preços supera os custos operacionais propriamente ditos. Concluir esse percurso exige reconhecer que enfrentar a mercantilização editorial demanda mais do que a ampliação do acesso regional. É fundamental investir na capacidade editorial local, garantir transparência nas práticas de concessão, promover financiamento público equitativo e adotar métricas de avaliação contextualizadas. Além disso, superar o fatalismo diante dessa mercantilização exige um projeto político deliberado de reconstrução das práticas científicas. Tal projeto deve ter como base a responsabilidade ética de cientistas e instituições, que precisam reconhecer seu próprio poder como produtores e avaliadores do conhecimento. Somente por meio da soberania editorial e da gestão coletiva será possível reconfigurar o sistema de comunicação científica em direção a práticas mais justas e sustentáveis.

A indexação de periódicos em bases internacionais, aliada ao domínio de grandes editoras, configura mecanismos centrais para a manutenção das estruturas de poder na ciência global (Santin, [2019](#); Silveira; Benedet; Santillán Aldana, [2018](#)). Esse modelo privilegia agendas e metodologias alinhadas aos países centrais, marginalizando

produções periféricas. Embora existam esforços de resistência, como o fortalecimento de revistas latino-americanas, persiste a lógica de publicação que impõe formatos globais. Nesse contexto, o FI atua como instrumento de legitimação, reforçando desigualdades ao favorecer publicações em inglês e áreas das ciências exatas, em detrimento das ciências humanas e sociais (Santin, [2019](#)).

Essa estrutura de poder, fundamentada na indexação, no domínio editorial e no FI, produz uma lógica operacional que os próprios pesquisadores acabam por internalizar e reproduzir. Forma-se, assim, uma rede de práticas que perpetua o ciclo de dependência. Um de seus mecanismos mais eficazes é a cooptação seletiva na qual intelectuais do Sul Global, quando alcançam reconhecimento, são frequentemente absorvidos por redes, agendas e critérios de validação definidos nos centros hegemônicos. Seu conhecimento sobre realidades periféricas é, então, frequentemente reformatado e devolvido como uma mercadoria científica, desvinculada de suas raízes contextuais. Esse processo converte a prática científica simultaneamente em produto e instrumento de alienação, ao prender pesquisadores a sistemas de avaliação que premiem o prestígio internacional e métricas quantitativas, em detrimento do impacto local e da relevância social de seu trabalho.

Para Kuhn ([2009](#)) as revoluções científicas ocorrem quando as anomalias no paradigma vigente se acumulam e desafiam a estrutura estabelecida, criando uma ruptura com o entendimento convencional. Essa perspectiva é particularmente relevante para compreender as barreiras enfrentadas pelos pesquisadores de países periféricos, que encontram dificuldades significativas para acessar e contribuir com a produção científica global, reforçando o quadro de exclusão e assimetrias anteriormente discutido. A resistência a este modelo e a construção de alternativas (como revistas regionais e o AA diamante) representam, portanto, os primeiros sinais de crise e os embriões de um possível paradigma alternativo, focado na justiça cognitiva e na soberania científica.

Nesse contexto de potencial mudança paradigmática, as políticas de isenção de APC revelam seu caráter ambíguo. Por um lado funcionam como um mecanismo paliativo dentro do paradigma mercantil, conforme criticado por Samir Amin ([1989](#)), ao descrever a lógica dependente de consumo de produtos e serviços provenientes dos centros incluindo os espaços editoriais que dominam as redes globais de circulação do conhecimento, por outro lado, elas podem ser ressignificadas. Quando acopladas a um projeto político de

soberania científica, como o fortalecimento de sistemas públicos de publicação e indexação regional, tais políticas podem deixar de ser meras concessões e se tornar instrumentos transitórios em uma estratégia mais ampla de desacoplamento dos circuitos editoriais dependentes. Assim, a avaliação definitiva dessas políticas dependerá menos de sua eficácia operacional isolada e mais de sua integração a uma agenda coletiva que vise, de fato, substituir o paradigma atual por um fundamentado na justiça cognitiva.

Dessa forma, as políticas de isenção de taxas funcionam menos como um gesto de equidade e mais como uma estratégia de marketing e legitimação para o próprio modelo de negócio que a exclusão. Ao oferecer isenções seletivas, as editoras amenizam críticas sem alterar a propriedade da infraestrutura ou os critérios hegemônicos de legitimação científica. Nesse sentido, Milton Santos (2022) nos alerta para a necessidade de um uso do território que priorize a solidariedade e o compartilhamento horizontal de recursos, contrapondo-se às lógicas impostas pela globalização perversa. As isenções atuais, por estarem subordinadas à lógica do mercado editorial, distanciam-se desse ideal de território solidário. Portanto, tais políticas não devem ser vistas como soluções definitivas, mas como medidas paliativas que somente terão significado transformador se articulados a um projeto político de soberania científica, capaz de reconfigurar as relações entre centros e periferias na produção científica.

A mercantilização da ciência, por meio de altas APCs, é um sintoma da globalização perversa que pode ser criticada a partir de diferentes correntes. Se apropriando das teorias de Mill (2005), a política de isenção e desconto de APC só seria considerada injusta se falhasse em gerar a maior utilidade agregada global, o que ocorre quando a exclusão de autores de baixa renda resulta em perda de conhecimento e redução do bem-estar da ciência como um todo. Em contraste, Rawls (2003) oferece uma condenação moral mais veemente, pois, ao vincular o acesso à publicação à capacidade de pagamento, o sistema nega a igualdade equitativa de oportunidades aos pesquisadores menos favorecidos.

Por fim, a premissa desta pesquisa é que tal falha pode refletir na baixa produção científica de países elegíveis à isenção de APC, afetando a publicação em campos

estratégicos, como a genética, que dependem de publicações rápidas e de alto impacto⁵². Além disso, impacta diretamente a execução de investigações sobre o tema, incluindo o presente estudo, cenário que se vê agravado pela ausência de transparência das editoras quanto às isenções concedidas, o que impede qualquer análise ética mais rigorosa.

5.5 Modelo conceitual

Na literatura metodológica, modelos conceituais são compreendidos como estruturas analíticas destinadas a organizar conceitos e explicitar as relações entre eles, possibilitando o exame sistemático de fenômenos complexos. Jabareen (2009) define o modelo conceitual como uma rede de conceitos interligados que fornece compreensão abrangente do objeto investigado. Maxwell (2013) acrescenta que o modelo identifica os fatores centrais do estudo e orienta a interpretação dos dados, ao passo que Miles, Huberman e Saldaña (2014) o descrevem como uma representação das variáveis-chave e das relações presumidas pelo pesquisador. Nessa perspectiva, o modelo conceitual atua como mediação entre a fundamentação teórica e a análise empírica, contribuindo para o delineamento da investigação.

Com base nesse arcabouço, foi elaborado um modelo conceitual eclético para orientar a análise empírica da pesquisa. Na literatura metodológica, o modelo conceitual é definido como uma representação analítica, gráfica ou narrativa, que explicita os principais fatores, variáveis ou construtos a serem investigados e as relações presumidas entre eles (Miles; Huberman; Saldaña, 2014, p. 37-41). Trata-se de um mapa interpretativo do território investigado, cuja função é delimitar o fenômeno, orientar a coleta de dados e sustentar a interpretação analítica.

Segundo esses autores, o modelo conceitual força o pesquisador a ser seletivo, isto é, a decidir quais elementos são mais relevantes e quais relações são potencialmente

⁵² A dependência da genética em relação a periódicos de alto impacto decorre do caráter cumulativo e competitivo do campo, da necessidade de rápida validação e circulação dos resultados, da influência desses periódicos nos processos de financiamento, avaliação e formação de consórcios científicos, bem como do capital simbólico associado à publicação em revistas de prestígio, que funciona como critério central de reconhecimento científico e avanço na carreira acadêmica.

mais significativas. Essa seleção favorece a coerência entre problema, objetivos e procedimentos metodológicos, além de reduzir a dispersão analítica. Os construtos que compõem o modelo derivam da teoria, da experiência do pesquisador e dos próprios objetivos do estudo, funcionando como categorias organizadoras que agrupam processos, atores e estruturas.

Miles, Huberman e Saldaña (2014, p. 37-41) também enfatizam que modelos conceituais não são estruturas estáticas. Eles são elaborados no início da investigação e tendem a ser refinados conforme o pesquisador amplia sua compreensão do fenômeno. Nesse sentido, constituem a primeira síntese analítica do estudo e uma representação visual ou narrativa das ideias centrais da pesquisa e de suas inter-relações.

O modelo proposto estrutura-se a partir de três níveis analíticos inter-relacionados e realiza uma triangulação teórica entre a geografia crítica, a filosofia política e a sociologia da ciência. Essa articulação permite examinar de forma integrada as políticas de isenção de APC, relacionando dimensões estruturais, institucionais e distributivas na avaliação da equidade no sistema editorial comercial. Ao mesmo tempo, o modelo define os limites do campo empírico e orienta a seleção das variáveis analisadas, contribuindo para a consistência do desenho metodológico.

Essa combinação teórica amplia a análise das políticas de isenção e desconto de APC ao questionar se tais mecanismos, ao operar em um cenário de globalização perversa e sob uma racionalidade utilitarista, são capazes de promover justiça distributiva de maneira equânime. Assim, o modelo conceitual organiza o enquadramento teórico da pesquisa estabelecendo o esquema interpretativo que sustenta a análise dos resultados, permitindo relacionar macroestruturas de poder, mecanismos editoriais e efeitos observáveis na produção científica.

O modelo adotado nesta dissertação assume caráter eclético ao articular aportes da geografia crítica, da filosofia política e da sociologia da ciência, permitindo analisar as políticas de isenção de APC a partir da interação entre estruturas globais de poder, mecanismos editoriais e resultados distributivos. Sua função não é exclusivamente descritiva, sendo também analítica, pois orienta a seleção das variáveis, sustenta os

procedimentos de coleta e fornece critérios interpretativos para avaliar se tais políticas contribuem para a redução das desigualdades no sistema de comunicação científica.

A fundamentação teórica desenvolvida no segundo tópico, a partir do diálogo entre diferentes tradições críticas, evidenciou a insuficiência de abordagens analíticas unidimensionais para compreender as políticas de isenção de APC no sistema de comunicação científica. As contribuições da filosofia e economia política tais como o utilitarismo de Mill (2005), a justiça como equidade de Rawls (2003) permitiram problematizar os limites redistributivos dessas políticas. A crítica da ciência e da comunicação científica, formulada por autores como Rouhi, Beard e Brundy (2022), revelou as complexidades em diversas esferas (editorial, acadêmica e dos países em desenvolvimento) enquanto a noção de “globalização perversa” de Milton Santos (2022) ofereceu ferramentas para compreender a dimensão territorial e econômica das desigualdades. Por fim, a teoria crítica de Adorno e Horkheimer (1985) contribuiu para analisar o papel da racionalidade técnico-instrumental e das métricas na mercantilização do conhecimento.

Diante desse arcabouço, foi elaborado um modelo conceitual eclético, estruturado a partir de três níveis analíticos inter-relacionados, que realiza uma triangulação teórica entre a geografia, a filosofia política e a sociologia da ciência. Esse modelo permite analisar de forma integrada o fenômeno das políticas de isenção de APC, articulando dimensões distributivas, institucionais e técnicas na avaliação da equidade no sistema editorial comercial.

5.5.1 Articulação teórica do modelo

- Milton Santos (geografia crítica) [2022] fornece a diagnose do contexto macroestrutural, ao discutir a globalização perversa e a lógica do território do dinheiro que estruturam a comunicação científica, em que técnicas da informação e fábulas ideológicas, como a retórica do AA apresentada como democratização plena, contribuem para naturalizar assimetrias.

- John Stuart Mill (utilitarismo) [2005] explica a lógica operacional dominante das editoras, caracterizada por uma racionalidade mercantil-utilitarista que justifica o sistema de APCs como maximização da utilidade agregada (sustentabilidade, qualidade), enquanto as isenções são tratadas como concessões que incluem, mas não comprometem, o lucro.
- John Rawls (justiça como equidade) [2003] fornece o critério normativo para avaliação, permitindo julgar a moralidade dos resultados com base nos princípios da igualdade equitativa de oportunidades e do princípio da diferença.

Essa combinação teórica permite ampliar a análise das políticas de isenção e desconto de APC, questionando se tais mecanismos, ao operar em um cenário de globalização perversa e sob uma lógica utilitarista, são efetivamente capazes de promover a justiça distributiva de maneira equânime.

5.5.2 A lógica integradora e o potencial transformador

A combinação teórica adotada, que articula Milton Santos, John Stuart Mill e John Rawls, oferece ferramentas para inferir relações complexas e compreender os impactos das políticas de isenção de APC, questionando se tais mecanismos, operando em um cenário de globalização perversa e sob uma lógica utilitarista, conseguem de fato promover justiça distributiva de maneira equânime. Nesse contexto, o modelo conceitual proposto integra macroestruturas (como oligopólio e globalização perversa), mecanismos (políticas de isenção sob lógica utilitarista) e resultados (produção científica avaliada à luz da justiça distributiva). Dessa forma, conclui-se que um sistema de inclusão que opera sob racionalidade mercantil-utilitarista em um contexto de globalização perversa tende a não alcançar a justiça como equidade, funcionando mais para legitimar assimetrias do que para revertê-las.

Contudo, ao incorporar a crítica de Santos (2022), o modelo também evidencia espaços de resistência e possibilidade de reversão do paradigma vigente, como as revistas diamante e as redes regionais, que operam sob lógicas alternativas ao paradigma mercantil. Além disso, inserir no modelo o critério rawlsiano funciona como um exercício

teórico orientador, permitindo a análise de políticas e a proposição de estratégias que realmente promovam a redistribuição de recursos e oportunidades no sistema global de comunicação científica.

5.5.3 Os três níveis integrados do modelo conceitual

O primeiro nível do modelo proposto é o estrutural, que trata do contexto da globalização perversa e da lógica dominante, estabelecendo o quadro de poder assimétrico no qual o fenômeno se insere. Nele situam-se as macroestruturas de oligopólio editorial (*Elsevier, Wiley, Springer Nature, Taylor & Francis, Sage*), que controlam a circulação do conhecimento e impõem a barreira financeira das APCs, reforçando a divisão centro-periferia. A teoria de Santos (2022) evidencia essa situação como resultado da globalização perversa. Paralelamente, a perspectiva de Mill (2005) explica a premissa utilitarista das editoras: as isenções são calculadas como ajustes para aumentar a felicidade agregada do sistema, evitando a exclusão total, sem comprometer a utilidade principal, que é o retorno financeiro. Dessa forma, emerge o conflito fundamental entre a utilidade econômica do oligopólio e a utilidade social de uma ciência verdadeiramente global..

O segundo nível do modelo, intitulado o mecanismo, trata das políticas e mediações, trazendo à tona a tensão entre conveniência e equidade. Neste nível são analisados os instrumentos e sua implementação, incluindo as políticas de isenção/desconto e os modelos de negócio (ouro e diamante), frequentemente apresentados como instrumentos de inclusão. Pela ótica utilitarista de Mill (2005), a ausência de transparência sistêmica sobre os beneficiários torna impossível um cálculo ético da utilidade real da política, transformando a benevolência corporativa em um ato inaudível. Pela perspectiva de Rawls (2003) para quem a justiça se funda na equidade de oportunidades, a falta de transparência e as barreiras administrativas, como a exigência de solicitação individual e processos burocráticos complexos, comprometem a igualdade equitativa de acesso. Na ausência de isenções automáticas ou de critérios claros para a concessão de benefícios (isenção ou desconto), as políticas passam a filtrar

os beneficiários não por mérito ou necessidade material, mas por capital institucional e capacidade de enfrentar a burocracia. Dessa forma, mesmo quando apresentadas como instrumentos inclusivos, tais políticas acabam reforçando desigualdades estruturais.

O nível final, intitulado o critério normativo, foca nos resultados e avaliação. Os indicadores observáveis, como a evolução da produção de países elegíveis, a distribuição geográfica da autoria e a comparação entre modalidades de acesso, são submetidos a dois critérios: 1) igualdade equitativa de oportunidades: o sistema permite que pesquisadores talentosos de instituições menos favorecidas compitam em pé de igualdade?; 2) princípio da diferença: a política beneficia efetivamente os autores de países elegíveis? Os dados devem evidenciar uma melhora mensurável na participação e visibilidade desses grupos. A persistência de assimetrias indica a violação do princípio. Um aspecto metodológico relevante é que a escassez de dados públicos, resultante da falta de transparência do nível 2, não constitui uma limitação pois também aponta que o sistema não foi estruturado para ser auditado sob critérios de justiça. A **Figura 10** apresenta o modelo conceitual da pesquisa e seus respectivos níveis.

Figura 10 - Modelo conceitual eclético de análise: integração dos níveis macroestrutural, das políticas/mediações e dos resultados para avaliação de isenções de APC sob as lentes de Santos (globalização perversa), Mill (utilitarismo) e Rawls (justiça distributiva)



Em estudos futuros sobre isenção de APC, o modelo conceitual eclético desenvolvido neste trabalho pode servir como instrumento teórico para avaliar resultados qualitativos, permitindo relacionar dados sobre produção científica, acesso e exclusão. Quando os dados indicam baixa produção de autores de menor capital institucional ou exclusão persistente, ou quando permanecem inconclusivos devido à falta de transparência, é possível inferir que o modelo de isenções, operando sob uma lógica mercantil-utilitarista, não cumpre seu papel de promover justiça distributiva. Nesses casos, as políticas funcionam mais como mecanismos de legitimação de desigualdades estruturais e da globalização perversa do que como instrumentos efetivos de inclusão.

Para sistematizar e apresentar o desenho da pesquisa, sua abrangência e o conjunto de dados analisados, foi construído o **Quadro 4**, que detalha a codificação empregada na análise.

Quadro 4 - Desenho da pesquisa: abrangência dos dados e codificação

Análise de dados para codificação		
Conjuntos (abrangência)	Local de coleta (fonte de dados)	Variáveis
Políticas editoriais	1. Sites institucionais	<ul style="list-style-type: none"> I. Política de isenção II. Modelos e critérios adotados III. Lista de periódicos elegíveis para isenção e descontos
Artigos de periódicos	<ul style="list-style-type: none"> 1. Scopus 2. DOAJ 	<ul style="list-style-type: none"> I. Países II. Área de conhecimento III. Artigos publicados (2020-2024) IV. Modelo de negócio da revista (dourado ou diamante.) V. Produção estimada de países elegíveis
Questionário	<ul style="list-style-type: none"> 1. OpenAlex (<i>Insyspo</i>) 2. ORCID 	<ul style="list-style-type: none"> I. Autor (dado anonimizado) II. e-mail (dado anonimizado) III. Revista IV. Ano de publicação (2020-2024) V. Editora VI. Isenção (sim/não)

Fonte: Elaborado com base em Pinto (2023).

6 METODOLOGIA

O presente tópico apresenta a metodologia adotada para sustentar o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente, descreve-se a caracterização do estudo, destacando sua abordagem e os métodos de investigação empregados. Em seguida, detalham-se os procedimentos metodológicos que incluem a apresentação da estrutura da pesquisa, incluindo as etapas do processo de coleta e do tratamento dos dados.

6.1 Caracterização da pesquisa

Segundo Creswell (2010), a caracterização da pesquisa deve refletir a abordagem filosófica, a estratégia de investigação e os métodos aplicados ao estudo. A pesquisa utilizou métodos mistos, os quais empregam aspectos dos métodos quantitativos e dos procedimentos qualitativos (Creswell, 2010, p. 21). Os dados qualitativos foram obtidos por meio de análise documental, complementados por dados quantitativos, derivados de levantamentos realizados nas bases selecionadas, de maneira a ampliar a compreensão do fenômeno estudado.

Do ponto de vista filosófico, a pesquisa alinou-se ao paradigma pragmático, que enfatiza a utilização de múltiplos métodos, formas de coleta de dados e técnicas de análise para alcançar os objetivos estabelecidos. O pragmatismo permitiu a integração das abordagens qualitativa e quantitativa, com foco nas questões práticas e nas soluções que atenderam de forma mais adequada ao problema de pesquisa.

A pesquisa adotou um enfoque quali quantitativo, combinando análise de dados bibliográficos e investigação documental. No plano quantitativo, foram levantados dados sobre a produção científica por país de afiliação dos autores e por modelo de acesso (dourado ou diamante), enquanto o plano qualitativo incluiu análise documental dos sites institucionais das editoras e aplicação de questionário a autores correspondentes, permitindo captar informações sobre conhecimento, concessão e experiências relativas às políticas de isenção de APC.

Trata-se de uma pesquisa básica, pois tem como finalidade ampliar a compreensão sobre as dinâmicas de acesso à publicação científica e suas implicações para a

distribuição global da produção do conhecimento. Embora seus resultados possam subsidiar debates sobre políticas editoriais, o estudo não se orienta à proposição de intervenções imediatas, mas à produção de conhecimento teórico e analítico sobre o sistema de comunicação científica. Segundo Borges e Maricato (2022), a pesquisa básica é caracterizada por seu objetivo de gerar conhecimento novo para o avanço da ciência, com interesses amplos e universais, sem compromisso imediato com a aplicação prática dos resultados. Eles afirmam que esse tipo de pesquisa pode ser classificado como de avaliação ou de diagnóstico. A pesquisa de avaliação atribui valor a um fenômeno estudado, necessitando de parâmetros bem estabelecidos de comparação ou referência, podendo ter seu foco nos procedimentos ou nos resultados. Já a pesquisa de diagnóstico busca traçar um panorama de uma determinada realidade. Embora produza subsídios para o debate sobre políticas editoriais, esse estudo não tem como objetivo imediato propor intervenções, sendo caracterizado como pesquisa básica, voltada à ampliação do conhecimento sobre as dinâmicas de acesso à publicação científica.

A pesquisa possui também um delineamento cientométrico. A cientometria dedica-se ao estudo quantitativo da ciência enquanto atividade social, analisando a estrutura dos campos científicos e os padrões de distribuição da produção entre países, áreas e instituições. Estudos pioneiros da cientometria, desde a década de 1920, investigam a produtividade científica a partir do volume de artigos produzidos por autores, instituições ou unidades de pesquisa, evidenciando distribuições marcadamente assimétricas (Mingers; Leydesdorff, 2015). Nesse sentido, ao mensurar a quantidade de artigos publicados por autores de países elegíveis a descontos e isenções de taxas de publicação e examinar sua distribuição geográfica e disciplinar, o estudo busca compreender como se organiza a participação desses pesquisadores no sistema editorial, situando-se no âmbito das investigações sobre a estrutura da comunicação científica. Conforme Alvarado (2010), a constituição de um campo intelectual está associada à formação de um espaço estruturado de posições e disputas entre agentes, no qual diferentes instâncias de legitimação, como periódicos e comitês editoriais, influenciam a vida intelectual. Assim, ao examinar como pesquisadores de determinados países acessam canais de publicação e ocupam posições na comunicação científica, esta pesquisa dialoga diretamente com essa perspectiva.

6.2 Procedimentos metodológicos

6.2.1 Universo e coleta de dados

O universo desta pesquisa foi constituído pelas revistas de acesso AA dourado indexadas na *Scopus* que concedem isenção e desconto de taxas de APC, revistas diamante (sem APC) publicadas pelas cinco selecionadas: *Elsevier*, *Sage*, *Springer Nature*, *Taylor & Francis* e *Wiley*. Diferente do modelo dourado, a inclusão das revistas diamante não se deve à análise de políticas de isenção (que não são necessárias nessa modalidade), mas à sua função como contraponto visto que elas representam a via de gratuidade integral que serve como alternativa estratégica para autores que enfrentam barreiras financeiras nas vias comerciais. Além dessas publicações, compõem o universo as respostas ao questionário aplicado aos autores da área de genética elegíveis a isenções de taxas de APC. Nos dois tópicos seguintes serão apresentados os processos de levantamento, coleta e tratamento de dados referentes à produção científica de autores beneficiários e o processo de captura de dados referentes à percepção dos autores.

6.2.3 Levantamento de políticas de isenção

O levantamento de informações apresentadas nos sites sobre os critérios para isenção e descontos de taxas de APCs foram coletadas em maio de 2024 no site das editoras selecionadas - *Elsevier*, *Sage*, *Springer Nature*, *Taylor & Francis* e *Wiley* - com fim de sistematizar os critérios de concessão e as listagens de países elegíveis em cada uma das modalidades. Os dados⁵³ foram consolidados em uma planilha do Excel na qual foram organizados as modalidades de concessão e respectivos países elegíveis em cada modalidade (desconto ou isenção) conforme detalhado no **Quadro 5**. Essa etapa forneceu uma visão clara de como as políticas de isenção estavam estruturadas e de quais fatores influenciavam a sua aplicação.

⁵³ Os dados estão disponíveis e podem ser acessados em em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19229018>

6.2.4 Coletas quantitativa (produções científicas - artigos científicos publicados pelos autores de países elegíveis)

A primeira etapa de coleta de dados foi realizada nos site das editoras e portfólios oficiais de cada editora, com coleta realizada em maio de 2024. Em seguida, foi realizada uma coleta de dados na base *Scopus* que teve como objetivo identificar o quantitativo de artigos publicados em revistas de AA dourado por países elegíveis à desconto e isenção. Com isso, o levantamento permitiu comparar o número de artigos publicados sob diferentes modelos de isenção (desconto e isenção), com e sem colaboração internacional, bem como possibilitou a análise da evolução anual do quantitativo de produção de artigos científicos dos países elegíveis ao longo do período analisado.

A segunda etapa teve como objetivo identificar, entre as revistas das editoras selecionadas, aquelas enquadradas na tipologia de acesso aberto diamante, utilizando como fonte de dados o *Directory of Open Access Journals (DOAJ)*. Os dados foram coletados em junho de 2025 recuperando 199 revistas de quatro das editoras analisadas (*Wiley* não foi recuperada, pois não possuía na época da coleta revistas indexadas no *DOAJ* sob esse modelo).

A coleta de dados incluiu:

- (i) levantamento de dados dos artigos publicados em acesso aberto dourado pelos países elegíveis em todas as áreas de conhecimento, realizado na *Scopus*;
- (ii) identificação dos periódicos em acesso diamante das editoras selecionadas, obtida no *DOAJ*; e
- (iii) levantamento de dados dos artigos publicados em acesso aberto diamante pelos países elegíveis, realizado na *Scopus*.

Em ambas as etapas, o *International Standard Serial Number (ISSN)* de todas as revistas identificadas (douradas e diamantes) foram consolidadas para compor uma estratégia (*string* ou *query*) de busca avançada na base *Scopus* (**Anexo 1**). Sobre o

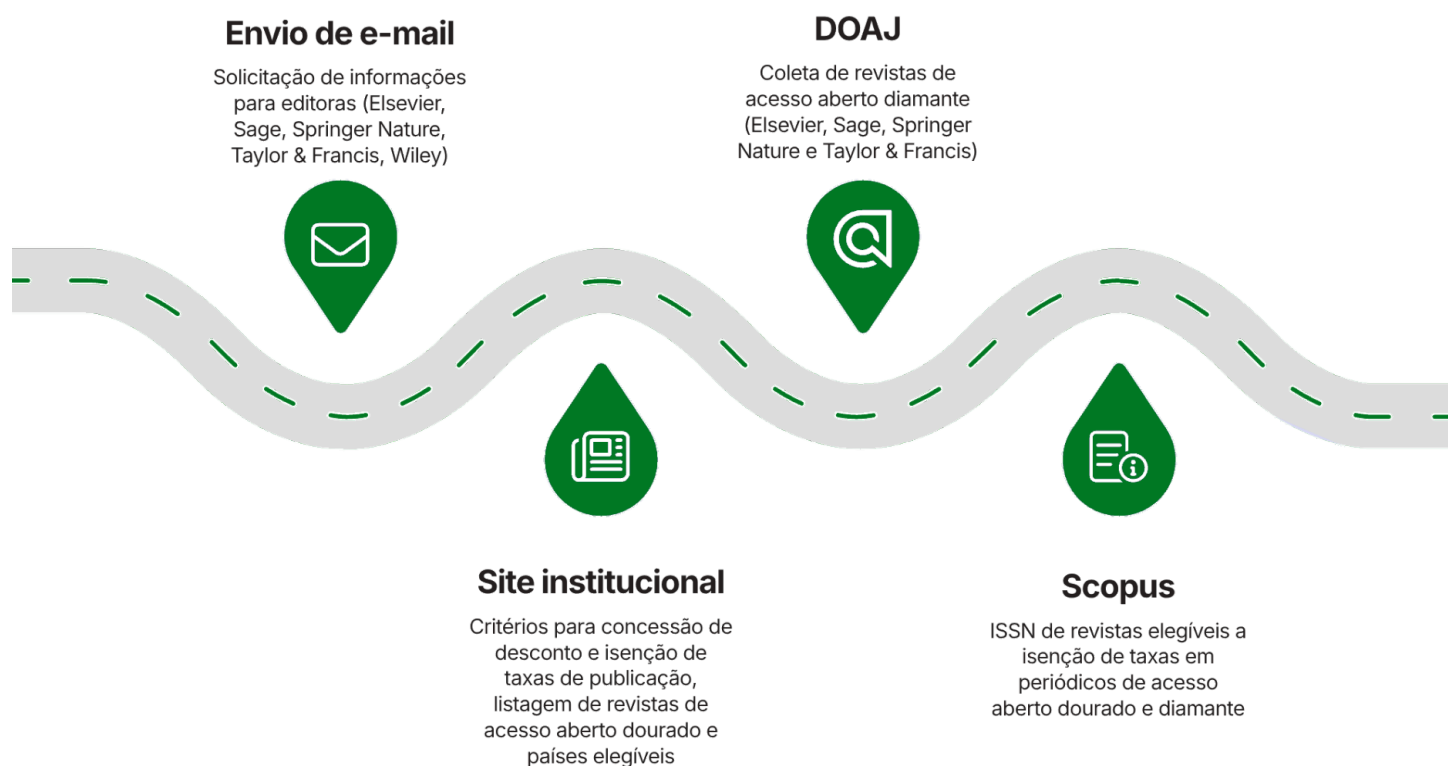
conjunto integral de resultados, aplicaram-se os seguintes filtros para constituir o *corpus* de análise:

- 1) recorte temporal: artigos publicados entre 2020 e 2024.
- 2) área temática: todas as áreas de conhecimento.
- 3) país de afiliação: somente autores vinculados a instituições de países elegíveis a descontos ou isenções de taxas de APC, conforme os critérios públicos de cada editora. Para esse filtro foram executados dois passos: no primeiro foram selecionados todos os países elegíveis à concessão (utilizando o filtro nativo da *Scopus LIMIT TO*), incluindo suas colaborações com outros países que não são beneficiários. No passo seguinte, foram excluídos (utilizando o filtro *EXCLUDE* da base) todos os países que não usufruem da política, isolando a produção dos países favorecidos pela política.
- 4) tipo de acesso: para os artigos de revistas douradas, ativou-se o filtro nativo *All open access* da *Scopus* selecionando a opção "*gold access*". Para os artigos de revistas diamantes, cujo modelo de negócio não é discriminado nessa base, a pertinência ao *corpus* foi garantida pela seleção prévia dos ISSNs na *string* de busca.

O conjunto de dados resultante após a aplicação das *strings* na busca avançada, um *corpus* exaustivo⁵⁴ e não uma amostra estatística, foi exportado e consolidado em planilha do Excel para análise cientométrica quantitativa. Nessa etapa foram coletados a quantidade de artigos publicados por ano, por país - para identificar dentro dos que atendem o critério de eletividade a política quais possuem maior produção no período e se configura ou se opõem as premissas pelo modelo conceitual - e áreas de conhecimento com maiores quantitativos de publicações. Para sintetizar e ilustrar o processo descrito, a **Figura 11** apresenta de forma esquemática as estratégias e fontes principais adotadas para a coleta dos dados quantitativos que compõem a pesquisa.

⁵⁴ O termo *corpus exaustivo* refere-se, neste estudo, ao conjunto completo de documentos (artigos científicos) que atende a todos os critérios de inclusão predefinidos, sem que tenha havido qualquer procedimento de amostragem estatística. Diferentemente de uma amostra, que visa representar um universo maior e permite inferências sobre este, o *corpus exaustivo* é o próprio universo delimitado e filtrado da pesquisa. Sua análise possibilita uma descrição integral e uma investigação profunda do fenômeno dentro dos limites estabelecidos (período, editoras, área temática, países elegíveis e modelos de acesso), mas seus resultados não devem ser generalizados para populações ou períodos não abarcados pela delimitação.

Figura 11 - Estratégia e fontes para coleta de dados quantitativos sobre artigos publicados em acesso aberto dourado e diamante



Fonte: Elaboração própria utilizando o *gamma.app* (2025).

O fluxo representado na **Figura 11** evidencia a abordagem adotada no processo da pesquisa como a utilização dos sites institucionais das editoras e da base *DOAJ* para a identificação e caracterização das revistas (douradas e diamantes), e o uso da base *Scopus* para a recuperação dos artigos científicos publicados sob essas modalidades de acesso aberto. A **Figura 11** permite visualizar a integração das fontes e a lógica adotada para construir a estratégia de busca avançada que resultou no conjunto de dados analisados. Quanto a recuperação dos dados na *Scopus*, do universo de 883 revistas elegíveis da *Elsevier* foram recuperadas 455 revistas com publicações, 82 (de 175) da *Sage*, 160 (de 693) da *Springer Nature*, 134 (229) da *Taylor & Francis*, 160 das 588 revistas da *Wiley* que concedem descontos e isenções e, finalmente, de 199 revistas (das editoras *Elsevier*, *Sage*, *Springer Nature*, *Taylor & Francis*) de tipologia diamante o *corpus* expandido recuperado na base *Scopus* foram de 100 títulos.

6.2.5 Coleta qualitativa (percepção de autores)

A etapa qualitativa foi dedicada à análise das experiências dos autores em relação ao processo de obtenção da isenção das taxas de publicação. Essa fase da pesquisa buscou verificar se os autores elegíveis efetivamente obtiveram o subsídio, bem como identificar e analisar as barreiras e os percursos envolvidos, a partir dos relatos coletados.

O universo de respondentes foi construído a partir de um subconjunto de apenas duas das editoras de AA dourado que possuíam títulos da genética no período analisado: *Sage* (3 títulos)⁵⁵ e *Springer Nature* (14 títulos)⁵⁶. As demais editoras não possuíam publicações dos autores elegíveis na área (genética) e período (2020-2024) analisado na base *OpenAlex*. O **Anexo 2** apresenta os títulos utilizados para recuperação nessa etapa, originários da listagem completa de periódicos que concedem o subsídio (desconto e isenção) e filtrados pela área selecionada (genética). O universo incluiu 49 títulos da *Elsevier*, 5 da *Sage*, 18 da *Springer Nature*, 6 da *Taylor & Francis* e 6 da *Wiley* (**Anexo 2**).

Nessa fase da coleta, utilizou-se a base da *OpenAlex*⁵⁷, disponibilizado pelo *Innovation Systems, Strategies and Policy (Insyspo)* do Instituto de Geociências, localizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Como ferramenta técnica de coleta, foi utilizado o *Google Cloud BigQuery* para a seleção dos artigos no banco de dados da base. Para isso foi utilizado um código em SQL (**Anexo 3**). As coletas desses dados foram realizadas em setembro de 2025, utilizando o ISSN das revistas elegíveis à isenção de APC no campo da pesquisa genética, vinculadas às cinco editoras analisadas. A partir desses identificadores, foram mapeados artigos e autorias publicados no período de 2020-2024.

Essa parte do processo foi operacionalizada por meio de um conjunto de consultas estruturadas em SQL executadas no ambiente *Google Cloud BigQuery*. Este procedimento teve como objetivo central extrair, da vasta base de dados *OpenAlex*, um *corpus* filtrado e

⁵⁵ *OpenAlex (Insyspo)* títulos da *Sage* AA dourado: *Bioinformatics and biology insights*, *Cell transplantation* e *Evolutionary bioinformatics*.

⁵⁶ *OpenAlex (Insyspo)* títulos da *Springer Nature* AA dourado: *Biochemical genetics*, *Cell stress and chaperones*, *Conservation genetics*, *Genes & genomics*, *Human genetics*, *Immunogenetics*, *Journal of applied genetics*, *Journal of assisted reproduction and genetics*, *Journal of community genetics*, *Molecular genetics and genomics*, *Nature genetics*, *Neurogenetics*, *Theoretical and applied genetics*, *Tree genetics & genomes*.

⁵⁷ O acesso a essa base era restrito a membros do grupo de pesquisa e foi concedida via autorização de um dos membros do grupo de pesquisa para levantamento dos dados. O projeto foi encerrado em 31 de dezembro de 2025.

relacionalmente organizado, apto a sustentar o recrutamento de respondentes para o questionário.

A primeira ação consistiu na criação de uma tabela dimensional de periódicos (*dim_journals*). O ponto de partida foi uma lista previamente curada de ISSNs, contendo os identificadores das revistas de AA dourado das cinco editoras selecionadas que oferecem mecanismos de subsídio para autores de países elegíveis. Esta lista foi cruzada, mediante uma operação de *JOIN*, com a tabela *sources* da *OpenAlex*, utilizando uma função que desagrega o *array* de ISSNs de cada registro para permitir o pareamento. Dessa forma, isolou-se com precisão o conjunto de periódicos relevantes no universo da base, recuperando-se seus metadados essenciais, como título, editora, país de origem e *status* de AA. Esta etapa foi fundamental para assegurar que a análise subsequente se restringisse estritamente ao universo definido pela pesquisa.

Em seguida, para contextualizar a estrutura editorial, construiu-se a tabela *DimPublishers*. Esta consulta buscou na *OpenAlex* as informações hierárquicas das editoras associadas aos periódicos já selecionados, identificando relações de subsidiárias e consolidando a representação no nível corporativo máximo. Esse passo foi importante para garantir que a análise pudesse ser agregada corretamente por editora, mesmo quando um periódico é operado por uma marca específica de um grande conglomerado editorial.

O cerne do processo de identificação da produção científica reside na tabela *DimWorks*. Aqui, realizou-se o cruzamento entre a tabela de periódicos filtrados e as tabelas *works_locations* e *works* da *OpenAlex*. Esta operação recuperou todos os artigos (*works*) publicados nas revistas, capturando metadados como DOI, ano de publicação, contagem de citações e, de forma crítica, seu *status* de AA (*oa_status*). A utilização da tabela *works_locations* como ponte garantiu a correta vinculação entre um artigo e sua fonte de publicação, um relacionamento não sempre direto na estrutura dos dados.

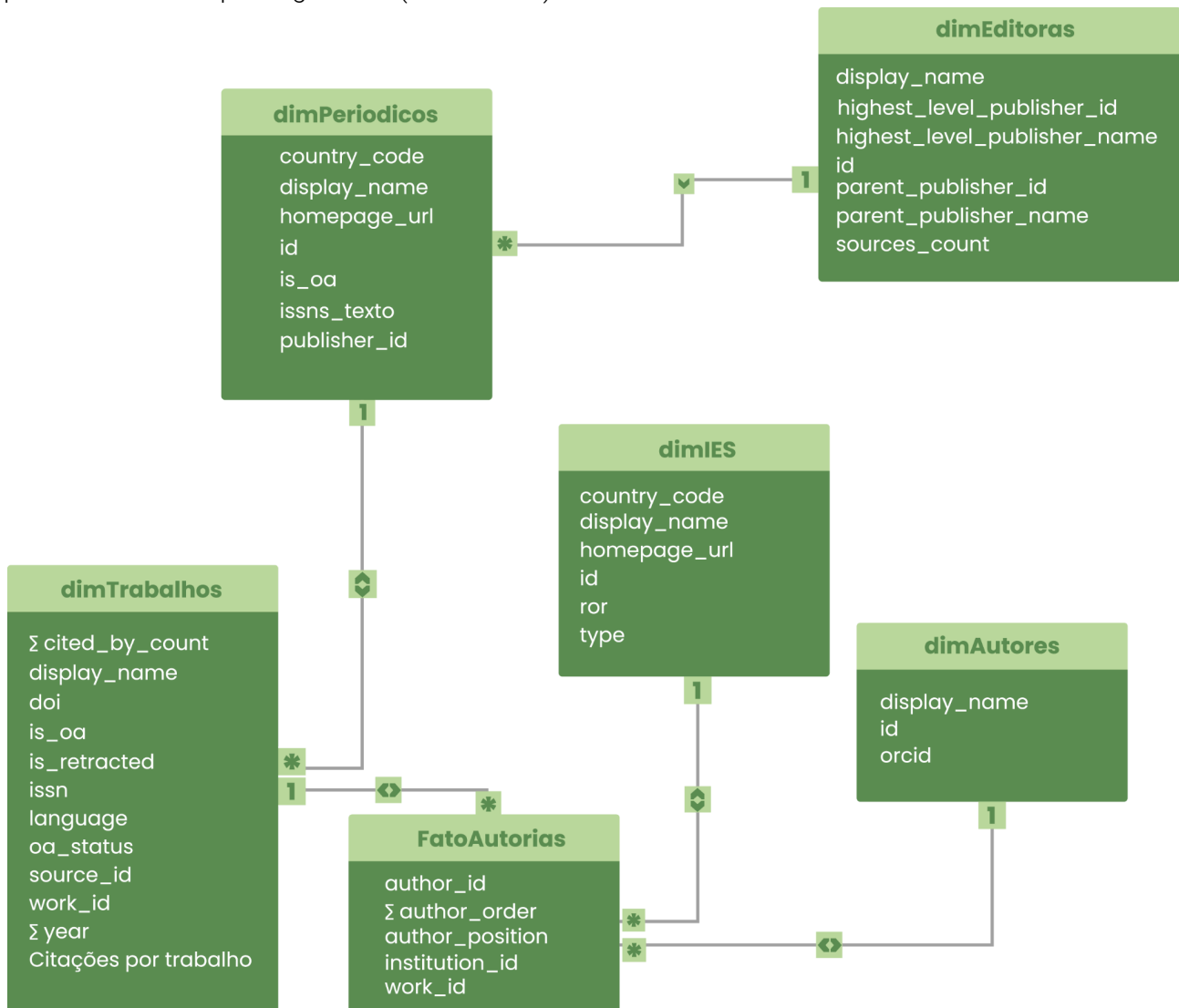
Com o universo de artigos definido, a etapa seguinte focou no mapeamento das autorais. A tabela *FatoAutoria* foi criada para servir como o núcleo do modelo relacional, atuando como uma tabela fato que conecta as chaves únicas dos artigos (*work_id*) às dos autores (*author_id*). Ela preserva informações fundamentais para a amostragem, como a

posição e a ordem do autor no artigo, além do vínculo institucional. Esta tabela é a espinha dorsal que permite responder a perguntas como quais são todos os autores de um determinado artigo? e qual autor é o correspondente?.

A partir dos identificadores únicos de autor extraídos na *FatoAutoria*, procedeu-se à criação da tabela *DimAutores*. Esta consulta buscou na tabela *authors* da *OpenAlex*. Na construção final do código a tabela *DimInstitutions* foi criada. Ela recupera informações sobre as instituições de afiliação dos autores, incluindo nome, código do país e *identificador ROR*. Estes dados permitiram realizar cortes analíticos fundamentais, como a filtragem por país elegível às políticas de isenção, um dos critérios centrais para a constituição da amostra final de respondentes.

Posteriormente, para análise e visualização dos dados, foi elaborado um modelo conceitual relacional no *Power BI*, estabelecendo os relacionamentos entre as tabelas geradas. Esse modelo constitui a base estrutural desta fase do estudo e é apresentado na **Figura 12**.

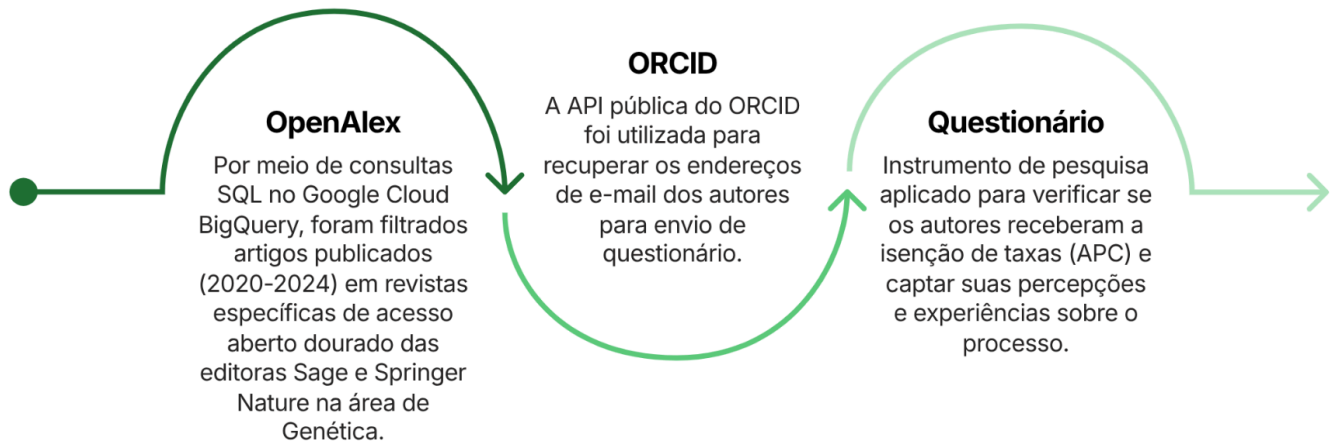
Figura 12 - Estrutura relacional de dados (*OpenAlex-Insyspo*) para identificação de autores, artigos e periódicos no campo da genética (2020–2024)



Fonte: Elaboração própria com base em dados coletados da *OpenAlex* (Insyspo) e *DOAJ* (2025).

Os artigos e autores representados pelos periódicos da *Sage* e *Springer Nature* seguiram para etapa seguinte na qual foi utilizada a API pública do *ORCID* com o objetivo de localizar os endereços de e-mail dos autores para a aplicação do questionário. Quando não recuperado via *ORCID*, os e-mails foram buscados a partir do contato do autor correspondente indicado no artigo publicado para identificação do e-mail para envio do questionário. A seleção dos e-mails foi realizada a partir da *OpenAlex* (Insyspo) em setembro e o questionário (**Anexo 4**) foi encaminhado em outubro de 2025 via e-mail. A **Figura 13** apresenta de forma esquemática as estratégias e fontes principais adotadas para a coleta dos dados qualitativos:

Figura 13 - Estratégia e fontes para coleta de dados qualitativos sobre artigos publicados na genética em acesso aberto dourado



Fonte: Elaboração própria utilizando o *gamma.app* (2025).

Os dados coletados foram organizados e tratados por meio das ferramentas *PowerBI*, Excel e Google planilhas - com vistas à disponibilização aberta posterior, facilitando a comparação entre os modelos e seus respectivos critérios, bem como a replicabilidade da pesquisa ou a reutilização dos dados - adotando-se procedimentos de anonimização dos dados pessoais dos pesquisadores, de modo a impedir qualquer possibilidade de identificação individual.

A seguir apresenta-se o **Quadro 5**, que sintetiza de forma concisa os objetivos específicos da pesquisa, o universo, as principais fontes e técnicas de coleta, bem como os procedimentos de análise e ferramentas empregadas. O quadro organiza as etapas metodológicas para facilitar a compreensão do fluxo de trabalho, da seleção dos dados até o tratamento analítico, garantindo rastreabilidade e coerência entre objetivos e métodos.

Quadro 5 - Descrição das etapas de execução da pesquisa incluindo as fontes e métodos para análise dos dados

Objetivos específicos	Universo	Corpus expandido	Fonte	Técnica de coleta	Técnica de análise	Tipo de dado e ferramenta
OE1 Caracterizar as políticas de isenção adotadas pelas editoras selecionadas, identificando os critérios macroeconômicos e geográficos de elegibilidade.			Sites institucionais: <i>Elsevier</i> <i>Sage</i> <i>Springer Nature</i> <i>Taylor & Francis</i> <i>Wiley</i>	Análise documental	Análise documental	Dado qualitativo Microsoft Excel Google planilhas
OE2 Quantificar a produção científica de autores de países elegíveis em periódicos dessas editoras	Artigos finais indexados na Scopus em AA dourado e diamante em todas áreas de conhecimento I. <i>Elsevier</i> : 883 II. <i>Sage</i> : 175 III. <i>Springer Nature</i> : 693 IV. <i>Taylor & Francis</i> : 229 V. <i>Wiley</i> : 588 VI. *Diamante: 199	Artigos finais indexados na Scopus em AA dourado e diamante em todas áreas de conhecimento I. <i>Elsevier</i> : 455 II. <i>Sage</i> : 82 III. <i>Springer Nature</i> : 160 IV. <i>Taylor & Francis</i> : 134 V. <i>Wiley</i> : 160 VI. *Diamante: 100				
OE3 Mapear a migração de pesquisadores desses países para o modelo de acesso aberto diamante, verificando se a gratuidade integral atua como uma estratégia de alternativa às barreiras financeiras			<i>DOAJ</i> <i>Scopus</i>	Levantamento de dados	Análise quantitativa Análise descritiva	Dado quantitativo Microsoft Excel Google planilhas

das vias comerciais.						
OE4 Verificar a aplicação das isenções no campo da genética, analisando se as diretrizes de gratuidade resultaram na publicação efetiva de manuscritos liderados por pesquisadores das nações beneficiárias nas editoras selecionadas.	Artigos publicados por autores da área de pesquisa genética elegíveis a isenção de APC: I. Springer Nature: 55 II. Sage: 50	Artigos publicados por autores da área de pesquisa genética elegíveis a isenção de APC: I. Springer Nature: 27 II. Sage: 24	OpenAlex (Insyspo) ORCID	Questionário	Análise quali-quantitativa	Dados quali-quantitativos Microsoft Excel Google planilhas Power BI
OE5 Discutir a transparência e aplicação dos modelos utilizados para disponibilizar isenções e descontos	Resultados quali-quantitativos da pesquisa.	Não se aplica.	Resultados quali-quantitativos da pesquisa.			

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

*As revistas diamante utilizadas são representadas por títulos coletados no DOAJ de todas editoras (Elsevier, Sage, Springer Nature, Taylor & Francis) selecionadas no estudo, exceto o DOAJ.

6.2.6 Tratamento e análise dos dados

Na fase de análise quantitativa compreendida pelos dados extraídos das bases *Scopus* e *DOAJ* foram realizadas análises quantitativas e descritivas dos dados. Os dados brutos coletados⁵⁸ passaram por um processo de curadoria que envolveu a limpeza dos dados e sistematização em planilhas utilizando a ferramenta Excel e Google planilhas. Os dados foram organizados em pastas por editora e acesso aberto diamante, de acordo com as seguintes variáveis: 1. publicação de artigos isentos no período; 2. publicação de artigos com descontos; 3. país; e 4. área de conhecimento. As ferramentas (Google planilhas e Excel) foram utilizadas para elaboração de quadros e gráficos.

Para os dados provenientes de sites institucionais, a técnica de análise adotada foi a análise documental, a qual permitiu que os dados fossem organizados em planilhas e agrupados de acordo com a modalidade de concessão (isenção ou desconto) e a listagem de país para cada modalidade. A ferramenta utilizada foi o Google planilhas para criação de tabelas e tratamento dos dados. A análise foi aprofundada com a identificação dos critérios adotados pelas editoras, tais como a elegibilidade de países e instituições e o uso de parâmetros como PIB ou adesão a programas como o *Research4Life*.

Quanto aos dados resultantes do questionário, para a análise das respostas, foram propostas três categorias conceituais, conforme **Quadro 6**:

Quadro 6 - Categorias propostas para análise dos dados qualitativos

Categoria	Descrição
Acesso cognitivo	Reúne autores elegíveis que desconheciam ser beneficiários da isenção bem como aqueles que receberam. Para isso, essa categoria possui duas subcategorias: acesso cognitivo (sim) e acesso cognitivo (não).
Acesso técnico	Essa categoria contempla os e-mails inválidos, impedindo o contato. Adicionalmente a subcategoria acesso técnico (Inconclusivo) especifica o tipo de dado recuperado que pode ser nulo ou inconclusivo.
Identidade geopolítica	Engloba os autores que, por estarem afiliados a instituições de países do Norte Global (não elegíveis), não puderam acessar a isenção, mesmo sendo naturais de um país beneficiário, uma barreira ligada à sua identidade geopolítica.

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

⁵⁸ Os dados podem ser acessados em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19229018>

Além dessas categorizações, o levantamento de dados na *OpenAlex*, *ORCID* e busca de e-mail representou uma etapa importante no desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, a abordagem metodológica estruturada permitiu compreender como as diferentes dimensões do estudo foram integradas para atender aos objetivos propostos.

6.2.7 Procedimentos complementares

Para fins de organização das atividades relacionadas a execução da pesquisa, o **Quadro 7** complementar foi adotado para orientação e acompanhamento:

Quadro 7 - Desenvolvimento da pesquisa: eixos, etapas metodológicas e ações desenvolvidas

Eixo	Etapas	Descrição de ações/atividades
Dados qualitativos	1. Coleta de modelos de desconto e isenção	1.1. Coleta dos modelos de isenção e desconto disponibilizados pelas editoras para os países e instituições beneficiárias.
	2. Análise dos critérios adotados (países, tipos e porcentagem de isenção, critérios como ser membros do <i>Research4Life</i> ou estar na lista do FMI)	2.1. Análise das práticas adotadas para concessão. A coleta foi realizada no site institucional.
	3. Coleta de dados qualitativos de revistas elegíveis na área da genética	3.1. Coleta de dados coletados na <i>OpenAlex</i> e seleção dos autores de países elegíveis a isenção na <i>Springer Nature</i> e <i>Sage</i> no campo da genética; 3.2 Aplicação de questionário para identificação de barreiras administrativas, desconhecimento da política ou percepção de ineficácia das políticas.
Dados quantitativos	4. Coleta de dados na <i>Scopus</i>	4.1. Visualização gráfica do quantitativo de artigos finais publicados no modelo de isenção com e sem colaboração internacional 4.2. Quantitativo de publicação por país e área de conhecimento

Eixo	Etapas	Descrição de ações/atividades
Dados quantitativos	5. Discussão das práticas adotadas para concessão	5.1. Discussão sobre os modelos adotados pelas editoras para concessão de isenção e sobre a transparência de dados quanto às isenções e descontos concedidos. 5.2. Relação entre os resultados relatados e o modelo conceitual da pesquisa

Fonte: Elaboração própria (2025).

No tópico seguinte, serão apresentados as limitações da pesquisa desenvolvida.

6.3 Limitações do estudo

Uma limitação significativa desta pesquisa reside na indisponibilidade de dados diretamente fornecidos pelas editoras acerca das publicações que receberam isenção ou desconto de APC. Apesar do envio de solicitações formais às editoras, realizadas via e-mail entre julho e agosto de 2024, todas as editoras recusaram o fornecimento dessas informações ou não deram retorno às tentativas de contato, restringindo o acesso a dados detalhados sobre a aplicação concreta de suas políticas de isenção. O questionário (**Anexo 5**) encaminhado solicitava o ano de implementação da política de isenção e desconto de APC bem como: autores beneficiados e seus respectivos países de origem, quantitativo de artigos publicados sob isenção ou desconto no período após implementação, revistas que concedem o benefício e o valor da taxa de APC que foi dispensado para cada pesquisador em cada artigo anualmente. A *Wiley* e a *Springer Nature* foram as únicas respondentes ao contato. Springer respondeu em setembro de 2024 afirmando que:

"Informações públicas sobre nossas políticas de desconto e isenção de APC estão disponíveis em nosso site aqui:

- <https://www.springernature.com/gp/open-science/policies/journal-policies>

- <https://www.springernature.com/gp/open-science/policies/journal-policies/apc-waiver-countries>

Não podemos divulgar detalhes sobre os descontos e isenções de taxas de publicação (APC) concedidos a autores e artigos individuais, pois essas informações são confidenciais e também estão sujeitas a requisitos de proteção de dados, como o GDPR."

Conforme evidenciado, a editora se recusou ao fornecimento dos dados solicitados, mesmo tendo a garantia no questionário encaminhado de que os dados seriam anonimizados ou da possibilidade de envio já com os dados sensíveis devidamente tratados. A outra editora respondente, *Wiley*, deu retorno em outubro de 2024:

“Agradecemos sua recente comunicação a respeito das políticas de isenção e desconto da *Wiley*. Lamentamos informar que não podemos fornecer essas informações. Pedimos sinceras desculpas por não podermos atender à sua solicitação.”

A estratégia seguinte adotada incluiu a solicitação para editoras respondentes apenas do ano de implementação das políticas, considerando a recusa anterior. A resposta da Springer Nature em setembro de 2024 foi que:

“Infelizmente, não é fácil precisar a data exata em que nossas políticas de desconto e isenção entraram em vigor, pois são políticas antigas que evoluíram a partir de políticas anteriores à criação da *Springer Nature*, por meio da fusão das empresas *Springer* e *Macmillan*.”

Em resposta ao contato foi solicitada qualquer indicação de datas aproximadas ou marcos importantes referentes à implementação das políticas pela *Springer* ou qualquer informação adicional sobre o início das isenções e descontos, mesmo que fossem uma estimativa. A editora respondeu indicando algumas com um relatório tendencioso de autopromoção e anúncio sobre a implementação do acesso aberto equitativo:

“Obrigado pelo seu e-mail. Você pode encontrar informações sobre como a Springer Nature está apoiando e promovendo o acesso equitativo ao Acesso Aberto em nosso relatório sobre Acesso Aberto aqui - [Garantindo que todos possam se beneficiar da transição para o acesso aberto](https://www.springernature.com/gp/group/media/press-releases/nature-announces-support-for-authors-to-publish-open-access/23894926) ([springernature.com](https://www.springernature.com)) - que descreve todas as iniciativas que temos atualmente em andamento. O desenvolvimento mais recente que pode ser do seu interesse é o seguinte anúncio: <https://group.springernature.com/gp/group/media/press-releases/nature-announces-support-for-authors-to-publish-open-access/23894926>”

Uma atualização em 2026 da página indicada em 2024 inclui que “[...] em 2021, a *Springer Nature* isentou €18 milhões em taxas de publicação de artigos (APCs).” (*Springer Nature*, [2026](#)).

Para contornar essa limitação, a coleta de dados baseou-se no modelo descrito por Lawson ([2015](#)), utilizando inicialmente a base *Scopus*. Nessa abordagem, são considerados os anos de implementação das políticas de isenção divulgados por cada editora, o que permite analisar a produção científica dos países elegíveis a partir dessas datas, ainda que de forma indireta.

No entanto, essa metodologia implica uma limitação relevante: não é possível afirmar com certeza que todos os países listados como elegíveis tenham efetivamente recebido qualquer desconto ou isenção previstos. A análise fundamenta-se na expectativa de que, uma vez implementadas, as políticas tenham sido aplicadas, especialmente nos casos de isenção integral (que cobrem 100%). Embora essa inferência seja compatível com as práticas declaradas pelas editoras, a ausência de dados específicos e a falta de transparência no fornecimento dessas informações comprometem a verificação direta da efetividade das políticas em termos quantitativos.

Essa limitação evidencia a necessidade de maior transparência por parte das editoras quanto à implementação de suas políticas de isenção. Ainda que o presente estudo se apoie em inferências baseadas em dados acessíveis nas bases mencionadas, seus resultados apresentam um panorama aproximado da realidade, devendo ser interpretados à luz dessas restrições.

Na tentativa de preencher a lacuna na disponibilização de dados pelas editoras, foi proposta uma etapa adicional da pesquisa, direcionada a uma área de pesquisa específica, com foco na coleta de dados qualitativos, questionando pesquisadores que publicaram em revistas elegíveis à isenção de APC sobre o efetivo recebimento do benefício. As limitações identificadas neste estudo dialogam diretamente com desafios estruturais semelhantes aos observados por Araújo, Silva e Simeão ([2025](#)), especialmente no que diz respeito à invisibilidade de dados essenciais, às barreiras institucionais e à dependência de fontes incompletas ou pouco transparentes. Assim como os autores

demonstram que grande parte dos dados Nulos, Negativos ou Inconclusivos (NNIs) permanece inacessível devido à ausência de incentivos, à falta de padronização, às barreiras editoriais e à inexistência de repositórios claros, o presente estudo enfrenta limitações analíticas que decorrem de um fenômeno estrutural semelhante: a não disponibilização pública de dados de isenção de APC pelas editoras comerciais.

Primeiro, a impossibilidade de acesso aos dados sobre quais autores efetivamente receberam descontos ou isenções constitui uma limitação central. De modo análogo ao “efeito gaveta” e aos “*dark data*” discutidos pelos autores, as editoras operam com informações que existem, mas não são tornadas públicas, mesmo quando formalmente solicitadas para fins de pesquisa. Isso impede a validação independente das políticas editoriais e reproduz um ambiente de opacidade que compromete a capacidade de mensurar se e em que medida tais políticas promovem equidade distributiva. Assim como os dados NNIs tornam-se invisíveis por não serem divulgados, também os dados de isenção, embora produzidos rotineiramente pelas editoras, permanecem inacessíveis, restringindo o alcance analítico e explicativo da investigação.

A segunda limitação refere-se aos desafios enfrentados na coleta de dados primários na área de genética. A baixa taxa de respostas ao questionário, bem como a dificuldade em localizar autores correspondentes ou identificar registros atualizados, refletem o mesmo tipo de barreiras institucionais, comunicacionais e de rastreabilidade apontadas no estudo de Araújo, Silva e Simeão (2025), que evidenciam como a ausência de sistemas estruturados dificulta o acompanhamento e a publicização de resultados científicos. Na pesquisa aqui desenvolvida, esses obstáculos inviabilizaram a constituição de uma base amostral mais completa, restringindo a possibilidade de afirmar, de forma conclusiva, se as isenções foram efetivamente utilizadas pelos autores elegíveis.

Adicionalmente, o fato de somente *Springer Nature* e *Sage* apresentarem artigos de autores elegíveis na área de genética, tendo como fonte de dados a *OpenAlex*, evidencia o problema da visibilidade seletiva identificado pelos autores no estudo publicado em 2025. De modo análogo ao que ocorre quando determinados tipos de resultados emergem ou permanecem invisíveis em função de práticas editoriais específicas, a presença de artigos provenientes de países elegíveis varia conforme decisões estratégicas adotadas pelas editoras, reforçando desigualdades e limitando a possibilidade de análises comparativas

mais abrangentes. Nesse contexto, a limitação metodológica mais ampla, a inferência indireta de um fenômeno (a isenção efetivamente concedida) a partir de dados incompletos (a produção científica total) aproxima-se do que o Araújo, Silva e Simeão (2025) denominam como “lacunas epistêmicas”, decorrentes de sistemas que não registram nem divulgam informações fundamentais. Em ambos os casos, a pesquisa científica passa a depender de dados ausentes, ocultos ou subnotificados, o que prejudica interpretações mais completas e conclusivas.

Portanto, as limitações deste estudo não se configuram como obstáculos operacionais, pois evidenciam uma condição estrutural da comunicação científica, marcada pela falta de transparência informacional, pela desigualdade no acesso e pela ausência de mecanismos sistemáticos de rastreamento, fenômenos que se alinham diretamente às análises sobre invisibilidade, vieses e barreiras estruturais discutidas por Araújo, Silva e Simeão (2025). Por fim, destacam-se também as limitações da base de dados Scopus, mantida pela Elsevier, no que se refere à cobertura de países do Sul Global. Durante o processo de busca, observou-se a existência temporária de uma categoria denominada “Indefinida”, que desaparecia após a aplicação de determinados filtros, revelando posteriormente países que não haviam sido listados anteriormente. Esse comportamento evidencia a volatilidade dos metadados da base, impondo limites à abrangência analítica e à replicabilidade da pesquisa. Tal inconsistência configura-se, portanto, como mais uma limitação metodológica relevante, ao afetar a estabilidade, a transparência e a confiabilidade dos dados utilizados.

Por fim, esta pesquisa reconhece uma limitação de escopo que dialoga com debates contemporâneos na economia política da publicação científica. O estudo operacionaliza, como é comum na literatura da área, o conceito de “grandes editoras comerciais”. No entanto, é importante problematizar que essa categoria, frequentemente reduzida à noção anacrônica de um oligopólio estático de “Cinco grandes” (*big five*), é uma construção teórica fluida e insuficiente para capturar a dinâmica real do mercado. Como argumentam Clarke e Esposito (2024), a fixação em um grupo fechado (Elsevier, Springer Nature, Wiley, Taylor & Francis, Sage) ignora a ascensão orgânica de gigantes por volume de artigos como a MDPI e a *Frontiers*, além de obscurecer o papel contínuo de outras como a *Wolters Kluwer*. Essa categorização estática, muitas vezes replicada em

estudos que dependem de bases de dados com cobertura incompleta, produz um quadro referencial distorcido. Para esta dissertação, essa crítica significa que a análise das políticas de isenção parte de um mapeamento imperfeito e convencional do campo. A opacidade dos dados, já destacada como limitação, é assim agravada por um enquadramento teórico que pode não representar com acurácia a real configuração de poder e as práticas das principais forças do mercado editorial. Portanto, as conclusões devem ser lidas também incluindo esse desafio na categorização, que impacta a definição do próprio objeto e a interpretação dos resultados no contexto de um ecossistema em constante reconfiguração.

7 RESULTADOS

Os resultados foram divididos em duas partes. A primeira abrange os objetivos específicos um e dois, que buscam descrever os modelos adotados pelas editoras selecionadas para a concessão de isenção e levantar dados sobre a efetividade do uso dessas políticas pelos países elegíveis. A segunda parte da pesquisa discute a transparência e a aplicação dos modelos utilizados para a disponibilização de isenções e descontos das taxas de APC.

Nos resultados, apresentam-se inicialmente as evidências descritivas das políticas e quantitativas quanto ao país, em seguida, desenvolve-se a análise de documental e os cruzamentos que permitem relacionar as práticas observadas aos mecanismos teóricos. A discussão final confronta esses achados com as questões de pesquisa e aponta implicações para políticas públicas e práticas editoriais.

7.1 Modelos adotados pelas editoras e quantitativos de publicações de artigos

7.1.1 Elsevier

A *Elsevier* adota dois modelos principais de isenção e desconto nas taxas de publicação: o modelo tradicional, vinculado ao programa *Research4Life*, e o *Geographical Pricing for Open Access* (GPOA). O modelo tradicional aplica-se a todos os seus periódicos de AA dourado e segue a estrutura estabelecida pela *Research4Life*, oferecendo isenção total (100%) para autores de 69 países de baixa renda (Grupo A) e descontos automáticos de 50% para autores de 57 países de renda média-baixa (Grupo B).

Complementarmente ao modelo tradicional, lançado em outubro de 2023 e em vigor desde janeiro de 2024, o GPOA busca ampliar os descontos de acordo com o nível econômico local, apresentando-se como uma tentativa de refinar os critérios de equidade (Elsevier, [2020](#)). Atualmente restrito a uma lista piloto de 143 periódicos exclusivamente de AA dourado, esse modelo introduz uma escala de descontos mais granular, baseada no Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* dos países. As faixas estabelecidas variam desde a isenção total (0% do APC) para países de baixa renda até um desconto mínimo de apenas 10%, no qual os autores arcam com 90% do APC, nos países classificados como de renda média-alta. Em termos operacionais, nesse modelo piloto, os periódicos selecionados ajustam os valores de APC segundo a renda *per capita* nacional, configurando uma lógica de precificação diferenciada (Durrani, [2023](#)).

Em contraste com o caráter recente e piloto do GPOA, quanto ao modelo tradicional baseado no *Research4Life*, não há uma data oficial única que marque sua implementação pela *Elsevier*, embora evidências públicas indiquem um processo de consolidação progressiva dessa política. A título ilustrativo, em dezembro de [2020](#) a editora anunciou a isenção total de APCs para autores de países do Grupo A em seus periódicos da *Cell Press*, com vigência a partir de janeiro de 2021. Entretanto, essa prática já ocorria anteriormente, conforme apontado por Lawson ([2015](#)), que identificou a concessão de isenções pela editora holandesa e por subsidiárias como a *Dove Medical Press* em períodos anteriores. Dessa forma, o modelo tradicional não se configura como uma iniciativa recente, mas como uma política gradualmente ampliada e formalizada ao longo

do tempo, que antecipa e coexistiu com o piloto GPOA. O **Quadro 8** sistematiza os modelos de desconto e isenção adotados, bem como os respectivos países elegíveis.

Quadro 8 - Elsevier: modalidades de concessão de descontos e isenção de taxas de processamento de artigos para revistas de acesso dourado

Países de baixa renda (sem APC a ser pago)	Renda média-baixa (20% do APC a ser pago)	Renda média-alta 1 (45% do APC a ser pago)	Renda média-alta 2 (65% do APC a ser pago)	Renda média-alta 3 (90% do APC a ser pago)
<p>Afeganistão, Burkina Faso, Burundi, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné-Bissau, Coreia do Norte, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Moçambique, Níger, Ruanda, Serra Leoa, Somália, sudão do Sul, Sudão, República Árabe da Síria, Togo, Uganda, Iêmen.</p>	<p>Angola, Argélia, Bangladesh, Benin, Butão, Bolívia, Cabo Verde, Camboja, Camarões, Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Egito, Essuatíni, Gana, Guiné, Haiti, Honduras, Jordânia, Índia, Irã, Quênia, Kiribati, Quirguistão, República Democrática Popular do Laos, Lesoto, Mauritânia, Micronésia, Mongólia, Marrocos, Mianmar, Nepal, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Papua Nova Guiné, Filipinas, Samoa, São Tomé e Príncipe, Senegal, Ilhas Salomão, Sri Lanka, República Unida da Tanzânia, Tadjiquistão, Timor-Leste, Tunísia, Ucrânia, Uzbequistão, Vanuatu, Vietnã, Zâmbia, Zimbábue.</p>	<p>Albânia, Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Belize, Botsuana, Colômbia, Equador, El Salvador, Guiné Equatorial, Fiji, Gabão, Geórgia, Guatemala, Indonésia, Iraque, Jamaica, Líbano, Líbia, Moldávia, Namíbia, Macedônia do Norte, Paraguai, Peru, África do Sul, Suriname, Tailândia, Tonga, Turcomenistão, Tuvalu, Estado da Palestina.</p>	<p>Bósnia e Herzegovina, Brasil, Cuba, Dominica, República Dominicana, Granada, Cazaquistão, Ilhas Marshall, México, Montenegro, Sérvia, São Vicente e Granadinas, Peru.</p>	<p>Argentina, Bulgária, Costa Rica, Malásia, Maldivas, Maurício, Palau, Federação Russa, Santa Lúcia.</p>

Fonte: Elsevier (2024/2025).

Nesse sentido, o **Quadro 8** apresentado sistematiza a estrutura do piloto GPOA, o qual segmenta os países em cinco faixas de desconto com base no RNB *per capita*. Entre os cinco grupos identificados, observa-se uma gradação progressiva que varia da isenção total (0% do APC) para países de baixa renda até a cobrança de 90% do valor integral para nações de renda média-alta do grupo 3. Ainda que o GPOA apresente uma abordagem aparentemente mais refinada, ao incorporar indicadores econômicos, o modelo revela limitações significativas. A dependência de métricas macroeconômicas amplas, como o RNB, tende a não captar as disparidades internas de cada país, incluindo dinâmicas de centro e periferia, nem as realidades específicas das instituições de pesquisa, como disponibilidade de recursos e infraestrutura. Além disso, sua aplicação restrita a um conjunto limitado de periódicos e a exclusão dos títulos híbridos, que constituem parcela considerável do portfólio da Elsevier, reduzem substancialmente seu alcance e impacto prático para a comunidade científica.

Para além dessas restrições de escopo e de critério, a acessibilidade prática da política constitui um entrave adicional: ela não se encontra diretamente disponível na página de AA do site institucional da Elsevier⁵⁹, estando localizada em uma seção distinta da plataforma⁶⁰. Essa disposição pouco intuitiva pode dificultar o acesso à informação por pesquisadores interessados, especialmente aqueles vinculados a instituições com menor suporte à publicação científica. Desse modo, ainda que o GPOA represente um avanço na tentativa de graduar os descontos, suas limitações, tanto conceituais quanto operacionais, tendem a comprometer sua efetividade, aspecto que poderá ser verificado em estudos futuros.

No entanto, a política de isenção e descontos da Elsevier, quando vinculada ao programa *Research4Life*, apresenta uma limitação operacional significativa: ela exige que todos os autores de um artigo estejam vinculados exclusivamente a instituições localizadas em países elegíveis dos Grupos A ou B. Assim, para a obtenção de isenção total (100% da APC), todos os autores, incluindo autor correspondente e coautores, devem estar afiliados a instituições situadas em países do Grupo A do *Research4Life* (lista composta por 69 países de renda muito baixa). De modo semelhante, para a concessão

⁵⁹ <https://www.elsevier.com/pt-br/about/open-science>

⁶⁰ <https://www.elsevier.com/about/policies-and-standards/pricing>

de desconto de 50% (correspondente à metade do APC), todos os autores devem estar vinculados a instituições localizadas em países do Grupo B (57 países de renda média-baixa). Nos casos em que há autoria mista, combinando países dos Grupos A e B, aplica-se igualmente o desconto de 50%. Por outro lado, a presença de ao menos um autor vinculado a país não elegível, isto é, fora dos Grupos A ou B, inviabiliza automaticamente qualquer isenção ou desconto. A **Figura 14**, ilustra graficamente a aplicação dessa condição.

Figura 14 - Elsevier: critérios para elegibilidade de isenção ou desconto do *Research4Life*

01	Isenção do APC 100%	O autor correspondente e os coautores devem ser todos de um país do Grupo A
02	50% de desconto do APC	O autor correspondente e os coautores devem ser todos de um país do Grupo B
03	50% de desconto do APC	Uma mistura de autores de países do Grupo A e B.
04	Nenhuma isenção ou desconto	Uma mistura de autores de países não pertencentes ao <i>Research4Life</i> e países do Grupo A ou/e B

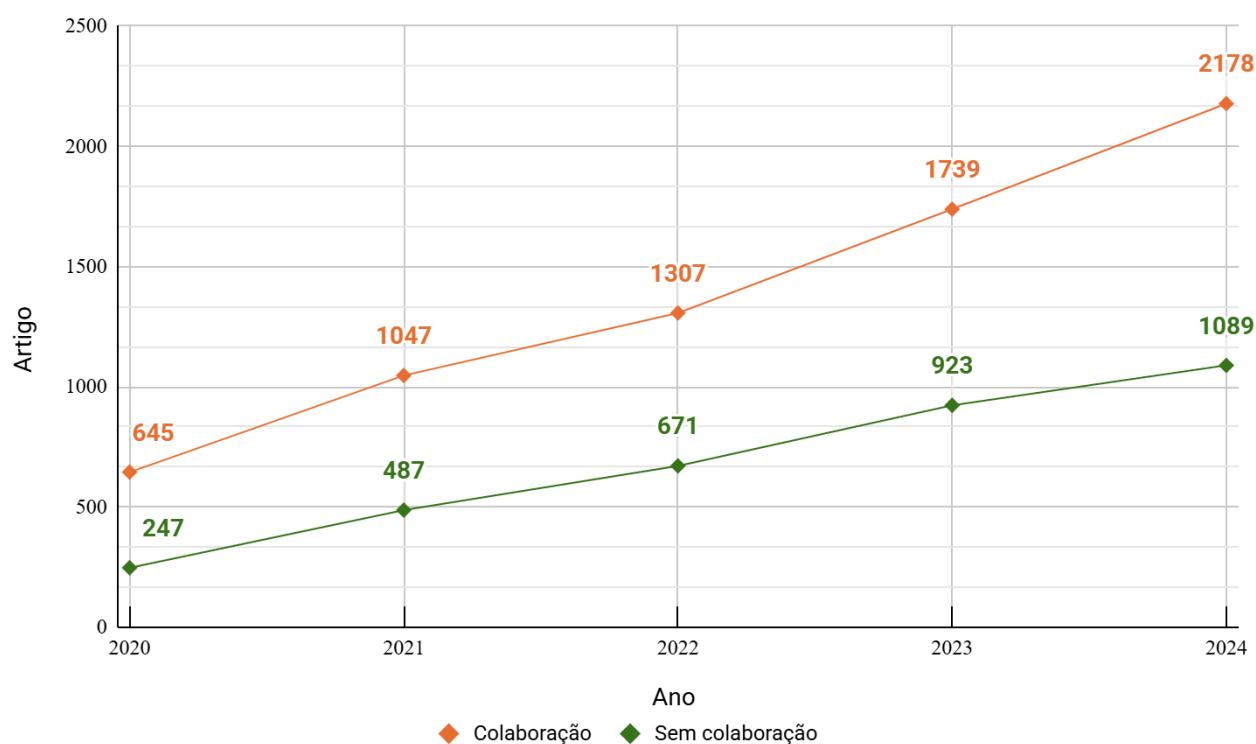
Fonte: Adaptado de Elsevier (2025).

Além das regras automáticas associadas ao *Research4Life*, em casos específicos envolvendo autores não vinculados ao programa e sem recursos de pesquisa, a editora declara que pode avaliar pedidos de isenção de forma individualizada. Em termos gerais, a Elsevier aplica automaticamente os abatimentos previstos, sem necessidade de solicitação prévia, desde que todos os autores estejam enquadrados nas categorias elegíveis do *Research4Life* para terem as APCs isentas ou com desconto. Todavia, essas condições operacionais produzem um efeito excludente relevante, pois eliminam automaticamente colaborações científicas internacionais que incluam ao menos um

pesquisador de países não elegíveis, mesmo quando a maioria da equipe pertence a países de baixa ou média-baixa renda. Desse modo, a política pode, inadvertidamente, desincentivar parcerias internacionais estratégicas, fundamentais para o fortalecimento da pesquisa em países em desenvolvimento.

O **Gráfico 2** apresenta um contraste entre o volume de artigos publicados em revistas elegíveis aos programas de isenção e desconto da *Elsevier*, segmentando a produção científica entre artigos com colaboração internacional e aqueles sem colaboração internacional:

Gráfico 2 - Elsevier: quantidade de artigos em acesso aberto dourado publicados com e sem colaboração internacional por países elegíveis a isenção de taxas de APC (2020-2024)



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No caso específico da *Elsevier*, os dados evidenciam um crescimento contínuo do número de artigos publicados por autores elegíveis à isenção de APC ao longo do período de 2020 a 2024, tanto em publicações realizadas com colaboração internacional quanto

naquelas sem colaboração. Em 2020, foram identificados 645 artigos com colaboração e 247 sem colaboração. Esse padrão se intensifica progressivamente ao longo do período analisado, atingindo, em 2024, 2.178 artigos com colaboração e 1.089 sem colaboração. Em todos os anos observados, a produção realizada em regime de colaboração supera de forma expressiva a produção sem colaboração, o que indica que a inserção científica dos autores elegíveis ocorre predominantemente por meio de redes colaborativas, sobretudo de caráter internacional.

No que diz respeito à distribuição por países, os dados revelam uma concentração significativa da produção científica em um número reduzido de países elegíveis, o que complementa o padrão observado anteriormente de forte dependência de redes colaborativas. A Etiópia destaca-se de forma expressiva, com 508 artigos publicados com isenção de APC na *Elsevier*, configurando-se como o principal país de origem das publicações. Em patamar bastante inferior, aparecem a Síria, com 71 artigos, e Uganda, com 46, seguidos por Sudão (27), Afeganistão (22), Burkina Faso (17) e Iêmen (15). Outros países registram volumes ainda mais reduzidos, como Malawi e Togo, ambos com 14 artigos, Somália (11), Níger (9) e Ruanda (7). Países como a República Democrática do Congo e o Mali contabilizaram 5 artigos cada, enquanto Chade, Libéria e Moçambique tiveram 2 publicações cada. Gâmbia e Madagascar, por sua vez, aparecem com um artigo publicado. Esse padrão de distribuição sugere que, embora a política de isenção seja formalmente ampla em termos de elegibilidade, sua efetivação prática permanece fortemente concentrada em poucos países, especialmente aqueles que dispõem de maior capacidade institucional e de inserção nas redes internacionais de produção científica.

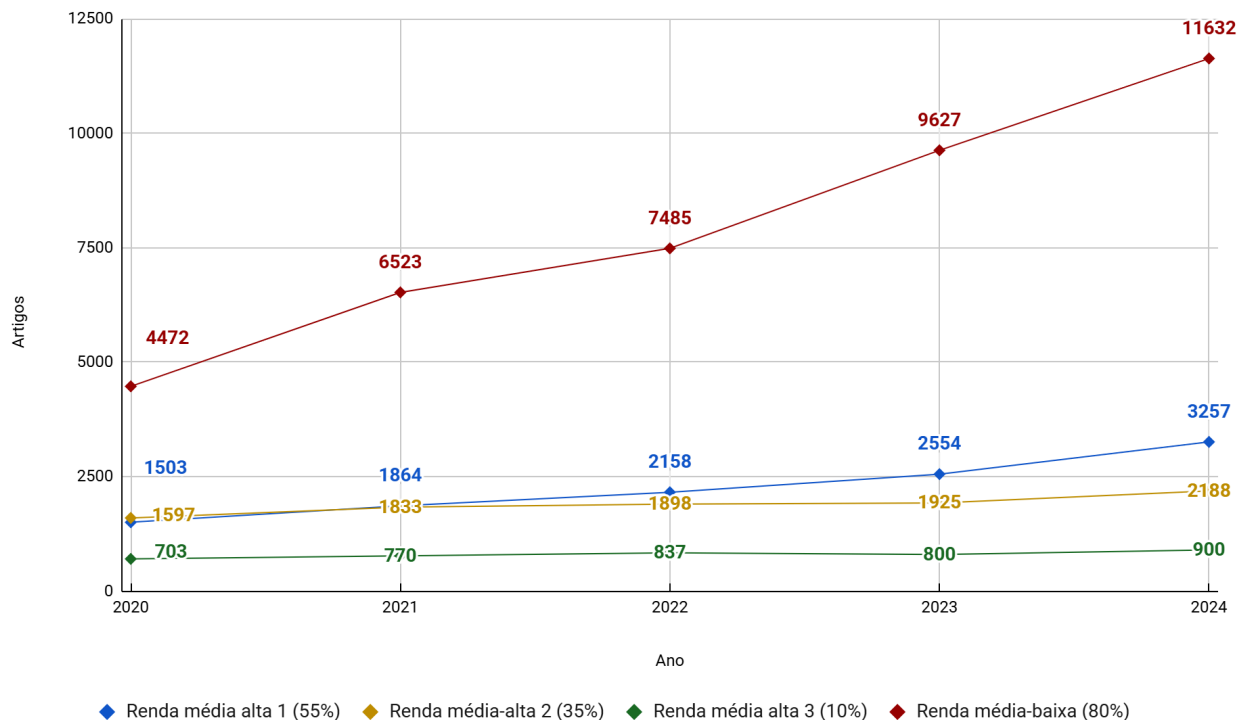
Complementando a concentração geográfica observada, a análise por áreas de conhecimento reforça igualmente um padrão de concentração temática da produção científica. A Medicina lidera de forma clara, com 266 artigos publicados, seguida pela Ciência Ambiental, com 203, e pelas Ciências Agrárias e Biológicas, com 144. Em um segundo patamar, situam-se Engenharia (75), Ciências Sociais (65) e Psicologia (55). Volumes intermediários são observados em Bioquímica, Genética e Biologia Molecular (44), Física e Astronomia (40), Química (37) e Farmacologia, Toxicologia e Farmacêutica (36). Já as áreas com menor incidência incluem Economia, Econometria e Finanças (33), Ciências da Terra e Planetárias (32), Engenharia Química (29), Ciência dos Materiais (25) e

Ciência da Computação (15). Por fim, aparecem de forma residual no conjunto analisado Ciências da Saúde (13), Imunologia e Microbiologia (10), Veterinária (7), Energia (2), Artes e Humanidades (1), Matemática (1) e Multidisciplinar (1). Esse recorte evidencia que, além da concentração em poucos países, a efetivação das isenções também se distribui de maneira desigual entre áreas, privilegiando campos tradicionalmente mais integrados aos circuitos centrais de publicação científica..

Os dados quantitativos⁶¹ também indicam uma forte presença de coautoria internacional entre os artigos elegíveis às políticas de isenção da *Elsevier*. A produção científica associada a países de menor renda ocorre majoritariamente em colaboração com autores vinculados a instituições localizadas em países de renda mais elevada, enquanto a produção desenvolvida de forma isolada por esses países permanece residual. Esse padrão sugere que a concentração da publicação de artigos por autores elegíveis à isenção em redes internacionais pode estar associada à disponibilidade de bolsas de pesquisa ou outros mecanismos de financiamento (Gardner Jr. *et al.*, 2021). Além disso, quando a produção não decorre diretamente de uma isenção concedida, pode haver um prejuízo à autonomia produtiva de pesquisadores situados em contextos econômicos mais desfavorecidos, que passam a depender estruturalmente de parcerias externas para viabilizar a publicação de seus resultados científicos. O **Gráfico 3** apresenta a evolução anual da publicação de artigos, segmentada por faixa de renda dos países envolvidos:

⁶¹ Os dados podem ser acessados em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19229018>

Gráfico 3 - Elsevier: produção científica em diferentes modelos de descontos e isenção de APC da Elsevier (2020-2024)



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O **Gráfico 3** revela uma distribuição heterogênea da produção científica por faixas de renda nacional, evidenciando que os países de renda média-baixa⁶² concentram o maior volume de publicações. A predominância da faixa elegível ao desconto de 80% sugere que a redução expressiva do APC pode estar associada a maior participação relativa desses países. Entretanto, a ausência de dados sobre a aplicação efetiva do benefício impede estabelecer relação causal entre a política e o crescimento observado. Ao longo do período analisado, observa-se um aumento significativo da participação dos países inseridos nas faixas de renda mais elevadas, especialmente nas categorias “Renda média-alta 1” e “Renda média-alta 2”.

⁶² Angola, Argélia, Bangladesh, Benin, Butão, Bolívia, Cabo Verde, Camboja, Camarões, Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Egito, Essuatíni, Gana, Guiné, Haiti, Honduras, Jordânia, Índia, Irã, Quênia, Kiribati, Quirguistão, República Democrática Popular do Laos, Lesoto, Mauritânia, Micronésia, Mongólia, Marrocos, Mianmar, Nepal, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Papua Nova Guiné, Filipinas, Samoa, São Tomé e Príncipe, Senegal, Ilhas Salomão, Sri Lanka, República Unida da Tanzânia, Tadjiquistão, Timor-Leste, Tunísia, Ucrânia, Uzbequistão, Vanuatu, Vietnã, Zâmbia, Zimbábue.

Esse crescimento pode indicar uma ampliação progressiva da capacidade de pagamento das APCs por parte desses grupos, hipótese corroborada pela elevação dos valores observada, sobretudo entre 2022 e 2024. Em contraste, os países classificados como de baixa renda apresentam pequenas oscilações ao longo do período, mantendo níveis relativamente constantes de publicação. Nesse sentido, a análise sugere que as políticas de ajuste de preços adotadas tendem a favorecer a redistribuição da produção científica entre as faixas de maior renda, produzindo, contudo, um impacto limitado sobre os países economicamente mais vulneráveis, o que reforça as assimetrias estruturais previamente discutidas.

A regra de elegibilidade automática, ao exigir uma composição integralmente elegível entre os autores para a concessão de isenção ou desconto sem solicitação prévia, produz um efeito operacional relevante. Colaborações que incluam ao menos um autor vinculado a instituições de países não elegíveis perdem automaticamente o direito ao benefício, o que restringe a aplicabilidade das isenções a equipes internacionais mistas. Essa arquitetura normativa, já documentada nas políticas analisadas nesta pesquisa, contribui para explicar a maior incidência de artigos elegíveis em publicações internacionalmente colaborativas nas quais predominam autores provenientes de faixas de renda intermediárias, em detrimento de colaborações mais assimétricas que incluam países de alta renda. Desse modo, a política regula o acesso às isenções e também influencia indiretamente a configuração das redes de colaboração científica.

Para compreender os resultados quantitativos para além do processo descritivo, no nível macroestrutural proposto pelo modelo conceitual a premissa utilitarista das editoras, de que as isenções funcionam como ajustes para aumentar a felicidade agregada sem comprometer a utilidade principal (lucro), é confirmada pela arquitetura das políticas. Tanto o programa GPOA, com seus descontos graduados por RNB, quanto a vinculação ao *Research4Life*, que exige elegibilidade integral de todos os autores, são desenhados para minimizar perdas financeiras. A exclusão automática de colaborações mistas e a restrição a um subconjunto de periódicos demonstram que a utilidade do sistema (sustentabilidade financeira e controle operacional) prevalece sobre uma lógica de justiça distributiva ampla. A concentração da produção em poucos países (como a Etiópia) e em áreas

tradicionais (Medicina) reforça que a política opera dentro da globalização perversa (Santos, 2022), reproduzindo assimetrias centro-periferia ao invés de revertê-las.

No nível do mecanismo (políticas e mediações), a tensão entre conveniência e equidade se materializa claramente. A falta de transparência apontada pelo modelo evidencia-se pela barreira da política que não está facilmente acessível no site institucional, dificultando o conhecimento e o acesso por parte dos pesquisadores elegíveis. A burocracia imposta pela regra de elegibilidade integral (todos os autores de países elegíveis) atua como um filtro excludente, desincentivando colaborações internacionais mistas e privilegiando equipes homogêneas. Este desenho burocrático, somado à necessidade de solicitação individual em casos fora do *Research4Life*, transfere o ônus da prova para o pesquisador, favorecendo aqueles com maior capital institucional e capacidade de navegação administrativa. O conflito teórico entre utilidade e justiça como equidade se resolve, na prática, em favor da primeira.

No nível normativo (avaliação por critérios rawlsianos), os dados quantitativos indicam que a política não atende satisfatoriamente aos dois critérios estabelecidos:

- i) igualdade equitativa de oportunidades: a forte concentração geográfica (em poucos países) e temática (em áreas já consolidadas) mostra que o sistema não permite que pesquisadores talentosos de todas as instituições e países elegíveis compitam em condições justas. O crescimento da produção está ligado à capacidade prévia de inserção em redes internacionais, não à remoção equitativa de barreiras.
- ii) princípio da diferença: os dados não revelam um benefício claro para os pesquisadores em pior situação relativa. Pelo contrário, países de baixa renda mantiveram níveis baixos e estáveis de publicação ao longo do período, enquanto o crescimento se deu principalmente, entre países de renda média-baixa e média-alta, que já possuem maior capacidade de pagamento e integração. A política, portanto, não beneficia os mais desfavorecidos de forma prioritária, violando o princípio rawlsiano.

A escassez de dados públicos detalhados sobre beneficiários e decisões, citada no modelo como uma evidência da falta de auditabilidade, também se confirma. Esta opacidade impede um cálculo ético preciso do impacto real das isenções, reforçando a interpretação de que o mecanismo não foi concebido para ser avaliado sob parâmetros

rigorosos de justiça. Em síntese, os resultados da Elsevier aproximam-se de forma consistente do modelo conceitual proposto. Eles validam a hipótese de que as políticas de isenção, embora apresentadas como instrumentos de inclusão, são estruturalmente limitadas por uma lógica utilitarista corporativa. Consequentemente, falham em promover uma justiça como equidade, perpetuando, em vez de reduzir, as desigualdades estruturais no sistema global de comunicação científica.

7.1.2 Sage

Em contraste com o modelo adotado pela *Elsevier*, a *Sage* adota um arranjo multifacetado para a concessão de descontos e isenções de APC, combinando critérios geográficos, institucionais e editoriais. Sua política estrutura-se em três eixos principais: (1) isenções automáticas totais (100%) ou parciais (50%) para autores correspondentes vinculados a países dos Grupos A e B do *Research4Life* que publicam em periódicos de AA dourado; (2) descontos institucionais fixos, geralmente de 20%, destinados a afiliados de instituições com acordos específicos firmados com a editora; e (3) a exclusão explícita dos títulos híbridos do esquema *Sage Choice*, bem como de determinados periódicos específicos, do escopo desses benefícios. Um elemento central desse modelo é a adoção do autor correspondente como critério decisivo de elegibilidade, o que representa uma diferença estrutural relevante em relação à política da *Elsevier*, na qual se exige que todos os coautores atendam simultaneamente aos critérios de elegibilidade.

No que se refere à operacionalização da política, na *Sage* a elegibilidade é determinada no momento do envio do manuscrito. As isenções e os descontos vinculados ao programa *Research4Life* são aplicados automaticamente, sem a necessidade de solicitação por parte dos autores, tendo como base exclusivamente a afiliação institucional do autor correspondente. Além disso, a política estabelece que, nos casos em que um mesmo autor seja elegível a múltiplos descontos, apenas a maior redução disponível será aplicada, impedindo a acumulação de benefícios. A editora também prevê a concessão de isenções em situações específicas envolvendo autores que não residem em países listados pelo *Research4Life*, mediante avaliação própria.

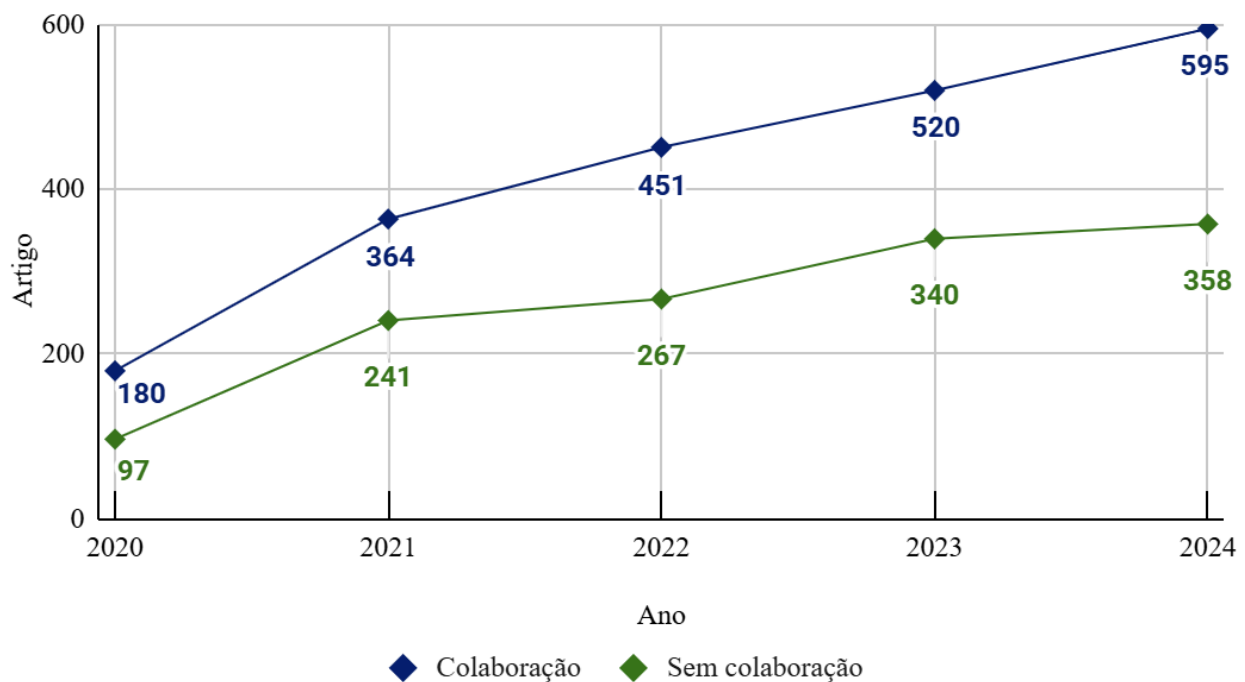
Conforme mencionado anteriormente, a Sage não concede isenção para periódicos híbridos, e indica ainda a existência de alguns títulos que não participam do esquema *Research4Life* e que, em substituição, utilizam os níveis de renda definidos pelo Banco Mundial para priorizar isenções totais ou parciais. Entre esses periódicos destacam-se o *Orthopaedic Journal of Sports Medicine* e *Video Journal of Sports Medicine*. Por fim, em que o autor opte pela edição técnica nas revistas *Advances in Mechanical Engineering* e *Technology in Cancer Research & Treatment*, o artigo torna-se automaticamente não elegível para qualquer modalidade de isenção ou desconto. As diferentes modalidades de desconto e isenção adotadas pela editora estão sumarizadas no **Quadro 9**:

Quadro 9 - Sage: modalidades de concessão de descontos e isenção de taxas de processamento de artigos para revistas de acesso dourado

Desconto de 20% para periódicos de AA dourado (<i>gold</i>) para autores correspondentes das instituições afiliadas	Desconto de 20% para AA dourado (<i>gold</i>) e nenhuma taxa para periódicos híbridos SAGE Choice	Isenção de taxas de processamento de artigos para periódicos de AA dourado (<i>gold</i>)
Estônia (Universidade de Tecnologia de Tallinn)	Para autores correspondentes das instituições afiliadas abaixo que assinaram o acordo de leitura e publicação na Estônia, Letônia, Lituânia, Palestina e Eslovênia. (Observe que a lista de títulos dos periódicos híbridos SAGE Choice pode ser diferente, dependendo da assinatura da coleção SAGE Premier da instituição. Além disso, observe que alguns periódicos não participam do SAGE Choice. Periódicos que NÃO participam do Sage Choice <i>Abstracts in Anthropology</i> <i>British Journalism Review</i> <i>A Current Bibliography on African Affairs</i> <i>Index on Censorship</i> <i>InnovAiT</i> <i>International Political Science Abstracts / Documentation</i> <i>Politique Internationale</i> <i>Journal of the ICRU</i> <i>Pain News</i> <i>Phi Delta Kappan</i> <i>Political Insight</i>	Isenção de taxas de processamento de artigos para periódicos de acesso aberto dourado - sem taxas para autores correspondentes de: Albânia, Armênia, Azerbaijão, Botsuana, Congo, Costa do Marfim, Etiópia, Fiji, Geórgia, Gana, Quênia, Kosovo, Quirguistão, Laos, Lesoto, Malawi, Maldivas, Moldávia, Myanmar, Namíbia, Nepal, Macedónia do Norte, Palestina, Senegal, Sérvia, Sudão, Tanzânia, Uganda, Ucrânia, Uzbequistão, Zâmbia, Zimbabué

À luz das regras descritas anteriormente, a aplicação desses critérios de elegibilidade pode influenciar diretamente os padrões de coautoria observados. Nesse sentido, o **Gráfico 4** compara o volume de artigos publicados em revistas elegíveis da Sage por autores de países beneficiários sem colaboração internacional com aquele produzido em colaboração com pesquisadores vinculados a países não elegíveis, permitindo analisar de que modo a política editorial impacta a configuração das redes colaborativas..

Gráfico 4 - Sage: quantidade de artigos em acesso aberto dourado publicados com e sem colaboração internacional por países elegíveis a isenção de taxas de APC (2020-2024)



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados revelam um crescimento contínuo da produção científica associada a autores elegíveis à isenção de APC ao longo do período de 2020 a 2024, tanto em artigos produzidos em colaboração internacional quanto naqueles desenvolvidos sem esse tipo de parceria. Em todos os anos analisados, as publicações colaborativas superam numericamente as não colaborativas, o que indica a centralidade da coautoria como

estratégia de inserção científica. Embora se observe um aumento progressivo das publicações sem colaboração internacional, esse movimento não altera o padrão geral identificado, no qual a colaboração permanece como mecanismo central para viabilizar a publicação, inclusive em contextos nos quais há isenção de custos de APC.

A distribuição por países das publicações sem colaboração evidencia uma forte concentração geográfica. A Etiópia destaca-se de forma expressiva, com 781 artigos publicados, superando amplamente os demais países elegíveis. Em um segundo patamar, aparecem Gana, com 145 publicações, e Sérvia, com 98, seguidos por Palestina (63), Tanzânia (38), Quênia (33) e Uganda (30). A maioria dos demais países apresenta volumes bastante reduzidos, frequentemente inferiores a 20 artigos no período considerado.

No que se refere às áreas de conhecimento, observa-se ampla predominância da Medicina, com 969 artigos publicados sem colaboração, seguida por Enfermagem (178) e Ciência Ambiental (171). As Ciências Sociais (144) e Artes e Humanidades (109) também apresentam participação relevante, enquanto áreas como Bioquímica, Genética e Biologia Molecular (65) e Engenharia (45) aparecem com volumes mais modestos. Esse padrão disciplinar sugere que áreas fortemente vinculadas a agendas de saúde pública e à prática clínica tendem a produzir mais, mesmo na ausência de colaboração internacional.

Para compreender os resultados quantitativos para além do plano descritivo, no nível macroestrutural do modelo conceitual observa-se que a política da *Sage*, embora operacionalmente mais acessível do que a da *Elsevier*, permanece inserida na lógica da globalização perversa e do mercado editorial. O arranjo multifacetado, baseado na elegibilidade automática do autor correspondente vinculado ao *Research4Life*, em descontos institucionais e na exclusão de periódicos híbridos, indica um desenho que reduz o atrito administrativo, mas preserva mecanismos de controle sobre o alcance financeiro das isenções. A delimitação do benefício a periódicos específicos, a impossibilidade de acumular descontos e a existência de exceções editoriais sugerem que a ampliação do acesso ocorre dentro de limites compatíveis com a racionalidade utilitarista do sistema. Assim como no caso da *Elsevier*, a política opera mais como ajuste regulatório do que como ruptura estrutural.

No nível do mecanismo (políticas e mediações), a adoção do autor correspondente como critério decisivo altera a forma da barreira, mas não a elimina. A automatização procedimental reduz obstáculos burocráticos e amplia a previsibilidade do processo, porém introduz um filtro indireto ao privilegiar pesquisadores com maior capacidade de liderar redes colaborativas ou ocupar posições centrais na autoria. Embora a política dispense solicitação formal em grande parte dos casos, sua arquitetura permanece seletiva, seja pela exclusão de títulos híbridos, seja pela possibilidade de avaliação editorial em situações específicas. Desse modo, a tensão entre conveniência e equidade resolve-se novamente em favor da estabilidade operacional do sistema.

No nível normativo, orientado pelos critérios rawlsianos, os dados indicam limitações semelhantes às observadas na *Elsevier*. Quanto à igualdade equitativa de oportunidades: a forte concentração geográfica, com destaque expressivo para a Etiópia e ampla distância em relação aos demais países, sugere que pesquisadores de diferentes contextos institucionais não competem em condições equivalentes. No plano disciplinar, a predominância da Medicina, seguida por áreas já consolidadas internacionalmente, indica que a participação permanece associada a campos com maior densidade de financiamento, infraestrutura e redes científicas. Embora a *Sage* adote um modelo operacionalmente mais acessível, baseado na elegibilidade automática do autor correspondente, os dados revelam forte concentração geográfica e disciplinar. Esse padrão sugere que a remoção da barreira financeira não é suficiente para reconfigurar assimetrias estruturais, operando antes como um mecanismo de acomodação do que de transformação do sistema.

Princípio da diferença: não se observa benefício prioritário aos países em posição mais desfavorável. A maior parte da produção concentra-se em poucos polos relativamente mais estruturados dentro do conjunto elegível, enquanto numerosos países mantêm participação residual. O crescimento identificado parece decorrer menos da redistribuição efetiva de oportunidades e mais da capacidade prévia de inserção científica.

Adicionalmente, ainda que a política seja mais transparente em sua operacionalização do que a da *Elsevier*, persistem zonas de discricionariedade, como isenções avaliadas caso a caso e listas variáveis de periódicos, que dificultam a plena auditabilidade do sistema. A transparência procedimental, portanto, não se converte automaticamente em justiça distributiva.

Em resumo, os resultados da *Sage* reforçam o modelo conceitual ao demonstrar que diferentes desenhos operacionais podem produzir efeitos convergentes. A automatização reduz barreiras administrativas, todavia não altera os determinantes estruturais da participação científica. As isenções, nesse contexto, funcionam como mecanismos de acomodação das desigualdades e não como instrumentos capazes de reordenar o sistema global de comunicação científica.

7.1.3 Springer Nature

A política de isenção e desconto de APC da *Springer Nature* estrutura-se a partir dos mesmos critérios econômicos internacionais adotados por outras grandes editoras, como a *Taylor & Francis*. O benefício, contudo, não é automático: o autor correspondente deve solicitar a isenção ou o desconto no momento da submissão do artigo. Os critérios para concessão seguem a classificação econômica do Banco Mundial, segundo a qual autores de países classificados como economias de baixa renda têm direito à isenção total (100%) do APC, enquanto autores de economias de renda média-baixa, com PIB inferior a US\$ 200 bilhões, recebem um desconto de 50%.

Conforme as listas publicadas pela editora (Springer Nature, 2025), a isenção integral aplica-se atualmente a 23 países, incluindo nações como Afeganistão, Burundi e a Ucrânia, incluída temporariamente devido ao conflito com a Rússia. O desconto de 50% está disponível para autores de 40 países, como Angola, Bolívia, Gana e Vietnã. É importante ressaltar que esta política tradicional vem sendo substituída por um programa piloto de precificação escalonada por país em vários de seus periódicos, o qual não se estende a títulos híbridos ou transformativos, nos quais a editora orienta autores sem

recursos a optarem pela via de publicação por assinatura, sem custos. O **Quadro 10** sintetiza a política tradicional de descontos e isenções de APC da Springer Nature para seus periódicos de AA dourado, apresentando a lista de países elegíveis para cada modalidade de benefício.

Quadro 10 - Springer Nature: modalidades de concessão de descontos e isenção de taxas de processamento de artigos para periódicos de acesso dourado

Países de baixo rendimento: isenção total	Países de renda média-baixa: desconto de 50% **
Afeganistão, Burkina Faso, Burundi, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné-Bissau, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Moçambique, Níger, Ruanda, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul, Togo, Uganda, Ucrânia*, Iémen.	Argélia (retirada em 2025), Angola, Benin, Butão, Bolívia, Cabo Verde, Camboja, Camarões, Comores, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Eswatini, Gana, Guiné, Haiti, Honduras, Jordânia, Quênia, Kiribati, Quirguistão, Laos, Líbano, Lesoto, Mauritânia, Micronésia, Mongólia (retirada em 2025), Marrocos, Nepal, Nicarágua, Territórios Palestinos (incluído em 2025) Papua Nova Guiné, Samoa, São Tomé e Príncipe, Senegal, Ilhas Salomão, Sri Lanka, Tadjiquistão, Tanzânia, Timor-Leste, Tunísia, Uzbequistão, Vanuatu, Zâmbia, Zimbábue.

* O desconto aumentou temporariamente para 100% após a invasão russa. Isso se aplica a títulos dentro dos fluxos de trabalho padrão da Springer Nature e exclui títulos onde a Springer Nature não fatura diretamente aos autores, por exemplo, títulos traduzidos.

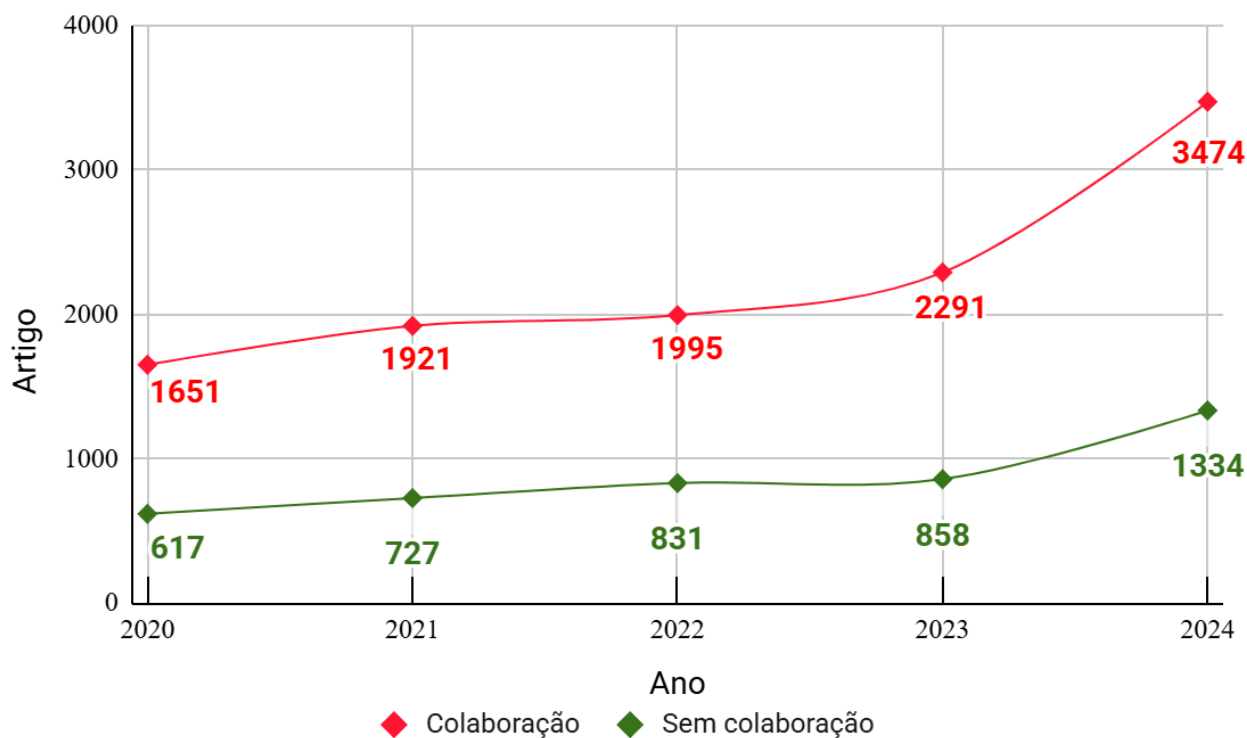
** Países de renda média-baixa com PIB abaixo de US\$ 200 bilhões (USD): desconto de 50% no APC

Em paralelo à sua política tradicional, a *Springer Nature* implementou o “*Country-tiered APC pricing pilot*”, um modelo que apresenta características similares ao GPOA da Elsevier. Esse piloto, aplicado inicialmente a 64 periódicos, majoritariamente pertencentes às coleções BMC e EMBO, estabelece faixas de preços de APC que variam de 0% a 100% do valor total, conforme o país de afiliação do autor correspondente. O preço é definido automaticamente após a aceitação do artigo, com base em um algoritmo que considera variáveis como a disponibilidade de financiamento local e o histórico de solicitações de descontos por país. Diferentemente do modelo tradicional de isenção/desconto, essa abordagem propõe uma escala gradativa de valores.

A estrutura resultante passa a abranger um espectro mais amplo de nações. Países como Afeganistão e Burundi, por exemplo, enquadram-se na faixa de 0% (isenção total), enquanto nações como Brasil e Índia pagam, respectivamente, 50% e 25% do APC integral. O piloto também permite que autores solicitem descontos adicionais com base

em necessidade financeira, podendo sobrepor-se à política tradicional. Ainda que apresente uma estrutura de preços mais diferenciada, o caráter experimental e o escopo restrito desse piloto indicam que a proposta de equidade na publicação permanece circunscrita, não se configurando como universal na prática da *Springer Nature*. Nesse sentido, o **Gráfico 5** analisa a publicação de artigos em AA dourado da *Springer Nature* no período de 2020 a 2024, por autores de países elegíveis à isenção de APC, segmentando os artigos publicados com e sem colaboração internacional:

Gráfico 5 - Springer Nature: quantidade de artigos em acesso aberto dourado publicados com e sem colaboração internacional por países elegíveis a isenção de taxas de APC (2020-2024)



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O **Gráfico 5** confirma a tendência já observada em editoras anteriores: a publicação em AA dourado por autores de países elegíveis é predominantemente realizada em colaboração internacional. Ao longo do período analisado, entre 2020 e 2024, essa modalidade respondeu consistentemente pela maior parcela da produção, com uma diferença absoluta que se amplia de 1.034 para 2.140 artigos em favor da coautoria internacional. Embora o crescimento seja expressivo em ambas as categorias, o volume

de artigos com colaboração mais que dobra no período, passando de 1.651 para 3.474. Esse resultado reforça que, mesmo diante de políticas de isenção, a integração em redes globais de pesquisa segue se configurando como uma estratégia majoritária e estruturante para a publicação dos pesquisadores beneficiários.

Os dados referentes à *Springer Nature* devem, portanto, ser interpretados como a produção científica realizada em revistas elegíveis à isenção de APC por autores afiliados a países elegíveis, e não como evidência direta de que tais publicações tenham sido efetivamente beneficiadas por isenção. Essa distinção é central para a interpretação dos resultados, uma vez que não existem dados públicos, padronizados ou verificáveis que permitam identificar, artigo a artigo, se a isenção foi concedida, solicitada ou aplicada automaticamente.

Considerando esse enquadramento, observa-se que a produção em revistas elegíveis à isenção na *Springer Nature* apresenta uma elevada concentração geográfica. A Etiópia destaca-se de forma expressiva, com 3.259 artigos publicados, superando amplamente os demais países elegíveis. Em um patamar significativamente inferior, aparecem Uganda (565) e Ucrânia (123), seguidos por Malawi (79), Burkina Faso (66), Ruanda (57) e Iêmen (52). A maioria dos países registra volumes bastante reduzidos, frequentemente inferiores a 50 artigos, como Congo (RDC) (40), Somália (37) e Afeganistão (26), enquanto países como Chade, Libéria, Djibuti e Ilhas Salomão apresentam de um a três artigos. Essa distribuição evidencia que a elegibilidade formal dos países não se traduz automaticamente em uma participação equilibrada na produção científica internacional, mesmo quando as revistas são, em tese, acessíveis por meio de políticas de isenção.

No que se refere às áreas de conhecimento, a Medicina destaca-se como o principal campo de publicação em revistas elegíveis à isenção na *Springer Nature*, com 3.112 artigos. Em seguida, sobressaem-se as áreas Multidisciplinar (415), Ciência Ambiental (298) e Ciências Sociais (286). Áreas das ciências da vida e da saúde, como Imunologia e Microbiologia (221), Bioquímica, Genética e Biologia Molecular (215), Ciências Agrárias e Biológicas (202) e Enfermagem (198), também registram participação significativa. Em contraste, áreas como Ciências da Saúde (7), Matemática (13) e Farmacologia, Toxicologia e Farmacêutica (18) apresentam volumes reduzidos. Esse perfil

disciplinar indica que a presença de autores de países elegíveis em revistas potencialmente isentas concentra-se em campos já fortemente internacionalizados e alinhados a agendas globais de pesquisa, independentemente da efetiva aplicação do benefício financeiro.

Quanto ao desenho da política editorial, a *Springer Nature* informa que há isenção automática de APC para autores correspondentes afiliados a países de baixa renda, bem como descontos disponíveis para países de renda média-baixa, que podem depender de solicitação. No entanto, a ausência de transparência sobre quais artigos efetivamente receberam a isenção impede qualquer inferência causal entre a política declarada e os volumes de publicação observados. Assim, os dados analisados refletem o potencial de acesso, e não o acesso efetivamente concedido, reforçando a limitação estrutural apontada neste estudo quanto à impossibilidade de auditar o impacto distributivo real das políticas de isenção.

Para compreender os resultados quantitativos para além de uma leitura descritiva, no nível macroestrutural do modelo conceitual observa-se que a política de isenção e desconto da *Springer Nature* se alinha à racionalidade utilitarista que orienta o sistema de APCs. A editora combina isenção automática para autores correspondentes de países de baixa renda com descontos de 50% para países de renda média-baixa e, simultaneamente, implementa um piloto de precificação escalonada por país, no qual os valores são definidos por algoritmo após a aceitação do artigo. Embora esse arranjo amplie a cobertura formal, ele mantém o controle estratégico sobre preços e receitas, indicando que as concessões operam como ajustes compatíveis com a sustentabilidade financeira do modelo. Nesse sentido, a política se insere no quadro da globalização perversa, pois administra a inclusão sem alterar as estruturas que produzem assimetrias na circulação do conhecimento.

No nível do mecanismo, a política mistura automação, solicitação manual e critérios algorítmicos. A automação reduz etapas administrativas para parte dos autores; a exigência de pedido e os parâmetros do piloto deslocam o ônus para o pesquisador e limitam a auditabilidade. A exclusão recorrente de periódicos híbridos e transformativos preserva canais baseados em assinatura.

No nível normativo, sob os critérios rawlsianos, a política não assegura igualdade equitativa de oportunidades nem prioriza os autores em pior situação relativa. A produção elegível concentra-se em poucos polos, indicando que mesmo nas periferias existem centros com maior capacidade de inserção científica. A dependência de coautoria internacional reforça esse padrão. Além disso, a ausência de dados públicos que confirmem a aplicação das isenções impede avaliar seu efeito distributivo. Em conjunto, as medidas operam como acomodação das desigualdades, não como alteração estrutural do sistema.

7.1.4 Taylor & Francis

Em continuidade à análise das políticas editoriais de grandes editoras, a política de concessão de descontos e isenções de APC da [Taylor & Francis](#) baseia-se predominantemente em critérios econômicos estabelecidos a partir de classificações do Banco Mundial, combinando categorias de renda nacional e limites de Produto Interno Bruto. A editora não adota o modelo *Research4Life* para fins de APC, mas utiliza uma política própria de elegibilidade por país, complementada por acordos específicos com a rede EIFL. No âmbito dessa política, autores correspondentes com afiliação primária em países classificados como economias de baixa renda e com PIB inferior a 100 bilhões de dólares americanos podem receber isenção integral do APC, enquanto autores de países enquadrados como economias de renda baixa ou média-baixa, com PIB inferior a 200 bilhões de dólares americanos, são elegíveis para desconto parcial de 50%.

Complementando a descrição das condições de elegibilidade da Taylor & Francis, a concessão de isenções e descontos permanece condicionada ao papel do autor correspondente e à submissão a periódicos de AA, excluindo títulos híbridos. Além disso, a aplicação do benefício requer manifestação ativa do autor durante o processo de submissão, na etapa em que o valor do APC é apresentado, e pode envolver verificação adicional ou documentação, especialmente nos casos de isenções discricionárias. Essas práticas, portanto, reforçam o caráter seletivo e procedimental da política, na medida em que o acesso ao benefício depende do país de afiliação, da posição de autoria e do correto cumprimento das etapas administrativas estabelecidas pela editora.

Para consolidar a compreensão das regras da editora, o **Quadro 11** apresenta uma síntese das modalidades de concessão de desconto e isenção de APC adotadas pela *Taylor & Francis* para periódicos de AA dourado, discriminando as modalidades (isenção integral e desconto parcial) e os respectivos países elegíveis. Adicionalmente, inclui observações específicas sobre critérios econômicos e casos excepcionais, como o da Ucrânia, permitindo visualizar de forma integrada como as políticas são operacionalizadas e quais limitações estruturais podem surgir.

Quadro 11 - Taylor and Francis: modalidades de concessão de descontos e isenção de taxas de processamento de artigos para revistas de acesso dourado

Isenção	Desconto
Afeganistão, Burkina Faso, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, Eritreia, Gâmbia, Guiné-Bissau, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Moçambique, Níger, Ruanda, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul, Sudão, República Árabe da Síria, Togo, Uganda, Ucrânia*, República do Iêmen.	Angola, Argélia (retirada em 2025), Benin, Butão, Bolívia, Cabo Verde, Colômbia (retirada em 2025), Camarões, Comores, República do Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Etiópia, Essuatíni, Gana, Guiné, Haiti, Honduras, Jordânia, Quênia, Kiribati, República do Quirguizistão, República Popular Democrática do Laos, Líbano, Lesoto, Maurítânia, Micronésia, Mongólia, Marrocos, Mianmar, Nepal, Nicarágua, Papua Nova Guiné, Samoa, São Tomé e Príncipe, Senegal, Ilhas Salomão, Sri Lanka, Tanzânia, Tajiquistão, Timor-Leste, Tunísia, Uzbequistão, Vanuatu, Zâmbia, Zimbábue.

*A isenção do APC foi temporariamente aumentada para 100% devido à invasão russa da Ucrânia.

**Autores correspondentes com afiliação primária em países definidos pelo Banco Mundial como economias de baixa renda e que também têm um produto interno bruto (PIB) inferior a 100 bilhões de dólares americanos, têm direito a 100% de isenção de APC quando publicam em uma revista completa de acesso aberto.

***Autores correspondentes com afiliação primária em países definidos pelo Banco Mundial como economias de renda baixa ou média-baixa e que também têm um produto interno bruto (PIB) inferior a 200 bilhões de dólares americanos, têm direito a um desconto de 50% no APC.

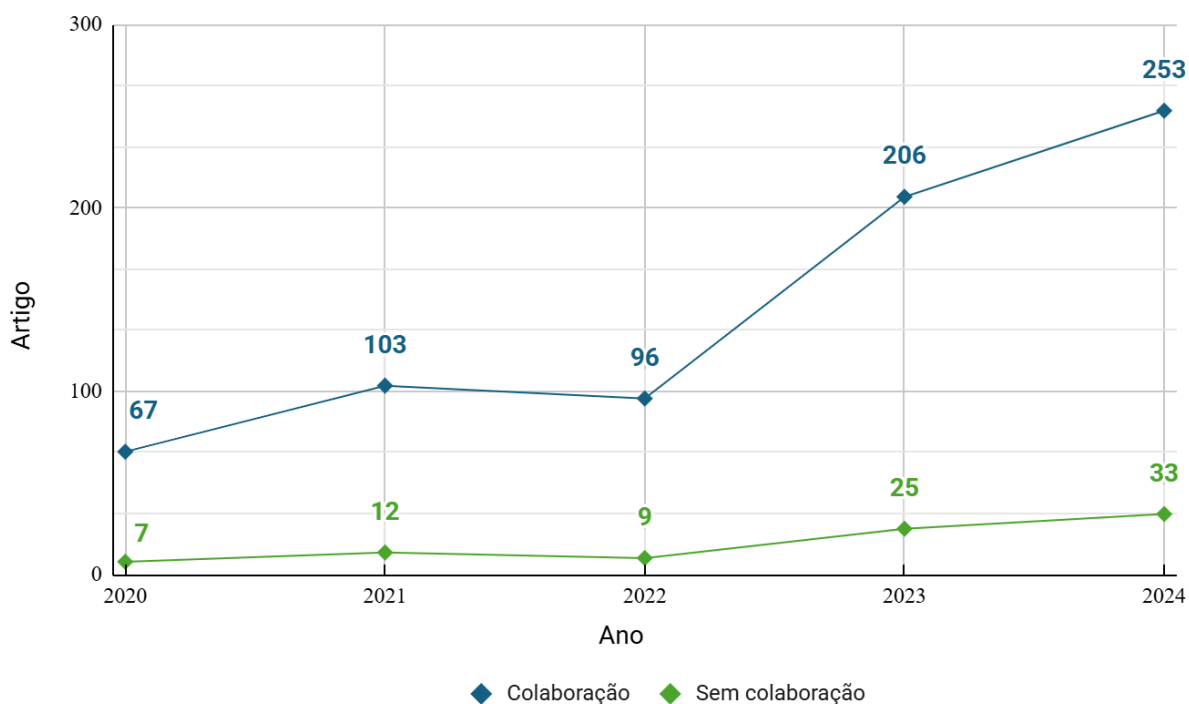
Conforme detalhado no **Quadro 8**, a política da *Taylor & Francis* concede isenção integral (100%) de APC para autores correspondentes de 22 países e oferece desconto parcial (50%) para outros 45 países, todos selecionados com base em critérios rígidos de renda e PIB do Banco Mundial. Além disso, na editora, o benefício não é automático, pois a concessão depende de uma solicitação formal e documentada do autor correspondente durante o processo de submissão, em um sistema que não influencia a revisão por pares, mas impõe ao pesquisador a responsabilidade de requerer o benefício.

Além disso, a complexidade do panorama aumenta ao se considerar editoras adquiridas pelo grupo, que mantêm políticas próprias e fragmentadas. Por exemplo, a

Dove Medical Press (Dovepress) possui um, possui um esquema distinto, oferecendo isenções totais ou parciais com base em uma lista específica de países em desenvolvimento, seguindo uma lógica semelhante, embora não idêntica à da editora-matriz. Nesse esquema, a política abrange 22 países para isenção total (100% do APC) e 44 países para desconto parcial (50% do APC), totalizando 66 nações elegíveis.

O benefício está disponível para publicação em um total de 70 revistas de AA dourado listadas pela editora, abrangendo áreas como medicina, farmácia, pesquisa clínica e ciências da saúde. Para visualizar o impacto dessa política, o **Gráfico 6** quantifica e compara os artigos publicados em AA dourado entre 2020 e 2024, segmentando-os de acordo com a presença ou ausência de coautoria internacional entre autores dos países elegíveis.

Gráfico 6 - Taylor & Francis: quantidade de artigos em acesso aberto dourado publicados com e sem colaboração internacional por países elegíveis a isenção de taxas de APC (2020-2024)



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os dados mostram que, entre 2020 e 2024, autores de países elegíveis à isenção de APC na *Taylor & Francis* publicaram majoritariamente em coautoria internacional, e esse

padrão se manteve estável mesmo com o crescimento expressivo do volume total. Ainda que a produção sem colaboração apresente crescimento gradual, sobretudo a partir de 2023, ela permanece numericamente inferior, indicando que a inserção de autores de países elegíveis na *Taylor & Francis* ocorre majoritariamente por meio de redes colaborativas. Esse comportamento sugere que, mesmo em revistas potencialmente acessíveis por políticas de isenção, a publicação autônoma continua sendo limitada, o que pode estar associado ao fato de que, na *Taylor & Francis*, a concessão de isenção não é automática e, em geral, depende de solicitação e avaliação editorial. Nesse contexto, a necessidade de acionar procedimentos administrativos adicionais pode reforçar a dependência de cooperação internacional e de estruturas institucionais compartilhadas para viabilizar a publicação.

No âmbito do grupo *Taylor & Francis*, os selos *DovePress* e *Routledge* apresentam volumes reduzidos de produção em revistas elegíveis à isenção por autores de países elegíveis no período analisado. Na *DovePress*, observa-se crescimento moderado ao longo dos anos, com predominância de artigos produzidos em colaboração; em 2024, por exemplo, foram registrados 178 artigos com colaboração internacional, frente a 93 publicações sem colaboração. Já na *Routledge*, os números permanecem consistentemente baixos tanto para artigos colaborativos quanto para aqueles sem colaboração ao longo de todo o período analisado, indicando participação residual de autores de países elegíveis. Em conjunto, os dados sugerem que, mesmo dentro do mesmo grupo editorial, a presença de autores de países elegíveis varia significativamente entre os selos, e que a elegibilidade formal à isenção, por si só, não assegura acesso efetivo à publicação sem a mediação de redes colaborativas ou de maior inserção institucional.

Do ponto de vista dos países, na *Taylor & Francis*, a Etiópia destaca-se amplamente, com 781 artigos publicados de forma autônoma. Em seguida, aparecem Gana (145) e Sérvia (98), seguidos por Palestina (63), Tanzânia (38), Quênia (33) e Uganda (30). A maioria dos países apresenta volumes reduzidos, como Nepal (22), Ucrânia (21), Malawi (15), Botsuana e Geórgia (11 cada), Albânia (8), Namíbia e Zâmbia (7 cada) e Zimbábue (6). Quanto as áreas de conhecimento, observa-se predominância da Medicina, com 969

artigos publicados sem colaboração, seguida por *Enfermagem* (178) e *Ciência Ambiental* (171).

Quanto a observação dos dados a partir do modelo conceitual da pesquisa, no nível macroestrutural, a política da *Taylor & Francis* baseia-se em critérios de renda e de Produto Interno Bruto definidos pelo *World Bank*, restringe os benefícios a periódicos de acesso aberto e adota o autor correspondente como referência para elegibilidade. Esse desenho preserva a sustentabilidade financeira e o controle operacional do sistema editorial, alinhando-se à racionalidade utilitarista que orienta o modelo de APCs ao permitir acesso condicionado sem alterar sua base econômica.

No nível do mecanismo, a isenção ou o desconto dependem de solicitação do autor durante a submissão e podem exigir verificação adicional. O acesso ao benefício passa a depender do cumprimento de etapas administrativas, o que tende a favorecer pesquisadores com maior apoio institucional. A existência de políticas distintas entre selos do grupo, como a *Dovepress* e a *Routledge*, reforça a fragmentação das regras e dificulta a padronização do acesso.

No nível normativo, à luz da justiça como equidade, os resultados indicam limites para a igualdade de oportunidades e para a priorização dos pesquisadores em situação mais desfavorável. A publicação ocorre majoritariamente por meio de colaboração internacional, o que sugere que a elegibilidade formal não garante acesso efetivo. Observa-se concentração da produção em poucos países, indicando que a periferia é heterogênea e que existem polos regionais de maior capacidade científica. A ausência de dados públicos sobre quais artigos receberam isenção impede verificar o impacto distributivo da política. Em síntese, a política tende a manter a estrutura existente de participação científica, com alcance restrito para a redução das desigualdades.

7.1.5 Wiley

Conforme dados do [site institucional](#) da editora, a *Wiley* estrutura sua principal política de equidade por meio de uma parceria com o programa *Research4Life*. Esse modelo concede isenções e descontos automáticos nas APCs para autores correspondentes de instituições em países de baixa e média renda que publiquem em

seus periódicos de AA dourado. A elegibilidade é determinada automaticamente pelo sistema de submissão com base na afiliação do autor correspondente, sem necessidade de solicitação por parte do pesquisador. O **Quadro 12** resume as duas modalidades de benefício no âmbito dessa parceria:

Quadro 12 - Wiley: modalidades de concessão de descontos e isenção de taxas de processamento de artigos para revistas de acesso dourado

Isenção (automática)	Desconto (automático)
<p>Afeganistão, Angola, Bangladesh, Belize (retirada em 2025), Benin, Butão, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camboja, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, Congo, Ilhas Cook, Costa do Marfim, Djibuti (incluída em 2025), Cuba (retirada em 2025), República Popular Democrática da Coreia (retirada em 2025), República Democrática do Congo, Djibouti, Dominica, Guiné Equatorial, Eritreia, Essuatíni, Etiópia, Gâmbia, Gana, Granada, Guiné, Guiné-Bissau, Guiana, Haiti (retirado em 2025), Irã, Quênia, Kiribati, Quirguistão, República Democrática Popular do Laos, Líbano, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Maldivas, Mali, Ilhas Marshall, Maurítânia, Micronésia, Moçambique, Mianmar, Nauru, Nepal, Nicarágua (retirada em 2025), Níger, Niue, Palau, Estado de Palestina (Incluído em 2025), Papua Nova Guiné, República da Moldávia, Ruanda, Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha (atualizado em 2025), Santa Lúcia (retirado em 2025), São Vicente e Granadinas (retirado em 2025), Samoa, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Ilhas Salomão, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Suriname (retirado em 2025), República Árabe da Síria, Tadjiquistão, Timor-Leste, Togo, Toquelau, Tonga, Tuvalu, Uganda, Ucrânia, República Unida da Tanzânia, Vanuatu, Iémen, Zâmbia, Zimbábue.</p>	<p>Albânia, Argélia, Antígua e Barbuda (retirado em 2025), Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Bolívia (retirado em 2025), Bósnia Herzegovina, Botsuana, Colômbia (retirado em 2025), Equador (retirado em 2025), Egito, El Salvador (retirado em 2025), Fiji, Gabão, Geórgia, Guatemala (retirado em 2025), Honduras (retirado em 2025), Iraque, Jamaica (retirado em 2025), Jordânia, Kosovo, Líbia, Maurício, Mongólia, Montenegro, Marrocos, Namíbia, Nigéria, Macedônia do Norte, Paquistão, Paraguai (retirado em 2025), Peru (retirado em 2025), São Cristóvão e Nevis (retirado em 2025), Sérvia, Seychelles, Sri Lanka, Tunísia, Uzbequistão, Venezuela (retirado em 2025), Vietnã, Cisjordânia (retirado em 2025) e Faixa de Gaza (retirado em 2025).</p>

*Autores correspondentes baseados nos seguintes países/locais são elegíveis para receber uma isenção automática para APCs ao publicar em um periódico de acesso aberto da Wiley.

**Dispensas automáticas somente serão aplicadas caso o autor correspondente solicite isenção na etapa de pagamento durante a submissão do artigo.

***Autores correspondentes baseados nos seguintes países/locais são elegíveis para receber um desconto de 50% em APCs* ao publicar em um periódico Wiley Open Access.

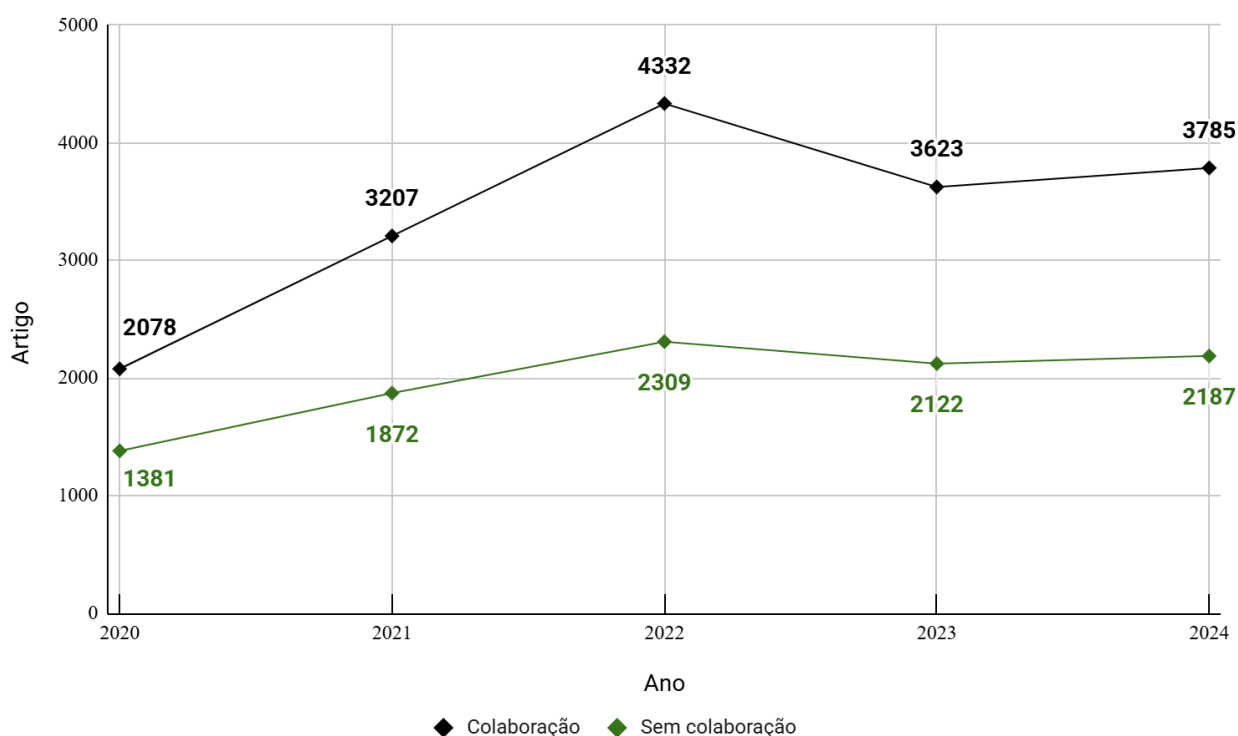
****Descontos automáticos só poderão ser aplicados se o autor correspondente optar por pagar diretamente ou providenciar o pagamento na etapa de pagamento durante a submissão do artigo.

*****A elegibilidade é determinada com base no endereço de cobrança fornecido pelo autor.

Conforme a política da editora, 77 países e localidades são elegíveis para isenção automática (100%) do APC, enquanto 29 países recebem desconto automático de 50%

aplicados sem necessidade de solicitação pelo autor. Além do modelo *Research4Life*, a *Wiley* anunciou, para vigorar a partir de janeiro de 2025, um piloto de paridade intitulado *Open Access Pricing Power Parity Pilot* (OAPPP Pilot), direcionado a 33 países da América Latina e Caribe. Semelhante aos projetos da *Elsevier* (o GPOA) e da *Springer Nature*, este piloto estabelece descontos variados (de 0% a 100%) calculados com base no Índice de Poder de Compra (IPC) de cada país, aplicando-se automaticamente a submissões em cerca de 600 periódicos *full open access*. Essa iniciativa representa um movimento da editora no sentido de adotar uma precificação mais graduada e contextualizada, embora, como seus equivalentes, mantenha-se restrita a um conjunto específico de revistas e exclua os títulos híbridos de seu portfólio. O **Gráfico 7** apresenta a quantidade de artigos em AA dourado publicado por países elegíveis a isenção com e sem coautoria de países do Norte Global:

Gráfico 7 - Wiley: quantidade de artigos em acesso aberto dourado publicados com e sem colaboração internacional por países elegíveis a isenção de taxas de APC (2020-2024)



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No caso da *Wiley*, observa-se o maior volume de produção científica entre todas as editoras analisadas, o que se relaciona diretamente ao fato de ser a editora que

disponibiliza o maior número de periódicos elegíveis à isenção, totalizando 168 títulos incluídos nesta análise. Nesse contexto, ao longo do período de 2020 a 2024, a produção em revistas elegíveis apresenta volumes consistentemente elevados, tanto em artigos com colaboração internacional quanto naqueles produzidos sem colaboração. Em particular, no ano de 2024, foram registrados 3.785 artigos com colaboração internacional, frente a 2.187 artigos sem colaboração.

Em termos de distribuição geográfica, os dados revelam uma elevada concentração da produção científica em poucos países elegíveis. Nesse cenário, o Irã destaca-se amplamente como o principal país de origem das publicações, totalizando 4.452 artigos, seguido pela Etiópia, com 2.127 artigos publicados. Em um patamar inferior, mas ainda expressivo, aparecem Gana (642), Bangladesh (469), Quênia (382), Nepal (377) e Camarões (297). Por outro lado, a maior parte dos demais países apresenta volumes consideravelmente menores, muitos abaixo de 100 artigos, compondo uma longa cauda de baixa produção, que inclui países como Tanzânia (175).

Conforme a estrutura do modelo conceitual, no nível macroestrutural, a política da *Wiley* funda-se em critérios econômicos internacionais e em parcerias como a *Research4Life*. A editora aplica isenções e descontos automáticos para autores correspondentes de países elegíveis e, em paralelo, testa um piloto de precificação por poder de compra (OAPPP) voltado a um conjunto limitado de periódicos. Títulos híbridos ficam fora do escopo. Esse desenho preserva receitas e controle editorial enquanto amplia, de forma circunscrita, o acesso potencial à publicação.

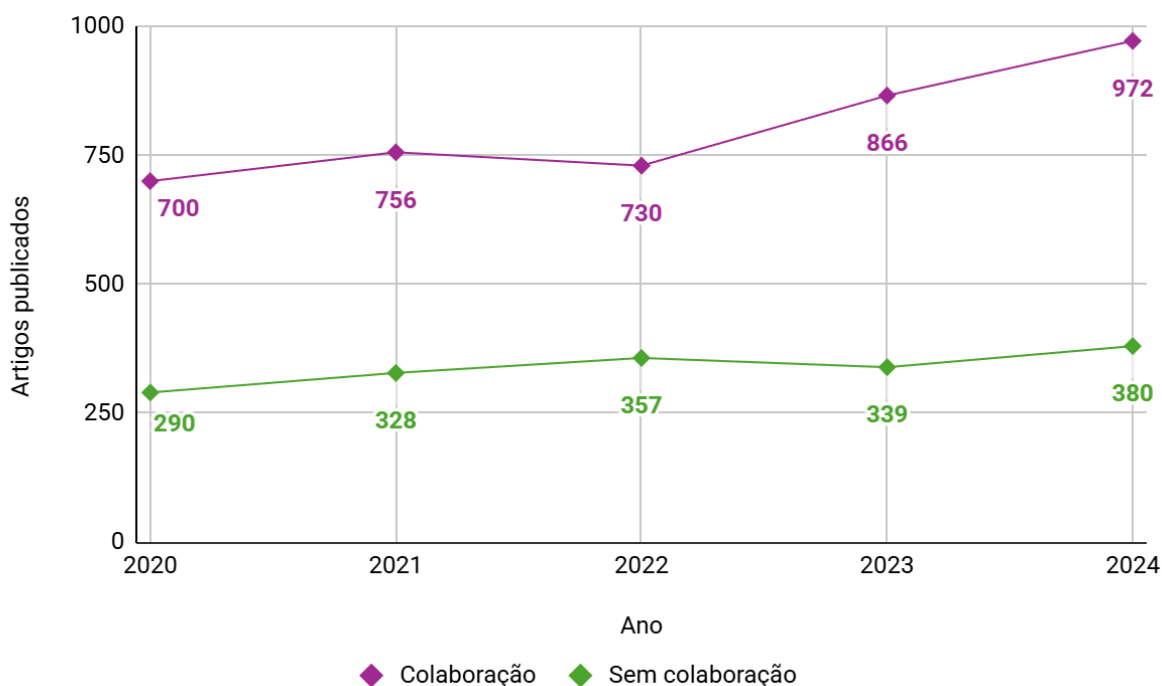
No nível do mecanismo, a elegibilidade é majoritariamente determinada pelo sistema de submissão com base na afiliação ou no endereço informado do autor correspondente. Algumas modalidades exigem ação do autor na etapa de pagamento e há regras que impedem a acumulação de benefícios. A aplicação permanece restrita a conjuntos específicos de periódicos. Esses procedimentos reduzem barreiras administrativas em parte dos casos, mas mantêm exigências operacionais que favorecem autores com maior apoio institucional e reforçam a centralidade das redes de colaboração internacional.

No nível normativo, avaliado à luz da justiça como equidade, a política apresenta limites tanto para a igualdade de oportunidades quanto para o princípio da diferença. A produção concentra-se em poucos países, com destaque para Irã e Etiópia, o que sugere a presença de centros científicos na própria periferia, enquanto a maior parte dos países mantém baixa participação. A inexistência de dados públicos que permitam identificar quais artigos receberam isenção impede a verificação do impacto distributivo. Assim como nas demais editoras analisadas, sua formulação e operacionalização alinham-se à racionalidade utilitarista que orienta o sistema de APCs.

7.1.6 *Diamante*

A análise da produção científica em periódicos classificados como AA diamante no *DOAJ*, associados às editoras *Elsevier*, *Sage*, *Springer Nature*, e *Taylor & Francis*, evidencia um padrão editorial similar daquele observado nos modelos baseados em AA dourado. No período de 2020 a 2024, esses periódicos apresentaram crescimento consistente da produção com colaboração internacional, que passou de 700 artigos em 2020 para 972 em 2024, ao mesmo tempo em que a produção sem colaboração variou entre 290 (2020) e 380 (2024) artigos, apresentando maior estabilidade. O **Gráfico** apresenta uma representação gráfica dos dados:

Gráfico 8 - Diamante: quantidade de artigos em acesso aberto diamante publicados com e sem colaboração internacional por países elegíveis a isenção de taxas de APC (2020-2024)



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

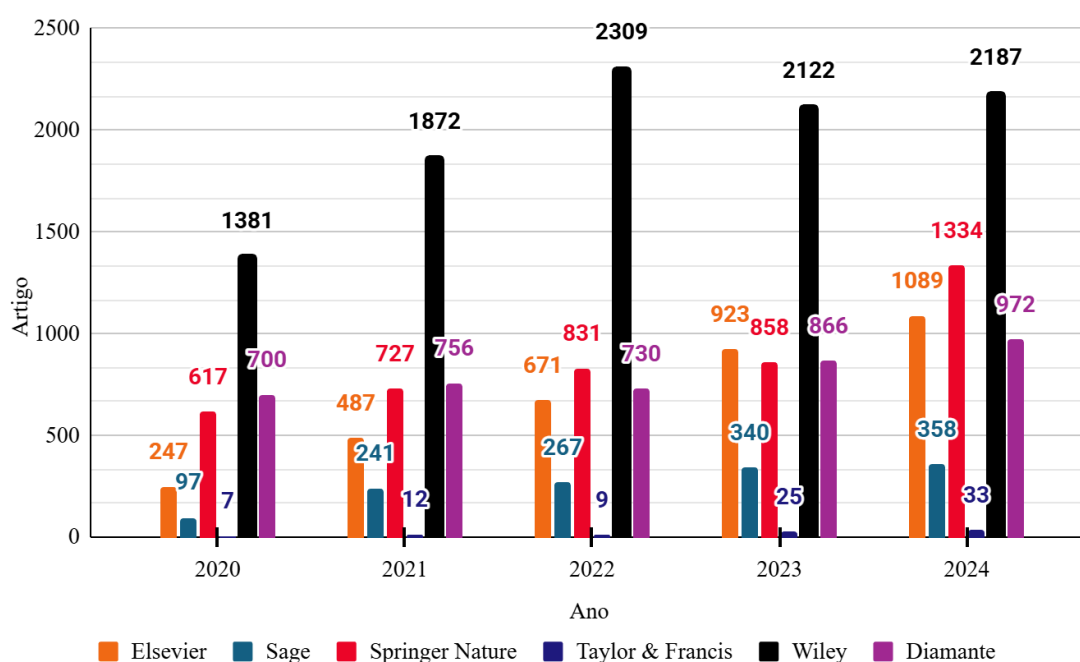
No que se refere às áreas de conhecimento, observa-se que os periódicos diamante dessas editoras concentram a produção científica, principalmente, em campos historicamente consolidados no sistema científico internacional. Nesse contexto, a Física e Astronomia lidera a produção com colaboração internacional, totalizando 1.976 artigos, seguida pela Medicina (1.196) e pela Engenharia (1.007). Por sua vez, na produção sem colaboração internacional, a Medicina ocupa a primeira posição, com 866 artigos, acompanhada novamente por Física, Engenharia e Ciências Agrárias e Biológicas. Esse padrão evidencia que, embora o modelo diamante elimine barreiras financeiras diretas à publicação, ele não promove alterações substantivas na hierarquia disciplinar previamente estabelecida, permanecendo centrado em áreas com maior tradição editorial, infraestrutura científica consolidada e inserção internacional.

Entre os países elegíveis à isenção, o Irã se destaca de forma expressiva como o principal polo de produção sem colaboração internacional, com 902 artigos publicados, seguido, a grande distância, por Nigéria (323), Bangladesh (71), Gana (42) e Etiópia (39). Esse padrão sugere que, no modelo diamante, determinados países do Sul Global com

maior capacidade científica instalada conseguem mobilizar canais de publicação autônoma em revistas que não cobram APC. No entanto, ao se observar a produção com colaboração internacional, o protagonismo iraniano se mantém, como se intensifica, com 1.599 artigos, ao passo que países de alta renda e maior centralidade científica, como Estados Unidos (1.125), Alemanha (1.082), China (1.069), Itália (1.003), Reino Unido (995) e França (981), passam a ocupar posições de destaque nesse tipo de produção.

O caso da China, embora classificada como país do Sul Global, apresenta um quantitativo expressivo de publicações com colaboração internacional nos periódicos diamante analisados. Esse dado evidencia que a categoria “Sul Global” não é homogênea, e que países com forte investimento estatal em ciência e tecnologia ocupam posições diferenciadas na estrutura global da comunicação científica, reforçando a dinâmica de centros e periferias. Nesse contexto, a China configura-se como um centro científico do Sul Global em termos de produção, inclusive quando se trata de revistas diamante vinculadas às quatro editoras científicas contempladas na amostra. O **Gráfico 9** apresenta o quantitativo de artigos publicados por autores elegíveis à isenção de APC, distinguindo a produção entre o AA dourado (que envolve cobranças de APC) e o AA diamante (modelo isento de taxas tanto para autores quanto para leitores).

Gráfico 9 - Quantitativo de artigos publicados por países elegíveis a isenção de taxas de APC em acesso aberto dourado e acesso aberto diamante* entre 2020-2024



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O **Gráfico 9** apresenta, por ano, o quantitativo de artigos publicados na modalidade AA dourado (separado por editora: *Elsevier*, *Sage*, *Springer Nature*, *Taylor & Francis* e *Wiley*) e na modalidade AA diamante (apresentado em um valor consolidado para as editoras selecionadas *Elsevier*, *Sage*, *Springer Nature*, *Taylor & Francis**).

A visualização possibilitou confrontar, em termos de volume de produção científica gerada, os efeitos concretos de dois modelos de negócio radicalmente distintos que coexistem no ecossistema do AA. Observa-se que a diferença nos volumes de publicação sem colaboração internacional é substancialmente menor do que aquela verificada na produção com colaboração internacional, em todas as editoras analisadas, o que configura um achado central para a compreensão dos impactos das políticas de isenção de APC. Enquanto a *Wiley*, que adota a concessão automática, e a *Springer Nature*, cujo modelo é parcialmente automatizado, apresentam volumes de publicação na ordem dos milhares de artigos, por outro lado, a *Taylor & Francis*, cuja política depende de solicitação ativa por parte do autor, registra quantitativos significativamente inferiores, limitados a dezenas de publicações. Essa assimetria, portanto, não pode ser interpretada como um efeito residual ou contingente, mas como resultado direto da arquitetura das políticas adotadas, corroborando a hipótese formulada no nível 2 do modelo analítico da pesquisa.

Sob uma perspectiva utilitarista, nos termos formulados por Mill (2005), a concessão automática de isenções passa a operar segundo uma lógica de eficiência sistêmica. Ao eliminar a necessidade de solicitação individual, esse modelo tende a reduzir custos administrativos, tanto para autores quanto para editoras, ao mesmo tempo em que amplia o alcance potencial da política, maximizando o número de publicações oriundas de países elegíveis. Nesse sentido, os elevados volumes registrados pela *Wiley* sugerem que a redução de atritos burocráticos contribui para o aumento da utilidade agregada do sistema, ainda que tal expansão ocorra sem o questionamento da estrutura econômica subjacente do mercado editorial científico.

Em contraste com os modelos de concessão automática, a exigência de solicitação formal, tal como praticada pela *Taylor & Francis*, introduz uma barreira administrativa adicional que opera como mecanismo de filtragem da demanda. Nessa configuração institucional, apenas autores com maior capital institucional, acesso a suporte administrativo ou elevado grau de familiaridade com os procedimentos editoriais tendem

a conseguir acessar o benefício, o que contribui para a redução substancial dos volumes de publicação observados. Sob a ótica utilitarista da própria editora, essa estratégia pode ser interpretada como um arranjo de equilíbrio entre a manutenção de uma imagem discursiva de inclusão e a contenção da renúncia financeira associada à concessão de isenções.

Quando analisada sob a perspectiva da teoria da justiça como equidade, de Rawls (2003), a concessão automática aproxima-se do princípio da igualdade equitativa de oportunidades, na medida em que remove obstáculos não relacionados ao mérito científico e permite que pesquisadores de instituições com menos recursos disputem o acesso à publicação em condições menos assimétricas. Nesse sentido, o crescimento expressivo observado em editoras com modelos automáticos ou semiautomáticos sugere que a diminuição de barreiras procedimentais favorece uma distribuição mais ampla das oportunidades de publicação. Em contrapartida, a exigência de solicitação ativa constitui um obstáculo que não decorre da qualidade da pesquisa, mas da capacidade do autor de navegar por exigências burocráticas, o que, à luz do referencial rawlsiano, resulta em uma violação sistemática do princípio da igualdade equitativa de oportunidades. Corroborando essa interpretação, os dados da *Taylor & Francis* evidenciam que tal barreira pode restringir, de forma significativa, a publicação independente de autores elegíveis, favorecendo desproporcionalmente aqueles inseridos em instituições periféricas mais estruturadas ou em redes internacionais já consolidadas.

Esse contraste, por sua vez, também pode ser interpretado com base no conceito de globalização perversa proposto por Santos (2022). Inseridas no interior de um mesmo sistema global marcado por assimetrias estruturais, as políticas editoriais operam como instrumentos de mediação com funções distintas. Nesse contexto, a concessão automática atua como um amortecedor técnico que, embora não altere a lógica de mercantilização da ciência, busca mitigar uma de suas expressões mais evidentes. Em sentido oposto, a política baseada em solicitação transforma a inclusão em um ato condicionado e negociado, materializando, no cotidiano do pesquisador periférico, a assimetria de poder que caracteriza a relação centro-periferia. Assim, a isenção deixa de ser um direito associado à elegibilidade e passa a configurar uma concessão contingente, que depende de iniciativa, comprovação e aceitação por parte da editora.

Dessa forma, os volumes de publicação independente observados refletem diferenças quantitativas entre editoras, como também expressam, de maneira concreta, os efeitos normativos e distributivos decorrentes do desenho das políticas de isenção. Nesse sentido, tais políticas, ainda que possam minimizar determinadas barreiras de acesso, mostram-se insuficientes para promover justiça distributiva em sentido forte e acabam por operar como mecanismos de legitimação simbólica, limitando-se a alterar parcialmente as dinâmicas excludentes que estruturam o sistema global de comunicação científica.

Os resultados, mesmo passados onze anos desde o estudo de Lawson (2015), confirmam a permanência da prática de não conceder isenções ou descontos de APC a autores em revistas de tipologia híbrida. De modo convergente, observa-se a continuidade das modalidades de concessão discutidas por Burchardt (2014), uma vez que editoras que não adotam descontos automáticos, como a *Taylor & Francis*, seguem mantendo esse modelo restritivo, e nenhuma das editoras selecionadas neste estudo oferece descontos automáticos específicos para autores com dificuldades financeiras. No que se refere às áreas de conhecimento, os achados desta pesquisa contrastam com o estudo de Larose e Mittal (2023), que indica maior concentração de publicações de autores de países elegíveis nas humanidades e nas ciências sociais. Nas editoras aqui analisadas, contudo, autores oriundos de países elegíveis publicam predominantemente nos campos da Medicina, da Física e Astronomia, revelando um padrão disciplinar distinto daquele apontado pela literatura recente.

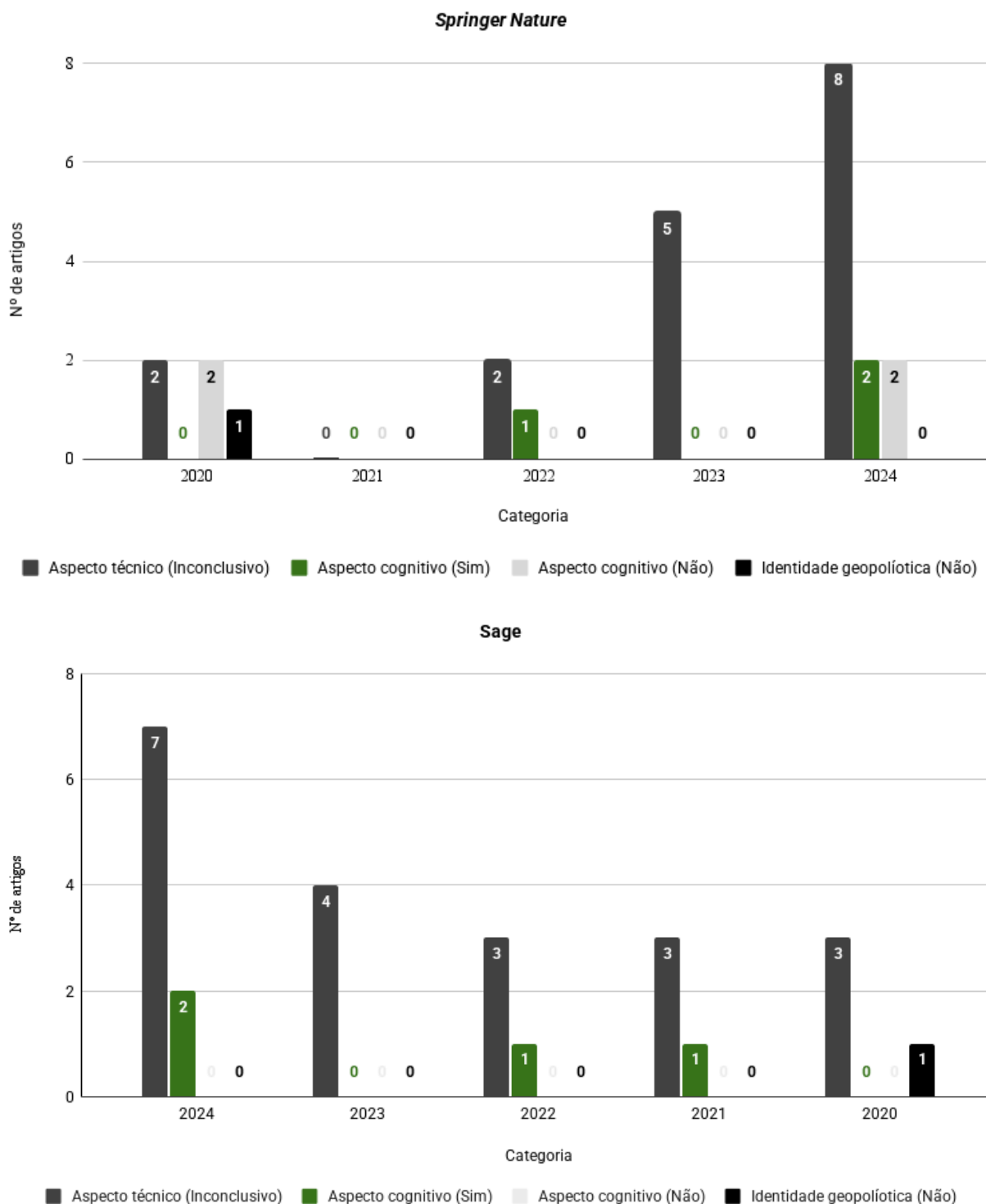
Por fim, é necessário reconhecer de forma explícita as limitações metodológicas da análise. Em particular, a ausência de dados administrativos detalhados disponibilizados publicamente pelas editoras sobre o número efetivo de isenções concedidas inviabiliza inferências causais diretas entre o desenho da política editorial e os padrões empíricos de comportamento de publicação. Ainda assim, mesmo diante dessa restrição, os padrões observados apresentam consistência interna suficiente para sugerir que as políticas de isenção operam predominantemente como medidas paliativas, inseridas em uma lógica mercantil-utilitarista, mitigando desigualdades pontuais, mas sem produzir justiça distributiva substantiva no sistema global de comunicação científica.

7.2 Resultados da análise qualitativa: isenções de APC, não transparência institucional e evidências empíricas de dados inconclusivos na pesquisa genética

No plano da análise qualitativa, a etapa da pesquisa, realizada por meio de questionário estruturado aplicado a pesquisadores da área de genética que publicaram em periódicos da *Springer Nature* e da *Sage* formalmente elegíveis à isenção de APC, foi concebida deliberadamente como uma estratégia para atenuar a ausência de dados públicos sistematizados ou oficialmente concedidos pelas editoras, conforme já problematizado no trecho da pesquisa dedicado às limitações do estudo. Todavia, os resultados obtidos reiteram, como confirmam empiricamente, as limitações antecipadas no plano teórico, reforçando a hipótese central de que as políticas de isenção operam em um ambiente estruturalmente assimétrico, caracterizado por baixa transparência institucional.

Do conjunto total de publicações analisadas, observa-se uma distribuição marcadamente desigual entre respostas positivas, negativas e, sobretudo, inconclusivas, conforme evidenciado no (**Gráfico 10**). Uma parcela minoritária dos autores respondentes (sete pesquisadores) confirmou ter recebido isenção de APC, em alguns casos associada a mecanismos automáticos claramente identificáveis, sendo a maioria desses casos (quatro publicações) vinculada a periódicos da *Sage*. Entre os respondentes, destaca-se que só o Pesquisador 1, que publicou na revista *Bioinformatics and Biology Insights da Sage*, informou ter recebido isenção automática. Esses registros positivos correspondem a situações em que a política aproximou-se de um funcionamento redistributivo mínimo, atuando na redução de barreiras financeiras imediatas à publicação.

Gráfico 10 - Recebimento de isenção de APC segundo relato dos pesquisadores em artigos de genética publicados na Sage e na Springer Nature (2020-2024)



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em contraste com os poucos registros positivos, as respostas negativas revelam um padrão particularmente relevante para a análise do segundo nível do modelo analítico adotado. De modo recorrente, diversos autores declararam desconhecer a possibilidade de isenção, não ter clareza quanto à própria elegibilidade ou, ainda, ter optado pelo pagamento integral do APC diante da ausência de uma oferta clara do benefício. Nesse sentido, dois pesquisadores que publicaram na *Springer Nature*, o Pesquisador 2 e o Pesquisador 5, informaram explicitamente que desconheciam a existência de qualquer possibilidade de isenção de APC. Na mesma editora, o Pesquisador 10 afirmou que “não teria certeza se qualificaria” para o recebimento do benefício, o que evidencia uma insegurança objetiva quanto aos critérios de elegibilidade e ao funcionamento concreto das políticas de isenção.

Tais relatos, quando considerados em conjunto, indicam que a política de isenção, sobretudo quando depende de solicitação ativa do autor ou de conhecimento prévio das regras, viola o princípio da igualdade equitativa de oportunidades formulado por Rawls (2003). A exigência implícita de “saber que a política existe” ou de interpretar corretamente critérios pouco transparentes atua, assim, como um filtro institucional, favorecendo pesquisadores com maior capital informacional e institucional. Esse achado dialoga diretamente com Smith *et al.* (2021), que apontam a rigidez das regras editoriais para concessão de isenção, bem como com Rouhi, Beard e Brundy (2022), que destacam a burocratização do processo de solicitação do benefício.

De modo convergente a esse padrão, o pesquisador 11 declarou que “pelo que sei, não há cobrança para publicar na *Community Genetics*”, indicando desconhecimento sobre a existência de APC na revista. Esse tipo de percepção sugere que o custo de publicação pode ter sido absorvido por mecanismos institucionais, como ATs entre editoras e universidades, sem que o autor tivesse clareza sobre esse processo. Tal resposta aponta para um cenário de não transparência na comunicação das políticas de APC, no qual os pesquisadores não conseguem identificar com precisão se houve isenção, desconto ou cobertura institucional. Essa opacidade corrobora o argumento de Shieber (2009), segundo o qual os custos de publicação tendem a ser invisibilizados em modelos de AA financiados institucionalmente, fazendo com que o autor não perceba diretamente o pagamento das APCs.

No caso da Sage, em consonância com o padrão de opacidade e filtragem institucional anteriormente descrito, um dos respondentes explicitou de forma particularmente elucidativa como os critérios operacionais da política de isenção podem atuar, na prática, como barreiras ao acesso efetivo ao benefício. Segundo o pesquisador 14:

“[...] esta publicação teve origem na minha pesquisa de doutorado. Embora eu residisse em Gana na época da publicação, minha principal afiliação institucional permaneceu sendo o Laboratório [trecho ocultado para evitar identificação do autor] na China [trecho ocultado para evitar identificação do autor], onde realizei meus estudos de doutorado. Além disso, o autor correspondente [trecho ocultado para evitar identificação do autor] (meu orientador de doutorado), não é ganês; portanto, a isenção para publicação não se aplicou neste caso”.

Esse relato, portanto, evidencia que, no caso da Sage, a concessão de isenção está vinculada prioritariamente à afiliação institucional do autor correspondente, e não à nacionalidade, origem social ou trajetória acadêmica do pesquisador que efetivamente produziu o trabalho. Como consequência direta desse critério, mesmo sendo ganês e, dessa forma, pertencente a um país formalmente elegível, o autor não teve acesso ao benefício em razão de sua vinculação institucional a uma universidade chinesa e da designação de um autor correspondente não elegível. O caso ilustra, de maneira empírica e concreta, como a forma atual de operacionalização das isenções, ao privilegiar critérios administrativos e institucionais em detrimento da condição socioeconômica do pesquisador, pode excluir pesquisadores do Sul Global que realizam sua formação ou atuação em instituições estrangeiras. Desse modo, em vez de promover equidade, a política acaba por reproduzir e reforçar barreiras estruturais no acesso à publicação em AA, operando como mecanismo de seleção institucional dentro do próprio Sul Global.

O conjunto mais expressivo de casos, por sua vez, é composto por respostas inconclusivas, decorrentes de endereços eletrônicos inválidos, ausência de resposta, caixas de entrada cheias ou impossibilidade de contato com autores correspondentes. Além disso, o fato de apenas *Springer Nature* e *Sage* apresentarem artigos de autores elegíveis na área de genética no período de cinco anos analisado, conforme identificado a partir da *OpenAlex*, reforça a existência de um problema de visibilidade seletiva da

produção científica. Esse padrão aproxima-se diretamente do que Araújo, Silva e Simeão (2025) descrevem como lacunas epistêmicas produzidas por sistemas que não registram nem divulgam informações essenciais, o que dificulta análises comparativas consistentes e a avaliação do impacto distributivo das políticas editoriais. Dessa maneira, o resultado observado não deve ser interpretado como uma simples limitação metodológica, mas como evidência empírica de um fenômeno estrutural de não transparência dos dados. Assim como ocorre com os *dark data* e os resultados não notificados descritos pelos autores (Araújo; Silva; Simeão, 2025), as informações sobre isenções de APC existem nos sistemas internos das editoras, porém não são disponibilizadas publicamente de forma sistemática, auditável ou acessível à pesquisa científica independente.

Essa não transparência corrobora o diagnóstico do segundo nível do modelo conceitual. Sob uma perspectiva utilitarista, nos termos de Mill (2005), a ausência de dados públicos inviabiliza a realização de qualquer cálculo rigoroso da utilidade social das políticas de isenção, transformando a alegada benevolência editorial em um mecanismo opaco e não verificável. Já sob a ótica rawlsiana (2003), a falta de transparência compromete diretamente a possibilidade de avaliar se o princípio da diferença está sendo atendido, isto é, se as políticas de fato beneficiam os pesquisadores em posições menos favorecidas. Além disso, a dependência de solicitações individuais e a inexistência de relatórios públicos sobre beneficiários acentuam o caráter seletivo e assimétrico do sistema.

No plano macroestrutural, os resultados do questionário dialogam de forma direta com a leitura de Milton Santos (2022). A impossibilidade de rastrear sistematicamente quem recebe isenção e sob quais condições ilustra como as técnicas da informação, concentradas em grandes conglomerados editoriais, produzem um território informacional marcado pela não transparência, no interior do qual a retórica do AA como democratização coexiste com práticas que reproduzem a dependência dos países periféricos. Nesse sentido, a globalização perversa manifesta-se, nesse contexto, na cobrança de APCs e, sobretudo, na gestão assimétrica da informação sobre exceções e benefícios concedidos.

De modo geral, a análise do questionário confirma de forma parcial a conclusão lógica do modelo conceitual. As políticas de isenção de APC, quando operam sob uma

racionalidade mercantil utilitarista e se inserem em um contexto de globalização perversa, tendem a funcionar como mecanismos paliativos e pouco transparentes. Nesse sentido, a predominância de dados inconclusivos não fragiliza a análise; ao contrário, constitui uma evidência empírica de que o sistema editorial comercial não é estruturado para ser avaliado segundo critérios de justiça distributiva. Além disso, a impossibilidade de verificar se a isenção poderia ter sido aplicada em outras condições reforça a crítica quanto à ausência de transparência sobre o quantitativo de isenções e descontos efetivamente concedidos pelas editoras (Butler *et al.*, [2023](#)).

Com isso, os dados qualitativos também convergem com as análises de Rouhi, Beard e Brundy ([2022](#)), ao evidenciar barreiras relacionadas à ausência de comunicação clara sobre os programas de isenção e à burocracia inerente à sua aplicação, bem como à necessidade de revisão das políticas vigentes, uma vez que os mecanismos de concessão não são auditáveis e dificultam a avaliação de seu potencial inclusivo. Nesse quadro, os resultados qualitativos e quantitativos deste estudo corroboram empiricamente as limitações apontadas por esses autores. Tal constatação reforça a necessidade de políticas baseadas na concessão automática de isenções e descontos, no fortalecimento da transparência institucional e na revisão dos modelos atualmente implementados, além da ampliação de estratégias alternativas, como o AA diamante e as redes regionais de publicação, capazes de deslocar a lógica dominante e ampliar, de forma substantiva, a equidade na comunicação científica.

Os resultados empíricos aqui apresentados, interpretados à luz do modelo conceitual eclético, confirmam uma conclusão teórica de que as políticas de isenção de APC, concebidas e operacionalizadas no interior de um sistema editorial dominado por racionalidades mercantis, tendem a reproduzir, mais do que a corrigir, as assimetrias estruturais que caracterizam a comunicação científica global. Importante ressaltar que essa conclusão somente é possível para o universo analisado na pesquisa. Essa inferência articula três movimentos analíticos convergentes. Primeiro, a leitura de Santos ([2022](#)) sobre a globalização perversa evidencia como as técnicas da informação, a lógica do território do dinheiro e as fábulas ideológicas legitimam práticas que aparentam inclusão, enquanto mantêm dinâmicas de dependência entre centros e periferias.

Segundo, a interpretação utilitarista inspirada em Mill (2005) esclarece a razão pela qual editoras e modelos de negócio justificam as APCs como instrumentos de utilidade agregada, tratando as isenções como ajustes instrumentais que não podem, segundo essa lógica, prejudicar o retorno econômico. Terceiro, do ponto de vista rawlsiano, a baixa transparência dos dados compromete a verificação empírica de seus efeitos sobre os pesquisadores em posições menos favorecidas, dificultando a avaliação do cumprimento do princípio da diferença.

A centralidade epistemológica dos dados nulos, negativos e inconclusivos, tal como evidenciada neste estudo e diagnosticada por Araújo, Silva e Simeão (2025), merece destaque teórico, pois a ausência de transparência não constitui um ruído metodológico, mas um componente do arranjo estrutural do sistema editorial. A não disponibilização sistemática de registros sobre beneficiários e critérios de concessão constitui evidência de que o sistema foi desenhado para operar independentemente da auditabilidade pública, preservando uma assimetria informacional que tende a favorecer os atores centrais do sistema científico.

A leitura integrada dos resultados quantitativos e qualitativos permite identificar um padrão consistente no funcionamento das políticas de isenção de APC nas editoras analisadas. Embora apresentem arranjos operacionais distintos, tais políticas ampliam o acesso formal à publicação sem produzir alterações substantivas na distribuição global da produção científica. Lawson (2015) já apontava, ao analisar a iniciativa da *Jisc Collections no Reino Unido*, que os principais desafios para a compreensão do mercado de APC residem na padronização do registro e na abrangência dos dados, os quais demandam disponibilização aberta, transparência e adoção de padrões comuns por diferentes atores, bibliotecas, editoras, financiadores e intermediários.

A presente pesquisa identificou esse mesmo problema em escala ampliada. Ao tentar acessar informações sobre a concessão de isenções e descontos de APC diretamente com as editoras *Elsevier, Sage, Springer Nature, Taylor & Francis e Wiley*, constatou-se a ausência de dados públicos sistematizados. As respostas obtidas, quando houve retorno, limitaram-se a indicações genéricas para consulta às páginas institucionais, sem qualquer detalhamento sobre o número de artigos beneficiados, o perfil dos autores contemplados ou os critérios efetivamente aplicados. Essa falta de

transparência, alinhada à falta de padronização documental e à inexistência de arquivos históricos sobre as políticas de elegibilidade, inviabiliza a avaliação do alcance real das medidas e a replicação de estudos longitudinais.

No plano quantitativo, observou-se que a produção de autores de países elegíveis ocorre majoritariamente em coautoria internacional nos periódicos indexados na *Scopus*, indicando que a inserção desses pesquisadores permanece fortemente associada à participação em redes científicas já consolidadas. Quando analisada de forma isolada, a produção também revela concentração geográfica e disciplinar, com destaque recorrente de determinados países e de áreas amplamente internacionalizadas, especialmente nas ciências da saúde e nas ciências exatas. Esse padrão sugere que a remoção da barreira financeira, por si só, não é suficiente para redistribuir a capacidade de publicação no sistema científico.

Os resultados qualitativos aprofundam essa interpretação ao evidenciar limites relacionados à operacionalização das políticas. O desconhecimento sobre a existência das isenções, a insegurança quanto aos critérios de elegibilidade e a ausência de dados públicos sobre os beneficiários apontam para um ambiente institucional marcado pela não transparência. Nesse contexto, a predominância de respostas inconclusivas não constitui unicamente uma limitação metodológica, trata-se de um indício de que o sistema editorial comercial não foi estruturado para permitir a verificação externa de seus efeitos distributivos.

A articulação entre os dois conjuntos de dados indica que, mesmo quando disponíveis, as isenções não eliminam os condicionantes estruturais da comunicação científica. O acesso à publicação continua mediado por fatores como inserção institucional, participação em redes internacionais e capacidade de navegação administrativa. Dessa forma, a barreira econômica revela-se uma entre várias dimensões que organizam as hierarquias do sistema.

Partindo do modelo conceitual construído para análise dos dados, esses achados dialogam com o nível macroestrutural ao indicar a persistência de assimetrias compatíveis com a leitura da globalização perversa, na qual a ampliação do acesso convive com a manutenção de relações desiguais de produção científica. No nível dos

mecanismos, a dependência de critérios administrativos e a baixa transparência limitam a avaliação da utilidade social das políticas e dificultam a verificação de seus efeitos sobre os grupos menos favorecidos. Já no plano normativo, os resultados sugerem que não há evidência suficiente de que as isenções tenham promovido melhoria mensurável na igualdade de oportunidades ou priorizado, de forma sistemática, os pesquisadores em posições mais vulneráveis.

Assim, para o universo empírico desta pesquisa, as evidências indicam que as políticas de isenção operam mais como instrumentos de regulação do acesso do que como mecanismos capazes de alterar as desigualdades estruturais da comunicação científica. Isso não implica negar sua relevância para a redução de barreiras imediatas, mas aponta para seus limites enquanto estratégia isolada de promoção de equidade.

Em conjunto, os resultados respondem aos pressupostos que orientaram esta investigação. Primeiro, sugerem que as APCs permanecem como um obstáculo à publicação, ainda que parcialmente mitigado pelas isenções. Segundo, não se identificou uma migração expressiva para o modelo diamante que indique substituição sistemática das vias comerciais. Terceiro, a ausência de dados auditáveis impossibilita afirmar com segurança que as isenções tenham sido efetivamente aplicadas de forma ampla no campo analisado.

Dessa maneira, os achados reforçam a necessidade de avançar para além da dimensão financeira do acesso aberto, incorporando debates sobre transparência institucional, critérios de elegibilidade e formas de monitoramento das políticas editoriais. Sem esses elementos, iniciativas voltadas à inclusão tendem a ampliar o potencial de acesso sem necessariamente reconfigurar as estruturas que organizam a produção científica global.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a produção científica de autores elegíveis a políticas de isenção de APC em periódicos de editoras comerciais, articulando evidências quantitativas e qualitativas para avaliar se tais mecanismos contribuem para ampliar a participação de pesquisadores de países periféricos na comunicação científica. Os

resultados indicam que, embora as políticas ampliem o acesso formal à publicação, seus efeitos distributivos permanecem limitados.

Observou-se que a produção desses autores ocorre predominantemente em coautoria internacional e concentra-se em determinados países e áreas já consolidadas, sugerindo que a remoção da barreira financeira não é suficiente para alterar padrões estruturais de desigualdade. Paralelamente, a análise qualitativa evidenciou um cenário de não transparência institucional, no qual a ausência de dados públicos sobre beneficiários, aliada ao desconhecimento dos autores acerca das políticas, dificulta a avaliação de seu impacto real. Assim, os dados demonstram que as políticas de isenção de APC das editoras analisadas operam sob uma lógica de desacoplamento institucional. Elas funcionam mais como instrumentos de gestão de reputação e *marketing* corporativo do que como mecanismos efetivos de justiça epistêmica, uma vez que a abertura prometida é anulada pela complexidade burocrática e pela seletividade dos critérios de elegibilidade. A pesquisa comprova a existência de uma hierarquia de visibilidade científica imposta pelo modelo de AA dourado. As isenções não corrigem a assimetria entre Norte e Sul Global, pelo contrário, elas a institucionalizam, pois mantêm os pesquisadores de países de média e baixa renda em uma posição de dependência de critérios unilaterais e voláteis definidos pelas editoras comerciais.

Nesse contexto, os achados permitem responder aos pressupostos que orientaram a pesquisa. As APCs mantêm-se como um obstáculo relevante à publicação, ainda que parcialmente mitigado pelas isenções. Não se identificou uma migração expressiva para o modelo diamante que indique substituição das vias comerciais. Além disso, a impossibilidade de verificar sistematicamente a aplicação das isenções revela um limite estrutural à auditabilidade dessas políticas.

Com base no modelo conceitual adotado, os resultados sugerem que as políticas de isenção tendem a operar mais como instrumentos de regulação do acesso do que como mecanismos capazes de promover redistribuição no sistema global de comunicação científica. Ainda que tais políticas possam, em tese, mitigar o ônus financeiro sobre pesquisadores de países periféricos, elas não rompem, necessariamente, com as estruturas de dependência que perpetuam a subordinação dessas nações no sistema científico global. A imposição de padrões editoriais e métricas de qualidade,

invariavelmente concebidos nos centros acadêmicos do Norte Global, cerceia a autonomia científica da periferia ao condicionar sua legitimidade a critérios de validação externos. Assim, a crítica transcende a análise técnica dos descontos e isenções, ela reside na compreensão de como esses mecanismos operam dentro de assimetrias de poder que, sob o pretexto da inclusão, acabam por reforçar os laços de dependência entre o centro produtor e as periferias científicas.

Entre as conclusões possíveis da pesquisa, uma é a que existe uma arquitetura de opacidade deliberada na comunicação dessas políticas. A ausência de repositórios históricos e a ambiguidade na linguagem dos *websites* impedem o controle social e o monitoramento longitudinal, tornando a prestação de contas dessas empresas inexistente perante a comunidade acadêmica global. A análise evidencia que o modelo de isenções é estruturalmente insuficiente para promover a equidade na ciência. Enquanto a modalidade diamante permanece marginalizada nas estratégias das grandes editoras, o AA dourado consolida um mercado de publicação excludente, onde o direito de publicar é condicionado ao poder econômico ou à concessão de descontos e isenções e não ao mérito científico.

Este estudo não pretende generalizar seus achados para todas as áreas do conhecimento, uma vez que o recorte empírico concentrou-se no campo da genética. Ainda assim, os resultados oferecem evidências relevantes para o debate sobre equidade no acesso à publicação científica, ao indicar que a dimensão financeira constitui um dos elementos que estruturam as hierarquias da produção acadêmica.

Como agenda futura, recomenda-se a realização de investigações com amostras ampliadas de autores e áreas, bem como o desenvolvimento de estudos que examinem, de forma mais direta, a aplicação das isenções pelas editoras, especialmente diante da persistente ausência de dados auditáveis.

ANEXOS

Anexo I - Strings de busca (Scopus)

Elsevier

Parte 1 - Cole a query abaixo na busca avançada da Scopus:

((ISSN(2376-0605) OR ISSN(2374-2895) OR ISSN(2949-9453) OR ISSN(2211-3835) OR ISSN(0001-6918) OR ISSN(0001-7310) OR ISSN(2772-3925) OR ISSN(2352-8532) OR ISSN(2772-3690) OR ISSN(2773-045X) OR ISSN(2666-7924) OR ISSN(2773-1391) OR ISSN(2667-3940) OR ISSN(2666-9129) OR ISSN(2161-8313) OR ISSN(2667-3762) OR ISSN(2667-1476) OR ISSN(2452-1094) OR ISSN(2667-1379) OR ISSN(2772-5820) OR ISSN(2211-419X) OR ISSN(2667-0321) OR ISSN(2589-9589) OR ISSN(0378-3774) OR ISSN(2949-7981) OR ISSN(2090-4479) OR ISSN(2950-2535) OR ISSN(2666-5778) OR ISSN(2773-0654) OR ISSN(1110-0168) OR ISSN(1323-8930) OR ISSN(2666-6022) OR ISSN(2667-0364) OR ISSN(2451-9936) OR ISSN(2666-6677) OR ISSN(2215-0390) OR ISSN(0365-0596) OR ISSN(1695-4033) OR ISSN(2341-2879) OR ISSN(1751-7311) OR ISSN(2772-6940) OR ISSN(0003-4509) OR ISSN(2666-9641) OR ISSN(0570-1783) OR ISSN(1665-2681) OR ISSN(2772-9931) OR ISSN(2666-9579) OR ISSN(2772-6878) OR ISSN(2666-352X) OR ISSN(2666-4968) OR ISSN(2590-2865) OR ISSN(2590-1974) OR ISSN(2772-5022) OR ISSN(2666-5239) OR ISSN(2666-5069) OR ISSN(2352-5134) OR ISSN(1878-5352) OR ISSN(2950-3078) OR ISSN(2590-1095) OR ISSN(2590-0056) OR ISSN(2352-3441) OR ISSN(2212-6287) OR ISSN(2666-061X) OR ISSN(2949-7477) OR ISSN(2667-3185) OR ISSN(2667-1115) OR ISSN(1029-3132) OR ISSN(2347-5625) OR ISSN(2162-0989) OR ISSN(2214-6873) OR ISSN(1818-0876) OR ISSN(1015-9584) OR ISSN(2214-3882) OR ISSN(1976-1317) OR ISSN(2185-5560) OR ISSN(2949-6888) OR ISSN(0212-6567) OR ISSN(2605-0730) OR ISSN(2667-0895) OR ISSN(2590-1621) OR ISSN(1326-0200) OR ISSN(1439-1791) OR ISSN(2667-1603) OR ISSN(2405-5808) OR ISSN(2590-2075) OR ISSN(1049-9644) OR ISSN(2667-1743) OR ISSN(2666-1446) OR ISSN(2666-5344) OR ISSN(2667-0992) OR ISSN(2319-4170) OR ISSN(0753-3322) OR ISSN(2667-3797) OR ISSN(2667-0747) OR ISSN(2590-0536) OR ISSN(2590-1370) OR ISSN(2215-017X) OR ISSN(2772-6096) OR ISSN(2096-7209) OR ISSN(2473-9529) OR ISSN(2950-3280) OR ISSN(2950-3272) OR ISSN(0366-3175) OR ISSN(2352-1872) OR ISSN(2214-8450) OR ISSN(2950-2217) OR ISSN(2772-5294) OR ISSN(2949-8341) OR ISSN(2666-4593) OR ISSN(2666-5220) OR ISSN(2949-9216) OR ISSN(0361-9230) OR ISSN(1935-861X) OR ISSN(2666-3546) OR ISSN(0104-0014) OR ISSN(1808-8694) OR ISSN(2468-9122) OR ISSN(2949-7132) OR ISSN(2468-2942) OR ISSN(2666-8939) OR ISSN(2772-6568) OR ISSN(2667-0569) OR ISSN(2666-6936) OR ISSN(2950-2756) OR ISSN(2468-6441) OR ISSN(2214-9112) OR ISSN(2666-0164) OR ISSN(2214-5095) OR ISSN(2214-157X) OR ISSN(2949-9461) OR ISSN(2666-979X) OR ISSN(2772-8927) OR ISSN(2211-1247) OR ISSN(2666-3791) OR ISSN(2667-2375) OR ISSN(2666-3864) OR ISSN(2949-7906) OR ISSN(1355-8145) OR ISSN(2352-345X) OR ISSN(2666-5492) OR ISSN(1303-0701) OR ISSN(2666-2450) OR ISSN(2590-0544) OR ISSN(2666-8211) OR ISSN(2667-0224) OR ISSN(2667-3126) OR ISSN(2949-7469) OR ISSN(2949-7884) OR ISSN(2949-7892) OR ISSN(2950-1938) OR ISSN(1755-3091) OR ISSN(1674-6384) OR ISSN(1000-9361) OR ISSN(1872-2040) OR ISSN(2950-4317) OR ISSN(1008-1275) OR ISSN(2772-5588) OR ISSN(2709-4723) OR ISSN(2773-1677) OR ISSN(1134-0096) OR ISSN(2590-2520) OR ISSN(2589-790X) OR ISSN(2772-8129) OR ISSN(2772-8013) OR ISSN(2666-7843) OR ISSN(2772-7823) OR ISSN(2772-7831) OR ISSN(2666-7908) OR ISSN(2666-7894) OR ISSN(2772-3909) OR ISSN(2772-3976) OR ISSN(2666-7916) OR ISSN(2772-9125) OR ISSN(2950-2632) OR ISSN(2666-9005) OR ISSN(2212-0963) OR ISSN(2405-8807) OR ISSN(2950-4090) OR ISSN(2405-6308) OR ISSN(2097-3829) OR ISSN(2213-3984) OR ISSN(2772-6134) OR ISSN(2590-1702) OR ISSN(1470-2118) OR ISSN(2467-981X) OR ISSN(2667-2685) OR ISSN(2590-1125) OR ISSN(2773-160X) OR ISSN(1807-5932) OR ISSN(2950-5909) OR ISSN(2215-0382) OR ISSN(2772-4247) OR ISSN(2950-3116) OR ISSN(0965-2299) OR ISSN(2666-6820) OR ISSN(0010-440X) OR ISSN(2666-4976) OR ISSN(2001-0370) OR ISSN(2950-3639) OR ISSN(2950-4635) OR ISSN(2666-9900) OR ISSN(2949-6780) OR ISSN(2666-5573) OR ISSN(2666-920X) OR ISSN(2451-9588) OR ISSN(2949-8821) OR ISSN(2451-8654) OR ISSN(2772-9737) OR ISSN(2772-9745) OR ISSN(2590-1516) OR ISSN(2950-4864) OR ISSN(2667-2669) OR ISSN(1441-2772) OR ISSN(2773-126X) OR ISSN(2772-8994) OR ISSN(2475-2991) OR ISSN(2214-6628) OR ISSN(2666-6219) OR ISSN(2666-5182) OR ISSN(2590-2628) OR

ISSN(2666-6227) OR ISSN(2666-0490) OR ISSN(2665-9271) OR ISSN(2666-0865) OR ISSN(2590-2555) OR ISSN(2666-5158) OR ISSN(2666-5174) OR ISSN(2665-945X) OR ISSN(2667-114X) OR ISSN(2590-2571) OR ISSN(2665-9441) OR ISSN(2665-928X) OR ISSN(2666-027X) OR ISSN(0011-393X) OR ISSN(2543-9251) OR ISSN(2352-3409) OR ISSN(2949-8813) OR ISSN(2772-6622) OR ISSN(2949-6691) OR ISSN(2772-5596) OR ISSN(1944-3986) OR ISSN(1878-9293) OR ISSN(2666-1659) OR ISSN(2666-9706) OR ISSN(2772-6533) OR ISSN(2666-9544) OR ISSN(2772-5081) OR ISSN(2950-550X) OR ISSN(2666-3783) OR ISSN(2772-7246) OR ISSN(2772-6711) OR ISSN(2950-4767) OR ISSN(2950-4759) OR ISSN(2589-8116) OR ISSN(2352-3964) OR ISSN(2589-5370) OR ISSN(2772-9850) OR ISSN(1470-160X) OR ISSN(1574-9541) OR ISSN(0147-6513) OR ISSN(1575-1813) OR ISSN(2667-0410) OR ISSN(1110-8665) OR ISSN(1687-4285) OR ISSN(2772-610X) OR ISSN(2772-6118) OR ISSN(2666-688X) OR ISSN(1388-2481) OR ISSN(0717-3458) OR ISSN(2772-8137) OR ISSN(2667-1182) OR ISSN(2666-3961) OR ISSN(2666-5468) OR ISSN(2590-1745) OR ISSN(2950-1563) OR ISSN(2772-4271) OR ISSN(2352-4847) OR ISSN(2772-9702) OR ISSN(2211-467X) OR ISSN(2405-6502) OR ISSN(2095-8099) OR ISSN(2667-3703) OR ISSN(2215-0986) OR ISSN(2950-4899) OR ISSN(0160-4120) OR ISSN(2666-7657) OR ISSN(2665-9727) OR ISSN(2667-0100) OR ISSN(2666-4984) OR ISSN(2352-1864) OR ISSN(1755-4365) OR ISSN(2589-9864) OR ISSN(2949-8198) OR ISSN(2059-7029) OR ISSN(2949-8201) OR ISSN(2212-9685) OR ISSN(2192-4406) OR ISSN(2193-9438) OR ISSN(2192-4376) OR ISSN(1359-6349) OR ISSN(0171-9335) OR ISSN(1769-7212) OR ISSN(2772-4174) OR ISSN(2590-1613) OR ISSN(0928-0987) OR ISSN(2352-0477) OR ISSN(2444-8834) OR ISSN(2950-2985) OR ISSN(2666-1683) OR ISSN(2950-1172) OR ISSN(2666-657X) OR ISSN(0014-4800) OR ISSN(0531-5565) OR ISSN(2667-2766) OR ISSN(2773-0417) OR ISSN(2666-3341) OR ISSN(1130-6343) OR ISSN(2949-9119) OR ISSN(2949-8406) OR ISSN(2405-6766) OR ISSN(2772-753X) OR ISSN(2666-5662) OR ISSN(2590-1575) OR ISSN(2667-0259) OR ISSN(2667-3967) OR ISSN(2666-3597) OR ISSN(2666-9374) OR ISSN(2666-3538) OR ISSN(2665-9107) OR ISSN(2589-871X) OR ISSN(2773-1863) OR ISSN(2666-0520) OR ISSN(0378-3820) OR ISSN(2772-8285) OR ISSN(2773-2150) OR ISSN(2950-2640) OR ISSN(2666-8335) OR ISSN(2514-6645) OR ISSN(0213-9111) OR ISSN(2772-5723) OR ISSN(2666-3880) OR ISSN(2949-7744) OR ISSN(0888-7543) OR ISSN(1672-0229) OR ISSN(0016-7061) OR ISSN(2666-6839) OR ISSN(1195-1036) OR ISSN(1674-9871) OR ISSN(2772-8838) OR ISSN(2666-5425) OR ISSN(2950-4074) OR ISSN(2950-4740) OR ISSN(2351-9894) OR ISSN(2950-1385) OR ISSN(2590-1133) OR ISSN(2667-0097) OR ISSN(1524-0703) OR ISSN(2772-5774) OR ISSN(2773-1537) OR ISSN(2949-7205) OR ISSN(2352-5789) OR ISSN(2468-0672) OR ISSN(2949-9232) OR ISSN(2590-2296) OR ISSN(2772-6320) OR ISSN(2772-4425) OR ISSN(2666-5018) OR ISSN(2214-0271) OR ISSN(2405-8440) OR ISSN(1109-9666) OR ISSN(2531-1379) OR ISSN(2667-2952) OR ISSN(2949-9283) OR ISSN(2772-5014) OR ISSN(2666-2477) OR ISSN(2666-1497) OR ISSN(2772-736X) OR ISSN(2773-0492) OR ISSN(0386-1112) OR ISSN(2667-2421) OR ISSN(2405-9595) OR ISSN(2214-2509) OR ISSN(2405-8963) OR ISSN(2949-7086) OR ISSN(0970-3896) OR ISSN(2352-9067) OR ISSN(2949-9151) OR ISSN(2772-7076) OR ISSN(2772-9478) OR ISSN(2590-0188) OR ISSN(0171-2985) OR ISSN(2667-1190) OR ISSN(0019-4832) OR ISSN(0972-6292) OR ISSN(2950-3620) OR ISSN(2590-0889) OR ISSN(1567-1348) OR ISSN(2772-431X) OR ISSN(2352-9148) OR ISSN(2214-3173) OR ISSN(2949-7531) OR ISSN(2950-2128) OR ISSN(2213-4220) OR ISSN(2666-5212))

Parte 2 - Cole a query abaixo na busca avançada da Scopus:

((ISSN(2667-1026) OR ISSN(2667-3053) OR ISSN(2214-7519) OR ISSN(0020-6539) OR ISSN(2211-3207) OR ISSN(2213-2244) OR ISSN(2214-1391) OR ISSN(1569-8432) OR ISSN(2772-4875) OR ISSN(2666-6685) OR ISSN(1697-2600) OR ISSN(2666-3740) OR ISSN(0142-0615) OR ISSN(1452-3981) OR ISSN(1201-9712) OR ISSN(2667-0968) OR ISSN(1438-4221) OR ISSN(2095-2686) OR ISSN(2092-6782) OR ISSN(2352-0132) OR ISSN(2666-142X) OR ISSN(2331-5180) OR ISSN(2590-1567) OR ISSN(2210-2612) OR ISSN(2405-8572) OR ISSN(2666-2027) OR ISSN(2214-7829) OR ISSN(2772-5944) OR ISSN(2950-4562) OR ISSN(2772-4441) OR ISSN(2667-2588) OR ISSN(2589-0042) OR ISSN(2667-3932) OR ISSN(2949-7329) OR ISSN(2352-5126) OR ISSN(2666-3287) OR ISSN(2950-1989) OR ISSN(2772-963X) OR ISSN(2772-3747) OR ISSN(2452-302X) OR ISSN(2666-0873) OR ISSN(2666-0849) OR ISSN(2772-414X) OR ISSN(1882-7616) OR ISSN(2949-9623) OR ISSN(2949-9690) OR ISSN(2950-5534) OR ISSN(2666-934X) OR ISSN(2666-9102) OR ISSN(2773-2320) OR ISSN(2949-8899) OR ISSN(2589-5559) OR ISSN(2950-1334) OR ISSN(2667-0267) OR ISSN(0021-7557) OR ISSN(2772-9648) OR ISSN(2666-3309) OR ISSN(2090-1232) OR ISSN(2666-9153) OR ISSN(2666-1543) OR ISSN(2772-8293) OR ISSN(2950-3124) OR ISSN(2949-9178) OR ISSN(1056-6171) OR ISSN(2287-884X) OR ISSN(2590-0560) OR ISSN(0975-9476) OR ISSN(0021-9258) OR ISSN(1389-1723) OR ISSN(2212-1374) OR

ISSN(1097-6647) OR ISSN(2667-2545) OR ISSN(2772-3917) OR ISSN(2214-6237) OR ISSN(2214-6245) OR
ISSN(2405-5794) OR ISSN(2667-0380) OR ISSN(2212-9820) OR ISSN(2772-8277) OR ISSN(2772-4158) OR
ISSN(2713-3745) OR ISSN(2950-1059) OR ISSN(0022-0302) OR ISSN(1991-7902) OR ISSN(2949-7914) OR
ISSN(2949-8384) OR ISSN(2307-1877) OR ISSN(2949-9054) OR ISSN(1728-869X) OR ISSN(0362-028X) OR
ISSN(1756-4646) OR ISSN(1687-157X) OR ISSN(1226-8453) OR ISSN(2213-7165) OR ISSN(2667-3193) OR
ISSN(2589-5141) OR ISSN(2772-4166) OR ISSN(2666-9110) OR ISSN(2589-9155) OR ISSN(2214-5818) OR
ISSN(0163-4453) OR ISSN(1876-0341) OR ISSN(2949-7159) OR ISSN(2772-9915) OR ISSN(2444-569X) OR
ISSN(2095-3119) OR ISSN(2667-100X) OR ISSN(2772-4220) OR ISSN(2059-7754) OR ISSN(2949-7051) OR
ISSN(1319-1578) OR ISSN(1018-3639) OR ISSN(1018-3647) OR ISSN(0022-2275) OR ISSN(2666-9676) OR
ISSN(2666-4410) OR ISSN(2667-145X) OR ISSN(2238-7854) OR ISSN(2352-8478) OR ISSN(2949-916X) OR
ISSN(2772-4212) OR ISSN(1684-1182) OR ISSN(2666-6235) OR ISSN(2772-9761) OR ISSN(2950-0044) OR
ISSN(2773-0786) OR ISSN(2324-2426) OR ISSN(2590-1591) OR ISSN(2468-0133) OR ISSN(2199-8531) OR
ISSN(1888-4296) OR ISSN(2212-4268) OR ISSN(2773-157X) OR ISSN(2214-031X) OR ISSN(1672-2930) OR
ISSN(2095-3836) OR ISSN(2153-3539) OR ISSN(2213-5766) OR ISSN(2949-7116) OR ISSN(2095-1779) OR
ISSN(2949-771X) OR ISSN(1347-8613) OR ISSN(2666-4690) OR ISSN(1836-9553) OR ISSN(2666-2485) OR
ISSN(2666-5514) OR ISSN(1077-291X) OR ISSN(1687-8507) OR ISSN(2666-6596) OR ISSN(1674-7755) OR
ISSN(2949-9267) OR ISSN(1319-6103) OR ISSN(2468-2179) OR ISSN(1385-1101) OR ISSN(2095-2546) OR
ISSN(2590-1524) OR ISSN(1658-3612) OR ISSN(2941-198X) OR ISSN(0929-6646) OR ISSN(2667-0054) OR
ISSN(2768-2765) OR ISSN(1658-077X) OR ISSN(2772-9303) OR ISSN(2773-0506) OR ISSN(2225-4110) OR
ISSN(2095-7548) OR ISSN(2589-9090) OR ISSN(2226-5856) OR ISSN(2667-0917) OR ISSN(2468-4287) OR
ISSN(2213-333X) OR ISSN(2055-6640) OR ISSN(1570-8268) OR ISSN(2352-5878) OR ISSN(2772-6967) OR
ISSN(2666-6383) OR ISSN(2666-6391) OR ISSN(2666-2736) OR ISSN(2666-2507) OR ISSN(2666-3643) OR
ISSN(2949-9127) OR ISSN(2666-3503) OR ISSN(2468-0249) OR ISSN(2590-0595) OR ISSN(2307-4108) OR
ISSN(2590-2504) OR ISSN(2949-9038) OR ISSN(2666-1438) OR ISSN(2213-0489) OR ISSN(0023-6438) OR
ISSN(2666-8270) OR ISSN(2666-822X) OR ISSN(0264-1275) OR ISSN(2590-1508) OR ISSN(2590-0498) OR
ISSN(2590-0064) OR ISSN(2949-754X) OR ISSN(2772-9494) OR ISSN(2950-2578) OR ISSN(2590-0285) OR
ISSN(2949-7612) OR ISSN(2542-4548) OR ISSN(2949-8775) OR ISSN(2950-3450) OR ISSN(2772-2759) OR
ISSN(2665-9174) OR ISSN(2949-9070) OR ISSN(2211-7539) OR ISSN(2949-9186) OR ISSN(2603-9249) OR
ISSN(2590-0986) OR ISSN(2590-0978) OR ISSN(2590-0935) OR ISSN(2590-1249) OR ISSN(2773-0646) OR
ISSN(2214-0301) OR ISSN(2589-9368) OR ISSN(2590-2601) OR ISSN(2215-0161) OR ISSN(2590-0072) OR
ISSN(1535-9476) OR ISSN(0890-8508) OR ISSN(2214-4269) OR ISSN(2212-8778) OR ISSN(2329-0501) OR
ISSN(2162-2531) OR ISSN(2950-3299) OR ISSN(1016-8478) OR ISSN(1933-0219) OR ISSN(2772-5863) OR
ISSN(2666-9781) OR ISSN(2949-7191) OR ISSN(2772-4115) OR ISSN(0211-6995) OR ISSN(2013-2514) OR
ISSN(1476-5586) OR ISSN(0969-9961) OR ISSN(2452-073X) OR ISSN(2451-9944) OR ISSN(2352-2895) OR
ISSN(1053-8119) OR ISSN(2213-1582) OR ISSN(2666-9560) OR ISSN(2667-257X) OR ISSN(2667-0496) OR
ISSN(0213-4853) OR ISSN(2173-5808) OR ISSN(2772-4085) OR ISSN(2772-5286) OR ISSN(0168-0102) OR
ISSN(1878-7479) OR ISSN(1871-6784) OR ISSN(2052-2975) OR ISSN(2664-3294) OR ISSN(2949-821X) OR
ISSN(2949-8228) OR ISSN(2949-8295) OR ISSN(2949-8236) OR ISSN(2950-1601) OR ISSN(2352-3646) OR
ISSN(2666-5484) OR ISSN(1738-5733) OR ISSN(2352-1791) OR ISSN(0550-3213) OR ISSN(2667-3681) OR
ISSN(0078-3234) OR ISSN(2352-7714) OR ISSN(2666-5395) OR ISSN(2659-6636) OR ISSN(2352-9520) OR
ISSN(2214-7160) OR ISSN(2666-9145) OR ISSN(2590-1478) OR ISSN(2214-5419) OR ISSN(2772-9060) OR
ISSN(0169-1368) OR ISSN(2666-769X) OR ISSN(2665-9131) OR ISSN(2772-6541) OR ISSN(2405-5255) OR
ISSN(2468-5488) OR ISSN(1056-8190) OR ISSN(2405-6731) OR ISSN(2666-8181) OR ISSN(2666-3899) OR
ISSN(2772-6282) OR ISSN(2468-1245) OR ISSN(1875-9572) OR ISSN(2530-0644) OR ISSN(2773-2169) OR
ISSN(1043-6618) OR ISSN(2667-1425) OR ISSN(2213-5979) OR ISSN(1572-1000) OR ISSN(2405-6316) OR
ISSN(0370-2693) OR ISSN(2666-0326) OR ISSN(2667-0313) OR ISSN(2590-3462) OR ISSN(2773-1111) OR
ISSN(2667-064X) OR ISSN(0142-9418) OR ISSN(0032-5791) OR ISSN(2772-3704) OR ISSN(2352-5517) OR
ISSN(2950-4821) OR ISSN(2211-3355) OR ISSN(2212-8271) OR ISSN(1877-0509) OR ISSN(2452-3216) OR
ISSN(2590-0617) OR ISSN(2666-7215) OR ISSN(2287-8882) OR ISSN(2773-0212) OR ISSN(2772-5987) OR
ISSN(2666-5352) OR ISSN(2531-0437) OR ISSN(2950-2365) OR ISSN(2666-0334) OR ISSN(2666-5557) OR
ISSN(1930-0433) OR ISSN(2950-0087) OR ISSN(2773-1766) OR ISSN(2213-2317) OR ISSN(2352-3204) OR
ISSN(1757-7802) OR ISSN(2667-095X) OR ISSN(2475-0379) OR ISSN(2772-6525) OR ISSN(2590-051X) OR
ISSN(2772-7416) OR ISSN(2667-3789) OR ISSN(2666-9161) OR ISSN(2213-0071) OR ISSN(2590-0374) OR
ISSN(2211-7156) OR ISSN(2666-7207) OR ISSN(2211-7148) OR ISSN(2590-1230) OR ISSN(2590-048X) OR
ISSN(2666-9501) OR ISSN(2211-3797) OR ISSN(2666-8459) OR ISSN(2666-5204) OR ISSN(2405-4283) OR
ISSN(0325-7541) OR ISSN(0375-0906) OR ISSN(2255-534X) OR ISSN(1888-4415) OR ISSN(0716-8640) OR

ISSN(0870-2551) OR ISSN(1672-6308) OR ISSN(2093-7911) OR ISSN(1013-9052) OR ISSN(1319-562X) OR ISSN(1319-0164) OR ISSN(2215-0013) OR ISSN(2949-7043) OR ISSN(2666-0172) OR ISSN(2772-5693) OR ISSN(2468-2276) OR ISSN(2214-1804) OR ISSN(2666-0539) OR ISSN(2405-8726) OR ISSN(2472-5552) OR ISSN(2472-6303) OR ISSN(2667-3436) OR ISSN(2590-1427) OR ISSN(2772-3755) OR ISSN(2666-9552) OR ISSN(2773-2339) OR ISSN(2590-2911) OR ISSN(2949-6977) OR ISSN(2665-9638) OR ISSN(2352-7110) OR ISSN(2949-9194) OR ISSN(2950-2896) OR ISSN(2667-0062) OR ISSN(0038-0806) OR ISSN(2772-9400) OR ISSN(2667-1131) OR ISSN(2451-912X) OR ISSN(1026-9185) OR ISSN(2949-8562) OR ISSN(2666-5603) OR ISSN(2352-8273) OR ISSN(2667-3215) OR ISSN(2666-1667) OR ISSN(2213-6711) OR ISSN(1873-5061) OR ISSN(2474-8706) OR ISSN(2772-8307) OR ISSN(2949-8635) OR ISSN(2950-1032) OR ISSN(2666-2620) OR ISSN(2667-0089) OR ISSN(2589-8450) OR ISSN(2950-2470) OR ISSN(2667-2596) OR ISSN(2772-8269) OR ISSN(2950-4775) OR ISSN(2949-8392) OR ISSN(2666-1888) OR ISSN(2950-4929) OR ISSN(2772-7378) OR ISSN(2667-3444) OR ISSN(2773-0328) OR ISSN(2772-9419) OR ISSN(1028-4559) OR ISSN(2666-8319) OR ISSN(2405-6324) OR ISSN(2772-5030) OR ISSN(2666-951X) OR ISSN(2773-2231) OR ISSN(2950-3868) OR ISSN(2092-5212) OR ISSN(1413-8670) OR ISSN(0960-9776) OR ISSN(2468-2330) OR ISSN(1110-9823) OR ISSN(2666-6758) OR ISSN(2667-2782) OR ISSN(2950-1954) OR ISSN(1279-7707) OR ISSN(2950-5410) OR ISSN(2589-7500) OR ISSN(2214-109X) OR ISSN(2666-7568) OR ISSN(2666-5247) OR ISSN(2542-5196) OR ISSN(2468-2667) OR ISSN(2667-193X) OR ISSN(2666-7762) OR ISSN(2772-3682) OR ISSN(2666-6065) OR ISSN(2950-1946) OR ISSN(2773-0662) OR ISSN(2095-0349) OR ISSN(2773-093X) OR ISSN(2666-5727) OR ISSN(2950-3000) OR ISSN(1877-959X) OR ISSN(2949-673X) OR ISSN(2214-7500) OR ISSN(2590-1710) OR ISSN(1936-5233) OR ISSN(2214-854X) OR ISSN(1925-2099) OR ISSN(2451-9596) OR ISSN(2949-8996) OR ISSN(2666-691X) OR ISSN(2590-1982) OR ISSN(2352-1465) OR ISSN(2352-6440) OR ISSN(1477-8939) OR ISSN(2666-7193) OR ISSN(2666-6790) OR ISSN(1350-4177) OR ISSN(2664-3286) OR ISSN(2214-4420) OR ISSN(2590-0897) OR ISSN(2590-1362) OR ISSN(2451-943X) OR ISSN(2772-5359) OR ISSN(2468-4481) OR ISSN(0168-1702) OR ISSN(2468-502X) OR ISSN(2949-7507) OR ISSN(2589-9147) OR ISSN(2212-3717) OR ISSN(1674-2370) OR ISSN(2212-0947) OR ISSN(2666-5581) OR ISSN(2949-6683) OR ISSN(2950-3604) OR ISSN(1939-4551) OR ISSN(2772-655X) OR ISSN(2590-1397) OR ISSN(0939-3889))

Sage

Cole a query abaixo na busca avançada da Scopus:

((ISSN(2058-4601) OR ISSN(1687-8140) OR ISSN(2515-2467) OR ISSN(2753-6351) OR ISSN(2332-8584) OR ISSN(1868-6869) OR ISSN(1178-6221) OR ISSN(1938-2731) OR ISSN(1557-9891) OR ISSN(2040-2058) OR ISSN(2213-3682) OR ISSN(2755-1857) OR ISSN(2752-7271) OR ISSN(2396-9415) OR ISSN(2379-4615) OR ISSN(2053-9517) OR ISSN(1177-9322) OR ISSN(1177-2719) OR ISSN(1179-5972) OR ISSN(2398-2128) OR ISSN(2096-5958) OR ISSN(1178-2234) OR ISSN(2340-9444) OR ISSN(2054-3581) OR ISSN(1073-2748) OR ISSN(1176-9351) OR ISSN(1947-6043) OR ISSN(1555-3892) OR ISSN(1468-2982) OR ISSN(2515-8163) OR ISSN(2329-048X) OR ISSN(1479-9731) OR ISSN(2470-5470) OR ISSN(1938-2723) OR ISSN(1179-5441) OR ISSN(1179-5468) OR ISSN(1179-5476) OR ISSN(1179-5514) OR ISSN(1179-5549) OR ISSN(1179-5565) OR ISSN(2632-010X) OR ISSN(2633-9137) OR ISSN(2057-0481) OR ISSN(0963-6935) OR ISSN(2515-2564) OR ISSN(2633-3287) OR ISSN(1752-8984) OR ISSN(2055-2076) OR ISSN(1559-3258) OR ISSN(2632-1742) OR ISSN(2516-6050) OR ISSN(2752-3543) OR ISSN(2048-4054) OR ISSN(1942-7522) OR ISSN(1178-6302) OR ISSN(1535-7511) OR ISSN(2058-7392) OR ISSN(1865-5831) OR ISSN(1176-9343) OR ISSN(1474-7049) OR ISSN(2473-0114) OR ISSN(2151-4593) OR ISSN(2333-7214) OR ISSN(2164-9561) OR ISSN(2059-4364) OR ISSN(2333-794X) OR ISSN(2333-3936) OR ISSN(2192-5690) OR ISSN(1741-2811) OR ISSN(2055-1029) OR ISSN(1178-6329) OR ISSN(2333-3392) OR ISSN(1876-4398) OR ISSN(1477-0903) OR ISSN(2633-4895) OR ISSN(2632-4644) OR ISSN(0975-1564) OR ISSN(0973-3701) OR ISSN(1753-4267) OR ISSN(1945-7243) OR ISSN(1552-695X) OR ISSN(1729-8814) OR ISSN(1724-6008) OR ISSN(2212-5868) OR ISSN(1847-9790) OR ISSN(2058-7384) OR ISSN(1756-8307) OR ISSN(1609-4069) OR ISSN(1178-6469) OR ISSN(2752-3810) OR ISSN(2041-6695) OR ISSN(1748-3026) OR ISSN(2280-8000) OR ISSN(1940-4034) OR ISSN(1179-5735) OR ISSN(2047-6507) OR ISSN(1863-2548) OR ISSN(1868-4874) OR ISSN(2589-8906) OR ISSN(1868-4882) OR ISSN(1558-9250) OR ISSN(1879-3673) OR ISSN(2515-690X) OR ISSN(2043-8087) OR ISSN(1532-2750) OR ISSN(2055-1169) OR ISSN(2754-6349) OR ISSN(0974-9098) OR ISSN(1530-8057) OR ISSN(1473-2300) OR ISSN(2324-7096) OR ISSN(2755-323X) OR ISSN(2048-4046) OR ISSN(2382-1205) OR ISSN(2235-042X) OR

ISSN(2309-4990) OR ISSN(2210-4925) OR ISSN(1834-4909) OR ISSN(2374-3743) OR ISSN(1868-4890) OR
 ISSN(2150-1327) OR ISSN(2631-8326) OR ISSN(2279-9036) OR ISSN(2055-6683) OR ISSN(2471-5492) OR
 ISSN(2325-9582) OR ISSN(2041-7314) OR ISSN(2048-0040) OR ISSN(2042-5333) OR ISSN(2381-4683) OR
 ISSN(2051-8730) OR ISSN(2059-7991) OR ISSN(1744-8069) OR ISSN(2055-2173) OR ISSN(2059-2043) OR
 ISSN(1555-9475) OR ISSN(2754-6330) OR ISSN(1474-7049) OR ISSN(0971-1023) OR ISSN(1458-6126) OR
 ISSN(1178-6388) OR ISSN(2631-7877) OR ISSN(2325-9671) OR ISSN(1178-2242) OR ISSN(2753-6386) OR
 ISSN(2700-0710) OR ISSN(2634-8535) OR ISSN(2976-8624) OR ISSN(1478-2391) OR ISSN(2059-2329) OR
 ISSN(1471-406X) OR ISSN(2036-3613) OR ISSN(2753-3735) OR ISSN(2053-1680) OR ISSN(2307-4841) OR
 ISSN(2158-2440) OR ISSN(2158-2440) OR ISSN(2051-313X) OR ISSN(2050-3121) OR ISSN(2377-9608) OR
 ISSN(1799-7267) OR ISSN(2059-5131) OR ISSN(2047-7163) OR ISSN(2056-3051) OR ISSN(2378-0231) OR
 ISSN(2051-313X) OR ISSN(1178-2218) OR ISSN(1533-0338) OR ISSN(2755-0834) OR ISSN(2753-4030) OR
 ISSN(1753-9455) OR ISSN(2040-6231) OR ISSN(2042-0994) OR ISSN(2042-0196) OR ISSN(1756-2848) OR
 ISSN(2631-7745) OR ISSN(2040-6215) OR ISSN(2049-937X) OR ISSN(1758-8359) OR ISSN(1759-7218) OR
 ISSN(1756-2864) OR ISSN(2515-8414) OR ISSN(2045-1261) OR ISSN(2976-8675) OR ISSN(2633-0040) OR
 ISSN(1179-5581) OR ISSN(1753-4666) OR ISSN(1756-2880) OR ISSN(2515-1363) OR ISSN(1179-173X) OR
 ISSN(2331-2165) OR ISSN(1940-0829) OR ISSN(2635-0254) OR ISSN(1745-5065))

Springer Nature

Cole a query abaixo na busca avançada da Scopus:

((ISSN (2365-6271) OR ISSN(2309-4710) OR ISSN(2364-9534) OR ISSN(2524-4434) OR ISSN(2051-5960) OR
 ISSN(1751-0147) OR ISSN(1940-0640) OR ISSN(2948-2801) OR ISSN(2213-7467) OR ISSN(2524-6992) OR
 ISSN(2662-5407) OR ISSN(2731-4235) OR ISSN(2523-3106) OR ISSN(2059-0628) OR ISSN(1961-9987) OR
 ISSN(1720-8319) OR ISSN(2193-7532) OR ISSN(2048-7010) OR ISSN(2730-5392) OR ISSN(2948-2143) OR
 ISSN(1742-6405) OR ISSN(1748-7188) OR ISSN(1710-1492) OR ISSN(1758-9193) OR ISSN(2191-0855) OR
 ISSN(1438-2199) OR ISSN(2731-8389) OR ISSN(2050-3385) OR ISSN(1435-9456) OR ISSN(2731-0442) OR
 ISSN(2524-4671) OR ISSN(1476-0711) OR ISSN(1297-966X) OR ISSN(1744-859X) OR ISSN(2110-5820) OR
 ISSN(1869-2044) OR ISSN(2561-4150) OR ISSN(2047-2994) OR ISSN(2468-0842) OR ISSN(1432-0614) OR
 ISSN(2287-4445) OR ISSN(2364-8228) OR ISSN(2190-5495) OR ISSN(2193-5351) OR ISSN(2731-6726) OR
 ISSN(2049-3258) OR ISSN(1876-4401) OR ISSN(1478-6362) OR ISSN(2524-7948) OR ISSN(1573-7462) OR
 ISSN(2287-1160) OR ISSN(2731-5835) OR ISSN(2363-5169) OR ISSN(2365-5135) OR ISSN(2730-616X) OR
 ISSN(2051-4190) OR ISSN(2056-807X) OR ISSN(1744-9081) OR ISSN(2314-8543) OR ISSN(2524-7867) OR
 ISSN(1756-0381) OR ISSN(2332-8886) OR ISSN(1573-515X) OR ISSN(1480-9222) OR ISSN(0717-6287) OR
 ISSN(1745-6150) OR ISSN(2042-6410) OR ISSN(2050-7771) OR ISSN(2055-7124) OR ISSN(1475-925X) OR
 ISSN(1751-0759) OR ISSN(2197-4365) OR ISSN(3004-8648) OR ISSN(2731-3654) OR ISSN(2948-2348) OR
 ISSN(2948-2356) OR ISSN(2731-9377) OR ISSN(2044-5385) OR ISSN(2288-0011) OR ISSN(2948-2364) OR
 ISSN(1471-2253) OR ISSN(1471-2105) OR ISSN(1741-7007) OR ISSN(2524-4426) OR ISSN(1472-6750) OR
 ISSN(1471-2407) OR ISSN(1471-2261) OR ISSN(2661-801X) OR ISSN(2662-7671) OR ISSN(2731-684X) OR
 ISSN(2730-7182) OR ISSN(1471-227X) OR ISSN(1472-6823) OR ISSN(3004-8710) OR ISSN(1471-230X) OR
 ISSN(2730-6844) OR ISSN(1471-2164) OR ISSN(1471-2318) OR ISSN(2731-913X) OR ISSN(1472-6963) OR
 ISSN(1471-2172) OR ISSN(1471-2334) OR ISSN(1472-6920) OR ISSN(1472-6939) OR ISSN(1755-8794) OR
 ISSN(1471-2342) OR ISSN(1472-6947) OR ISSN(1471-2288) OR ISSN(1741-7015) OR ISSN(1471-2180) OR
 ISSN(2661-8850) OR ISSN(1471-2474) OR ISSN(1471-2369) OR ISSN(1471-2377) OR ISSN(1471-2202) OR
 ISSN(1472-6955) OR ISSN(2055-0928) OR ISSN(1471-2415) OR ISSN(1472-6831) OR ISSN(1472-684X) OR
 ISSN(1471-2431) OR ISSN(2050-6511) OR ISSN(1471-2229) OR ISSN(1471-2393) OR ISSN(2731-4553) OR
 ISSN(1753-6561) OR ISSN(1471-244X) OR ISSN(2050-7283) OR ISSN(1471-2458) OR ISSN(1471-2466) OR
 ISSN(1756-0500) OR ISSN(2520-1026) OR ISSN(2052-1847) OR ISSN(1471-2482) OR ISSN(1471-2490) OR
 ISSN(1746-6148) OR ISSN(1472-6874) OR ISSN(2056-3132) OR ISSN(2051-6673) OR ISSN(1999-3110) OR
 ISSN(1687-2770) OR ISSN(2198-4026) OR ISSN(1465-542X) OR ISSN(2662-6802) OR ISSN(2536-9660) OR
 ISSN(2522-8307) OR ISSN(2662-4044) OR ISSN(2520-1336) OR ISSN(2049-3002) OR ISSN(1475-2867) OR
 ISSN(1470-7330) OR ISSN(1432-0851) OR ISSN(1868-6966) OR ISSN(2662-9380) OR ISSN(1750-0680) OR
 ISSN(2731-3948) OR ISSN(2731-6696) OR ISSN(2193-6544) OR ISSN(2057-3804) OR ISSN(1475-2840) OR
 ISSN(1476-7120) OR ISSN(2045-3701) OR ISSN(1573-6822) OR ISSN(1478-811X) OR ISSN(2041-4889) OR

ISSN(2058-7716) OR ISSN(2056-5968) OR ISSN(1747-1028) OR ISSN(2045-9769) OR ISSN(1689-1392) OR
ISSN(1420-9071) OR ISSN(1573-6830) OR ISSN(2196-5641) OR ISSN(1753-2000) OR ISSN(2192-8258) OR
ISSN(1749-8546) OR ISSN(2057-4967) OR ISSN(2045-709X) OR ISSN(2435-7936) OR ISSN(2195-2701) OR
ISSN(1591-9528) OR ISSN(1476-7961) OR ISSN(2791-3937) OR ISSN(2055-8260) OR ISSN(1868-7083) OR
ISSN(2056-5909) OR ISSN(2199-1197) OR ISSN(1559-0275) OR ISSN(2365-7464) OR ISSN(2731-6998) OR
ISSN(2399-3642) OR ISSN(2399-3669) OR ISSN(2662-4435) OR ISSN(2731-3395) OR ISSN(2662-4443) OR
ISSN(2730-664X) OR ISSN(2399-3650) OR ISSN(2731-9121) OR ISSN(2214-594X) OR ISSN(2198-6053) OR
ISSN(2948-1597) OR ISSN(2730-6852) OR ISSN(2096-0662) OR ISSN(2510-2044) OR ISSN(1752-1505) OR
ISSN(2055-7426) OR ISSN(1478-7547) OR ISSN(2193-7680) OR ISSN(1364-8535) OR ISSN(2948-1945) OR
ISSN(2731-0868) OR ISSN(2520-8934) OR ISSN(2523-3246) OR ISSN(2364-1541) OR ISSN(2190-9172) OR
ISSN(1869-6961) OR ISSN(1758-5996) OR ISSN(2397-7523) OR ISSN(1746-1596) OR ISSN(2731-9423) OR
ISSN(2662-2300) OR ISSN(2731-9598) OR ISSN(2731-8117) OR ISSN(3004-894X) OR ISSN(2523-3971) OR
ISSN(2731-0809) OR ISSN(2948-1554) OR ISSN(3004-8907) OR ISSN(3004-9520) OR ISSN(2730-7700) OR
ISSN(3004-8311) OR ISSN(2948-1546) OR ISSN(2731-6955) OR ISSN(2731-5525) OR ISSN(2948-1600) OR
ISSN(2730-7719) OR ISSN(2731-9431) OR ISSN(2731-4545) OR ISSN(2731-4286) OR ISSN(2948-1589) OR
ISSN(2731-9687) OR ISSN(2731-7501) OR ISSN(2730-7239) OR ISSN(2730-7727) OR ISSN(2731-6564) OR
ISSN(3004-8885) OR ISSN(2731-4383) OR ISSN(3004-9369) OR ISSN(3004-9350) OR ISSN(2731-9229) OR
ISSN(2948-1562) OR ISSN(2730-6011) OR ISSN(3004-9377) OR ISSN(2731-4537) OR ISSN(1742-7622) OR
ISSN(2731-0469) OR ISSN(2662-9984) OR ISSN(3004-8893) OR ISSN(2730-647X) OR ISSN(2198-9788) OR
ISSN(1179-6901) OR ISSN(1573-0794) OR ISSN(1880-5981) OR ISSN(1590-1262) OR ISSN(2055-0464) OR
ISSN(2192-1709) OR ISSN(2536-9342) OR ISSN(2090-5939) OR ISSN(2090-2441) OR ISSN(2520-8225) OR
ISSN(2090-4762) OR ISSN(2090-6226) OR ISSN(2090-9942) OR ISSN(2090-3235) OR ISSN(2197-7364) OR
ISSN(2365-421X) OR ISSN(2191-219X) OR ISSN(2662-8643) OR ISSN(1757-4684) OR ISSN(1469-3178) OR
ISSN(2731-4790) OR ISSN(1877-6345) OR ISSN(2520-8942) OR ISSN(2192-0567) OR ISSN(2047-2382) OR
ISSN(1476-069X) OR ISSN(2524-6372) OR ISSN(2190-4715) OR ISSN(2193-2697) OR ISSN(1756-8935) OR
ISSN(2730-7034) OR ISSN(2193-1127) OR ISSN(2196-0763) OR ISSN(2195-7045) OR ISSN(1687-6180) OR
ISSN(1687-4722) OR ISSN(1687-5281) OR ISSN(2510-523X) OR ISSN(1687-1499) OR ISSN(1613-9380) OR
ISSN(2195-2248) OR ISSN(2510-3636) OR ISSN(2047-783X) OR ISSN(1572-9885) OR ISSN(2509-9280) OR
ISSN(1861-6909) OR ISSN(1866-8887) OR ISSN(2041-9139) OR ISSN(1936-6434) OR ISSN(2092-6413) OR
ISSN(2162-3619) OR ISSN(2326-0254) OR ISSN(2198-0802) OR ISSN(2054-7099) OR ISSN(2199-4730) OR
ISSN(1933-9747) OR ISSN(2730-5422) OR ISSN(2045-8118) OR ISSN(2661-8974) OR ISSN(2731-9245) OR
ISSN(2223-7704) OR ISSN(1742-9994) OR ISSN(2095-2767) OR ISSN(2731-6661) OR ISSN(2522-5774) OR
ISSN(2054-3085) OR ISSN(2314-7210) OR ISSN(2314-7253) OR ISSN(2731-6203) OR ISSN(1865-3499) OR
ISSN(1880-7062) OR ISSN(1297-9686) OR ISSN(1474-760X) OR ISSN(1756-994X) OR ISSN(2035-5556) OR
ISSN(1467-4866) OR ISSN(2197-8670) OR ISSN(2363-8427) OR ISSN(2196-4092) OR ISSN(2195-9706) OR
ISSN(2397-0642) OR ISSN(1744-8603) OR ISSN(2731-3425) OR ISSN(1757-4749) OR ISSN(1477-7517) OR
ISSN(1746-160X) OR ISSN(2194-7899) OR ISSN(1477-7525) OR ISSN(2191-1991) OR ISSN(2948-1937) OR
ISSN(1478-4505) OR ISSN(1897-4287) OR ISSN(1601-5223) OR ISSN(2050-7445) OR ISSN(2731-4529) OR
ISSN(2948-1104) OR ISSN(2054-345X) OR ISSN(1479-7364) OR ISSN(1478-4491) OR ISSN(2667-1336) OR
ISSN(2662-9992) OR ISSN(2210-6359) OR ISSN(1742-4933) OR ISSN(1748-5908) OR ISSN(2662-2211) OR
ISSN(2731-667X) OR ISSN(1750-9378) OR ISSN(2193-6382) OR ISSN(2049-9957) OR ISSN(1880-8190) OR
ISSN(1573-7659) OR ISSN(2197-1714) OR ISSN(1869-4101) OR ISSN(2948-1953) OR ISSN(2731-944X) OR
ISSN(2197-425X) OR ISSN(2666-9862) OR ISSN(1746-4358) OR ISSN(1833-2595) OR ISSN(1475-9276) OR
ISSN(2010-1333) OR ISSN(2366-1003) OR ISSN(2466-1171) OR ISSN(1479-5868) OR ISSN(2194-7511) OR
ISSN(2288-6729) OR ISSN(2198-7823) OR ISSN(1432-1262) OR ISSN(1875-6883) OR ISSN(2234-1315) OR
ISSN(2366-0074) OR ISSN(2192-6395) OR ISSN(2365-9440) OR ISSN(1865-1380) OR ISSN(2198-2783) OR
ISSN(1476-072X) OR ISSN(2198-4034) OR ISSN(2198-2791) OR ISSN(1752-4458) OR ISSN(2211-7946) OR
ISSN(2049-3169) OR ISSN(2056-9920) OR ISSN(2196-7822) OR ISSN(2046-0481) OR ISSN(2045-4015) OR
ISSN(1824-7288) OR ISSN(2363-9024) OR ISSN(2510-5027) OR ISSN(2731-4391) OR ISSN(2093-3371) OR
ISSN(2731-3786) OR ISSN(2049-1891) OR ISSN(2191-5040) OR ISSN(2196-1115) OR ISSN(1754-1611) OR
ISSN(1423-0127) OR ISSN(2041-1480) OR ISSN(1432-1335) OR ISSN(2522-5782) OR ISSN(1749-8090) OR
ISSN(1532-429X) OR ISSN(1758-2946) OR ISSN(2192-113X) OR ISSN(2523-3254) OR ISSN(2050-2974) OR
ISSN(2193-2409) OR ISSN(2731-4596) OR ISSN(2314-7172) OR ISSN(2536-9512) OR ISSN(2210-6014) OR
ISSN(2352-6181) OR ISSN(1746-4269) OR ISSN(1756-9966) OR ISSN(2072-1315) OR ISSN(1756-8722) OR
ISSN(1029-8479) OR ISSN(1029-242X) OR ISSN(1476-9255) OR ISSN(2662-2521) OR ISSN(2192-5372) OR
ISSN(1573-0409) OR ISSN(2052-0492) OR ISSN(2364-3404) OR ISSN(1573-7039) OR ISSN(2948-2151) OR

ISSN(1573-4838) OR ISSN(2190-5983) OR ISSN(3004-8613) OR ISSN(1752-1947) OR ISSN(1477-3155) OR
ISSN(1866-1955) OR ISSN(1743-0003) OR ISSN(1742-2094) OR ISSN(2254-7339) OR ISSN(1776-0852) OR
ISSN(1745-6673) OR ISSN(1869-5760) OR ISSN(1749-799X) OR ISSN(1590-9999) OR ISSN(1916-0216) OR
ISSN(1757-2215) OR ISSN(2509-8020) OR ISSN(2190-0566) OR ISSN(2055-0294) OR ISSN(1880-6805) OR
ISSN(2731-085X) OR ISSN(2364-4575) OR ISSN(2214-1766) OR ISSN(2589-0409) OR ISSN(2090-262X) OR
ISSN(1479-5876) OR ISSN(1658-8185) OR ISSN(1658-8150) OR ISSN(1611-4663) OR ISSN(2234-2451) OR
ISSN(2233-7660) OR ISSN(1572-9761) OR ISSN(2229-0443) OR ISSN(2196-0739) OR ISSN(2047-7538) OR
ISSN(1476-511X) OR ISSN(2365-0524) OR ISSN(1433-8351) OR ISSN(1614-4961) OR ISSN(2731-6319) OR
ISSN(1475-2875) OR ISSN(2731-5843) OR ISSN(3004-832X) OR ISSN(2194-1467) OR ISSN(2509-8012) OR
ISSN(2054-958X) OR ISSN(2288-8586) OR ISSN(2731-8710) OR ISSN(2213-9621) OR ISSN(1475-2859) OR
ISSN(1432-184X) OR ISSN(2049-2618) OR ISSN(2662-4966) OR ISSN(2055-7434) OR ISSN(2090-5416) OR
ISSN(2090-3251) OR ISSN(2054-9369) OR ISSN(1759-8753) OR ISSN(2194-7791) OR ISSN(2040-2392) OR
ISSN(2662-8651) OR ISSN(1756-6606) OR ISSN(1476-4598) OR ISSN(1755-8166) OR ISSN(2730-9401) OR
ISSN(1528-3658) OR ISSN(1750-1326) OR ISSN(1744-4292) OR ISSN(3004-8680) OR ISSN(2051-3933) OR
ISSN(2196-5404) OR ISSN(1871-4765) OR ISSN(2520-8128) OR ISSN(2150-5551) OR ISSN(2192-2209) OR
ISSN(2041-1723) OR ISSN(1876-6242) OR ISSN(1876-6250) OR ISSN(1749-8104) OR ISSN(1573-773X) OR
ISSN(2524-3489) OR ISSN(2193-6536) OR ISSN(1884-4057) OR ISSN(2397-7132) OR ISSN(3004-8621) OR
ISSN(2731-6068) OR ISSN(2731-8745) OR ISSN(2731-4243) OR ISSN(2055-5008) OR ISSN(2948-281X) OR
ISSN(3004-8656) OR ISSN(2374-4677) OR ISSN(2948-2836) OR ISSN(2059-7037) OR ISSN(2731-9814) OR
ISSN(2397-3722) OR ISSN(2731-8753) OR ISSN(2057-3960) OR ISSN(2398-6352) OR ISSN(2397-4621) OR
ISSN(2056-7944) OR ISSN(2948-197X) OR ISSN(2397-2106) OR ISSN(2948-1775) OR ISSN(2731-4251) OR
ISSN(2948-2828) OR ISSN(2373-8065) OR ISSN(2948-216X) OR ISSN(2948-2100) OR ISSN(2731-426X) OR
ISSN(2373-8057) OR ISSN(2397-768X) OR ISSN(2055-1010) OR ISSN(2056-6387) OR ISSN(2397-4648) OR
ISSN(2057-3995) OR ISSN(2731-4278) OR ISSN(2396-8370) OR ISSN(2056-7936) OR ISSN(2948-2119) OR
ISSN(2731-9202) OR ISSN(2056-7189) OR ISSN(2948-2097) OR ISSN(3004-8672) OR ISSN(2661-8001) OR
ISSN(2059-0105) OR ISSN(2948-1767) OR ISSN(2948-1716) OR ISSN(2948-1570) OR ISSN(2044-4052) OR
ISSN(1743-7075) OR ISSN(1475-2891) OR ISSN(2157-9024) OR ISSN(2366-1089) OR ISSN(2731-9970) OR
ISSN(2524-4655) OR ISSN(2193-6528) OR ISSN(1573-0875) OR ISSN(1750-1172) OR ISSN(2193-651X) OR
ISSN(1756-3305) OR ISSN(1743-8977) OR ISSN(1754-9493) OR ISSN(1546-0096) OR ISSN(2047-0525) OR
ISSN(2509-4254) OR ISSN(1747-5341) OR ISSN(2190-7439) OR ISSN(2662-1991) OR ISSN(2524-4167) OR
ISSN(2055-5784) OR ISSN(1746-4811) OR ISSN(2200-6133) OR ISSN(1478-7954) OR ISSN(2055-5660) OR
ISSN(2948-2178) OR ISSN(2197-4284) OR ISSN(2196-1042) OR ISSN(2948-2089) OR ISSN(1477-5956) OR
ISSN(1678-7153) OR ISSN(1618-1913) OR ISSN(2364-1746) OR ISSN(2731-6106) OR ISSN(1748-717X) OR
ISSN(2662-4753) OR ISSN(2059-1381) OR ISSN(1477-7827) OR ISSN(1742-4755) OR ISSN(2730-9827) OR
ISSN(2058-8615) OR ISSN(2056-7529) OR ISSN(1465-993X) OR ISSN(1742-4690) OR ISSN(0717-6317) OR
ISSN(2198-6584) OR ISSN(1939-8433) OR ISSN(2197-4225) OR ISSN(2662-1363) OR ISSN(1757-7241) OR
ISSN(2754-6993) OR ISSN(2366-6153) OR ISSN(1471-5546) OR ISSN(2052-4463) OR ISSN(2045-2322) OR
ISSN(1869-4195) OR ISSN(2059-3635) OR ISSN(2044-5040) OR ISSN(2398-2683) OR ISSN(2731-9032) OR
ISSN(2196-7091) OR ISSN(2198-9761) OR ISSN(1757-6512) OR ISSN(2731-0450) OR ISSN(1747-597X) OR
ISSN(2731-7838) OR ISSN(2520-8454) OR ISSN(2198-7793) OR ISSN(2520-8748) OR ISSN(2731-9237) OR
ISSN(2468-2039) OR ISSN(2235-6282) OR ISSN(1661-8734) OR ISSN(1664-2384) OR ISSN(2046-4053) OR
ISSN(2311-7680) OR ISSN(2662-2203) OR ISSN(2090-911X) OR ISSN(2314-8551) OR ISSN(2090-9209) OR
ISSN(2090-9098) OR ISSN(1687-8329) OR ISSN(2090-8539) OR ISSN(1460-2075) OR ISSN(1434-6052) OR
ISSN(2090-990X) OR ISSN(2198-2635) OR ISSN(1572-8552) OR ISSN(1129-2377) OR ISSN(1880-6562) OR
ISSN(2524-8987) OR ISSN(1477-9560) OR ISSN(1756-6614) OR ISSN(2211-4718) OR ISSN(2396-832X) OR
ISSN(2047-9158) OR ISSN(2158-3188) OR ISSN(1745-6215) OR ISSN(2055-0936) OR ISSN(1349-4147) OR
ISSN(1876-8776) OR ISSN(2731-6963) OR ISSN(2731-9989) OR ISSN(2199-6679) OR ISSN(2524-8162) OR
ISSN(1297-9716) OR ISSN(1743-422X) OR ISSN(1434-9957) OR ISSN(2524-4442) OR ISSN(2731-9008) OR
ISSN(1874-7868) OR ISSN(1749-7922) OR ISSN(1477-7819) OR ISSN(2198-8021) OR ISSN(2364-0022) OR
ISSN(2056-306X))

Taylor and Francis

Cole a query abaixo na busca avançada da Scopus:

((ISSN(0906-4710) OR ISSN(1651-1913) OR ISSN(2377-2484) OR ISSN(2162-3945) OR ISSN(2162-397X) OR ISSN(2055-0340) OR ISSN(2055-0359) OR ISSN(2994-0842) OR ISSN(2374-6149) OR ISSN(0972-8600) OR ISSN(2543-3474) OR ISSN(2090-5068) OR ISSN(2090-5076) OR ISSN(2766-9645) OR ISSN(2689-5293) OR ISSN(2689-5307) OR ISSN(1049-5398) OR ISSN(1532-2378) OR ISSN(1976-8354) OR ISSN(2151-2485) OR ISSN(1947-5683) OR ISSN(1947-5691) OR ISSN(0301-4460) OR ISSN(1464-5033) OR ISSN(0883-9514) OR ISSN(1087-6545) OR ISSN(2769-0911) OR ISSN(2638-8081) OR ISSN(2576-5299) OR ISSN(2090-5998) OR ISSN(0365-0340) OR ISSN(1476-3567) OR ISSN(1523-0430) OR ISSN(1938-4246) OR ISSN(2169-1401) OR ISSN(2169-141X) OR ISSN(1759-0914) OR ISSN(0004-9530) OR ISSN(1742-9536) OR ISSN(0891-6934) OR ISSN(1607-842X) OR ISSN(0005-1144) OR ISSN(1848-3380) OR ISSN(2769-4127) OR ISSN(1406-099X) OR ISSN(2334-4385) OR ISSN(2096-4471) OR ISSN(2574-5417) OR ISSN(2165-5979) OR ISSN(2165-5987) OR ISSN(0736-6205) OR ISSN(1940-9818) OR ISSN(1310-2818) OR ISSN(1314-3530) OR ISSN(0803-7051) OR ISSN(1651-1999) OR ISSN(2770-6710) OR ISSN(1746-6202) OR ISSN(1746-6210) OR ISSN(2474-0527) OR ISSN(0703-8992) OR ISSN(1712-7971) OR ISSN(1538-4047) OR ISSN(1555-8576) OR ISSN(2835-2610) OR ISSN(1758-3004) OR ISSN(1758-3012) OR ISSN(2332-0885) OR ISSN(1933-6918) OR ISSN(1933-6926) OR ISSN(1933-6950) OR ISSN(1933-6969) OR ISSN(2169-7213) OR ISSN(2169-7221) OR ISSN(2375-3234) OR ISSN(2375-3242) OR ISSN(2996-6876) OR ISSN(1064-1963) OR ISSN(1525-6006) OR ISSN(2770-5781) OR ISSN(2770-579X) OR ISSN(2045-0907) OR ISSN(2045-0915) OR ISSN(2832-4897) OR ISSN(2832-4765) OR ISSN(1758-194X) OR ISSN(1758-1958) OR ISSN(1942-0889) OR ISSN(2572-3618) OR ISSN(2469-9322) OR ISSN(2168-1163) OR ISSN(2168-1171) OR ISSN(0954-0091) OR ISSN(1360-0494) OR ISSN(1541-2555) OR ISSN(1541-2563) OR ISSN(2993-2181) OR ISSN(2993-1495) OR ISSN(2993-1509) OR ISSN(2993-2092) OR ISSN(0958-1596) OR ISSN(1469-3682) OR ISSN(1947-6337) OR ISSN(1947-6345) OR ISSN(2694-1899) OR ISSN(1568-5551) OR ISSN(2166-5095) OR ISSN(1958-5969) OR ISSN(2752-5783) OR ISSN(2837-5807) OR ISSN(1071-7544) OR ISSN(1521-0464) OR ISSN(2639-5916) OR ISSN(2314-808X) OR ISSN(2222-1751) OR ISSN(2998-6990) OR ISSN(1994-2060) OR ISSN(1997-003X) OR ISSN(2639-5940) OR ISSN(1559-2294) OR ISSN(1559-2308) OR ISSN(2836-1512) OR ISSN(2837-8083) OR ISSN(1654-4951) OR ISSN(1654-6369) OR ISSN(2001-8525) OR ISSN(2688-9277) OR ISSN(2000-8066) OR ISSN(2279-7254) OR ISSN(2833-373X) OR ISSN(0190-2148) OR ISSN(1521-0499) OR ISSN(2380-8993) OR ISSN(1476-0584) OR ISSN(1744-8395) OR ISSN(1933-6934) OR ISSN(1933-6942) OR ISSN(0954-0105) OR ISSN(1465-3443) OR ISSN(2694-1112) OR ISSN(2694-1120) OR ISSN(2996-8879) OR ISSN(1479-6708) OR ISSN(1748-6971) OR ISSN(2399-5270) OR ISSN(2056-5623) OR ISSN(1009-5020) OR ISSN(1993-5153) OR ISSN(1010-6049) OR ISSN(1752-0762) OR ISSN(2474-9508) OR ISSN(1947-5705) OR ISSN(1947-5713) OR ISSN(2994-399X) OR ISSN(1548-1603) OR ISSN(1943-7226) OR ISSN(1128-7462) OR ISSN(1591-7398) OR ISSN(1654-9716) OR ISSN(1654-9880) OR ISSN(1744-1692) OR ISSN(1744-1706) OR ISSN(2377-9497) OR ISSN(2164-5698) OR ISSN(2164-5701) OR ISSN(1751-8253) OR ISSN(1751-7192) OR ISSN(1949-0976) OR ISSN(1949-0984) OR ISSN(2993-3935) OR ISSN(0951-3590) OR ISSN(1473-0766) OR ISSN(1687-4048) OR ISSN(2996-3257) OR ISSN(2835-5245) OR ISSN(2164-2850) OR ISSN(2328-8604) OR ISSN(2328-8620) OR ISSN(2578-7616) OR ISSN(1607-8454) OR ISSN(2045-0923) OR ISSN(2045-0931) OR ISSN(2578-7489) OR ISSN(2578-7470) OR ISSN(1464-7273) OR ISSN(1742-8149) OR ISSN(2164-5515) OR ISSN(2164-554X) OR ISSN(1064-1955) OR ISSN(1525-6065) OR ISSN(2578-5826) OR ISSN(2079-7222) OR ISSN(1445-7377) OR ISSN(2000-8686) OR ISSN(2333-5432) OR ISSN(0267-3843) OR ISSN(2164-4527) OR ISSN(1473-5903) OR ISSN(1747-762X) OR ISSN(2242-3982) OR ISSN(1753-8947) OR ISSN(1753-8955) OR ISSN(1094-2912) OR ISSN(1532-2386) OR ISSN(1553-8362) OR ISSN(1553-8621) OR ISSN(0265-6736) OR ISSN(1464-5157) OR ISSN(1559-9612) OR ISSN(1559-9620) OR ISSN(1748-2631) OR ISSN(1947-5411) OR ISSN(1947-542X) OR ISSN(1478-6451) OR ISSN(1478-646X) OR ISSN(1939-7038) OR ISSN(1939-7046) OR ISSN(1946-3138) OR ISSN(1946-3146) OR ISSN(2314-4599) OR ISSN(1938-2014) OR ISSN(1938-2022) OR ISSN(1828-051X) OR ISSN(2575-1654) OR ISSN(2000-4214) OR ISSN(0971-2119) OR ISSN(0974-1844) OR ISSN(1514-0326) OR ISSN(1667-6726) OR ISSN(1346-7581) OR ISSN(1347-2852) OR ISSN(2187-0764) OR ISSN(1751-3758) OR ISSN(1751-3766) OR ISSN(0021-9592) OR ISSN(1881-1299) OR ISSN(2833-8073) OR ISSN(2476-1028) OR ISSN(2476-1036) OR ISSN(2994-4376) OR ISSN(0954-6634) OR ISSN(1471-1753) OR ISSN(1608-9677) OR ISSN(2220-1009) OR ISSN(1475-6366) OR ISSN(1475-6374) OR ISSN(1745-8080) OR ISSN(1745-8099) OR ISSN(0270-5060) OR ISSN(2156-6941) OR ISSN(2994-4694) OR ISSN(1547-691X) OR ISSN(1547-6901) OR ISSN(2475-1839) OR ISSN(2475-1847) OR ISSN(1598-0316) OR ISSN(2158-1606) OR ISSN(1943-815X) OR ISSN(1943-8168) OR ISSN(2572-5084) OR ISSN(0894-1939) OR ISSN(1521-0553) OR ISSN(1747-423X) OR ISSN(1747-4248) OR ISSN(1744-5647) OR ISSN(1369-6998) OR ISSN(1941-837X) OR ISSN(2834-7056) OR ISSN(1544-0478) OR ISSN(1544-046X) OR ISSN(0144-3615) OR ISSN(1364-6893) OR ISSN(2000-2297) OR ISSN(2052-3211) OR ISSN(1742-9145) OR ISSN(1742-9153) OR ISSN(2997-4100) OR ISSN(0167-482X) OR ISSN(1743-8942) OR ISSN(1521-4842) OR

ISSN(1930-8914) OR ISSN(2329-9460) OR ISSN(2329-9037) OR ISSN(1729-0376) OR ISSN(1813-4424) OR
 ISSN(2693-9169) OR ISSN(1949-8276) OR ISSN(1949-8284) OR ISSN(1658-3655) OR ISSN(1942-4396) OR
 ISSN(1550-2783) OR ISSN(2994-7448) OR ISSN(1177-083X) OR ISSN(2767-8490) OR ISSN(1993-2820) OR
 ISSN(1819-6357) OR ISSN(1358-314X) OR ISSN(1464-5181) OR ISSN(3065-3495) OR ISSN(1758-1966) OR
 ISSN(1758-1974) OR ISSN(1942-0862) OR ISSN(1942-0870) OR ISSN(2166-3831) OR ISSN(1066-7857) OR
 ISSN(1753-5557) OR ISSN(1387-3954) OR ISSN(1744-5051) OR ISSN(1087-2981) OR ISSN(2045-0885) OR
 ISSN(2045-0893) OR ISSN(2380-2359) OR ISSN(2372-3556) OR ISSN(1229-8093) OR ISSN(2092-9323) OR
 ISSN(2150-1203) OR ISSN(2150-1211) OR ISSN(2055-0324) OR ISSN(2055-0332) OR ISSN(1463-6778) OR
 ISSN(1469-9915) OR ISSN(2768-5241) OR ISSN(2002-0317) OR ISSN(2090-9977) OR ISSN(1949-1034) OR
 ISSN(1949-1042) OR ISSN(2162-402X) OR ISSN(1547-6278) OR ISSN(1555-8592) OR ISSN(2994-7677) OR
 ISSN(1388-0209) OR ISSN(1744-5116) OR ISSN(2996-0126) OR ISSN(0950-0839) OR ISSN(1362-3036) OR
 ISSN(1343-943X) OR ISSN(1349-1008) OR ISSN(1559-2324) OR ISSN(0953-7104) OR ISSN(1369-1635) OR
 ISSN(2574-1292) OR ISSN(2474-736X) OR ISSN(2835-4311) OR ISSN(2832-2134) OR ISSN(1933-6896) OR
 ISSN(1933-690X) OR ISSN(2169-3277) OR ISSN(1351-0002) OR ISSN(1743-2928) OR ISSN(2168-1376) OR
 ISSN(0886-022X) OR ISSN(1525-6049) OR ISSN(2996-0355) OR ISSN(2224-3534) OR ISSN(2415-5152) OR
 ISSN(2768-4520) OR ISSN(2386-3781) OR ISSN(2529-8968) OR ISSN(1547-6286) OR ISSN(1555-8584) OR
 ISSN(1401-7431) OR ISSN(1651-2006) OR ISSN(1103-8128) OR ISSN(1651-2014) OR ISSN(0281-3432) OR
 ISSN(1502-7724) OR ISSN(1468-6996) OR ISSN(1878-5514) OR ISSN(2766-0400) OR ISSN(2836-1466) OR
 ISSN(2641-0397) OR ISSN(1882-4889) OR ISSN(1884-9970) OR ISSN(2154-1248) OR ISSN(2154-1256) OR
 ISSN(1553-4510) OR ISSN(1553-4529) OR ISSN(1607-0658) OR ISSN(2221-1268) OR ISSN(2054-8923) OR
 ISSN(2475-4269) OR ISSN(2475-4277) OR ISSN(2997-9676) OR ISSN(2330-443X) OR ISSN(1025-3890) OR
 ISSN(1607-8888) OR ISSN(1548-7733) OR ISSN(2993-1282) OR ISSN(2994-1849) OR ISSN(2164-2583) OR
 ISSN(2572-9861) OR ISSN(1368-5538) OR ISSN(1473-0790) OR ISSN(1381-4788) OR ISSN(1751-1402) OR
 ISSN(2475-0263) OR ISSN(1476-7058) OR ISSN(1476-4954) OR ISSN(2473-4306) OR ISSN(2165-0020) OR
 ISSN(0165-2176) OR ISSN(1875-5941) OR ISSN(1745-2759) OR ISSN(1745-2767) OR ISSN(2150-5594) OR
 ISSN(2150-5608) OR ISSN(2357-0008))

Wiley

Cole a query abaixo na busca avançada da Scopus:

((ISSN(2836-8886) OR ISSN(1687-0409) OR ISSN(2578-5745) OR ISSN(1600-0404) OR ISSN(1600-0412) OR
 ISSN(1563-5031) OR ISSN(2052-8817) OR ISSN(1369-1600) OR ISSN(2199-160X) OR ISSN(2699-9412) OR
 ISSN(2641-6573) OR ISSN(2640-4567) OR ISSN(2196-7350) OR ISSN(2699-9307) OR ISSN(2699-9293) OR
 ISSN(2751-1200) OR ISSN(2198-3844) OR ISSN(2751-1219) OR ISSN(2314-7539) OR ISSN(1687-7977) OR
 ISSN(2573-8461) OR ISSN(1687-8094) OR ISSN(1687-8124) OR ISSN(1687-711X) OR ISSN(1687-9112) OR
 ISSN(1687-7365) OR ISSN(1687-5907) OR ISSN(1687-8442) OR ISSN(1687-9139) OR ISSN(2314-758X) OR
 ISSN(1687-9317) OR ISSN(1687-5699) OR ISSN(1687-9155) OR ISSN(2090-3472) OR ISSN(2633-4690) OR
 ISSN(1098-2329) OR ISSN(2314-7784) OR ISSN(1687-5923) OR ISSN(1687-6377) OR ISSN(1687-8647) OR
 ISSN(2692-4560) OR ISSN(2643-8909) OR ISSN(1474-9726) OR ISSN(2475-0360) OR ISSN(2471-9625) OR
 ISSN(2639-6696) OR ISSN(2576-604X) OR ISSN(2371-9621) OR ISSN(2090-1259) OR ISSN(1552-5279) OR
 ISSN(2352-8729) OR ISSN(2352-8737) OR ISSN(2210-7185) OR ISSN(2628-5452) OR ISSN(1439-0272) OR
 ISSN(2090-1275) OR ISSN(1687-6970) OR ISSN(2576-2095) OR ISSN(2835-5075) OR ISSN(2328-9503) OR
 ISSN(2475-0328) OR ISSN(1542-474X) OR ISSN(2831-3267) OR ISSN(2168-0450) OR ISSN(2689-5595) OR
 ISSN(1687-7675) OR ISSN(1754-2103) OR ISSN(1687-9732) OR ISSN(1365-2095) OR ISSN(1365-2109) OR
 ISSN(2693-8847) OR ISSN(1472-3654) OR ISSN(2050-2680) OR ISSN(1530-261X) OR ISSN(1755-0238) OR
 ISSN(2090-0430) OR ISSN(2768-1696) OR ISSN(1875-8584) OR ISSN(2090-2255) OR ISSN(2380-6761) OR
 ISSN(1687-479X) OR ISSN(2994-4139) OR ISSN(2314-6141) OR ISSN(2405-4518) OR ISSN(2688-4526) OR
 ISSN(2751-7446) OR ISSN(1502-3885) OR ISSN(2162-3279) OR ISSN(1750-3639) OR ISSN(2835-3153) OR
 ISSN(1542-4863) OR ISSN(2468-2322) OR ISSN(1891-1803) OR ISSN(2291-2797) OR ISSN(1918-1493) OR
 ISSN(1916-7245) OR ISSN(2523-3548) OR ISSN(2770-9183) OR ISSN(2045-7634) OR ISSN(2573-8348) OR
 ISSN(1349-7006) OR ISSN(2637-9368) OR ISSN(2769-3325) OR ISSN(2090-0597) OR ISSN(1755-5922) OR
 ISSN(2090-6390) OR ISSN(2090-6412) OR ISSN(2090-6439) OR ISSN(2090-6455) OR ISSN(2090-6471) OR
 ISSN(2090-6498) OR ISSN(2090-651X) OR ISSN(2090-6536) OR ISSN(2090-6552) OR ISSN(2090-6579) OR

ISSN(2090-6595) OR ISSN(2090-6617) OR ISSN(2090-6633) OR ISSN(1687-9635) OR ISSN(2090-665X) OR
ISSN(2090-6676) OR ISSN(2090-6692) OR ISSN(2090-6714) OR ISSN(2090-6730) OR ISSN(2090-6757) OR
ISSN(2090-6773) OR ISSN(2090-679X) OR ISSN(2090-6811) OR ISSN(2090-6838) OR ISSN(2090-6854) OR
ISSN(2090-6870) OR ISSN(2090-6897) OR ISSN(2090-6919) OR ISSN(2090-6951) OR ISSN(2090-6978) OR
ISSN(2090-6994) OR ISSN(2090-701X) OR ISSN(1365-2184) OR ISSN(1462-5822) OR ISSN(2196-0216) OR
ISSN(2628-9725) OR ISSN(2751-4765) OR ISSN(2191-1363) OR ISSN(2589-0514) OR ISSN(2837-6722) OR
ISSN(2692-4587) OR ISSN(2050-0068) OR ISSN(2057-4347) OR ISSN(2836-3973) OR ISSN(2045-7022) OR
ISSN(2768-0622) OR ISSN(2001-1326) OR ISSN(1752-8062) OR ISSN(1932-8737) OR ISSN(2050-0904) OR
ISSN(2837-3219) OR ISSN(3006-2691) OR ISSN(1755-5949) OR ISSN(2832-9023) OR ISSN(2517-7567) OR
ISSN(2692-9430) OR ISSN(1099-0526) OR ISSN(2577-7408) OR ISSN(2689-9655) OR ISSN(1552-5023) OR
ISSN(1552-504X) OR ISSN(1755-263X) OR ISSN(2578-4854) OR ISSN(2833-0188) OR ISSN(2163-8306) OR
ISSN(2090-1313) OR ISSN(1687-7071) OR ISSN(2770-1328) OR ISSN(2692-4609) OR ISSN(1520-6394) OR
ISSN(2090-133X) OR ISSN(1529-8019) OR ISSN(1687-6113) OR ISSN(2995-2182) OR ISSN(1607-887X) OR
ISSN(2835-236X) OR ISSN(1472-4642) OR ISSN(2731-4375) OR ISSN(2333-5084) OR ISSN(2835-3617) OR
ISSN(2328-4277) OR ISSN(2835-9399) OR ISSN(1600-0587) OR ISSN(2688-8319) OR ISSN(2045-7758) OR
ISSN(2567-3173) OR ISSN(2150-8925) OR ISSN(2666-3066) OR ISSN(1831-4732) OR ISSN(2688-6146) OR
ISSN(2698-5977) OR ISSN(2751-2614) OR ISSN(1350-911X) OR ISSN(2090-2859) OR ISSN(2398-9238) OR
ISSN(2575-0356) OR ISSN(2634-1581) OR ISSN(2050-0505) OR ISSN(2398-6182) OR ISSN(1618-2863) OR
ISSN(2577-8196) OR ISSN(2637-4943) OR ISSN(1758-2229) OR ISSN(2470-9239) OR ISSN(2055-5822) OR
ISSN(1365-2354) OR ISSN(1468-1331) OR ISSN(1536-7290) OR ISSN(1752-4571) OR ISSN(1469-445X) OR
ISSN(2766-2098) OR ISSN(2835-1088) OR ISSN(2573-9832) OR ISSN(2211-5463) OR ISSN(2836-9106) OR
ISSN(2771-1714) OR ISSN(2048-3694) OR ISSN(2770-2081) OR ISSN(2643-8429) OR ISSN(2835-1096) OR
ISSN(2048-7177) OR ISSN(2770-2030) OR ISSN(2835-9402) OR ISSN(2837-6846) OR ISSN(1687-630X) OR
ISSN(1478-1239) OR ISSN(1757-1707) OR ISSN(1601-183X) OR ISSN(2054-4049) OR ISSN(1525-2027) OR
ISSN(1468-8123) OR ISSN(2471-1403) OR ISSN(1944-8007) OR ISSN(2049-6060) OR ISSN(2056-6646) OR
ISSN(2770-1743) OR ISSN(1365-2524) OR ISSN(2771-1757) OR ISSN(1369-7625) OR ISSN(2398-8835) OR
ISSN(2053-3713) OR ISSN(2572-9241) OR ISSN(1098-1071) OR ISSN(2397-7264) OR ISSN(2309-5407) OR
ISSN(2578-1863) OR ISSN(1097-0193) OR ISSN(1098-1004) OR ISSN(2769-2795) OR ISSN(2047-4946) OR
ISSN(2634-1573) OR ISSN(1751-8598) OR ISSN(2516-8398) OR ISSN(1751-8636) OR ISSN(1751-9640) OR
ISSN(1751-861X) OR ISSN(1751-8652) OR ISSN(2398-3396) OR ISSN(2631-6315) OR ISSN(1751-8679) OR
ISSN(2996-0851) OR ISSN(2042-9746) OR ISSN(2516-8401) OR ISSN(1751-8695) OR ISSN(1751-9667) OR
ISSN(1751-8717) OR ISSN(1751-9578) OR ISSN(1751-8733) OR ISSN(1751-875X) OR ISSN(2514-3255) OR
ISSN(2047-4962) OR ISSN(1751-8776) OR ISSN(1755-4543) OR ISSN(2632-8925) OR ISSN(1751-8792) OR
ISSN(1752-1424) OR ISSN(1751-8830) OR ISSN(1751-9683) OR ISSN(2631-7680) OR ISSN(2515-2947) OR
ISSN(1751-8814) OR ISSN(1751-8857) OR ISSN(2043-6394) OR ISSN(2577-171X) OR ISSN(2834-4448) OR
ISSN(2770-596X) OR ISSN(2996-9514) OR ISSN(2050-4527) OR ISSN(2510-5345) OR ISSN(1600-0668) OR
ISSN(1098-0997) OR ISSN(1750-2659) OR ISSN(2567-3165) OR ISSN(2751-9457) OR ISSN(2769-5883) OR
ISSN(2770-9329) OR ISSN(2767-441X) OR ISSN(2832-6245) OR ISSN(1687-7098) OR ISSN(1687-5974) OR
ISSN(1687-8167) OR ISSN(2090-0252) OR ISSN(1687-8779) OR ISSN(1687-5877) OR ISSN(1687-8795) OR
ISSN(1687-4196) OR ISSN(2090-3189) OR ISSN(1687-8884) OR ISSN(2578-3270) OR ISSN(1687-8078) OR
ISSN(1742-1241) OR ISSN(1687-7055) OR ISSN(1687-9333) OR ISSN(1687-8736) OR ISSN(1687-9651) OR
ISSN(1687-7586) OR ISSN(1687-9716) OR ISSN(2090-3537) OR ISSN(1687-8345) OR ISSN(1099-114X) OR
ISSN(2314-5765) OR ISSN(1687-9376) OR ISSN(2314-4378) OR ISSN(1687-8868) OR ISSN(2090-3456) OR
ISSN(2090-0392) OR ISSN(2042-0099) OR ISSN(1098-111X) OR ISSN(1687-0425) OR ISSN(2767-1402) OR
ISSN(1557-0657) OR ISSN(1687-9198) OR ISSN(2090-2158) OR ISSN(1687-9392) OR ISSN(1687-9759) OR
ISSN(1687-529X) OR ISSN(1687-9430) OR ISSN(1687-7209) OR ISSN(2314-5757) OR ISSN(1099-047X) OR
ISSN(1687-9279) OR ISSN(1542-3034) OR ISSN(2090-1410) OR ISSN(1687-6423) OR ISSN(2090-2832) OR
ISSN(1687-8485) OR ISSN(2831-3224) OR ISSN(2050-7038) OR ISSN(1742-481X) OR ISSN(2834-2879) OR
ISSN(2475-8876) OR ISSN(2692-9384) OR ISSN(2996-1394) OR ISSN(2768-6566) OR ISSN(2397-9070) OR
ISSN(2192-8312) OR ISSN(2572-1143) OR ISSN(2042-3195) OR ISSN(1942-2466) OR ISSN(2090-2212) OR
ISSN(2090-8873) OR ISSN(1526-9914) OR ISSN(1439-0426) OR ISSN(1687-0042) OR ISSN(1883-2148) OR
ISSN(1600-048X) OR ISSN(2190-6009) OR ISSN(1687-8566) OR ISSN(1540-8191) OR ISSN(1873-961X) OR
ISSN(1582-4934) OR ISSN(2090-9071) OR ISSN(1098-2825) OR ISSN(1365-2710) OR ISSN(2090-1976) OR
ISSN(2090-715X) OR ISSN(1687-5257) OR ISSN(1473-2165) OR ISSN(1753-0407) OR ISSN(2040-1124) OR
ISSN(2314-6753) OR ISSN(2090-0155) OR ISSN(2314-615X) OR ISSN(2314-4912) OR ISSN(2197-1153) OR
ISSN(2768-2811) OR ISSN(2001-3078) OR ISSN(1753-318X) OR ISSN(1745-4514) OR ISSN(1745-4549) OR

ISSN(1745-4557) OR ISSN(1757-1146) OR ISSN(2314-8888) OR ISSN(2189-7948) OR ISSN(2993-5210) OR
ISSN(2314-7156) OR ISSN(1540-8183) OR ISSN(2090-3049) OR ISSN(2633-4674) OR ISSN(2314-4785) OR
ISSN(2051-3909) OR ISSN(1687-9511) OR ISSN(2090-021X) OR ISSN(1365-2834) OR ISSN(2090-0732) OR
ISSN(2090-0716) OR ISSN(2090-0058) OR ISSN(2314-6486) OR ISSN(2042-0064) OR ISSN(2090-0031) OR
ISSN(2090-3065) OR ISSN(2090-2735) OR ISSN(1687-9538) OR ISSN(2314-4394) OR ISSN(1687-9619) OR
ISSN(1687-7268) OR ISSN(2090-2913) OR ISSN(2314-4939) OR ISSN(2767-035X) OR ISSN(1600-5775) OR
ISSN(2769-2485) OR ISSN(2688-1152) OR ISSN(2047-9980) OR ISSN(1758-2652) OR ISSN(1749-7345) OR
ISSN(2475-0387) OR ISSN(2042-0072) OR ISSN(1932-7005) OR ISSN(1687-8205) OR ISSN(2090-0015) OR
ISSN(1687-9694) OR ISSN(1939-1676) OR ISSN(1439-0469) OR ISSN(2691-171X) OR ISSN(2573-5098) OR
ISSN(2378-8038) OR ISSN(2379-6146) OR ISSN(2639-6181) OR ISSN(2688-3740) OR ISSN(2378-2242) OR
ISSN(2642-3561) OR ISSN(1439-2054) OR ISSN(2770-9140) OR ISSN(1942-5120) OR ISSN(2577-6576) OR
ISSN(2940-9497) OR ISSN(1740-8709) OR ISSN(2688-2663) OR ISSN(2769-643X) OR ISSN(2769-6456) OR
ISSN(2769-6448) OR ISSN(1466-1861) OR ISSN(2834-4405) OR ISSN(2642-3588) OR ISSN(2940-1402) OR
ISSN(1469-8080) OR ISSN(2041-210X) OR ISSN(1750-0443) OR ISSN(1751-7915) OR ISSN(2045-8827) OR
ISSN(2090-1453) OR ISSN(2770-100X) OR ISSN(1687-5605) OR ISSN(2751-4102) OR ISSN(2324-9269) OR
ISSN(1878-0261) OR ISSN(1364-3703) OR ISSN(2090-2662) OR ISSN(2688-4011) OR ISSN(1939-7445) OR
ISSN(2698-6248) OR ISSN(1687-5443) OR ISSN(2090-1860) OR ISSN(2770-730X) OR ISSN(2574-173X) OR
ISSN(1534-8687) OR ISSN(1744-6198) OR ISSN(2054-1058) OR ISSN(2771-179X) OR ISSN(2090-1437) OR
ISSN(2055-2238) OR ISSN(1687-9597) OR ISSN(1557-0703) OR ISSN(1757-7861) OR ISSN(2473-974X) OR
ISSN(1942-0994) OR ISSN(2637-3807) OR ISSN(1918-1523) OR ISSN(2042-0080) OR ISSN(1399-5448) OR
ISSN(2835-5598) OR ISSN(2574-2272) OR ISSN(2575-8314) OR ISSN(1744-6163) OR ISSN(2052-1707) OR
ISSN(2771-3164) OR ISSN(2051-817X) OR ISSN(1467-7652) OR ISSN(2475-4455) OR ISSN(2575-6265) OR
ISSN(2572-2611) OR ISSN(2573-7619) OR ISSN(2770-5846) OR ISSN(1687-4765) OR ISSN(2642-2514) OR
ISSN(2398-7324) OR ISSN(2090-312X) OR ISSN(2832-3556) OR ISSN(2046-0260) OR ISSN(1687-7438) OR
ISSN(2575-5609) OR ISSN(2769-2558) OR ISSN(2769-2450) OR ISSN(2045-8940) OR ISSN(2090-1844) OR
ISSN(2095-4697) OR ISSN(1759-7331) OR ISSN(2577-0470) OR ISSN(2090-195X) OR ISSN(2090-2875) OR
ISSN(2056-3485) OR ISSN(1447-0578) OR ISSN(2768-7228) OR ISSN(2051-3380) OR ISSN(2834-8966) OR
ISSN(2767-1429) OR ISSN(2750-4867) OR ISSN(1369-1643) OR ISSN(2090-2093) OR ISSN(1687-6083) OR
ISSN(2090-908X) OR ISSN(1939-0122) OR ISSN(1875-9203) OR ISSN(2690-442X) OR ISSN(1600-0846) OR
ISSN(2688-4046) OR ISSN(2688-4062) OR ISSN(2688-819X) OR ISSN(2751-4595) OR ISSN(2751-1871) OR
ISSN(1542-7390) OR ISSN(2690-3857) OR ISSN(1687-9678) OR ISSN(2042-0056) OR ISSN(2694-5746) OR
ISSN(1545-2263) OR ISSN(2356-6124) OR ISSN(2692-4552) OR ISSN(2771-9693) OR ISSN(1524-4741) OR
ISSN(2327-6096) OR ISSN(1752-699X) OR ISSN(2055-4877) OR ISSN(1751-7176) OR ISSN(2051-3305) OR
ISSN(2056-4538) OR ISSN(2410-8650) OR ISSN(1940-3372) OR ISSN(2578-2703) OR ISSN(1537-744X) OR
ISSN(1555-7561) OR ISSN(1759-7714) OR ISSN(2052-4986) OR ISSN(1865-1682) OR ISSN(2627-1850) OR
ISSN(2573-8488) OR ISSN(2090-1518) OR ISSN(2050-6414) OR ISSN(2575-1220) OR ISSN(2835-1053) OR
ISSN(1539-1663) OR ISSN(2053-1095) OR ISSN(2042-0048) OR ISSN(2052-6113) OR ISSN(2688-268X) OR
ISSN(1944-7973) OR ISSN(1903-220X) OR ISSN(2832-5869) OR ISSN(2328-5540) OR ISSN(1099-1824) OR
ISSN(2589-1081))

Anexo II - Títulos das revistas elegíveis a descontos e isenções

Todas as áreas de conhecimento

Os dados podem ser acessados no seguinte link:

<https://doi.org/10.5281/zenodo.19229019>

Genética

Os dados podem ser acessados no seguinte link:

<https://doi.org/10.5281/zenodo.19229019>

Anexo III – Código em SQL

```
CREATE OR REPLACE TABLE `insyspo.userdb_graziela_gomes.dim_journals` AS
WITH TargetJournalIDs AS (
  SELECT DISTINCT s25.id
  FROM `insyspo.userdb_graziela_gomes.apc_journals` AS t_issn
  JOIN `insyspo.publicdb_openalex_2025_08_rm.sources` AS s25
  ON t_issn.issn IN UNNEST(JSON_VALUE_ARRAY(s25.issn))
)
SELECT
  s25.id,
  s25.display_name,
  s24.publisher_id,
  JSON_VALUE_ARRAY(s25.issn) AS issns,
  s25.homepage_url,
  s25.country_code,
  s25.is_oa
FROM
  `insyspo.publicdb_openalex_2025_08_rm.sources` AS s25
JOIN
  TargetJournalIDs AS t ON CAST(s25.id AS STRING) = CAST(t.id AS STRING)
LEFT JOIN
  `insyspo.publicdb_openalex_2024_02_rm.sources` AS s24
ON
  s25.issn_l = s24.issn_l AND s25.issn_l IS NOT NULL;

CREATE OR REPLACE TABLE `insyspo.userdb_graziela_gomes.DimPublishers` AS
SELECT
  pub.id,
  pub.display_name,
  REPLACE(JSON_VALUE(pub.parent_publisher, '$.id'), 'https://openalex.org/', '') AS parent_publisher_id,
  JSON_VALUE(pub.parent_publisher, '$.display_name') AS parent_publisher_name,
```

```
COALESCE(
  REPLACE(JSON_VALUE(pub.parent_publisher, '$.id'), 'https://openalex.org/', ''),
  pub.id
) AS highest_level_publisher_id,
COALESCE(
  JSON_VALUE(pub.parent_publisher, '$.display_name'),
  pub.display_name
) AS highest_level_publisher_name,
pub.sources_count
FROM
`insyspo.publicdb_openalex_2024_02_rm.publishers` AS pub
WHERE
pub.id IN (
  SELECT DISTINCT
    publisher_id
  FROM
    `insyspo.userdb_graziela_gomes.dim_journals`
  WHERE
    publisher_id IS NOT NULL
);
```

```
CREATE OR REPLACE TABLE `insyspo.userdb_graziela_gomes.DimWorks` AS
SELECT DISTINCT
  w.id AS work_id,
  w.display_name,
  w.publication_year AS year,
  w.doi,
  dj.id AS source_id,
  dj.issns[SAFE_OFFSET(0)] AS issn,
  w.is_oa,
  w.oa_status,
  w.cited_by_count,
  w.is_retracted,
  w.language
FROM
`insyspo.userdb_graziela_gomes.dim_journals` AS dj
JOIN
```

```
`insyspo.publicdb_openalex_2025_08_rm.works_locations` AS wl
ON dj.id = wl.source_id
JOIN
`insyspo.publicdb_openalex_2025_08_rm.works` AS w
ON wl.work_id = w.id;

CREATE OR REPLACE TABLE `insyspo.userdb_graziela_gomes.FatoAutoria` AS
SELECT
  wa.work_id,
  wa.author_id,
  wa.author_position,
  wa.author_order,
  wa.institution_id
FROM
  `insyspo.publicdb_openalex_2025_08_rm.works_authorships` AS wa
WHERE
  wa.work_id IN (
    SELECT
      work_id
    FROM
      `insyspo.userdb_graziela_gomes.DimWorks`
  );

CREATE OR REPLACE TABLE `insyspo.userdb_graziela_gomes.DimAutores` AS
SELECT
  a.id,
  a.display_name,
  a.orcid
FROM
  `insyspo.publicdb_openalex_2025_08_rm.authors` AS a
WHERE
  a.id IN (
    SELECT DISTINCT
      author_id
    FROM
      `insyspo.userdb_graziela_gomes.FatoAutoria`
  )
WHERE
```

```
    author_id IS NOT NULL
);

CREATE OR REPLACE TABLE `insyspo.userdb_graziela_gomes.DimInstitutions` AS
SELECT
i.id,
i.display_name,
i.ror,
i.country_code,
i.type,
i.homepage_url
FROM
`insyspo.publicdb_openalex_2025_08_rm.institutions` AS i
WHERE
CAST(i.id AS STRING) IN (
  SELECT DISTINCT
    CAST(institution_id AS STRING)
  FROM
    `insyspo.userdb_graziela_gomes.FatoAutoria`
  WHERE
    institution_id IS NOT NULL
);
```

Anexo IV - Questionário encaminhado via e-mail para autores elegíveis da genética

Dear [name],

My name is Graziela Gomes, and I am a Master's student at the University of Brasília (UnB), in Brazil. I am conducting research on waivers of Article Processing Charges (APCs) granted by major scientific publishers.

I would like to ask you a direct question:

Did you receive a full APC waiver for the article "[title article]", published in [year], in the journal [title], by the publisher [Publisher]?

As you are in a country eligible for such waivers, your response is especially relevant to this study. If you wish, feel free to share how the process went or whether you were aware of the publisher's waiver policies.

Your contribution is very important to better understand open access practices in the current scientific landscape.

Thank you very much for your willingness to collaborate with my research.

--

Best regards.

Anexo V - Pedido de informação encaminhado para as editoras em 2024

Dear [publisher name],

My name is Graziela Barros Gomes, and I am a master's student at the University of Brasília. I am conducting research on publication fee waiver policies. I am writing to formally request data for research on the implementation of these policies at John Wiley & Sons, Inc.

I kindly request detailed information on:

The year of implementation of the publication fee waiver policies.

A list or similar document containing:

- Benefited authors and their respective countries of origin;
- Articles published under the waiver, specifying how many articles per year received the waiver;
- Journals that apply the fee waiver;
- The value of the APC that was waived for each researcher in each article and journal.

I emphasize that the collected data will be used exclusively for academic research purposes, will be anonymized, and treated according to ethical research guidelines.

Thank you in advance for your cooperation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ALBAGLI, Sarita; CLINIO, Anne; RAYCHTOCK, Sabryna. Ciência Aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. Ciência Aberta: tendências interpretativas e tipos de ação. **Liinc em revista**, 2017, v. 10, n. 2, p. 434-450. DOI: <https://doi.org/10.17613/c4bj-8z19>

ALEIXANDRE-BENAVENT, *et al.* Policies regarding public availability of published research data in pediatrics journals. **Scientometrics**, v. 118, p. 439–451, jan. 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-018-2978-1#citeas> Acesso em: 08 fev. 2021. <https://doi.org/10.1007/s11192-018-2978-1>

ALENCAR, Bárbara Neves; BARBOSA, Marcia Cristina. Diretrizes para celebrar acordos Read and Publish no Brasil a partir da análise dos acordos transformativos da Alemanha e Colômbia. **Transinformação**, v. 34, p. e220020, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202234e220020> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/P438ZsH757jrMVmzyMtnRQb/?lang=pt> Acesso em: 11 fev. 2026.

ALONSO-ÁLVAREZ, Patrícia; SASTRÓN-TOLEDO, Pablo; MAÑANA-RODRIGUEZ, Jorge. The cost of open access: comparing public projects' budgets and article processing charges expenditure. **Scientometrics**, v. 129, p. 6149–6166, 2024. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-024-04988-3#citeas> DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-024-04988-3> Acesso em: 5 jan. 2025.

AMERICAN CHEMICAL SOCIETY (ACS). CAPES. Washington, DC: ACS, 9 set. 2025. Disponível em: <https://acsopencscience.org/customers/capes/> Acesso em: 13 fev. 2026.

AMIN, Samir. **Eurocentrism**: modernity, religion, and democracy: a critique of Eurocentrism and culturalism. Tradução: Russell Moore e James Membrez. New York: Monthly Review Press, 2009. ISBN 978-1-58367-207-5. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2021/05/08.-AMIN.pdf> Acesso em: 11 fev. 2026.

AMINA, Seguya *et al.* Are open access article processing charges affordable for otolaryngologists in low-income and middle-income countries?. **Current Opinion in**

Otolaryngology & Head and Neck Surgery, v. 31, n. 3, p. 202-207, jun. 2023. DOI: 10.1097/MOO.0000000000000892 Disponível em: https://journals.lww.com/co-otolaryngology/fulltext/2023/06000/are_open_access_article_processing_charges.8.aspx Acesso em: 11 fev. 2026.

ANCION, Zoé. *et al.* **Action plan for diamond Open Access**. [S. l.]: Science Europe; cOAlition S; OPERAS; ANR, mar. 2022. 8 p. Disponível em: <https://zenodo.org/records/6282403> Acesso em: 11 fev. 2026. DOI: 10.5281/zenodo.6282402.

ARAÚJO, Denise Oliveira de; SILVA, Márcio Bezerra da; SIMEÃO, Elmira Luiza Melo Soares. Entre tipologias e publicização: um modelo de representação do conhecimento sobre dados nulos, negativos ou inconclusivos. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [Brasília], v. 18, n. 1, p. 01-22, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/768/673> Acesso em: 11 fev. 2026.

ARITA, Masanori. *et al.* Publishing in the Open Access and Open Science era. **Genes to cells**, v. 29, n. 4, apr. p. 2075-281. DOI: <https://doi.org/10.1111/gtc.13100> Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gtc.13100> Acesso em: 11 fev. 2026.

APPEL, Andre Luiz. **Dimensões tecnopolíticas e econômicas da comunicação científica em transformação**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro, 2019. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Disponível em: http://www.ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1024/1/Pesquisa_Tese_AndreAppel_20190706.pdf Acesso em: 11 fev. 2026.

BAKKER, Caitlin. *et al.* Public Funding and Open Access to Research: A Review of Canadian Multiple Sclerosis Research. **JMIR formative research**, v. 19, n. 2, feb. 2017. Disponível em: <https://www.jmir.org/2017/2/e52/> Acesso em: 11 fev. 2026.

BARASUOL, Fernanda Barth; CERIOLI, Luiza; KALIL, Mariana. O Sul Global e suas Perspectivas: Ampliando as Fronteiras das Relações Internacionais. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 1–50, 2022. DOI: 10.30612/rmufgd.v11i21.16529. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/16529> Acesso em: 21 nov. 2024.

BERGSTROM, Ted. Free Labor for Costly Journals? **Journal of economic perspectives**, v. 15, n. 4, p. 183-198, 2001. DOI: 10.1257/jep.15.4.183 Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/wpawuwpmi/0106002.htm> Acesso em: 2 jan. 2025.

BIBLIOTECA DO CONHECIMENTO ONLINE. Quem somos. Disponível em: <https://www.b-on.pt/quem-somos/> Acesso em: 11 fev. 2026.

BJÖRK, Crister-Bo; SOLOMON, David. Article processing charges in OA journals: relationship between price and quality. **Scientometrics**, mar. 2015, v. 103, p. 373-285. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-015-1556-z> Acesso em: 11 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-015-1556-z>

BJÖRK, Crister-Bo; SOLOMON, David. A study of open access journals using article processing charges. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 63, n. 8, p. 1485-1495, jul. 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.22673> Acesso em: 11 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.22673>

BJÖRK, Crister-Bo. Growth of hybrid open access, 2009–2016. **PeerJ**, 5:e3878, sep. 2017. DOI: <https://doi.org/10.7717/peerj.3878> Disponível em: <https://peerj.com/articles/3878/> Acesso em: 11 fev. 2026.

BJÖRK, Crister-Bo. Article processing charges for open access publication—the situation for research intensive universities in the USA and Canada. **PeerJ**, 4:e2264, jul. 2016. DOI: <https://doi.org/10.7717/peerj.2264> Disponível em: <https://peerj.com/articles/2264/> Acesso em: 10 fev. 2026.

BORGES, Vanusa Jardim; MARICATO, João de Melo. Reflexões sobre as características metodológicas da pesquisa científica em Ciência da Informação. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 473–496, 2023. DOI: 10.5433/1981-8920.2022v27n3p473. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/47217> Acesso em: 10 fev. 2026.

BORREGO, Ángel; ANGLADA, Lluís; ABADAL, Ernest. Transformative agreements: Do they pave the way to open access? **Learned publishing**, v. 34, n. 2, p. 216-2023, apr. 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/leap.1347> Acesso em: 5 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1002/leap.1347>

BRAGA, Ruy. Globalização ou neocolonialismo? O FMI e a armadilha do ajuste. **Revista outubro**, São Paulo, n. 4, p. 55-65, 2000. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180411225527id_/http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-06.pdf Acesso em: 11 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria nº 275, de 4 de dezembro de 2023. Dispõe sobre o Regulamento do Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica (PADICT) e do Portal de Periódicos da CAPES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 231, p. 45, 5 dez. 2023. Inclusão: 5 dez. 2023. Atualização: 29 jul. 2024. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=13682> Acesso em: 11 fev. 2026.

BUDZINSKI, Oliver *et al.* Drivers of article processing charges in open access. **Scientometrics**, v. 124, n. 3, p. 2185-2206, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03578-3> Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-020-03578-3?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 5 jan. 2025.

BURCHARDT, Jorgen. Researchers Outside APC-Financed Open Access: Implications for Scholars Without a Paying Institution. **Sage Open**, v. 4, n. 4, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/2158244014551714> Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2158244014551714> Acesso em: 5 jan. 2025.

BOURG, Chris. MIT ends Elsevier negotiations. **MIT organization chart**, jun. 2020. Disponível em: <https://orgchart.mit.edu/letters/mit-ends-elsevier-negotiations> Acesso em: 11 fev. 2026.

BUTLER, Leigh-Ann *et al.* The oligopoly's shift to open access: how the big five academic publishers profit from article processing charges. **Quantitative Science Studies**, 2023, v. 4, n. 4, p. 778-799. DOI: https://doi.org/10.1162/qss_a_00272 Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/4/4/778/118070/The-oligopoly-s-shift-to-open-access-How-the-big> Acesso em: 11 fev. 2026.

CASTILHOS, Carla; *et al.* Reflexões a respeito do financiamento das iniciativas de acesso aberto: analisando as políticas de taxas de processamento de artigos e de financiamento público em periódicos brasileiros. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 25, p. 631–642, 2022. DOI: 10.5216/ci.v25.70326. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/70326> Acesso em: 25 set. 2024.

CEOLIN, Guilherme Bordignon. Ciência em Crise (?) – Parte II: A Polêmica das Publicações Científicas. **Deviante**, Porto Alegre, 10 set. 2017. Disponível em: <https://www.deviantecom.br/noticias/ciencia/ciencia-em-crise-parte-ii-polemica-das-publicacoes-cientificas/> Acesso em: 13 fev. 2026.

CHAN, Leslie *et al.* **Read the Budapest open access initiative**. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20171213093708/https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read> Acesso em: 10 fev. 2026.

CHAN, Leslie; KIRSOP, Barbara; ARUNACHALAM, Subbiah. Towards Open and Equitable Access to Research and Knowledge for Development. **Plos Medicine**, v. 8, n. 3, mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001016> Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1001016> Acesso em: 11 fev. 2026.

CLARKE & ESPOSITO. “**Big Five**”. [S. I.], jul. 2024. The Brief, Issue 67. Disponível em: <https://www.ce-strategy.com/the-brief/big-five/#1> Acesso em: 11 fev. 2026.

COALITION S. Principles and implementation. *In*: cOAlition S. **Addendum to the cOAlition S guidance on the implementation of Plan S**. [S. I.], [2020?]. Part 1-2. Disponível em: <https://www.coalition-s.org/addendum-to-the-coalition-s-guidance-on-the-implementation-of-plan-s/principles-and-implementation/> Acesso em: 11 fev. 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). **Portal Capes**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br> Acesso em: 11 fev. 2026.

CONTRERAS, Jorge L. Bermuda's legacy: policy, patents and the design of the genome commons. **Minnesota Journal of Law, Science & Technology**. 2011, v. 12, n. 1, p. 61-125. 65p. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1667659 Acesso em: 11 fev. 2026.

CRAWFORD, Walt. **Gold open access 2013-2018: articles in journals (GOA4)**. Livermore: Cites & Insights books, 2019. Disponível em: <https://waltcrawford.name/goa4.pdf> Acesso em: 6 out. 2025.

CRAWFORD, Walt. **Gold open access 2016-2021: articles in journals (GOA7)**. Livermore: Cites & Insights books, 2019. Disponível em: <https://waltcrawford.name/goa4.pdf> Acesso em: 6 out. 2025.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEAL KONSORTIUM. Disponível em: <https://deal-konsortium.de/en/> Acesso em: 11 fev. 2026.

DEMÉTER, Márton; ISTRATII, Ronina. Scrutinising what Open Access Journals Mean for Global Inequalities. **Publishing research quarterly**, v. 36, p. 505-522, nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12109-020-09771-9> Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12109-020-09771-9> Acesso em: 2 jan. 2025.

DEWATRIPONT, Mathias *et al.* Pricing of scientific journals and market power. **Journal of the european economic association**, v. 5, n. 2-3, apr./may, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/jeea.2007.5.2-3.400> Acesso em: 2 jan. 2025.

DIAS, Guilherme Ataíde. O uso do Linux nos laboratórios de informática da Escola Técnica Federal de Alagoas - ETFAL: relato de uma experiência. **Principia**, João Pessoa, n. 6, ano 2, p. 67-69, set. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/download/7958/2360/24995> Acesso em: 11 fev. 2026.

DOVE MEDICAL PRESS. **Article publishing charges**. [Londres], 8 jul. 2025. Disponível em: <https://www.dovepress.com/author-guidelines/journal-publishing-fees> Acesso em: 11 fev. 2026.

DURRANI, Jamie. Elsevier's tiered pricing structure will see low-income countries pay least for submissions. **Chemistry World**, [Londres], 23 out. 2023. Disponível em: <https://www.chemistryworld.com/news/elseviers-tiered-pricing-structure-will-see-low-income-countries-pay-least-for-submissions/4018288.article> Acesso em: 11 fev. 2026.

ELECTRONIC INFORMATION FOR LIBRARIES (EIFL). EIFL: home page. [Vilnius: EIFL], [2026]. Disponível em: <https://eifl.net/> Acesso em: 13 fev. 2025.

ELECTRONIC INFORMATION FOR LIBRARIES (EIFL). EIFL-negotiated agreements with publishers for Article Processing Charges. [Vilnius: EIFL], [2026]. Disponível em: <https://www.eifl.net/apcs> Acesso em: 13 fev. 2025.

ELLERS, Jacintha *et al.* **Journal of Scholarly Publishing**, v. 49, n. 1, out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.3138/jsp.49.1.89> Disponível em: <https://utppublishing.com/doi/abs/10.3138/jsp.49.1.89> Acesso em: 15 jan. 2026.

ELSE, Holly. Radical open-access plan could spell end to journal subscriptions. **Nature, News**, sep. 2018. Disponível em: Acesso em: <https://www.nature.com/articles/d41586-018-06178-7> 11 fev. 2026.

ELSEVIER. Select the publishing model that is right for you. Amsterdam, [2026]. Disponível em: <https://www.elsevier.com/researcher/author/open-access/choice> Acesso em: 11 fev. 2026.

ESTADOS UNIDOS. National Library of Medicine (NLM). **PubMed**: home page. Bethesda, [2026]. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/> Acesso em: 11 fev. 2026.

EVE, Martin Paul. **Open access and the humanities**: contexts, controversies and the future. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/open-access-and-the-humanities/02BD7DB4A5172A864C432DBFD86E5FB4> Acesso em: 11 fev. 2026.

FELDENS, Guilherme de Oliveira. O “direito dos povos”: um ideal de justiça para ser aspirado por todas as sociedades. **Griot**: Revista de filosofia, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 82–94, 2010. DOI: 10.31977/grifi.v2i2.476. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/476> Acesso em: 11 abr. 2025.

FERNANDES, Tito Lívio do Nascimento; FALCÃO, Franciane da Silva. Tecnologias aplicadas à produção editorial de periódicos científicos: estudo de caso da revista Acta Amazonica. Technologies applied to the editorial production of scientific journals and a case study of the journal Acta Amazonica. **InfoDesign - Revista Brasileira de Design da Informação**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 94–110, 2019. DOI: 10.51358/id.v16i1.664. Disponível em: <https://infodesign.emnuvens.com.br/infodesign/article/view/664> Acesso em: 5 maio. 2023.

FONTÚRBEL, Francisco E.; VIZENTIN-BUGONI, Jeferson. A paywall coming down, another being erected: open access Article Processing Charges (APC) may prevent some researchers from publishing in leading journals. **Bulletin ecological society of America**, v. 102, n. 1, jan. 2021. Disponível em: <https://esajournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/bes2.1791> Acesso em: 11 fev. 2026. Disponível em: Acesso em: 11 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1002/bes2.1791>

FORRESTER, Nikki. How can I publish open access when I can't afford the fees? **Nature**, London, v. 633, p. 725-726, 2 set. 2024. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-024-02849-w> Acesso em: 11 mar. 2025.

FRANCESCHET, Massimo. The difference between popularity and prestige in the sciences and in the social sciences: a bibliometric analysis. **Journal of Informetrics**, v. 4, n. 1, p. 55-63, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.joi.2009.08.001> Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1751157709000698> Acesso em: 11 fev. 2026.

FRASER, Nancy. **Justice interruptus**: critical reflections on the "postsocialist" condition. New York: Routledge, 1997.

FRASER, Nancy. **Scales of justice**: reimagining political space in a globalizing world. New York: Columbia University Press, 2009.

FRANTSVAG, Jan Erik; STROMME, Tormod Eismann. Few Open Access Journals Are Compliant with Plan S. **Publications**, v. 7, n. 2, apr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/publications7020026> Disponível em: <https://www.mdpi.com/2304-6775/7/2/26> Acesso em: 11 fev. 2026.

GALYANI-MOGHADDAM, Golnessa. Are costly journals more valuable?. **Iranian journal of library and information science**, 2007, v. 10, n. 39. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/10226/> Acesso em: 4 jan. 2025.

GARDNER, Ulysses G. Jr *et al.* Article processing charge waiver policies as a barrier to oncology scholarship in low- and lower-middle-income countries. **JCO Global Oncology**, Alexandria, v. 7, p. 1413-1417, ago. 2021. DOI: 10.1200/GO.21.00143. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8478385/> Acesso em: 10 fev. 2026.

GHANE, Mohammad Reza; NIAZMAND, Mohammad Reza; SARVESTANI, Ameneh Sabet. The citation advantage for open access science journals with and without article processing charges. **Journal of Information Science**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 118-130, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/0165551519837183> Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0165551519837183> Acesso em: 11 fev. 2026.

GHEORGHIU, Catrinel; DAVE, Manas. Promoting inclusivity in research. **British Dental Journal**, v. 235, p. 11-12, jul. 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41415-023-6073-5> Acesso em: 11 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41415-023-6073-5>

GOMES, Graziela Barros; MARICATO, João de Melo; COSTA, Michelli Pereira da. Transição de periódicos para o acesso aberto com Article Processing Charges (APC): implicações no contexto do Sul Global. **Anais... In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA**, 9., Brasília, 2024. Disponível em: <https://ebbc.inf.br/ojs/index.php/ebbc/article/view/403/296> Acesso em: 11 fev. 2026.

GOMES, Graziela Barros; COSTA, Michelli Pereira da; MARICATO, João de Melo. Análise da produção científica em acesso aberto de países africanos beneficiados pela política de isenção da Wiley. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Ibict, 2025. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxvenancib/paper/view/4092/2457> Acesso em: 26 mar. 2026.

GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. **Análises relacionais de citação para a identificação de domínios científicos**: uma aplicação no campo dos Estudos Métricos da Informação no Brasil [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, 252 p. ISBN: 978-65-86546-12-5. Available from: <http://books.scielo.org/id/tx83k> DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-12-5>

GREEN, Toby. Is open access affordable? Why current models do not work and why we need internet-era transformation of scholarly communications. **Learned publishing**, v. 32, p. 13-25. DOI: <https://doi.org/10.1002/leap.1219> Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/leap.1219> Acesso em: 2 jan. 2025.

GUDYNAS, Eduardo. Sin nuestras propias revistas académicas latinoamericanas seríamos mudos. **Ecuador Debate**, Quito, n. 100, p. 45-60, abr. 2017. Disponível em: <https://gudynas.com/wp-content/uploads/GudynasRevistasIntelectualesEcDebateF17.pdf> Acesso em: 11 fev. 2026.

GUÉDON, Jean-Claude. El acceso abierto y la división entre ciencia "principal" y "periférica". **Crítica y emancipación**, [S. l.], n. 6, p. 135-180, segundo semestre 2011. Disponível em: http://eprints.rclis.org/17570/1/CyE-6_Guedon-CLACSO.pdf Acesso em: 11 fev. 2026.

GUZIK, Tomaz J.; AHLUWALIA, Amrita. Plan S: In service or disservice to society? **British journal of pharmacology**, v. 176, n. 6, mar. 2019, p. 753-756. DOI: <https://doi.org/10.1111/bph.14590> Disponível em: <https://bpspubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/bph.14590> Acesso em: 11 fev. 2026.

HARVIE, David *et al.* What are we to do with feral publishers? **Organization**, v. 19, n. 6, p. 905-914, ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350508412448859> Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1350508412448859?journalCode=orga> Acesso em: 4 jan. 2025.

HITCHCOCK, Steve. **The effect of open access and downloads ('hits') on citation impact**: a bibliography of studies Southampton, GB. University of Southampton, 2004. Disponível em: <https://eprints.soton.ac.uk/259941/> Acesso em: 11 fev. 2026.

INSTITUTE OF ELECTRICAL AND ELECTRONICS ENGINEERS (IEEE). **CAPES Transformative Agreement**. Piscataway: IEEE, 18 nov. 2025. Disponível em: <https://open.ieee.org/partners/capes-transformative-agreement/> Acesso em: 11 fev. 2026.

JABAREEN, Yosef. Building a conceptual framework: philosophy, definitions, and procedure. **International Journal of Qualitative Methods**, Edmonton, v. 8, n. 4, p. 49-62, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/160940690900800406> Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/160940690900800406> Acesso em: 11 fev. 2026.

JAHN, Najko; TULLNEY, Marco. A study of institutional spending on open access publication fees in Germany, PeerJ, aug. 2016, p. 1-17. DOI: <https://doi.org/10.7717/peerj.2323> Disponível em: <https://peerj.com/articles/2323/> Acesso em: 5 jan. 2025.

JORGE, Vanessa de Arruda. **Abertura e compartilhamento de dados para pesquisa nas situações de emergência em saúde pública: o caso do vírus Zika**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/993/1/Tese_VanessaJorge.pdf Acesso em: 11 jan. 2026.

KARLSTROM, Henrik; AKSNES, Dag W.; PIRO, Fredrik N. Benefits of open access to researchers from lower-income countries: a global analysis of reference patterns in 1980-2020, **Journal of Information Science**, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/01655515241245952> Acesso em: 11 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1177/01655515241245952>

KILEY, Robert. Apoio ao acesso aberto por 20 anos: cinco questões que tem protelado a transição para o acesso aberto total e imediato. In: VELTEROP, Jan. (Org.); GARCIA, Leila Posenato (Ed.). **Nós amávamos tanto o acesso aberto**. Botucatu: ABEC Brasil, 2023. p. 26-36 Disponível em: <https://25.scielo.org/nos-amavamos-tanto-o-acesso-aberto/> Acesso em: 11 fev. 2026.

KILGALLON, John L. *et al.* Open(ing) access: top health publication availability to researchers in low- and middle-income countries. **Annals of Global Health**, [S. l.], v. 89, n. 1, e40, 5 jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5334/aogh.3904> Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10253233/> Acesso em: 11 fev. 2026.

KHOO, Shaun Yon-Seng. Article Processing Charge Hyperinflation and Price Insensitivity: An Open Access Sequel to the serials Crisis. **LIBER Quarterly**. 2019, v. 29, n. 1, p. 1-18 DOI: <https://doi.org/10.18352/lq.10280> Disponível em: <https://www.liberquarterly.eu/article/10.18352/lq.10280/> Acesso em: 11 fev. 2026.

KOONG, Alex. *et al.* Factors Associated With Open Access Publishing Costs in Oncology Journals: Cross-sectional Observational Study. **JMIR formative research**, v. 7, p. 1-9, mar. 2023. Disponível em: <https://formative.jmir.org/2023/1/e44633> Acesso em: 11 fev. 2026.

KOWALTOWSKI, Alicia J.; OLIVEIRA, Marcus F. Plan S: Unrealistic capped fee structure. **Science**, [S. l.], v. 363, n. 6426, p. 461, 1 fev. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.aaw5815> Disponível em: <https://www.science.org/doi/abs/10.1126/science.aaw5815> Acesso em: 11 fev. 2026.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009. Disponível:

<https://ppec.ufms.br/files/2020/10/A-estrutura-das-revolu%C3%A7%C3%B5es-cient%C3%A9ficas-Kuhn.pdf> Acesso em: 11 fev. 2026.

LAROSE, Cassandra; MITTAL, Shriyaa. Correlations in APC, IF, and publication output from authors in lower income countries. *In: SOCIETY FOR SCHOLARLY PUBLISHING ANNUAL MEETING*, 45., 2023, Portland, OR. **Proceedings...** [S. l.]: ScienceOpen, 2023. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/hosted-document?doi=10.14293/S2199-SSP-AM23-01018> Acesso em: 11 fev. 2026.

LARIVIÈRE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEON, Philippe. The oligopoly of academic publishers in the digital era. **Plos One**, jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127502> Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0127502> Acesso em: 11 fev. 2025.

LAWSON, Stuart. Fee waivers for open access journals. **Publications**, 2015, v. 3, n.3, p. 155-167. DOI: <https://doi.org/10.3390/publications3030155> Disponível em: <https://www.mdpi.com/2304-6775/3/3/155#B28-publications-03-00155> Acesso em: 11 fev. 2026.

LAWSON, Stuart. Total cost of ownership of scholarly communication: managing subscription and APC payments together. **Learned Publishing**, v. 28, n. 1, p. 9-13, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1087/20150103> Acesso em: 5 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1087/20150103>

LUND, Arwid; ZUKERFELD, Mariano. Profiting from Open Access Publishing. *In: LUND, Arwid; ZUKERFELD, Mariano. Corporate capitalism's use of openness*. Dynamics of virtual work. Palgrave Macmillan, Cham, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-28219-6_4 Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-28219-6_4 Acesso em: 4 jan. 2025.

MADHAN, Muthu. **India's One Nation One Subscription deal enriches publishers and benefits few**. LSE Impact of Social Sciences, 5 dez. 2024. Disponível em: [https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2024/12/05/indias-one-nation-one-subscription-deal-enriches-publishers-and-benefits-few/#:~:text=One%20Nation%20One%20Subscription%20\(ONOS.and%20research%20institutions%20in%20India](https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2024/12/05/indias-one-nation-one-subscription-deal-enriches-publishers-and-benefits-few/#:~:text=One%20Nation%20One%20Subscription%20(ONOS.and%20research%20institutions%20in%20India) Acesso em: 5 jan. 2025.

MARICATO, João de Melo; NORONHA, Daisy Pires; FUJINO, Asa. Análise bibliométrica da produção tecnológica em biodiesel: contribuições para uma política em CT&I. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 89-107, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/38197> Acesso em: 25 maio 2023.

MARTINS, Marcio Souza. *et al.* Estimativa de custos associados a Taxas de Processamento de Artigos (APCs) por autores correspondentes da Unicamp e iniciativas promovidas pelo Sistema de Bibliotecas da UNICAMP com foco em acordos transformativos. **Revista saberes universitários**, v. 3, fev. 2024. Disponível em:

<https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/saberes/article/view/18653> Acesso em: 5 jan. 2025.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY. MIT Framework for publisher contracts. **MIT libraries**, maio 2020. Disponível em:

<https://libraries.mit.edu/scholarly/publishing/framework/> Acesso em: 11 fev. 2026.

MAXWELL, Joseph A. **Qualitative research design: an interactive approach**. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2013. Disponível em:

<https://eclass.uop.gr/modules/document/file.php/1740/%CF%85%CE%BB%CE%B9%CE%BA%CF%8C%20%CE%B3%CE%B9%CE%B1%20%CE%B4%CE%B9%CE%AC%CE%B2%CE%B1%CF%83%CE%BC%CE%B1/Qualitative%20Research%20Design%20An%20Interactive%20Approach%20by%20Joseph%20A.%20Maxwell%20%28z-lib.org%29.pdf> Acesso em: 11 fev. 2026.

MAZZETTI, Antônio Carlos *et al.* Relação centro x periferia: a universidade em debate. **Educação em Revista**, v. 35, p. e193459, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.1590/0102-4698193459> Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/pJfqSxVZbgHnydYL39gCp8B/?lang=pt> Acesso em: 11 fev. 2025.

MEIRELES, Magali Rezende Gouvêa; CENDÓN, Beatriz Valadares; ALMEIDA, Paulo Eduardo Maciel de. Bibliometric knowledge organization: a domain analytic method using Artificial Neural Networks. **Knowledge Organization**, v. 41, n. 2, p. 145-159, 2014. Disponível em:

<https://storage.imrpress.com/imr/journal/KO/article/505168/1752846351360.pdf> Acesso em: 11 fev. 2026.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael; SALDAÑA, Johnny. **Qualitative data analysis: a methods sourcebook**. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014. Disponível em:

<https://www.metodos.work/wp-content/uploads/2024/01/Qualitative-Data-Analysis.pdf> Acesso em: 11 fev. 2026.

MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. Introdução, tradução e notas de Pedro Galvão. Porto: Porto Editora, 2005. Disponível em: <https://www.utilitarianism.com/utilitarismo.pdf> Acesso em: 11 fev. 2026.

MINGERS, John; LEYDESDORFF, Loet. A review of theory and practice in scientometrics.

European Journal of Operational Research, Amsterdam, v. 246, n. 1, p. 1-19, out. 2015. DOI:

<https://doi.org/10.1016/j.ejor.2015.04.002> Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S037722171500274X> Acesso em: 11 fev. 2026.

MIROWSKI, Philip. The future(s) of open science. **Social studies of science**, v. 48, n. 2, p. 171-203, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0306312718772086> Acesso em: 10 fev. 2026.

MITTERMAIER, Bernhard. Double dipping in hybrid open access: chimera or reality? **ScienceOpen Research**, [S.l.], ScienceOpen, may 2015, p. 1-12. Disponível: <https://www.scienceopen.com/hosted-document?doi=10.14293/S2199-1006.1.SOR-SOCSC.I.AOWNTU.v1> Acesso em: 11 fev. 2026.

MOMENI, Fakhri *et al.* Which factors are associated with Open Access publishing? A Springer Nature case study. **Quantitative Science Studies**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 353-371, 2023. DOI: https://doi.org/10.1162/qss_a_00253 Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-022-04407-5#citeas> Acesso em: 11 fev. 2026.

MORRISON, Heather *et al.* Open access Article Processing Charges (OA APC) longitudinal study 2016 dataset. **Data**, v. 2, n. 13, apr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.3390/data2020013> Disponível em: <https://www.mdpi.com/2306-5729/2/2/13> Acesso em: 11 jan. 2026.

MUDDITT, Alison. **Transitional agreements aren't working: what comes next?** The Scholarly Kitchen, 4 apr. 2024. Disponível em: <https://scholarlykitchen.sspnet.org/2024/04/04/transitional-agreements-arent-working-what-comes-next/> Acesso em: 11 fev. 2026.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; OLIVEIRA, Hamilton Vieira de. Autonomia e dependência na produção da ciência: uma base conceitual para estudar relações na comunicação científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23459> Acesso em: 11 fev. 2026.

NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE (NIH). GenBank Overview. About. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/genbank/> Acesso em: 11 fev. 2026.

NEVES, Fabrício Monteiro. A diferenciação centro-periferia como estratégia teórica básica para observar a produção científica. **Revista de sociologia e política**, v. 17, n. 34, p. 241-252, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/k6yFLz6XOBhsmCbZ4KjTLGJ/?lang=pt> Acesso em: DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782009000300017>

NICHOLAS, David. *et al.* Early career researchers and their publishing and authorship practices. **Learning publishing**, v. 30, n. 3, jul. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1002/leap.1102> Disponível: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/leap.1102> Acesso em: 11 fev. 2026.

NICOL, Dianne; NIELSEN, Jane; ARCHER, Madeleine. Data access arrangements in genomic research consortia. **Scientific Reports** v. 14, n. 21685, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-024-72653-z> Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-024-72653-z#citeas> Acesso em: 11 fev. 2026.

NILES, Meredith T.; SCHIMANSKI, Lesley A.; McKIERNAN, Erin C.; ALPERIN, Juan Pablo. Why we publish where we do: faculty publishing values and their relationship to review, promotion and tenure expectations. **PLOS ONE**, v. 15, n. 3, e0228914, mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0228914> Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0228914> Acesso em: 11 fev. 2026.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-colonialism**: the last stage of imperialism. London: Thomas Nelson and Sons, 1965. Disponível em: <https://www.marxists.org/ebooks/nkrumah/nkrumah-neocolonialism.pdf> Acesso em: 11 fev. 2026.

NORONHA, Daisy Pires; MARICATO, João de Melo . Estudos métricos da informação: primeiras aproximações. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, 2008, p. 116-128. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14709810>

OLIVEIRA, Marcus F.; KOWALTOWSKI, Alicia; SILBER, Ariel M. No lucrativo mercado da ciência aberta, quem paga a conta? **Ciência hoje**, v. 387, maio 2022. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/edicao/387/#sala-de-aula> Acesso em: 10 jan. 2026.

ONE NATION ONE SUBSCRIPTION. Disponível em: <https://www.onos.gov.in/> Acesso em: 11 fev. 2026.

OPEN ACCESS 2020. **Equity is integral to the OA2020 mission**. Max Planck digital library, 2025. Disponível em: <https://oa2020.org/be-informed/equity/> Acesso em: 11 fev. 2026.

OPEN ACCESS 2020. **Be informed**. Munique: Max Planck Digital Library, [202-?]. Disponível em: <https://oa2020.org/be-informed/> Acesso em: 13 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Global Online Access to Legal Information**. Genebra, 28 jan. 2024. Disponível em: <https://www.ilo.org/global-online-access-legal-information> Acesso em: 11 fev. 2026.

PARIKH, Sudip; MALCOM, Shirley M.; MORAN, Bill. Public access is not equal access. **Science**, v. 377, n. 6613, p. 1361, 9 set. 2022. DOI: 10.1126/science.ade8028. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.ade8028> Acesso em: 11 fev, 2026.

PETERSON, A. Townsend; EMMETT, Ada; GREENBERG, Marc L. Open access and the author-pays problem: assuring access for readers and authors in a global community of scholars. *Journal of Librarianship and Scholarly Communication*, [S.l.], v. 1, n. 4, p. eP1064, 2013. DOI: <https://doi.org/10.7710/2162-3309.1064> Acesso em: 6 out. 2025.

PILATTI, Luís Eduardo *et al.* From fees to free: comparing APC-based and diamond open access journals in engineering. **Publications**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 16, 2025. DOI:

<https://doi.org/10.3390/publications13020016> Disponível em:

<https://www.mdpi.com/2304-6775/13/2/16> Acesso em: 11 fev. 2026.

PIWOWAR, Heather. The state of OA: a large-scale analysis of the prevalence and impact of Open Access articles. **PeerJ**, n. 6:e4375, feb. 2018. Disponível em:

<https://peerj.com/articles/4375/> Acesso em: 11 fev. 2026.

POLLOCK, Dan.; MICHAEL, Ann. Open access mythbusting: Testing two prevailing assumptions about the effects of open access adoption. **Learning publishing**, v. 32, n. 1, jan. 2019, p. 7-12. DOI: <https://doi.org/10.1002/leap.1209> Disponível:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/leap.1209> Acesso em: 11 fev. 2026.

POSADA, Alejandro; CHEN, George. Inequality in knowledge production: the integration of academic infrastructure by big publishers. **ELPUB 2018**, jun. 2018, Toronto, Canada.

Disponível em: <https://hal.science/hal-01816707/document> Acesso em: 10 jan. 2026.

POYNDRER, Richard. **Plan S**: what's the strategy now for the Global South? feb. 2019, p. 1-33.

Disponível em: https://richardpoynder.co.uk/Plan_S.pdf Acesso em: 11 jan. 2026.

PREFEITURA DE VITÓRIA. Secretaria Municipal de Educação (Seme). **Tecnologias facilitam aprendizagem nas escolas da rede pública**. Vitória: SEME, 25 jul. 2024. Disponível em:

<https://www.vitoria.es.gov.br/seme/tecnologias-facilitam-aprendizagem-nas-escolas-da-rede-e-publica> Acesso em: 11 fev. 2026.

PRÍNCIPE, Eloísa. Taxas de APC em revistas brasileiras e portuguesas de acesso aberto: um estudo no DOAJ. **Ciência da Informação**, v. 48, n. 3, 2019. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/488865> Acesso em: 11 jul. 2021.

PURTON, Mary; MICHELANGELI, Francesco; László, Fésüs. Will Plan S put learned societies in jeopardy?. **Febs letters**, v. 593, n. 4, feb. 2019, p. 383-385. DOI:

<https://doi.org/10.1002/1873-3468.13333>

RAWLS, John. **Justiça como equidade**: uma reformulação. São Paulo: Martins fontes, 2003. Disponível em:

https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/justica_como_equidade.pdf Acesso: 11 fev. 2026.

RESEARCH4LIFE. **Country offer page**. Genebra, [2026]. Disponível em:

https://portal.research4life.org/country_offer Acesso: 11 fev. 2026.

RESEARCH4LIFE. **Eligibility for access to Research4Life: grup a**. Genebra, [2026].

Disponível em: <https://www.research4life.org/access/eligibility/#groupa> Acesso: 11 fev. 2026.

RESEARCH4LIFE. **Eligibility for access to Research4Life: grup b**. Genebra, [2026]. Disponível em: <https://www.research4life.org/access/eligibility/#groupb> Acesso: 11 fev. 2026.

RESEARCH4LIFE. **Hinari**. Geneva, [2026]. Disponível em: <https://portal.research4life.org/content/hinari> Acesso em: 11 fev. 2026.

RESEARCH4LIFE. **OARE**. Genebra, [2026]. Disponível em: <https://portal.research4life.org/content/oare> Acesso em: 11 fev. 2026.

REVISTA PESQUISA FAPESP. Estados Unidos determinam acesso aberto para divulgação de pesquisas financiadas com recursos públicos a partir de 2026. **Boas práticas**, 13 set. 2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/estados-unidos-determinam-acesso-aberto-para-divulgacao-de-pesquisas-financiadas-com-recursos-publicos-a-partir-de-2026/> Acesso em: 11 fev. 2026.

REVISTA PESQUISA FAPESP. Reação ao Plan S: consulta recebe mais de 600 sugestões para mudar estratégia de acesso aberto a artigos científicos. **Boas práticas**, mar. 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/estados-unidos-determinam-acesso-aberto-para-divulgacao-de-pesquisas-financiadas-com-recursos-publicos-a-partir-de-2026/> Acesso em: 11 fev. 2026.

RIBEIRO, Nivaldo Calixto; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Práticas de Ciência Aberta na China: obstáculos e oportunidades. **Ciência da Informação Express**, [S. l.], v. 3, p. 1–5, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.60144/v3i.2022.55> Acesso em: 28 maio. 2024.

ROORYCK, Johan; RICO CASTRO, Pilar; DE PABLO LLORENTE, Virginia. Quality as a public good: the Diamond Open Access Standard (DOAS) and its role in the Global Diamond Open Access Alliance. **Septentrio Conference Series**, [S. l.], n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.7557/5.7770> Disponível em: <https://new.eludamos.org/index.php/SCS/article/view/7770> Acesso em: 11 fev. 2026.

ROSS-HELLAUER, Tony. *et al.* Dynamics of cumulative advantage and threats to equity in open science: a scoping review. **Royal society open science**, v. 9, n. 1, jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1098/rsos.211032> Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/rsos/article/9/1/211032/96163/Dynamics-of-cumulative-advantage-and-threats-to> Acesso em: 11 fev. 2026.

ROUHI, Sara; BEARD, Romy; BRUNDY, Curtis. Left in the cold: the failure of APC waiver programs to provide author equity. **Science Editor**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 5-13, mar. 2022. Disponível em: <https://www.csescienceeditor.org/article/left-in-the-cold-the-failure-of-apc-waiver-programs-to-provide-author-equity/> Acesso em: 11 fev. 2026.

ROYAL SOCIETY. **Acordo CAPES–Royal Society**: publicação em acesso aberto sem custos. Londres: Royal Society, [2026]. Disponível em: <https://royalsociety.org/journals/capes/> Acesso em: 9 fev. 2026.

SAGE. Fully (Gold) Open Access journals. Disponível em: <https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/gold-open-access-article-processing-charge-waivers> Acesso em: 12 fev. 2026.

SAGE. **OA Publishing Options**. Disponível em: <https://sagepub.libguides.com/c.php?g=1427357&p=10589246> Acesso em: 11 fev. 2026.

SAMPAIO, L. R.; CAMINO, C. P. S.; ROAZZI, A.. Justiça distributiva: uma revisão da literatura psicossocial e desenvolvimentista. **Psicologia em estudo**, v. 14, n. 4, p. 631–640, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/GZQZPx5MpYHzwmCNwqxCFyC/> Acesso em: 11 fev. 2026.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: PPGH/USP; CAPES, set. 2022. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?campo=autor&texto=&id_libro=2617 Acesso em: 11 fev. 2026.

SANTIN, Dirce Maria. **Ciência mainstream e periférica da América Latina e Caribe**: configurações e padrões de especialização. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/193701> Acesso em: 11 fev. 2026.

SCHIERMEIER, Quirin. China backs bold plan teardown journal paywalls. **Nature**, London, v. 564, p. 171-172, dec. 2018. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-018-07659-5> . Acesso em: 15 abr. 2024.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **Sobre o SciELO**. São Paulo, c2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/en/about/> Acesso em: 11 fev. 2026.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). **SciELO em Perspectiva**, 22 maio 2019. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2019/05/22/periodicos-que-aumentaram-o-valor-da-apc-receberam-mais-artigos/#.YPBaMehKiUk> Acesso em: 12 jul. 2021.

SCIMAGO. **SCImago journal & country rank**. [S. l.], [2026]. Disponível em: <https://www.scimagojr.com> Acesso em: 11 fev. 2026.

SHIEBER, Stuart M. Equity for open-access journal publishing. **PLoS Biology**, [S. l.], v. 7, n. 8, e1000165, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1000165> Disponível em: <https://journals.plos.org/plosbiology/article?id=10.1371/journal.pbio.1000165> Acesso em: 11 fev. 2026.

SILHOL, Guillaume; DILLAERTS, Hans; BOUKACEM-ZEGHMOURI, Chérifa. Légitimations et subversions de l'Open: pour une analyse de l'openwashing dans la publication scientifique. S. l.]: **HAL Open Science**, 13 nov. 2025. Preprint. Disponível em: <https://hal.science/hal-05363533> Acesso em: 25 mar. 2026.

SILVA, Felipe Matheus dos Santos. **Felipe Matheus**: designer gráfico. Brasília, 3 jun. 2020. Behance. Disponível em: <https://www.behance.net/felipesilva121> Acesso em: 11 fev. 2026.

SILVEIRA, Lúcia da; BENEDET, Lara; SANTILLÁN-ALDANA, Julio. Interpretando a internacionalização dos periódicos científicos brasileiros. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 90-107, jul. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n54p90> Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2018v30n54p90> Acesso em: 11 fev. 2026.

SINGH, Mayank; PRASAD, Chandra Prakash; SHANKAR, Abhishek. Publication charges associated with quality Open Access (OA) publishing and its impact on low middle income countries (LMICs), time to reframe research policies. **Asian pacific journal of cancer prevention**, v. 22, n. 9, p. 2743-2747, sep. 2021. DOI: <https://doi.org/10.31557/APJCP.2021.22.9.2743> Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8850883/> Acesso em: 11 fev. 2026.

SMITH, Audrey C. *et al.* Assessing the effect of article processing charges on the geographic diversity of authors using Elsevier's "Mirror Journal" system. **Quantitative Science Studies**, 2021, v. 2, n. 4, p. 1123-1143. DOI: https://doi.org/10.1162/qss_a_00157 Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/2/4/1123/107612/Assessing-the-effect-of-article-processing-charges> Acesso em: 11 jan. 2026.

SPRINGER NATURE. **APC waivers and discounts**. [S. l.], [2023]. Disponível em: <https://www.springernature.com/gp/open-science/policies/journal-policies/apc-waiver-countries> Acesso em: 11 fev. 2026.

STEPHENS, Zachary D. *et al.* Big data: astronomical or genetical? **Plos biology**, jul. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1002195> Disponível em: <https://journals.plos.org/plosbiology/article?id=10.1371/journal.pbio.1002195> Acesso em: 11 fev. 2026.

STM PUBLISHING. Elsevier expands open access options for Cell Press journals from January 2021. **STM Publishing**, [S. l.], 18 dez. 2020. Disponível em: <https://www.stm-publishing.com/elsevier-expands-open-access-options-for-cell-press-journals-from-january-2021/> Acesso em: 11 fev. 2026.

TAYLOR & FRANCIS. **Eligible countries**. [S. l.], [2026]. Disponível em: <https://authorservices.taylorandfrancis.com/choose-open/publishing-open-access/requesting-an-apc-waiver/eligible-countries/> Acesso em: 11 fev. 2026.

THIBEAULT, James. The Deceptive Practice of Openwashing with Open Access Data. **Library Publications**, [S. l.], 2023. Disponível em: https://scholars.bentley.edu/library_libpubs/2/ Acesso em: 25 mar. 2026.

TOSAR, Juan Pablo. Costo de los cargos por procesamiento de artículo (APC) para Uruguay: el precio desmedido del acceso abierto. **Informatio**, v. 27, n. 1, p. 221-252, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35643/info.27.1.1> Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2301-13782022000100221 Acesso em: 11 fev. 2026.

TRINCA, Tatiane Pacanaro. **Reinventar a avaliação da pesquisa à luz da ciência aberta**. Rio de Janeiro, 2025. 377 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/1418> Acesso em: 11 fev. 2026.

UNICAMP. O mercado editorial de revistas científicas. **Jornal da Unicamp**, fev. 2025. Disponível em: <https://jornal.unicamp.br/artigo/2025/02/24/o-mercado-editorial-de-revistas-cientificas/> Acesso em: 13 fev. 2026.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Acesso aberto USP, Ciência aberta. **Lucrando com o acesso aberto e a ciência aberta**: no modelo atual, o acesso aberto é insustentável. Disponível em: https://www.acessoaberto.usp.br/lucrando-com-o-acesso-aberto-e-a-ciencia-aberta/?doing_wp_cron=1727313545.6722409725189208984375 Acesso em: 11 fev. 2026

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, Rubén. A cientometria como um campo científico. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 41-62, set./dez. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/91918> Acesso em: 11 fev. 2026.

VELTEROP, Jan. (Org.). **Nós amávamos tanto o acesso aberto**. Botucatu: ABEC Brasil, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21452/abec.2023.isbn.978-65-993452-5-8> Acesso em: 03 jul. 2025.

VERVOORT, Dominique; MA, Xiya; BOOKHOLANE, Hloni. Equitable Open Access publishing: changing the financial power dynamics in academia. **Global Health: Science and Practice**, v. 9, n. 4, dec., 2021, p. 733-736. DOI: <https://doi.org/10.9745/GHSP-D-21-00145> Disponível em: <https://www.ghspjournal.org/content/9/4/733.full> Acesso em: 11 fev. 2026.

WALTER, Peter; Dyche MULLINS. From symbiont to parasite: the evolution of for-profit science publishing. **Molecular biology of the cell**, v. 30, n. 20, p. 2537-2616, sep. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1091/mbc.E19-03-0147> Disponível em: <https://www.molbiolcell.org/doi/full/10.1091/mbc.E19-03-0147> Acesso em: 11 fev. 2026.

WANG, Xianwen *et al.* The open access advantage considering citation, article usage and social media attention. **Scientometrics**, v. 103, p. 555-564, may. 2015. DOI:

<https://doi.org/10.1007/s11192-015-1547-0> Disponível em:
<https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-015-1547-0#citeas> Acesso em: 11 fev, 2026.

WARE, Mark; MABE, Michael. **The STM report:** an overview of scientific and scholarly journals publishing. Oxford, UK: STM, 2015. Disponível em:
<https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1008&context=scholcom>
Acesso em: 11 fev, 2026.

WAUGH, Courtney; CARLISLE-JOHNSTON, Emily. Open or Openwashing? Preliminary Findings from a Content Analysis of Publisher Websites. **Scholaris (University of Western Ontario)**, [S. l.], 2023. Disponível em:
<https://uwo.scholaris.ca/items/c70af3a2-3c9d-4933-9baa-552f2d64d6e9> Acesso em: 25 mar. 2026.

WILEY. **Open access agreement for authors at eligible CAPES institutions in Brazil.** Hoboken: Wiley, [2026]. Disponível em:
<https://authorservices.wiley.com/author-resources/Journal-Authors/open-access/affiliation-policies-payments/capes-agreement.html> Acesso em: 13 fev. 2026.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). **ARDI:** Research for Innovation. [s. l.], [2026]. Disponível em: <https://www.wipo.int/en/web/ardi> Acesso em: 11 fev. 2026.

ZHANG, Lin *et al.* Should open access lead to closed research? The trends towards paying to perform research. **Scientometrics**, [S. l.], v. 127, n. 12, p. 7653-7679, 2022. DOI:
<https://doi.org/10.1007/s11192-022-04407-5> Disponível em:
<https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-022-04407-5> Acesso em: 11 fev. 2026.